

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)**

**AMARILDO PINHEIRO MAGALHÃES**

**RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: ANÁLISE DISCURSIVA DE  
COMENTÁRIOS *ONLINE* DE ELEITORES NO PLEITO  
PRESIDENCIAL DE 2010**

**MARINGÁ  
2016**

**AMARILDO PINHEIRO MAGALHÃES**

**RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: ANÁLISE DISCURSIVA DE  
COMENTÁRIOS *ONLINE* DE ELEITORES NO PLEITO  
PRESIDENCIAL DE 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

**MARINGÁ**

**2016**

AMARILDO PINHEIRO MAGALHÃES

**RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: ANÁLISE DISCURSIVA DE  
COMENTÁRIOS *ONLINE* DE ELEITORES NO PLEITO  
PRESIDENCIAL DE 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Area de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
- Presidente –

---

Profa. Dra. Renata Marcelle Lara  
Universidade Estadual de Maringá- UEM

---

Profa. Dra. Roselene de Fátima Coita  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

---

Profa. Dra. Maria Cleci Venturini  
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNIOESTE

---

Profa. Dra. Juliana da Silveira  
Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA

*À minha família,  
José e Maria do Carmo;  
Daniele, Rodnei, Bruna e Felipe;  
Tainara, André e Pedro;  
Clíssia.*

*Aos amigos,  
José Roberto, Maranilde e Mateus José;  
Jane e Jonas;  
Helena, Ivanize e Rosinéia;*

*Ao Gabriel, irmão que eu escolhi*

***Por aquilo que são.***

## AGRADECIMENTOS

*Ninguém se faz sozinho: sempre é preciso um olhar de apoio,  
uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor.  
(Autor desconhecido)*

### A DEUS

Princípio e fim de todas as coisas, fonte de todo o bem, que não me fez amar o risco das alturas, mas que fortalece minhas asas e em sua misericórdia me empresta as suas para que eu jamais desista de voar.

### A MINHA FAMILIA

Pelo ninho aconchegante que me oferecem, garantia de que posso arriscar novos com a segurança de quem tem para onde voltar.  
Àqueles com quem convivo muito ou os mais distantes, mas que me acompanham com sua torcida, seu carinho e suas preces.

### AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Pelo esmero do corpo docente e técnico-administrativo em não apenas nos conferir um título, mas nos oferecer uma formação de elevada qualidade. Meu agradecimento especial ao Adelino pelo zelo com que sempre me atendeu e acompanhou minha vida acadêmica. Meu singular obrigado à Sonia e ao Renilson pelas portas que sempre me abriram e à Maria Célia pelo encanto partilhado pelos caminhos da política e da mídia.

### AO EDSON, MEU ORIENTADOR

Pela generosidade com que me recebeu e me conduziu ao longo do curso. Falar de suas qualidades acadêmicas seria redundante, elas são o prenúncio do grande ser humano que as possui.

### À BANCA EXAMINADORA

À Renata e ao Roberto, que participaram também do exame de qualificação, a minha gratidão pelas provocações que ajudaram a estabelecer um novo olhar sobre a pesquisa. À Cleci e à Roselene pela gentileza de aceitarem contribuir com o meu crescimento neste momento final da pesquisa. À Ju-liana, pela presença ao longo de toda a caminhada e pela grata surpresa de compor a banca de defesa pública.

## AO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR

Pelo incentivo ao aprimoramento profissional do seu quadro de servidores e, especialmente, pelo afastamento que me foi concedido nos três últimos anos da pesquisa. Meus sinceros agradecimentos ao ex-Reitores, Irineu Mario Colombo e Jesué Gracialiano de Silva, ex Pró-Reitores de Gestão de Pessoas, Neide Alves e Valdinei Henrique da Costa e ao diretor geral do Campus Paranaíba, José Barbosa Dias Junior, pelo empenho em assegurar as condições de dedicação integral à pesquisa. Aos colegas de trabalho na referida unidade que generosamente concordaram com o meu afastamento, assumiram a carga de trabalho que me caberia e silenciosamente torceram por mim ao longo do período de formação. Ao atual Reitor, Odacir Antonio Zanatta, à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, minha amiga Eliane Mesquita, ao Pró-Reitor de Ensino, Sérgio Garcia do Mártires e ao Chefe de Gabinete da Reitoria, meu amigo Marcos Paulo Rosa, pela confiança e generosidade com que me acolheram e pelas possibilidades que me abriram no momento final da pesquisa.

## AOS MEUS AMIGOS DE TANTOS CAMINHOS E TANTAS JORNADAS

Fabiana, Douglas, Marcia Nunes, Marcia Torres, Nadyesda, Rosineia, Sandra, e Edileusa pelas jornadas de uma vida inteira. José Roberto, Maranilde, Mateus José, Simone e Leandro, por aquilo que só o coração explica. Jane, Jonas, Helena, Ivanize, Leonor, Silvia Adriana, Elenice, Sandra Torres, Tati Novaes, pelo incentivo e companhia nos meus voos mais inusitados. Regina e Braz pelo carinho inigualável. Ana Paula Peron e Paulo Gaiotto pela vida que brotou da pesquisa. À Angélica, Elaine, Sonia, Ivone, Gislene, Hortencia, Ani, Cidinha Ortiz, Ana Maria, Josi, Cleide, Leonilde, Jovenilde, Leny, pela energia que brota do melhor lugar em que já trabalhei. À Elen, Fatima, Alpalice, Rafael, Mara Carlúcia, Silvana, Eduardo, Cleder e Ronaldo, pela força que vem da luta por uma educação transformadora. Ao João Paulo, Rafael, Pe. Romildo, Frei Edmilsom e Dom Geremias, pela amizade selada na fé. À Cida, Jussara e Luiz Guerrer pelo carinho, cuidado e preces. À Vanesa, Dayane, Hugo, Douglas, Daniela, Marcelo, Priscila e Cinthia pelo vigor e ternura construídos nos (des)caminhos do IFPR Paranaíba, não há palavras que os descreva. Ao Diego Ribeiro, que ainda meu aluno já exigia a busca pelo doutorado. À Ir. Luisa, minha primeira professora, pelas preces diárias que me sustentam. Ao Geraldo, Maristela, Angélica, Cristina, Laércio e Silvana, por serem e mostrarem o paraíso. Ao Gabriel, pela acolhida sincera e paciente de todas as minhas lamúrias e pela coragem de objetivamente puxar as minhas orelhas. Ao Bruno Leão, pelo interesse generoso em me ver concluindo logo a pesquisa e pelo zelo fraternal para comigo desde as horas que antecederam a defesa até a sua conclusão. A todos e todas que se fizeram sacramento de Deus em meu caminho, aos que anonimamente torceram e rezaram, que Deus lhes recompense por aquilo que eu não tenho como retribuir.

*Nem toda reza é santa  
Nem todo escuro é breu  
Nem toda beleza encanta  
Nem tudo que tenho é meu*

*Nem todo amor nos ama  
Nem todo ateu sem Deus  
Nem tudo que não nos nega  
Nem tudo que sou é meu*

*(Pe. Fábio de Melo)*

MAGALHÃES, Amarildo Pinheiro. **Religião e política no Brasil: análise discursiva de comentários online de eleitores no pleito presidencial de 2010**, 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Maringá, Maringá. 2016.

## RESUMO

Política e religião sempre estiveram intrincadas na história da nação brasileira. Em face dessas condições de produção, a presente pesquisa tematiza os elementos religiosos nas eleições presidenciais de 2010, no Brasil. Ao partir da indagação “Como se pode explicar, na conjuntura de um Estado laico, e com o aumento do percentual de pessoas que se declaram sem religião, que os elementos religiosos determinem a formulação dos discursos e práticas político-eleitorais no Brasil?”, tem por objetivo geral analisar, a partir dos processos de identificação, o funcionamento do discurso religioso cristão na formação e circulação dos discursos dos eleitores brasileiros a respeito da escolha de seus candidatos, na internet, nas eleições de 2010. A busca de respostas possíveis a essa problemática ancora-se teórica e metodologicamente na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, derivada dos estudos de Michel Pêcheux, com contribuição de outros pesquisadores franceses e brasileiros tanto da perspectiva da AD quanto da área da Comunicação, caros à constituição de nosso referencial. O material foi delimitado a partir de comentários de eleitores no site de relacionamentos *Orkut* e no site oficial da candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, principal alvo dos comentários de cunho religioso. Os gestos de análise desenvolvidos apontam que os sujeitos eleitores responsáveis pela autoria dos comentários são dominados pela forma-sujeito de direito, isto é, a forma-sujeito dominada pelo Estado, o qual veio substituir a Deus na transição do modo de produção feudal para o modo de produção de capitalista. Contudo, emergem elementos que assinalam que a identificação não se dá de maneira plena, ou seja, o sujeito de direito não funciona integralmente nesses discursos, há elementos que atravessam esse processo cuja origem está em formações discursivas estranhas aos saberes correspondentes a essa forma-sujeito. Postula-se que esse processo se explica pelo funcionamento da religiosidade como traço da chamada identidade nacional, isto é, ser cidadão de um país cristão é uma evidência associada ao imaginário de brasilidade, de modo que todo ato envolvendo a decisão dos rumos da nação acaba por perpassar os efeitos de sentido de religiosidade cristã associados à brasilidade. Em vista disso, a laicidade do Estado burguês, na conjuntura brasileira, é suplantada pelo atravessamento do cristianismo como discurso fundador, de modo que, a despeito dos elementos jurídicos, há algo que fala pela via do imaginário e do inconsciente junto aos cidadãos brasileiros e fornece-lhes a evidência de que os elementos religiosos cristãos não podem ser desmerecidos na definição dos rumos da nação. Trata-se da permeabilidade do religioso naquilo que se pretendia laico, impedindo qualquer forma de blindagem total.

**Palavras-chave:** Eleições 2010; Religião; Política; Eleitores; Internet

MAGALHÃES, Amarildo Pinheiro. **Religion and politics in Brazil: a discursive analysis on online commentaries of voters during the 2010 presidential elections**, 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Maringá, Maringá. 2016.

## ABSTRACT

Politics and religion have always been intertwined in Brazilian history. Current research forwards the religious elements in the 2010 presidential elections in Brazil in the wake of production conditions. “How may one explain that, within a laical State and an increase in the number of people who declare themselves unbelievers, religious factors determine the formulation of discourses and political-electoral practices in Brazil?” The question triggers an analysis through identification processes, on the function of Christian religious discourse in the formation and dissemination of discourses by Brazilian voters with regard to choices of candidates in the Internet during the 2010 elections. Possible responses to the issue is foregrounded theoretical and methodologically on Discourse Analysis (DA), French mode, based on studies by Michel Pêcheux and on contributions by other French and Brazilian researchers on DA and communication fields devoted to the Brazilian referential. Material was restricted to commentaries by voters on the Orkut site and on the official site of candidate for the Workers’ Party, Dilma Rousseff, the main target of religious comments. Analysis revealed that the voters, who were also the authors of the commentaries, were dominated by the subject-form of the right, or rather, the subject-form dominated by the State which replaced God in the transition from feudal to capitalist production. Several factors, however, underscore that identification is not done fully, In other words, the subject does not function integrally in these discourses. There are factors that pass through the process whose origin lies in discursive formations which are foreign to the corresponding knowledge of the subject-form. It may be supposed that the process is explained by the functioning of religiosity as a characteristic of the so-called national identity, or rather, being a citizen of a Christian country is a fact associated with the imaginary of Brazil-ness so that any and every action involving decision on the nation’s fate has to pass through the Christian religiosity stance associated to Brazil-ness. Within the Brazilian situation, the laical condition of the bourgeois State is supplanted by Christianity as a founding discourse. In spite of the juridical factors involved, something speaks through the imaginary and the unconscious to Brazilian citizens and convinces them that the Christian factors should not be discarded when the fate of the nation is being decided. It is the permeability of the religious in what should be laical and impairs any form of total protection.

**Keywords:** 2010 presidential elections; Religion; Politics; Voters; Internet

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Autodescrição do site de relacionamentos Orkut .....	106
Imagem 2 – Idade dos Usuários (ORKUT, 2012b).....	107
Imagem 3 – Participação dos usuários por país (ORKUT, 2012 b) .....	107
Imagem 4 – Comunidade “Católico não vota em Dilma” .....	108
Imagem 5 – Tópico do fórum da comunidade “Católico não vota em Dilma”.....	109
Imagem 6– Perfil da Comunidade “Católico não vota em Dilma” .....	110
Imagem 7 – Página inicial do site do candidato José Serra (PSDB) .....	112
Imagem 8 – Página inicial do site da candidata Marina Silva (PV) em 2010 .....	113
Imagem 9 – Página inicial do site da candidata Dilma Rousseff (PT) em 2010.....	114
Imagem 10 – Parte superior do site de Dilma Rousseff .....	115
Imagem 11 – Atalhos sobre a organização da campanha.....	116
Imagem 12 - Produções midiáticas da campanha.....	117
Imagem 13 – Redes sociais.....	118
Imagem 14 – Mobilização .....	118
Imagem 15 – Suas Histórias .....	119
Imagem 16 – Multimídia.....	119
Imagem 17 – Notícia em destaque .....	120
Imagem 18– Quadros em destaque.....	121
Imagem 19 – Notícias em destaque.....	121
Imagem 20 – Últimas notícias.....	121
Imagem 21 – Espaço para comentários sobre as notícias .....	122
Imagem 22 – “Primeira Missa no Brasil”, pintura de Victor Meirelles.....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidades selecionadas para a análise -----	146
Tabela 2 – Notícias no site da candidata Dilma Rousseff relacionadas à motivação religiosa do voto -----	148
Tabela 3 – Manchetes da seção “Em nome da verdade” relacionadas aos elementos religiosos -----	148
Tabela 4 – Identificação do material selecionado para análise -----	149

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O(S) SUJEITO(S) E O(S) SENTIDO(S) NA ANÁLISE DE DISCURSO .....</b>	<b>21</b>
2.1	Uma teoria materialista do discurso ou a ousadia de Michel Pêcheux.....	21
2.2	Formação discursiva e processos de identificação na constituição do sujeito eleitor brasileiro .....	40
2.3	Considerações preliminares .....	60
<b>3</b>	<b>POLÍTICA E MÍDIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA CANDIDATOS E ELEITORES.....</b>	<b>61</b>
3.1	Mídia e Política: imprecisões necessárias .....	63
3.2	Midiatização da política e da sociedade: conceitos e considerações.....	66
3.3	Política midiaticizada e o lugar do cidadão .....	78
3.4	Mídia, política e cidadania: breve retrospecto histórico no mundo e no Brasil .....	87
3.5	A política ganha a rede: a internet como espaço de campanhas e debates políticos.....	88
3.6	O Orkut como espaço de debates pela instância cidadã em 2010 .....	105
3.7	Dilma 13: o site da candidata como espaço da manifestação do eleitor .....	111
3.8	Considerações preliminares .....	123
<b>4</b>	<b>A RELIGIÃO COMO DISCURSO FUNDADOR E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2010.....</b>	<b>127</b>
4.1	Da Terra de Santa Cruz ao Brasil do século XXI.....	128
4.2	O discurso cristão e as condições imediatas de produção do processo eleitoral em 2010 .....	134
4.3	Considerações preliminares .....	144
<b>5</b>	<b>GESTOS DE ANÁLISE .....</b>	<b>146</b>
5.1	Sobre a Constituição do Corpus e do Percorso de Análise .....	146
5.2	Discurso dos eleitores no Orkut .....	151
5.3	Discurso dos eleitores no site de Dilma Rousseff .....	191
5.4	Considerações sobre a análise.....	265
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>285</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>291</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas escolas de educação básica ensina-se que antes de serem chamadas de Brasil, as terras “descobertas” por Pedro Álvares Cabral receberam o nome de Terra de Santa Cruz. Esse gesto designativo a partir do qual se funda oficialmente a nação brasileira, isto é, marca-se, pelo ato de nomear, a posse do novo território para a Coroa Portuguesa, institui também o traço cristão do colonizador. A cruz, estampada nas velas das caravelas, conforme posteriormente seria pintado por artistas como Oscar Pereira da Silva (*Desembarque de Cabral em Porto Seguro, 1904*), ainda se fez presente em Porto Seguro para o rito litúrgico da missa, quatro dias após o desembarque, também iconicamente narrado em tela por Victor Meirelles (1861). Além disso, Frei Vicente do Salvador (1627) relata que, em 3 de maio de 1500, o próprio capitão-mor erigiu uma cruz nas terras de que tomava posse.

Essa marca historiográfica associada aos sentidos que se tentou cristalizar por meio da pintura e dos primeiros relatos ligados à escrita da história do Brasil remetem à instituição de uma memória constitutiva a respeito da presença do cristianismo como traço do que se tem chamado de identidade do povo brasileiro. O que observamos, desde os primeiros relatos, é que a presença cristã na constituição da história oficial da nação e dos sentidos de brasilidade não se dá apenas nas questões devocionais, mas também naquelas vinculadas à política. À sombra da cruz, Cabral, Caminha e toda a sua esquadra, não apenas constata a existência de novas terras, mas declaram a sua posse pelo rei de Portugal. A partir disso, notamos que elementos da cristandade estarão sempre intrincados com o exercício do poder em terras brasileiras, outrora, Terra de Santa Cruz, desde o católico Frei Henrique Soares, presidente do primeiro rito cristão, até o evangélico Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, cujas peripécias assolam e assombram o país enquanto este trabalho é finalizado.

Acerca dessa ligação da religião com a política, podemos destacar atividades revolucionárias e episódios da vida pública em que os movimentos religiosos determinaram ou interferiram nas decisões acerca da organização do Estado brasileiro. Nos movimentos pernambucanos pré e pós-independência, encontramos o frade carmelita Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei Caneca), morto em 1825 por liderar a Confederação do Equador, que proclamou a independência de Pernambuco do governo imperial (MARANHÃO, 2004). Em Minas Gerais, no episódio da Inconfidência Mineira, narra-se a participação do Padre Carlos Toledo, conhecido por suas ideias radicais, que, tendo sido condenado à morte na forca (pena dada aos líderes do movimento), teve sua pena transformada em exílio perpétuo e passou o resto de seus dias enclausurado em Lisboa, onde faleceu em 1803 (CRUZ, 2011).

Já nos primeiros anos da República, teve cena o movimento de Canudos, em que, sob a liderança do beato Antonio Conselheiro, camponeses, movidos pelas rezas e pregações do beato, tentaram construir uma sociedade igualitária no interior da Bahia, com base nos preceitos de igualdade e partilha do cristianismo primitivo. O movimento foi considerado ameaçador pelos fazendeiros locais e anti-republicano pelo governo federal da época, o que levou ao massacre de seus participantes em 1896 (BRITTO, 2013). Também no período republicano, devemos mencionar a Guerra do Contestado (encerrada em 1916), na qual a disputa de um território pelos estados do Paraná e Santa Catarina e, sobretudo, a tensão social causada, entre outros motivos, pela construção de uma estrada de ferro e a desapropriação de terras ao longo do empreendimento originaram um movimento messiânico liderado pelos três monges que se sucederam, cognominados de João Maria, que alimentavam junto ao povo os sentidos de guerra santa em relação ao movimento (CORDEIRO, 2013).

Mencionamos ainda, no Ceará, a trajetória do Padre Cícero Romão Batista (Padim Ciço) que, além da fama de santidade envolvendo milagres em vida, exerceu grande liderança política, tendo sido eleito prefeito municipal, vice-governador do estado e deputado federal. Falecido em 1934, com as ordens sacerdotais suspensas<sup>1</sup>, continua a atrair anualmente dois milhões de pessoas a Juazeiro do Norte (SANCHIS, 2007).

Na história mais recente da nação, tiveram cena a(s) Marcha(s) da Família, com Deus e pela Liberdade contra a suposta ameaça comunista à liberdade religiosa, à moral e à propriedade privada. Esses atos seriam uma resposta ao pronunciamento do presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, no qual criticara a indústria anticomunista e o uso de símbolos religiosos como oposição ao governo (CODATO e OLIVEIRA, 2004).

Esses elementos e outros que serão descritos-interpretados neste trabalho, ao materializar a relação de sentidos estabelecida ao longo da história nacional entre política e religião, apresentam o quadro de pertinência do incômodo surgido no pleito presidencial de 2010 e que motiva a presente pesquisa. Naquele período, mais uma vez, vimos emergir no processo eleitoral os elementos religiosos como causa de debates e divergências entre os eleitores que, invocando o nome divino e a tradição cristã brasileira, formulavam seus discursos com justificativas acerca de suas preferências entre os presidenciáveis.

A partir dessas inquietações é que propomos este trabalho, que tematiza os elementos religiosos na campanha presidencial de 2010 e no qual assumimos como objeto de estudo o funcionamento discursivo dos processos de identificação no discurso dos eleitores, na internet, a respeito da motivação religiosa de suas escolhas eleitorais no pleito

---

<sup>1</sup> Em 15 de dezembro de 2015 foi anunciada postumamente a reabilitação do Padre Cícero perante a Igreja Católica, o que tornou sem efeito as sanções recebidas em vida pelo clérigo.

citado. Esse recorte relaciona-se, como dissemos, ao efeito de supremacia dos princípios religiosos na escolha do chefe do Poder Executivo nacional. Mais do que a existência do vínculo entre religião e política, chamou-nos a atenção a forma exacerbada como essa situação se instaurou no processo eleitoral em 2010, sobretudo em relação à candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff.

Sobre a preponderância dos elementos religiosos na campanha presidencial de 2010, Cervellini, Giani e Pavanelli (2011), com base em pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), concluem que apesar das denúncias de corrupção envolvendo Erenice Guerra (sucessora de Dilma na Casa Civil), das declarações de Lula sobre a imprensa e a imagem pouco consolidada da candidata petista<sup>2</sup>, que jamais havia disputado uma eleição, foram as polêmicas em torno do aborto o principal elemento a empurrar a decisão do pleito para o segundo turno.

Por sua vez, Machado (2012) destaca a forma inesperada como os elementos referentes ao aborto e outros temas da moral cristã foram ganhando espaço no debate eleitoral. A pesquisadora ressalta que a preferência religiosa não era tida como fator preponderante nos *surveys* realizados até o final do mês de agosto. Aponta, contudo, que a partir de setembro começa a se observar a queda de apoio e o crescimento da rejeição da petista entre os evangélicos, acumulando sete pontos percentuais de perda em quinze dias nesse segmento que representava 20% do eleitorado brasileiro. Ao mesmo tempo, relata a autora, que os candidatos do PSDB (José Serra) e do PV (Marina Silva) começaram a crescer na preferência desse público: o primeiro ganhou dez pontos percentuais e a segunda, sete, no período entre dois e dezesseis de setembro. Em vista disso, teria sido necessário à candidatura do Partido dos Trabalhadores desenvolver estratégias de mobilização dos cristãos evangélicos ao final do primeiro turno.

Esses dados apontam para a intensidade que os debates de cunho religioso foram assumindo o longo da campanha presidencial no pleito em questão. Por outro lado, além do peso institucional do chamado estado laico, em que as decisões do poder público não deveriam ser afetadas pelas convicções de ordem religiosa, ou seja, em que a religião seria algo exclusivo da esfera privada, as formulações advindas de pesquisas oficiais indicam um enfraquecimento da hegemonia do catolicismo, uma dispersão dos cristãos entre as várias denominações evangélicas e uma crescente indiferença de um grande número de brasileiros quanto aos aspectos religiosos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), em 2010, os católicos continuaram sendo a maioria, embora mantendo a

---

<sup>2</sup> A respeito da necessidade de produzir efeitos de legitimidade e credibilidade pela candidata Dilma Rousseff, no pleito presidencial de 2010, deve-se mencionar a dissertação de mestrado de Ludimila Machado Marques, defendida junto a este programa de pós-graduação. Disponível em: <[http://www.ple.uem.br/defesas/def\\_ludimila\\_machado\\_marquesl.htm](http://www.ple.uem.br/defesas/def_ludimila_machado_marquesl.htm)>. Acesso em: 1.jul.2016.

tendência de queda. Já os evangélicos, em dois anos passaram de 15,4 para 22,2% da população nacional. O instituto apontou também o aumento, embora em ritmo menor, daqueles que se declaravam sem religião: eram 15 milhões, no início da década, e ultrapassaram vinte milhões em 2010, num crescimento de 0,7%.

Em vista desse complexo quadro em que elementos divergentes teceram os movimentos que, em última instância, determinaram os rumos do Estado brasileiro nos últimos anos, o incômodo já mencionado determinou a formulação do seguinte problema de pesquisa: Como se pode explicar, na conjuntura de um Estado laico, e com o aumento do percentual de pessoas que se declaram sem religião, que os elementos religiosos determinem a formulação dos discursos e práticas político-eleitorais no Brasil? Essa questão maior conduz a questionamentos pontuais, ao mesmo tempo em que é por eles sustentado:

- a) O Estado laico assegura a pretensa objetividade dos debates político-eleitorais, blindando-os da interferência dos elementos religiosos?
- b) Não ter religião significa não ser afetado pelos discursos religiosos?
- c) Haveria discrepância entre os discursos e práticas sobre a liberalidade moral na sociedade contemporânea e os discursos sobre a escolha dos candidatos a cargos eletivos?

Diante desses questionamentos assume-se a tese de que a religiosidade é um traço da chamada identidade nacional. Traço que se explica a partir da consideração do cristianismo como discurso fundador do ser brasileiro. Entende-se que esse elemento afeta o imaginário dos sujeitos acerca da brasilidade, de modo que reconhecer-se como brasileiro implicaria necessariamente em uma relação com a religiosidade, sobretudo com o cristianismo. Desse modo, em tempos de relevantes decisões nacionais, como é o caso das eleições, o sujeito eleitor, embora identificado com a forma-sujeito de direito, é afetado, no nível do imaginário, pelos imperativos da formação discursiva religiosa remanescente do período medieval e retorna à divindade como elemento que respalda, justifica e legitima suas decisões. Compreende-se tratar-se de um movimento de sentidos que, conforme se apontará adiante, afeta até mesmo os que, de alguma forma, rejeitam o discurso religioso.

Quando formulamos nossas perguntas de pesquisa, procuramos fazer o levantamento dos trabalhos produzidos na academia, nas diversas áreas que cercam nosso trabalho, a respeito do pleito de 2010 e de possíveis relações entre política e religião, visto que nossa pesquisa situa-se no quadro de pertinência de outras discussões acadêmicas a respeito da campanha presidencial de 2010, não só na área da Linguística, mas também da Comunicação, da Ciência Política, das Ciências Sociais, da Sociologia, conforme podemos

aferir a partir de incursões<sup>3</sup> no banco de teses<sup>4</sup> disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Na área da Linguística, da qual obtivemos oito retornos, os trabalhos de Marques (2013), Capistrano (2014), Arcine (2012) e Brito (2015) analisaram, sob diversas perspectivas teóricas, os materiais de campanha dos principais candidatos à presidência no pleito de 2010. Por seu turno, Mareco (2013), Santos (2014a), Souza (2014), Coutinho (2013), Aguiar (2013), Santos (2014b) e Zampar (2014) ocuparam-se da análise de materiais publicados em revistas de grande circulação acerca dos candidatos com maior porcentagem das intenções de voto, enquanto que a pesquisa de Silveira (2015) ocupou-se de materiais que circularam no *Twitter*. Já no campo da Comunicação, nossa busca resultou em quatro trabalhos: Tramontini (2013), Aggio (2014), Lemos (2014) e Ribeiro (2013), que abordam o pleito de 2010, focalizando, grosso modo, vários veículos midiáticos.

Quanto à área da Ciência Política, em que encontramos cinco pesquisas acerca do período eleitoral em análise, Rocha (2013) abordou os condicionantes do voto na candidata petista em 2010. Já Parachen (2013) e Pimentel Júnior (2015) abordaram materiais de campanha dos dois candidatos com maior expressão eleitoral naquela disputa. Nesse campo, dois dos trabalhos localizados, dedicaram-se à questão do aborto. Mantovani (2014) discutiu as razões que fizeram do aborto o tema central do segundo turno da disputa presidencial no Brasil em 2010, a partir do pressuposto da disputa entre os atores do campo político, jornalístico e religioso. Por seu turno, Santos (20113) ocupa-se da análise de todos os textos do jornal Folha de S. Paulo que mencionaram a palavra “aborto”, entre 18 de agosto e 29 de outubro de 2010, período correspondente à propaganda político-eleitoral na TV, como meio de analisar a forma como a questão emergiu no cenário eleitoral, como se desenrolou, e assim, investigar a tática a que tal abordagem serviu, bem como suas implicações à disputa de posições sobre legalização do aborto no Brasil.

Identificamos, no campo das Ciências Sociais, cinco trabalhos acerca da disputa presidencial de 2010 com abordagens bastante heterogêneas. Souza (2015) discutiu a questão da racialização do voto, enquanto Pereira (2013) analisou materiais do Twitter acerca dos quatro candidatos melhor posicionados nas pesquisas daquele período e Carvalho (2013) analisou a presença da temática do meio ambiente em textos sobre o referido pleito publicados no jornal Folha de São Paulo. Constatamos a presença de dois trabalhos que se dedicaram à temática religiosa na disputa eleitoral em análise. Costa (2015) é compreender o discurso dos líderes religiosos evangélicos de Londrina PR e como suas ações e visões de

---

<sup>3</sup> Ao longo da pesquisa, vários levantamentos foram realizados. No último deles, em junho de 2016, a combinação dos termos “Dilma” e “eleição”, retornou 317 trabalhos, enquanto que o par “Dilma” e “religião” 432 produções. Já a associação entre “Dilma” e “religião” resultou em 715 dissertações e teses. Ressalte-se que, a maioria dos trabalhos repetiram-se nos resultados das três buscas.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>.

mundo, segundo seus interesses particulares ou institucionais, corroboram para a conquista ou não de um representante político em determinado pleito, sendo sua referência o processo eleitoral de 2010. Walter (2015) procurou verificar em que medida as religiões mais praticadas no Brasil estão relacionadas com a participação política, não apenas no que se refere as formas eleitorais, mas estendendo-se também as formas não convencionais ou de protesto.

Dois trabalhos sobre o pleito presidencial de 2010 apontados em nossa pesquisa, de áreas diversas das já mencionadas, tomaram por base a Análise de Discurso. Lessa (2014) analisa o funcionamento da memória em materialidades linguísticas e imagéticas. Já Silva (2013) analisa o discurso de lançamento das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva.

Pelos trabalhos mencionados, que problematizam diversos aspectos do pleito presidencial 2010, pode-se observar a intensidade e variedade dos discursos que foram produzidos naquele período, o que resultou na efervescência de sentidos que permeiam a presente pesquisa. Note-se que dentre as pesquisas concluídas até o momento, disponíveis no banco de tese da Capes, não foram localizadas investigações científicas sobre as eleições presidenciais em tela que envolvessem o funcionamento discursivos dos elementos religiosos, a partir de discursos de eleitores na internet, o que assinala a originalidade deste trabalho.

Para ancorar teórica e metodologicamente a pesquisa em discussão, buscamos respaldo na Análise de Discurso de linha francesa (AD), referenciada nos estudos de Michel Pêcheux. Entendemos que os pressupostos desse dispositivo teórico-metodológico fornecem um instrumental produtivo para compreendermos os processos da ordem do simbólico que envolvem o sujeito na sua relação com a língua e a ideologia, a partir de uma perspectiva materialista derivada da fecunda inter-relação entre o marxismo, a linguística e a psicanálise. São também relevantes para a pesquisa os estudos produzidos por Claudine Harroche a respeito da configuração do sujeito na mudança da Idade Média para a Modernidade. Recorremos também a estudiosos de linha pecheuxtiana no Brasil, tais como Eni Orlandi, Suzy Lagazzi, Monica Zoppi-Fontana, Freda Indurski, Evandra Grigoletto e Ercília Ana Cazarin, que, mais do que disseminar as ideias de Pêcheux em terras brasileiras, têm contribuído para a construção do que se pode chamar de uma escola brasileira de análise de discurso.

Em vista da pergunta de pesquisa formulada, vislumbramos no dispositivo teórico-metodológico da AD os elementos adequados para descrever-interpretar o funcionamento discursivo dos elementos religiosos que afetam os processos de interpelação ideológica dos sujeitos envolvidos na produção e circulação dos discursos políticos-eleitorais e neles se materializam a partir de um efeito de suposta evidência. Além dos conceitos fundantes formulados por Pêcheux, disseminados e aprofundados por aqueles que compartilham de sua base epistemológica na França e no Brasil, tais como sujeito, condições de produção,

formação discursiva e interdiscurso, a especificidade deste trabalho exige também o conceito de identidade, que se configura de modo bastante particular no escopo teórico adotado.

Por se tratar de discursos a respeito da política, que circularam na internet, isto é, na esfera midiática, buscamos dialogar com conceitos produtivos à análise proposta produzidos no campo dos Estudos na Comunicação no Brasil. Estabelecemos também aproximações com os estudos de Patrick Charraudeau, cuja abordagem discursiva dos processos políticos e midiáticos apresenta relação bastante profícua com AD derivada de Pêcheux. Embora reconheçamos a divergência quanto ao conceito do sujeito pecheuxiano em relação àquele assumido pelos estudiosos mencionados, entendemos ser imprescindível compreender as formas pelas quais essas áreas discutem os fatos referentes à relação mídia-política, a fim de ampliar o domínio teórico-prático a respeito do funcionamento dessas instâncias. Isto é, mesmo que não haja concordância teórica total com esses postulados, eles devem ser assumidos como parte das condições de produção dos discursos que circulam nessas esferas, pois apontam para a forma como os profissionais dessas áreas concebem a sua atuação. Concepção esta que assume relação constitutiva com os discursos produzidos por eles ou sob sua orientação.

Para alcançar as possíveis respostas à questão formulada, centraremos nosso olhar investigativo nas eleições presidenciais de 2010, abordada a partir da metodologia de pesquisa documental com caráter analítico, tendo por instrumento os dispositivos teórico-metodológicos da AD e elementos advindos dos Estudos da Comunicação, a partir da qual pretendemos discutir a relação entre os elementos religiosos, a formulação dos discursos políticos-eleitorais e o comportamento de candidatos e eleitores no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, a escolha por abordar o caso referente à candidatura de Dilma Rousseff deve-se por ter sido, no contexto do pleito disputado, a mais exigida em termos de posicionamentos religiosos quanto à fé e a moral, em processos semelhantes aos que Lula fora alvo nas eleições anteriores.

Na conjuntura dessa construção teórico-metodológica-analítica, assume-se como objetivo geral desta pesquisa analisar, a partir dos processos de identificação, o funcionamento do discurso religioso cristão na formação e circulação dos discursos dos eleitores brasileiros a respeito da escolha de seus candidatos, na internet, nas eleições de 2010.

Almeja-se também descrever-interpretar o percurso epistemológico da constituição da Análise de discurso e de suas formulações basilares, como forma de compreender o conceito discursivo de identidade com referência aos processos sócio-históricos e ideológicos de constituição dos sujeitos e dos sentidos e em relação com a categoria de discurso fundador, de modo a estabelecer referenciais consistentes para a análise proposta.

Pretende-se ainda caracterizar-analisar o funcionamento das instâncias política e midiática, no âmbito da chamada política midiaticizada, dos seus primórdios ao advento do uso da internet em campanhas eleitorais, bem como discutir as vias destinadas à manifestação do eleitor, sobretudo as redes sociais e sites de relacionamento, particularmente o *Orkut*<sup>5</sup>, como locais de estabelecimento de relações de sentido entre os sujeitos eleitores brasileiros e o processo de escolha do(a) Presidente da República, como forma de contribuir para o aprofundamento dos estudos discursivos sobre os debates político-eleitorais disseminados nos espaços virtuais.

Busca-se igualmente apresentar o percurso discursivo da constituição das relações entre religião e política no Brasil, bem como seus principais desdobramentos na conjuntura eleitoral brasileira, nas eleições presidenciais de 2010, a fim de delinear as relações entre essas condições de produção e a delimitação de um discurso fundador da identidade do cidadão-eleitor brasileiro.

Ambiciona-se, por fim, analisar o funcionamento dos elementos religiosos nos discursos que tematizam os critérios de escolha dos candidatos à Presidência da República nos fóruns das comunidades do *Orkut* e nas seções de comentários dos sites dos candidatos, com vistas ao estabelecimento de relações entre esses discursos e a sua constitutividade com os elementos que caracterizam a identidade nacional do povo brasileiro, a partir da noção de discurso fundador.

Em vista desses objetivos, as discussões decorrentes da pesquisa foram elaboradas e sistematizadas em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta os fundamentos teóricos referentes à análise de discurso, teoria que sustenta este fazer que se pretende científico. Nele, descreve-se o percurso epistemológico da constituição da AD, por Pêcheux, na França e o conjunto de conceitos vinculadas a esse dispositivo teórico-metodológico, os quais confluem para o estabelecimento do conceito de identidade e da categoria de discurso fundador.

No segundo capítulo, têm lugar as discussões a respeito da política midiaticizada e suas implicações para os processos eleitorais contemporâneos. Enfatizam-se os espaços dados à manifestação do eleitor, facilitada pelo uso da internet. Destaca-se o funcionamento e relevância do site de relacionamentos *Orkut* no processo eleitoral de 2010.

Já o terceiro capítulo ocupa-se de caracterizar os processos discursivos que envolvem a constituição do cristianismo como discurso fundador da identidade nacional. Nesse movimento, por se considerar, em consonância com Orlandi (2008, p.93), de que “a

---

<sup>5</sup> Em 30 de setembro de 2014, portanto durante o desenvolvimento desta pesquisa, o site de relacionamentos *Orkut* foi desativado. Contudo, deve-se reconhecer que o site ofereceu, no contexto da internet, a possibilidade de amplos e intensos debates sobre o cenário político-eleitoral em 2010, sobretudo aqueles que vinculam a preferência político-partidária aos elementos religiosos.

identidade é um movimento na história”, ancora-se nos processos de identificação que ocorrem no interior das diversas formações discursivas como forma de assumir a historicidade constitutiva de todo discurso como elemento capaz de descrever-interpretar esse movimento.

Por fim, o quarto capítulo consiste efetivamente nos gestos de análise desenvolvidos em torno dos discursos dos eleitores a respeito do voto religioso, com base nos conceitos elencados no primeiro capítulo. O movimento de análise proposto parte da análise individual dos efeitos de sentido que emergem dos comentários individualmente e caminha para considerações gerais a respeito do conjunto do material analisado em vista da construção de uma resposta possível ao problema que move esta pesquisa. Antes de se empreender tais análises, detém-se às explicações de caráter metodológico que, por isso, foram omitidas desta seção.

O desenvolvimento da presente pesquisa assume caráter altamente relevante para o pesquisador, pois além de propiciar-lhe a imersão mais aprofundada na teoria de Michel Pêcheux, com a qual vem mantendo contanto há mais de uma década e relacioná-la a novos materiais discursivos propiciados pelo advento da internet, permite-lhe também estabelecer um olhar científico sobre questões que o envolvem como militante da política e da religião e que foram causa de intensa angústia durante o pleito analisado.

Para o Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE/UEM), tem-se a convicção de que a reflexão científica aqui perseguida contribuirá para não só para o aprimoramento da linha de pesquisa “Estudos do Texto e do Discurso”, mas, sobretudo, para o fortalecimento da tradição que se tem construído a respeito das análises dos processos político-midiáticos, principalmente aqueles contemplados pelas propostas do Grupo de Estudos Político-Midiáticos (GEPOMI-UEM/CNPq).

De forma bastante particular para o grupo de pesquisa e para os estudos linguísticos em geral, acrescenta-se mais um elemento ao mosaico de trabalhos que discutem os processos eleitorais brasileiros mediados/protagonizados pela mídia, de modo particular a internet. Assim, além de configurar-se como mais um discurso sobre esses discursos, há a possibilidade de se extrair deste trabalho subsídios que contribuam para amenizar inquietações e provocar muitas outras a respeito das eleições 2010 e para a discussão a respeito de sua determinação pelos elementos religiosos.

Por fim, em quanto à sua relevância para a sociedade, em tempos em que prevalecem discursos de que os eleitores brasileiros são vítimas de um processo de alienação política que os impede de escolher com objetividade os futuros detentores do poder político, ousa-se afirmar que o desenvolvimento desta investigação científica pode provocar novos olhares e novas compreensões a respeito do efeito de evidência a partir da qual determinados(as) candidatos(as) seria(m) o(s) único(s) capazes de preservar o Brasil da ofensiva de um mal a ser, em nome de Deus, evitado.

## 2 O(S) SUJEITO(S) E O(S) SENTIDO(S) NA ANÁLISE DE DISCURSO

Este capítulo, destinado à exposição-discussão-interpretação dos elementos teórico-epistemológicos que embasam a presente pesquisa, está organizado em dois mo(vi)mentos. O primeiro deles trata do itinerário pecheuxtiano na proposição de sua teoria marxista do discurso. Nele, desenvolve-se uma abordagem mais geral, um sobrevoo sobre os pressupostos basilares daquilo que veio a ser a Análise de Discurso (AD). O segundo compreende um gesto de aproximação, em que são focalizados os aspectos da teoria, que não existem autonomamente, mas se sustentam sobre o alicerce maior, que mais intensamente se relacionam ao gesto de análise aqui produzido.

### 2.1 Uma Teoria Materialista do Discurso ou a Ousadia de Michel Pêcheux

Na nota ao leitor da versão brasileira de *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2002), Eni Orlandi principia por destacar o que chamamos de a ousadia de Michel Pêcheux em “aceitar o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já feito” (ORLANDI, 2002, p. 7). Esse talvez seja o principal desafio e o maior encanto de se trabalhar com a Análise de Discurso (AD) derivada de Michel Pêcheux, estabelecer, através do dispositivo teórico-analítico, gestos que desestabilizem aquilo que é dado como evidente, como transparente, como obviamente impossível de ser de outra forma. É no esteio dessa ousadia que este trabalho se lança, ao tentar organizar, sob efeito de aparente evidência, uma teoria que desestabiliza a ideia de um mundo semanticamente normal, o qual é considerado apenas como um efeito necessário à formulação do discurso. Ousadia que busca desestabilizar os efeitos de evidência dadas pelo discurso religioso pelo lugar da religião.

Antes, porém, de começarmos a percorrer o itinerário construído por Pêcheux, destacamos as considerações de Paul Henry (2003) sobre a AD, que permitirão compreender as formas pelas quais a proposta de Pêcheux constitui-se em algo completamente diferente do que concebiam seus contemporâneos em relação ao problema do sentido no âmbito da Linguística:

Assim, a análise de discurso é um dispositivo que tenta produzir, como resultado de análise, certas relações de paráfrase ou de equivalência semântica, de metáfora ou de metonímia, ao invés de toma-los como dados, ao invés de, por exemplo, opor *a priori*, um sentido próprio e sentidos derivados. (HENRY, 2003, p. 162).

Nessas condições, o empreendimento teórico de Pêcheux parte do questionamento

das evidências que sustentavam a Semântica na França, na década de 1960, que a colocavam como um apêndice da Linguística, e concentra-se em construir uma teoria materialista do sentido, pondo em contato, em vista disso, a Linguística e a Filosofia. Nesse gesto, estabelece a crítica ao caráter iminente idealista por que vinha sendo afetada a Filosofia da Linguagem, em contraponto à qual proporá sua teoria do discurso (PÊCHEUX, 1997a).

Para estabelecer essa teoria da análise materialista das práticas de linguagem, o autor produz a crítica às três tendências principais em vigor no campo da Linguística naquele momento: a formalista-logicista (Chomskyana), a tendência histórica (geo-, etno-, sociolinguísticas) e a linguística da fala. Em relação a elas, as quais ele reconhece dominadas pela primeira, isto é, a tendência formalista-logicista, assume o seguinte posicionamento:

Trata-se, no presente trabalho, de compreender como aquilo que hoje é *tendencialmente* “a mesma língua”, no sentido linguístico desse termo, autoriza, funcionamentos de “vocabulário-sintaxe” e de “raciocínios” antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada. (PÊCHEUX, 1997a, p. 26, grifo do autor).

Nesse movimento, interessa, pois, a Pêcheux, questionar a ideia de uma língua neutra que funciona de modo plenamente previsível e, conseqüentemente, fazer ruir os pressupostos das tendências linguísticas da ocasião, instaurando as bases de uma noção de língua dividida, constitutivamente atravessada pela contradição. Rompe-se com a ilusão da univocidade do signo de linguístico e de que sendo a mesma língua, as palavras produziram sempre os mesmos sentidos.

Ainda no campo da Linguística, o incômodo pecheuxtiano deriva dos questionamentos que colocavam a essa ciência, considerada piloto das ciências sociais, aos quais, naquele estágio, ela não dispunha de respostas, sobretudo quando se tratava das questões relacionadas ao sentido:

a Linguística não pode evitar o problema com um simples ‘eu não sou o que vocês estão pensando!, isto é, reforçando as defesas das suas fronteiras. [...] A Linguística não seria afetada por exigências em direção à “Semântica” se ela já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior. (PÊCHEUX, 1997a, p. 88).

O autor defende, assim, que tais questões retornam a essa ciência porque, em um momento anterior, a Linguística, para se consolidar, teria tentado se desvincular delas. Seria, desse modo, um processo de retorno ocasionado por lacunas criadas em seu próprio interior. Um movimento causado pela incompletude de um aparato teórico que, embora

academicamente referenciado e reproduzido, não conseguia abarcar o seu objeto. Não se trata de postular que exista ciência capaz de discutir determinado objeto de estudo em sua integralidade, mas de reconhecer que, no caso da ciência da língua(gem), o que foi abandonado ou tido como apêndice, jamais deixou de lhe cobrar explicações.

A respeito do contato entre Filosofia e Linguística com o intuito de promover o retorno da Semântica ao lugar em que sempre esteve presente, mesmo que por ausência, explica Pêcheux (1997a, p. 90, grifos do autor):

[...] essa intervenção consiste, sobretudo, em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à linguística em seu próprio domínio e sobre os próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais.

O teórico francês vai, assim, contrapor-se ao idealismo dominante na Filosofia da Linguagem ao oferecer à Linguística a relação com as teorias materialistas de base marxistas a que se vincula o conceito de formações sociais. A partir disso, estabelece a distinção entre a língua, sistema abstrato, frio e neutro, a que designa de base linguística e os processos discursivos que por meio dela podem se realizar:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e o idealista, para o revolucionário e o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*. (Pêcheux, 1997a, p. 91).

Para além do funcionamento interno do sistema linguístico, do qual reconhece a autonomia relativa, as proposições pecheuxtianas vão, assim, delimitando a pertinência de outros elementos inerentes aos processos discursivos instrumentalizados pela base linguística. A questão do sentido, portanto, objeto da Semântica, não poderia decorrer apenas das formas estabilizadas desse sistema, mas estariam em relação com uma exterioridade que, em Pêcheux, não é jamais considerada como um fora independente, mas um exterior constitutivo de toda formulação derivada dessa base. Em vista disso, em nossa pesquisa, conforme materializam os comentários a serem analisados, unidades do mesmo sistema linguístico servem tanto para enaltecer ou atacar qualquer um dos candidatos, produzindo efeitos de sentidos inesperados e deslocando outros já cristalizados por força dos processos exteriores que atuam sobre o sistema.

Tais formulações, insiste o filósofo, não correspondem à *parole* (fala) saussuriana, entendida como mero uso do sistema. No escopo dos estudos marxistas, elas se explicam a partir do conceito de luta de classes. Embora o sistema linguístico, em sua relativa autonomia, possa estar imune a essa realidade constitutiva do modo de produção capitalista discutida

nos estudos marxistas, o mesmo não acontece com os processos discursivos:

a indiferença da língua em relação à luta de classes caracteriza *autonomia relativa do sistema linguístico* e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam não serem “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1997a, p. 92, grifos do autor).

Conforme se observa no texto citado, intensifica-se, por parte do teórico, a negação de qualquer compreensão idealista quanto aos processos linguageiros. Por outro lado, o instrumental teórico derivado de Marx vai sendo apropriado para explicar esses mesmos processos. É do marxismo que vão surgindo os elementos que construirão parte das respostas que a Linguística, ciência da língua, não conseguiu responder.

No entanto, como é próprio da luta de classes e da visão materialista de mundo e de ciência, tais elementos da mesma maneira que não surgem espontaneamente, mas decorrem do estágio atual da luta de classes, das condições sócio-históricas que determinam o seu aparecimento, tampouco serão pacificamente consolidados.

Para afirmá-las, Pêcheux busca desestabilizar as concepções idealistas, de origem burguesa, as quais denominou de realismo metafísico e empirismo lógico. Ambos teriam, segundo o filósofo, a pretensão de promover o ocultamento do registro político. O primeiro postula a neutralidade do Estado, que seria alcançada por meio do fortalecimento do aparato técnico-burocrático, capaz de absorver a luta política. O segundo corresponde à forma burguesa de política, comparada a um jogo, em que a classe dominante teria o poder de manobrar, embaralhar as cartas. Nesse movimento, a proposta de Pêcheux constituir-se-ia em uma terceira via, a já dita “abordagem teórica materialista do *funcionamento das representações e do pensamento*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 125, grifos do autor). Essa abordagem balizará a compreensão, neste trabalho, acerca da ilusão de que a participação popular propiciada pelo advento da internet constituir-se-ia em um rompimento com a ordem burguesa e as formas de interdição midiática das vozes dos cidadãos comuns. Por ela se pode sustentar que a livre manifestação do pensamento constitui-se como efeito de evidência necessário à manutenção da ordem com a qual se pensa romper.

Tal concepção esbarra ainda em outra noção idealista a ser desfeita, a de sujeito, enquanto efeito ideológico, segundo a qual “a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação” (PÊCHEUX, 1997a, p. 131). Essa concepção é fundante do ideal pragmático de sujeito: autônomo, livre de qualquer determinação, senhor de suas vontades e de suas decisões, conforme parece ser na abordagem superficial dos comentários publicados por eleitores na grande rede, um sujeito livre, que tudo pode dizer.

Para contrapor-se a noção idealista do sujeito da pragmática, os estudos de

Pêcheux ancoram-se na tese da interpelação ideológica formulada por Althusser (1980, p.99, grifos do autor):

Sugerimos que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos *interpelação*, que podemos representar com base no tipo mais banal da interpelação policial (ou não) de todos os dias: “Ei, você”.

A interpelação proposta por Althusser consistiria, assim, em um movimento em que se fornece ao indivíduo a evidência de que ele é sujeito, ele, não outro em seu lugar. Essa concepção materialista de sujeito foi assumida e deslocada por Pêcheux, conforme será aprofundado ao longo deste trabalho. Tal processo, fundante para a AD, é imprescindível para que se compreendam os discursos formulados pelos eleitores, na internet, na disputa eleitoral de que se ocupa este trabalho. É pelo atendimento a esse chamado invisível e inaudível da Ideologia que os indivíduos assumem os lugares que lhe são determinados nos processos discursivos: Ei você, brasileiro! Ei, você, cristão! Ei, você, eleitor! Tais posições, por efeito de evidência, aparecem ao sujeito como já dadas, como inescapáveis e impõem o seu funcionamento no processo de formulação dos discursos, de modo parecer impossível não se pronunciar como brasileiro, eleitor, cristão entre outras posições.

A assunção dessa perspectiva em relação ao sujeito representa também, segundo Orlandi (2008, p. 101), uma crítica às correntes dominantes, à época, no campo da Filosofia da Linguagem:

Na figura da interpelação estão criticadas essa duas formas de evidência: a da constituição do sujeito e a do sentido. Crítica feita pela teoria (materialista) do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta sob o modo do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato), ou do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si).

Ainda com relação à relevância da Ideologia na teoria proposta por Pêcheux, Zoppi-Fontana (2005, p. 51), destaca:

É no conceito de Ideologia que se articulam as proposições teóricas que descrevem os processos de constituição do sentido e do sujeito no discurso. É também pelo conceito de Ideologia que Pêcheux inscreve sua Teoria do Discurso no materialismo histórico. É, finalmente, o conceito de Ideologia que serve, até hoje, de divisor de águas entre as diferentes abordagens discursivas.

Conforme anunciado por Zoppi-Fontana (2005), a fim de estabelecer a sua teoria materialista do discurso, Pêcheux não assume de Althusser apenas a tese da interpelação

ideológica, mas toda a teoria advinda de Marx a respeito da preponderância dos elementos econômicos nas formas de dominação derivadas da sociedade capitalista:

a ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação no próprio interior da produção econômica. (PÊCHEUX, 1997a, p. 144).

Em consonância com Althusser, Pêcheux reconhece, assim, que a ideologia não tem um fim em si mesma, mas está a serviço das relações econômicas. Vale ressaltar o aspecto dialético dessa premissa, uma vez que a luta de classes não é dada como estática e irreversível – situação em que, talvez, nem caberia a designação de luta, mas contém, de modo constitutivamente contraditório, no interior do sistema econômico que a gerou, as condições não só de reprodução, mas também da transformação de suas relações de classe intrinsecamente desiguais. Essas relações podem ser observadas, no nosso trabalho, entre outros, naqueles discursos em que o sujeito do discurso, na posição de eleitor, tematiza as questões ligadas à justiça social, quando, em sua relação com o Estado burguês, o eleitor acredita poder alcançar a transformação das injustiças de que essa instituição é instrumento.

Reprodução e transformação, na concepção pecheuxtiana encontram-se intrincadas, não se constituindo em elementos distintos, mas em um par dialeticamente indissociável:

consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para a sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado. (PÊCHEUX, 1997a, p. 144).

Devemos enfatizar que, para Pêcheux, em consonância com as bases materialistas de sua teoria, as ideologias não se fazem de ideias, mas de práticas. Por assim ser, ganha relevância pensar o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) em relação às condições de produção, isto é, ao contexto sócio-histórico mais amplo em que se efetivam:

essas condições [ideológicas de reprodução/transformação] contraditórias são constituídas em um momento histórico dado, e para uma formação social dada [...] na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado contribuem de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para a sua transformação. (PÊCHEUX, 1997a, p. 145, grifos do autor).

Ao assumir a noção materialista de ideologia como prática, Pêcheux (1997a) define que a sua existência ocorre por meio de formações ideológicas que, por sua vez, têm

referência com os AIE. Estas podem ser assim entendidas como a materialização da Ideologia, que comporta regionalizações desta e posições de classe.

os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo em que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que pode se comentar dizendo as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. (Pêcheux, 1997a, p. 146).

A definição de formações ideológicas em Pêcheux é assinalada, ainda, por uma característica fundante: trata-se de um todo complexo com dominante, isto é, a instância ideológica, cujo funcionamento decorre da luta de classes, comporta, em seu interior, várias formações ideológicas, que se imbricam dialeticamente na dinâmica da reprodução/transformação das relações de produção próprias do sistema capitalista. Desse modo, pode-se dizer que no interior da Ideologia subsistem várias ideologias práticas, complexamente emaranhadas entre si. No processo de constituição do discurso as formações ideológicas se fazem presentes determinando a orientação de seu(s) sentido(s) a partir da posição a que se vinculam na luta de classes.

Pode-se, assim, falar em um jogo de forças heterogêneas que concorrem no processo de constituição e formulação dos discursos na sociedade capitalista. A prevalência dessas forças no processo discursivo decorre, conforme se apontou, das condições de produção em que o sujeito se situa em sua relação com a língua e a Ideologia. Em se tratando dos comentários analisados neste trabalho, as ideologias derivadas das diversas igrejas cristãs fornecem aos eleitores os efeitos de evidência a respeito da preferência ou rejeição por determinados candidatos no processo de escolha do Presidente da República. Na tensão entre os conservadores e liberais em torno de temas morais decorrentes do debate sobre o PNDH-3 (Plano Nacional de Direitos Humanos<sup>6</sup>), a ideologia cristã, conforme se apontará, interpelou os eleitores a se reconhecerem e tomarem posições como tais no discurso a partir de uma evidência anterior, a de que o Brasil é um país cristão.

Toda essa preocupação de Pêcheux em discutir, a partir de Althusser, as questões referentes à instância ideológica, tinha como meta a proposição de uma categoria fundamental para a sua teoria materialista do discurso: o sujeito, compreendido, conforme mencionamos acima, a partir da tese althusseriana da interpelação ideológica. Para tanto, formula duas proposições basilares para o aprofundamento da compreensão da subjetividade no âmbito da Análise de Discurso, campo de estudos resultante de seu ousado empreendimento teórico: a primeira delas é de que “só há prática através de e sob *uma*

---

<sup>6</sup> Aprovado pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009. O tema será aprofundado na seção 4.2 deste trabalho.

ideologia”; e a segunda é que “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p. 91).

Nesse escopo, ganha destaque o conceito de Ideologia em geral (PÊCHEUX, 1997a), que se distingue da ideologia dominante, resultado das formações sociais relativas à luta de classes e às formações ideológicas, entendidas como materialização das várias regionalizações da ideologia dominante, isto é, das várias posições de classe. Trata-se, em suma, de um processo sem história delimitada, isto é, *omini*-histórico próprio da condição humana na produção da história que, no âmbito das posições teóricas marxistas-leninistas, é a história de homens, de relações humanas dominadas pelo aspecto econômico ou, para sermos fiéis à terminologia de Marx, a história da luta de classes.

Pode-se afirmar, apoiados nos teóricos já referenciados, que a existência da Ideologia em geral propicia o fato de que, em nenhum momento, é possível ao sujeito considerar-se fora da Ideologia, da mesma forma que não é possível estar fora da luta de classes. É a Ideologia em geral que fornece ao ser humano a representação primária de suas próprias condições de existência. Essa premissa, afeta os gestos de análise empreendidos em nossa pesquisa, na medida em que permite afirmar que essa representação primária envolve o efeito de a Ideologia impor ao sujeito os sentidos de ser brasileiro e de votar como brasileiro, constitutivamente atravessados pela presença do cristianismo na constituição da nação. Determina nesse processo a posição do sujeito em relação à luta de classes, que lhe imporá os efeitos de sentido de conservar ou transformar essas mesmas condições de existência. Em vista disso, a ato de votar como cristão, ou como avesso ou indiferente à religião, envolverá os efeitos de evidência inerentes a esse lugar em relação à reprodução-transformação das condições socioeconômicas em que se encontra imerso.

O caráter eterno atribuído à Ideologia em geral propicia a aproximação, nos estudos de Pêcheux, das teorias psicanalíticas, por meio da retomada da afirmação freudiana de que o inconsciente é eterno. Essa contiguidade é propícia para sustentar a noção de sujeito perseguida pelo filósofo francês:

o caráter comum das estruturas-funcionamento designadas, respectivamente como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 153, grifos do autor)

Conforme se destacou no início deste texto, a ousadia do edifício teórico de Pêcheux configura-se, sobretudo, pela desestabilização das evidências, daquilo que é considerado estável, não passível de problematização. A categoria de sujeito é um desses elementos que o teórico francês irá desestabilizar e fazer dela um incômodo que perdurará ao longo de toda

a sua obra e em todos os estudos dela derivados.

Pêcheux, conforme já se apontou, irá combater a compreensão de sujeito da Pragmática que, afetado pelo idealismo burguês, era considerado como espontâneo, causa de si mesmo, senhor de suas vontades. Para tanto, o autor ancora-se, conforme destacado, nos estudos althusserianos, em que se lê: “*a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia na medida em que toda ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeito.* (ALTHUSSER, 1980, p. 94, grifos do autor). Continua o mesmo autor:

a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): é claro que eu e você somos sujeitos (livres, morais, etc) . Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto, incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), esta “evidência” de que eu e você somos sujeitos – e que esse facto não se constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1980, p. 95).

A partir dessa proposição althusseriana, Pêcheux sustentará o par de evidências a ser desestabilizado por sua teoria materialista do discurso: a evidência do sujeito e a evidência de sentido. Tais elementos não se encontram dissociados, mas completamente intrincados, uma vez que decorrem das relações com a instância ideológica, sustentadas por aquilo que Pêcheux, com base em Paul Henry, designou como pré-construído. A ilusão de ser causa de si mesmo e controlar a univocidade do sentido só se torna possível ao sujeito porque, por via do inconsciente, os sentidos lhe são fornecidos previamente, porém esquecidos, isto é “como se esse elemento já se encontrasse aí” (PÊCHEUX, 1997b, p. 99). É nessa perspectiva que se pode pensar o funcionamento dos elementos religiosos. Escapa ao sujeito qualquer forma de percepção de que as evidências acerca do sentido, que parecem ser fruto de suas convicções pessoais, de sua livre escolha, são previamente fornecidas pela Ideologia. Para o sujeito, se há qualquer predefinição trata-se exclusivamente de algo já estabelecido pela divindade em um processo captado e percebido pela consciência desse sujeito.

O processo de interpelação ideológica do sujeito tem como resultado o que Pêcheux (1997b) designou de “a forma-sujeito do discurso”. No âmbito da formação social decorrente do modo de produção capitalista, esse processo resultou no chamado “sujeito de direito”, caracterizado a partir de uma suposta singularidade sem a qual não é possível ser atingido pelo funcionamento do aparato jurídico do Estado, isto é, faz-se necessário que o sujeito ideologicamente interpelado, reconheça-se a partir do lugar de quem tem deveres a cumprir e que persiga o efeito do bom cidadão, cumpridor das suas obrigações e, por isso, apto a exigir os seus direitos. No dizer de Orlandi (2012, p. 228), “um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir”. Se assim não

fosse, seria impossível tanto exigir-lhe o cumprimento das obrigações tributárias, quanto enquadrá-lo com os rigores da lei.

O fato de funcionar a partir da evidência de ser dono de sua vontade, é que propicia ao sujeito, no âmbito desta pesquisa, a inserção nas discussões acerca de temas político-eleitorais na internet. Responsável por seus atos, o gesto de manifestar-se acerca de suas preferências em torno das diversas candidaturas em jogo deriva da ilusão necessária de poder manifestar a sua opinião, exercendo, assim, a sua singularidade concedida pelo Estado burguês.

Tal efeito de singularização é potencializado pelas condições de produção e circulação de discursos na internet, uma vez que, a partir da conexão à rede, por meio dos espaços dos sites de relacionamento, redes sociais e páginas oficiais dos candidatos, fornece-se ao sujeito eleitor o efeito de deixar de ser apenas parte da grande massa de eleitores comuns alijados dos espaços da mídia convencional, de modo que passam a reconhecer-se a partir do lugar de quem é ouvido, cuja opinião ganha visibilidade. Esse processo, quando levado à exacerbação pode, inclusive, acarretar que o sujeito acabe por produzir formulações em desacordo com as normas da educação burguesa e da norma culta, o que se materializa na presença, em seus comentários, de palavras rudes ou de baixo calão, bem como de um aparente descuido com os padrões formais de escrita, seja na desconsideração das normas ortográficas e sintáticas, seja pelo uso de abreviaturas próprias da comunicação informal mediada por computador.

A imposição ao sujeito desse efeito de sentido de responsabilidade propicia a ele também o dever de posicionar-se com seriedade e coerência ante os processos eleitorais de que participa. Dessa forma, é instado a perseguir os efeitos de eleitor consciente, que escolhe criteriosamente os destinatários do seu voto, em vista da consciência que lhe é fornecida quanto à sua responsabilidade individual na construção do bem-estar coletivo. É nessa dinâmica que o eleitor é imaginariamente afetado pela certeza de que em suas mãos está a possibilidade de transformação de suas condições materiais de existência.

Pode-se também apontar o gesto do sujeito em definir-se como cristão em discussões político-eleitorais como materialização desse efeito de singularização pelos aparelhos de Estado, uma vez que esse qualificativo pode funcionar, em seu discurso, como traço distintivo em relação aos demais sujeitos e eleitores. Isso conferir-lhe-ia em suas formulações uma posição diferenciada, decorrente de um possível respaldo divino aos seus posicionamentos. Afetado por esse efeito de evidência, o sujeito tem, inclusive, a possibilidade assumir a posição de quem fala em nome da divindade, com autoridade para condenar e ameaçar com as sanções da ira divina, a partir de discursos marcados pelo caráter dogmático e hermético que caracterizam esse lugar.

Em vista desses elementos decorrentes da interpelação ideológica do indivíduo em

sujeito, pode-se afirmar que, embora seja necessário ao funcionamento do Estado burguês, esse efeito de singularização do sujeito *lhe* é outorgado como algo agradável, isto é, como uma vantagem. Isso decorre da ilusão de que o cumprimento de deveres perante o aparato tributário e jurídico do Estado alçar-lhe-ia a uma posição de empoderamento, conferindo-lhe a liberdade de poder manifestar-se, posicionar-se e ser reconhecido como cidadão digno de crédito para tais gestos.

Assim, é pelo funcionamento da ideologia que se impõe ao sujeito aquilo que, em última instância, o que ele é e como deve ser, por meio de uma norma identificadora: “‘um soldado francês não recua’, significa, portanto, ‘se você é um *verdadeiro* soldado francês, o que, de fato, você é, então você não *pode/deve* recuar” (PÊCHEUX, 1997a, p. 159). Ao anteciparmos essa relação para os sujeitos de cujos discursos este trabalho se ocupa, podemos considerar o que vem a ser um eleitor interpelado ideologicamente como um bom cristão/católico e o que isso *lhe* impõe em termos de escolhas eleitorais, ou seja, se você é um verdadeiro/bom cristão católico e como de fato você é você deve/ não deve votar em X/Y.

Quanto à evidência do sentido, Pêcheux (1997b, p. 160) a considera como resultante da ideologia. Seria esta a responsável pela transparência, o efeito de univocidade pelo qual “‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica”. Nesse âmbito, o sentido passa a ter um caráter material, que é mascarado pela pretensa transparência da linguagem, relacionada à ilusão da literalidade do significante. Não há, assim, um sentido próprio para os vocábulos, expressões ou enunciados, mas um efeito de sentido decorrente das posições ideológicas dos quais emanam. Dessa forma, quando os elementos religiosos tornam-se justificativas, em alguns casos, exclusivas, para as preferências eleitorais pode-se falar em um efeito de evidência divina dos sentidos, isto é, o sujeito sente-se confortável com suas escolhas e imagina-se no dever de convencer os demais porque a sua escolha tem respaldo em critérios exteriores a ele, tem origem na própria divindade e em sua infalibilidade. Nesse movimento, se de um lado a relação com o Estado *lhe* impõe o dever de votar de forma criteriosa, o efeito de evidência do divino *lhe* assegura os sentidos de ter feito a mais adequada das escolhas.

Nessa discussão, torna-se relevante o conceito de formação ideológica (FI) em sua relação com a noção de formação social:

Poderemos falar de uma “formação ideológica” para caracterizar um elemento suscetível de intervir, tal como uma força confrontada a outras, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes que não são nem “individuais”, nem “universais”, mas que se referem mais ou menos diretamente a “posições de classe” em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX, 2011, p. 72-73)

Esse conceito de formação ideológica vinculado aos conflitos de classes contribui para que se possa postular a noção de sentido, não como algo fixo, estático, mas como efeito. É nesse aspecto que o filósofo francês o coloca em relação de dependência com a noção de formação discursiva<sup>7</sup> (FD), entendida como:

aquilo que em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).(PÊCHEUX, 1997b, p. 160, grifo do autor).

Essa definição clássica de FD, intensamente presente nos trabalhos derivados do alicerce pecheutiano relaciona-se ao que o mestre francês designou de o todo complexo das formações ideológicas, conforme explica Indurski (2013, p. 41):

As formações ideológicas (FI) comportam necessariamente uma ou várias FD interligadas que determinam “o que pode e deve ser dito” em uma manifestação discursiva, em uma certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes. [...] o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si no interior de cada FD, a qual, por sua vez, é determinada pela FI de que provém.

Assim, na perspectiva materialista assumida por Pêcheux, em que a materialidade do sentido é fornecida pela ideologia, esse efeito semântico não poderia ter uma origem abstrata, imaterial, razão pela qual é vinculado às formações ideológicas, materializações concretas da ideologia a partir das posições de classe. Isso determina a heterogeneidade constitutiva de toda FD, na medida em que as várias classes conflitantes na conjuntura capitalista produzem saberes diversos com os quais as expressões se confrontam para produzir determinado sentido e não outro. O sentido deixa, por conseguinte, de ser inerente à base linguística e passa a decorrer do processo discursivo, entendido como: “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada.” (PÊCHEUX, 1997b, p 161).

Nesse percurso, ao se imbricarem as evidências do sujeito e do sentido, a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito passa a ser considerada a partir da sua relação com as formações discursivas, “que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997b, p. 161). Isso implica em considerar que ao ser convocado pela ideologia, o sujeito é situado no interior de uma FD, a partir da qual seus ditos (ou escritos) podem produzir sentidos. Essa seria a própria condição do dizer, sem a

---

<sup>7</sup> Não nos ocuparemos de discutir, como em outros trabalhos em AD, a paternidade do conceito (se pecheutiano ou foucaultiano), visto interessar-nos apenas sua produtividade no escopo teórico assumido para este trabalho.

qual nada do que viesse a ser enunciado pelo sujeito poderia fazer sentido, visto que todas as produções linguageiras carecem de uma evidência semântica anterior.

Para que a FD possa cumprir a sua função, é necessário considerar a sua propriedade em delimitar o seu exterior e o seu interior, isto é, os saberes a partir dos quais será produzida a correspondência entre os efeitos de sentido e as sequências linguísticas formuladas pelo sujeito e aqueles que serão refutados/interditados, tudo isso sob a ação primeira da ideologia. Assim, ao se relacionar com a FD, que lhe fornece as evidências semânticas primeiras relativas ao seu discurso, o sujeito encontra nelas o que pode e deve ser dito, por exemplo, da posição de eleitor, em relação à sua identidade como brasileiro e os traços de cristianismo que aí se inscrevem, de modo que os vários sentidos de ser cristão que constituem as suas manifestações na internet não são quaisquer um, mas aqueles permitidos pela FD que o domina e os apresenta como transparentes.

Decorre desse processo a consideração da existência de um real (exterior) cujos limites, no discurso, são traçados pelas diferentes formações discursivas: o interdiscurso, entendido como todo complexo com dominante das FD e responsável por sua objetividade material:

o próprio de toda formação discursiva é dissimular na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre antes, em outro lugar e independentemente. (PÊCHEUX, 1997a, p. 162).

O interdiscurso é este algo que fala anteriormente e se torna a base de todo o dizer nos limites da FD a partir da qual emerge ideologicamente o sujeito. Sua materialização envolve, conforme propõe Pêcheux (1997a), o encadeamento de três elementos: o pré-construído, o processo de sustentação (articulação) e o discurso transversal:

O “pré-construído” corresponde ao “sempre já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (PÊCHEUX, 1997b, p. 164, grifos do autor).

Já o discurso transversal “remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 166). Trata-se, em suma, da relação do intradiscurso com outros discursos que o atravessam.

O interdiscurso envolve, assim, a presença de outros discursos sem os quais não são possíveis a evidência do sujeito e dos sentidos. Uma vez que o sujeito não tem

consciência de seu processo de interpelação, tem a ilusão de que seus enunciados são sempre inéditos quando, de fato, só são possíveis por sua relação com o interdiscurso. Nessa dinâmica, existem os elementos anteriores à formulação do discurso, como evidência primeira de um mundo semanticamente em equilíbrio, completamente capaz de ser apreendido pelo indivíduo interpelado em sujeito, ou seja, aquilo que todo mundo sabe, de que ninguém duvida, o pré-construído. No movimento de formulação do discurso, o sujeito estabelece uma relação particular com esses elementos, evocando-os como via de sustentação do que vai enunciar, como se tivesse condições de posicionar-se em relação ao pré-construído e sintagmatizá-lo na cadeia intradiscursiva, posto que a articulação se materializa no discurso transversal.

Em se tratando de manifestações de eleitores em período eleitoral, nas condições de produção descritas-interpretadas neste trabalho, esses sentidos considerados universais, isto é, que todo mundo já sabe, aquilo de que ninguém duvida, delimitados no interior das formações discursivas, constituem-se nas evidências a partir dos quais esses sujeitos podem sustentar a escolha e rejeição dos candidatos que disputam a Presidência da República. Nesse movimento, por todos saberem que a divindade é absoluta onipotência estabelece-se a evidência de que alguém que tenha desafiado o ente divino não pode governar um país cristão. De igual maneira, se o demônio é a fonte de todo o mal, alguém que tenha relações com esse ser das trevas atrairá o mal para toda a nação caso venha a ocupar o cargo de dirigente máximo do poder executivo nacional. Da mesma forma, como todos concordam que não se podem matar crianças indefesas, mostrar posições obscuras sobre o tema do aborto constitui-se em uma forma de assassinar crianças. Assim também, se é desejo divino o bem do povo, alguém que o promova só poder estar sob a graça celestial.

Deve-se considerar que, no âmbito da teoria pecheuxiana, é constitutivo do sujeito “esquecer-se” das causas que o determinam. Aliás, podemos afirmar que seria impossível ao sujeito formular seus discursos, caso soubesse não ser deles a origem, nem deter a capacidade de controlar seus sentidos. Dessa forma, se a evidência do sujeito e do sentido são obras da Ideologia, o fato de isso escapar ao sujeito não se faz sem a relação com o inconsciente. Nesse ponto, a Análise de Discurso proposta por Pêcheux encontra-se com a Psicanálise:

Diremos que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos, etc.[...] (PÊCHEUX, 1997a, p. 171).

Na citação de Pêcheux, dois termos precisam ser esclarecidos, por sua grafia com

iniciais maiúsculas: Sujeito e Outro. É a partir de Lacan que o filósofo francês constrói essas noções:

Se acrescentarmos de um lado que esse sujeito, com S maiúsculo – sujeito absoluto e universal – é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo o *recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos no interior do que se poderia designar como o *processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos de as condições ideológicas da reprodução/ transformação das condições de produção. (PÊCHEUX, 1997a, p. 133-134).

Em vista do exposto pelo teórico francês, podemos afirmar que a forma-sujeito do discurso, portanto, constitui-se na complexa relação entre a ideologia e o inconsciente. Por meio desses dois elementos, escapam ao sujeito a sua condição de assujeitamento, necessárias para que este se sinta livre para se inserir nas diversas enunciações como alguém que dispõe de vontade, interesses, objetivos, argumentos, um sujeito que pode tomar decisões, correr riscos, assumir responsabilidades, responder por seus atos, totalmente alheio quanto às causas que o determinam.

Esses processos instauram-se na forma-sujeito do discurso, segundo Pêcheux (1997a), por meio de dois esquecimentos, entendido não como aquilo que se perdeu da memória cognitiva, mas de algo que é acobertado no processo de constituição do sujeito.

O segundo deles<sup>8</sup> deriva de um sistema pré-consciente pelo qual a formulação do discurso decorre da seleção realizada pelo sujeito, no interior da formação discursiva, dos elementos com os quais se identifica. Nesse gesto, tem a ilusão de estar livremente produzindo algo inédito, quando, em suma, está apenas parafraseando os saberes já delimitados pela FD. Já o primeiro, resultante de um sistema inconsciente, oculta para o sujeito a impossibilidade de colocar-se fora de uma determinada FD. Assim, no conjunto complexo das formações ideológicas, entendidas como posições de classe, não lhe é dado deixar de identificar-se com alguma formação discursiva. Embora tenha a ilusão de ser origem e princípio do seu dizer, este só se torna possível ao sujeito por sua relação com a FD.

Em vista do processo de constituição do sujeito, o que Pêcheux designou de intradiscurso, isto é, a cadeia discursiva propriamente dita, que materializa, sob a forma de textos, só se torna possível por ser antes efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Não há novidade ou ineditismo nos enunciados produzidos pelo sujeito-falante. São todos eles decorrentes da regionalização do interdiscurso nas diversas formações discursivas a partir

---

<sup>8</sup> Como é sabido, em *Semântica e Discurso* (1997a), Pêcheux trata dos esquecimentos em ordem inversa, isto é, primeiro o número 2 (semi-consciente), e, em seguida, o número 1 (inconsciente).

das quais é dado ao sujeito selecionar o conteúdo de seus atos enunciativos.

Por força das próprias reformulações que Pêcheux faz de sua teoria, que resultaram, em 1978, no anexo 3 da edição brasileira de *Les Verités de La Palice (Semântica e Discurso - Pêcheux, 1997a)*, intitulada “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito da noção de sujeito e de seu processo de interpelação ideológica, de modo a se tentar evitar a compreensão de que a forma-sujeito do discurso se produzida resulte em um engessamento, segundo o qual tudo seja previsível, sem qualquer espaço de movência e, por conseguinte, de resistência.

O próprio Pêcheux reconhece que suas formulações iniciais sobre o sujeito, na relação com a Ideologia e o inconsciente, produziram um efeito de estabilidade, como se tudo funcionasse bem demais, o que não poderia ser coerente com uma teoria calcada no materialismo histórico. Uma teoria materialista do discurso, cujo ponto de partida é a consideração da luta de classes, não teria, assim, permissão para se contentar com a calma de um sujeito cuja constituição se desse na ausência de conflitos, na impossibilidade da falha: “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Verités de La Palice*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 300).

Nessa perspectiva, a preponderância de elementos religiosos nas condições de produção do estado burguês, a partir da formação social capitalista, pode ser apontada como sinal de algo falha na constituição da forma-sujeito histórica, em relação a quem deveria prevalecer o efeito de evidência do Estado laico. Há, assim, algo estranho, que afeta as evidências primeiras e possibilitam que esse sujeito seja, de alguma forma, afetado por algo advindo de outro lugar, de outras regiões do interdiscurso que, em princípio, pareciam dever estar interditas à formação discursiva.

Assim, nessa revisão, no que concerne ao sujeito, a exaustiva defesa do processo de interpelação ideológica teria conduzido Pêcheux, contraditoriamente, ao idealismo platônico, na medida em que propicia o primado das ideias, isto é, da teoria sobre a prática. Em decorrência disso, a tese da interpelação ideológica passou a ser compreendida somente com algo que se passasse exclusivamente no campo das ideias, sem vinculação a qualquer prática, apesar da insistência anterior do filósofo de que os AIE funcionavam a partir de práticas.

Em suas reformulações, Pêcheux passa a insistir nessa prática como ritual:

Apreender até o seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimentos e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no *lapsos*. (PÊCHEUX, 1997a, p. 301, grifos do autor).

Nesse aspecto, ganha força o conceito de *non-sens*, isto é, o não sentido que dá origem ao sentido. Esse pressuposto sustenta-se na proposição da AD segundo a qual não há um sentido *a priori*, mas efeitos de sentido. Assim, na origem de todo sentido encontra-se um “não sentido” que passa a significar a partir de determinadas condições de produção, na relação da forma-sujeito com a formação discursiva que a domina. A esse respeito, assevera Pêcheux:

Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que “o sentido” é produzido no “*non-sens*”, pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar, imediatamente, que esse deslizamento *não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito”, ideológica, identificada com a evidência de um sentido. (PÊCHEUX, 1997a, p. 300, grifos do autor).

A metáfora figura, assim, como elemento fundamental do processo de produção dos sentidos, a partir do *non-sens* nos processos discursivos de que se ocupa a teoria de Pêcheux. Por não haver um sentido literal, mas efeitos de sentido, o efeito metafórico faz-se necessário na passagem do interdiscurso para o intradiscurso nos limites delineados por determinada FD. Exatamente por se tratar de efeito e não de algo cristalizado, o sentido que se constrói a partir do *non-sens* pode não corresponder exatamente àquele que se esperaria a partir da formação discursiva que domina a forma-sujeito e materializa a sua interpelação ideológica. Manifestam-se, assim, as brechas presentes no momento da interpelação que, por meio da metáfora, possibilitam a deriva dos sentidos e sua ancoragem em outras FD ou a movência entre saberes antagônicos circunscritos à mesma FD. O autor apresenta alguns exemplos resultantes dessas brechas, ou seja, sinais de resistência do sujeito:

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras.

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Nos discursos produzidos na internet, uma das formas materiais dessa resistência pode ser observada nas modalidades de escrita que aí se instauram. Ao se pronunciar nos espaços virtuais, os internautas, mesmo para debater os temas ditos sérios, como é o caso das eleições presidenciais, não se manifestam os efeitos de sentido de preocupação ou esmero com o uso da língua conforme seu padrão culto, de modo que seu emprego se dá,

muitas vezes, com as marcas da informalidade da comunicação pessoal dos aplicativos de mensagem, num processo que se aproxima do que o Pêcheux descreve como “deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras” (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

Ainda sobre processo em discussão, que vai do sem-sentido em direção ao sentido, explica Orlandi (2003, p. 11):

Então, pela nossa reflexão, estamos acompanhando, nesse movimento da construção do significar: a. o seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), b. a resistência ao apagamento e a consequente produção de outros sentidos; e c. o retorno do recalque (ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo, deslocando-o.

Essa abertura no processo de interpelação, que atesta a permeabilidade dos limites da formação discursiva dominante, é entendida como falhas no ritual a partir das quais é possível ao indivíduo mover-se. Por não ser possível escapar à interpelação pela Ideologia, o indivíduo pode, ao menos, escorregar por seus limites, produzindo os efeitos de resistência.

Ao pensar essa resistência, Orlandi (2012), a partir das reformulações de Pêcheux (1997a), propõe dois movimentos: a interpelação e a individuação/individualização. Tratam-se de processos complementares e interdependentes em que o indivíduo é convocado a ser sujeito pela ideologia e, logo depois, é novamente individualizado/individuoado pelo Estado. Para tanto, é preciso reconhecer que, mesmo sendo um ritual sujeito a falhas, a ideologia não deixa de funcionar.

A respeito do processo de individuação/ individualização, explica Orlandi (2002, p. 72):

Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. (ORLANDI, 2002, p. 72).

Nessa perspectiva, a falha é para a autora, o elemento que possibilita a resistência, nos processos de interpelação/individuação do sujeito, e permite aos sentidos serem sempre outros, no interior do não-sentido:

Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica de resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha,

estruturalmente, em sua articulação do simbólico, com o político. Não é, pois, pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma o seu lugar. (ORLANDI, 2012, p. 231).

A proposição de Orlandi (2012) faz eco, assim, às conclusões de Pêcheux (1997a, p. 304) de que é preciso “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo”, as quais não podem ser lidas sob a ótica idealista da origem espontânea do sujeito, causa de si, mas a partir do viés da luta de classes em que a língua e a ideologia, em sua relação constitutiva com o inconsciente, abrem-se ao equívoco, ao deslize, à metáfora, que possibilita ao sentido sempre ser outro.

Nesse primeiro mo(vi)mento da apresentação/discussão do referencial teórico procurou-se descrever/interpretar a trajetória epistemológica de Michel Pêcheux em sua obstinação em estabelecer as bases de uma teoria materialista do discurso e sinalizar as suas primeiras relações com a especificidade da pesquisa. Teoria que ele propõe a partir do questionamento de duas evidências principais: a do sujeito e a do sentido. Evidências estas, no seu entendimento e com base em Althusser, produzidas pelo processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito e de sua identificação com uma formação discursiva específica, no complexo das formações ideológicas.

Nesse âmbito, a interpelação ideológica produz sujeitos que têm a ilusão de ser fonte e origem do seu dizer, donos absolutos dos sentidos, responsáveis únicos por seus atos e vontades. O sentido, por sua vez, não se originando no sujeito, deriva do interdiscurso, o todo complexo com dominante das formações discursivas, das quais estas se constituem como regionalizações, delimitação de saberes a partir de determinada formação ideológica. Estabelece-se, assim, o primado do interdiscurso sobre o intradiscurso. A língua é, nesse âmbito, a base dotada de relativa autonomia à qual o indivíduo interpelado em sujeito se submete para formular o seu dizer, materializando, assim, no discurso, a ideologia. Concorrem nessa dinâmica as dimensões psicanalíticas do inconsciente e pré-consciente, que contribuem para ocultar ao sujeito, por meio dos esquecimentos, as causas de sua determinação/reprodução/transformação.

Por serem resultado de práticas materiais, movidas pela luta de classes no interior da sociedade capitalista, esses rituais abrem-se à falha, ao deslize, ao equívoco, que possibilitam ao sentido, pelo primado da metáfora, tornar-se sempre outro, num movimento que vai do não-sentido ao sentido e a que o sujeito cabe ousar resistir.

Na sequência, feita essa caracterização geral, os conceitos mais produtivos em relação aos objetivos deste trabalho serão retomados e aprofundados, como forma de conferir maior pertinência ao batimento necessário ao processo de análise.

## 2.2 Formação Discursiva e Processos de Identificação na Constituição do Sujeito Eleitor Brasileiro

A discussão e formulação de possíveis respostas ao problema a partir do qual se move este trabalho envolvem o que se convencionou chamar de identidade nacional. A opção teórica, já assinalada, por Michel Pêcheux, implica assumir como pressuposto que “a ‘evidência’ da identidade oculta que esta resulta de uma identificação–interpelação do sujeito, cuja origem estranha é contudo, ‘estranhamente familiar” (PÊCHEUX, 1997b, p. 155). Por seu turno, Orlandi (2008, p. 93) formula o conceito de identidade como “um movimento na história”, destacando, assim, que a identidade não é algo que seja inerente ao sujeito, mas um elemento que se constrói na relação com a exterioridade.

Desse modo, discutir a identidade nacional como efeito cujos aspectos podem determinar os discursos e práticas político-eleitorais, sobretudo na perspectiva do sujeito eleitor brasileiro nas eleições presidenciais de 2010, implica pensar nos processos de identificação inerentes à sua constituição como sujeito do discurso, interpelado pela ideologia. Sobre esses processos, afirma Orlandi (2008, p. 26):

Pelo processo de identificação, sabemos que o sujeito se inscreve em uma formação pela qual suas palavras tem sentido sob um modo que lhe parece como natural, como sendo o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele (ele se identifica ao sentido já lá).

Essa perspectiva traz à cena novamente o conceito de formação discursiva e seu funcionamento no processo de identificação–interpelação, assim resumido por Pêcheux (1997a, p. 266, grifos do autor): “a *forma sujeito do discurso*, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira*.” A consequência desse processo é que, sob efeito da ideologia, o sujeito tem as condições necessárias para considerar-se como causa de si e, identificado com determinada FD, produz seu discurso, cujos efeitos de sentido decorrem não de sua vontade ou de seus processos cognitivos, mas de saberes delimitados pela FD dominante. Acerca dessa relação entre formação discursiva, identidade e processo de interpelação, destaca Orlandi (2008, p. 103):

Nela [FD] o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem dos outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

Pode-se, assim, afirmar, em consonância com autora citada, que é pela identificação

com uma determinada FD que o sujeito deixa de ser qualquer sujeito (adquire unidade) e os sentidos do discurso, embora sempre efeito, não podem mais ser quaisquer sentidos. Pela FD aquilo que era não-sentido passa ser reconhecido como sentido distinto dos demais e, ao mesmo tempo, em relação com outros sentidos que o atravessam. Isso funciona, conforme destaca a pesquisadora, como efeito do processo de interpelação, ou seja, sob a evidência primeira do sujeito e dos sentidos.

Assim, ao se pensar a questão a identidade, é possível defender que, na sociedade capitalista, sob influência da mídia, conforme se considera neste trabalho, o desejo do indivíduo em ser singularizado, destacar-se da multidão, da grande massa, torna-se, possível, no discurso, por sua relação com a FD. Esta diz ao sujeito quem ele é e, a partir dessa primeira evidência, como ele deve comportar-se e formular seus discursos. No caso deste trabalho, conforme se tem insistido, impõe os efeitos de sentido acerca de quem deve ser o seu candidato e não outro. É por meio da FD que a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito ganha materialidade no discurso. As formações sociais e ideológicas confluem para a FD de onde o sujeito absorve os sentidos primeiros e primários de suas formulações. No funcionamento do discurso, a partir do imaginário, é preciso, primeiro, que o sujeito sintá-se capaz, apto, autorizado a dizer “Eu sou”. Ressalte-se que “Eu sou” é um dos nomes a partir do qual se designa, nos textos bíblicos, o sujeito divino judaico-cristão, que ao se revelar ao patriarca Moisés, nomeia-se como YAWEH, “Eu sou aquele que sou” (MACKENZIE, 1983). A esse respeito, analisa Althusser (1980, p. 108-109):

Deus define-se portanto a si próprio como o sujeito por excelência, aquele que é por si e para si, “Sou Aquele que É”, e aquele que interpela o seu sujeito, o indivíduo que lhe está submetido pela sua própria interpelação a saber, o indivíduo chamado Moisés. E Moisés interpelado-Chamado pelo seu Nome, tendo reconhecido que era “de fato” ele que era chamado por Deus, reconhece que é sujeito, sujeito de Deus, sujeito submetido a Deus, sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito. A prova: obedece-lhe e faz com que o seu povo obedeça às ordens de Deus.

Há, sempre, portanto, um recrutamento do sujeito por um elemento exterior que lhe diga se ele é sujeito e que sujeito o é. Esse reconhecimento se dá, portanto, pela identificação com a forma-sujeito referente à FD dominante. É inclusive, a FD que permite ao sujeito identificar-se com a imagem divina já contida nos saberes nela circunscritos.

A respeito do processo de identificação, Pêcheux (1997a, p. 265, grifos do autor) relaciona-o ao imaginário:

Trata-se, pois de uma *identificação imaginária* que diz respeito à “gênese do ego”, ao engajamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo (baseado na relação de outros sujeitos, cada um dos quais é para ele um alterego), à sua identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito

“possui” desse objeto.

Dessa forma, como decorrência do processo de interpelação, a forma-sujeito do discurso é levada a identificar-se consigo mesmo, isto é, conforme formulação pecheuxtiana, “eu sou o Senhor Fulano de Tal”, sob a evidência de que ele, e somente ele, pode ser apontado como tal. Esse efeito, contudo, resulta não de uma essência que lhe seja própria, mas de sua relação dialética com os outros sujeitos e com os traços da representação que a FD lhe impõe como evidentes em relação aos diversos objetos de sentido. Lagazzi (1988, p. 24) destaca, a esse respeito, que “nunca poderemos questionar a evidência do ‘eu’ porque estaríamos questionando a nossa própria existência”. Questionar a própria existência torna-se algo impossível ao sujeito, pois envolve romper com a evidência primeira cujo acesso não lhe é disponível, como condição sem a qual nem sujeito, nem discurso seriam possíveis.

Sobre esse tema, explicam Grigoletto e De Nardi (2013, p. 200):

O sujeito, ao ignorar a sua condição de assujeitado, constitui-se enquanto fonte e origem do seu dizer e no repetir incessante dessa suposta unidade, fabrica-se a cristalização de UM sentido, de UMA identidade, de UM lugar social.

Dessa forma, por decorrência do efeito de unidade do sujeito, são contaminados todos os elementos que a ele dizem respeito. Isso faz com que este seja imerso em uma aparente estabilidade onde tudo funciona corretamente e nada poderia ser de outro modo. É necessário ao sujeito, conforme já se apontou, a singularização, o reconhecimento por si de ser único e uno.

A propósito do conceito de formação discursiva, preliminarmente caracterizado na seção anterior, convém, em vista de sua preponderância para as análises pretendidas, um maior aprofundamento a respeito de sua especificidade no âmbito da teoria materialista de discurso proposta por Pêcheux. Para tanto, vale a advertência de Indurski (2011a, p. 90):

A FD deve ser tomada como uma unidade dividida em relação a si mesma, a qual comporta em seu interior diferentes posições de sujeito que representam a fragmentação da forma-sujeito. Penso que é difícil suportar a diferença, mas é ela que mostra que a FD, e não apenas o discurso, é lugar da tensão e não apenas da segurança.

Como parte das formulações pecheuxtianas sobre sua teoria materialista do discurso, é sob o prisma da contradição que a FD desse ser entendida, isto é, como elemento constituído de tensões e conflitos, decorrência primária de práticas que se desenvolvem em uma sociedade calcada na luta entre classes antagônicas, produzida pelo modo de produção capitalista. Relaciona-se ainda à pressuposição de que a forma-sujeito não é um objeto

monolítico, mas fragmentado, o que interfere diretamente nos contornos semânticos dos discursos que produz, na medida em que apontam para relações diferentes com os saberes comportados pela FD.

Essa fragmentação da forma-sujeito, causa de tensão na constituição do sujeito, torna-se, neste trabalho, preponderante para que se compreendam os movimentos dos sujeitos e dos sentidos a respeito das questões eleitorais. Permite pensar os motivos de o religioso irromper como elemento aparentemente inesperado nas eleições presidenciais do laico Estado brasileiro, por meio da coexistência possível de várias posições sujeitos no interior da mesma FD.

A preponderância da relação forma-sujeito com a FD é fundante da AD pecheuxiana, conforme preliminarmente apontado, na medida em que seu fundador a situa no próprio processo de interpelação do indivíduo em sujeito: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX 1997b, p. 161).

No âmbito dessa teoria, a formação discursiva é também considerada como uma espécie de matriz do sentido, na medida em que estes não existem “a priori”, mas constituem-se como efeitos, cuja evidência de univocidade precisa ser fornecida ao sujeito por um exterior que lhe escapa: o estranho familiar característico da FD. Nesse processo, é possível que o sentido de um vocábulo possa ser diferente ao relacionar-se com FD diferentes, ao mesmo passo em que palavras ou expressões consideradas como literalmente diferentes possam assumir o mesmo sentido no âmbito de uma mesma FD (PÊCHEUX, 1997b). Não há, portanto, efeito de sentido que possa ser produzido fora de uma formação discursiva, de modo que, os efeitos sentido acerca da religião em torno de temas políticos só se podem constituir por meio da relação do sujeito do discurso com a FD.

Por ser a FD espaço próprio da instabilidade, da recusa do mundo semanticamente normal contra o qual se insurgiu Michel Pêcheux, o movimento dos sujeitos e dos sentidos no espaço interior por ela delimitado se estabelecerá por meio da abertura à contradição:

Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-determinado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos “efeitos do pré-construído” e “efeitos transversos” ou de “articulação” expostos mais acima), de modo que elas são o lugar do *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo. (PÊCHEUX, 1997b, p. 213 grifos do autor).

Conforme postula Pêcheux, ao mesmo tempo em que a interpelação do indivíduo em

sujeito decorre de sua identificação com a FD que o domina, este não está fadado a permanecer com ela identificado. Por seu turno, Lagazzi (1988, p. 25) associa a identificação às condições de produção do sujeito e dos sentidos ao vinculá-los à história própria de cada sujeito, em processo de constituição mútua: “o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas ao mesmo tempo constitui uma relação própria com essa formação discursiva, relação essa permeada pela história desse sujeito”. A pesquisadora define, assim, que a identificação com a FD dominante não é acidental, mas decorrente das condições históricas em que acontece. Por assim ser, os processos de identificação decorrentes da relação do sujeito eleitor brasileiro, em 2010, com a FD envolvem a sua determinação primeira pelo contexto sócio-histórico mais amplo da constituição da política no Brasil e a presença da religião na produção de seus efeitos de sentido. Concorre também para isso a representação imaginária que o sujeito faz de si próprio em torno do que seja ser, pensar e agir como brasileiro, ou seja, os elementos ligados à identidade nacional.

Há, portanto, um intrincamento entre formação discursiva, sujeito e condições de produção, sem a qual seria impossível a variedade dos discursos e de seus efeitos de sentido, visto que, sem essa inter-relação com as condições de produção, poderia haver o risco de se pensar que sujeitos dominados pela mesma FD produziram discursos idênticos. É exatamente porque a formação discursiva abre-se à historicidade que os diversos efeitos de sentido podem se estabelecer.

Quanto à heterogeneidade constitutiva de uma FD, assevera Indurski (2013, p. 45):

Uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores. O domínio do saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém.

Destaque-se que o próprio Pêcheux reconhece a permeabilidade que envolve toda formação discursiva, isto é, uma FD não possui margens intransponíveis, fixas, rígidas, mas pode, a todo tempo, ser invadida pelo exterior, por saberes oriundos de outras formações discursivas, isto é, de outras regiões do interdiscurso:

uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe evidência discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”). (PÊCHEUX, 1997a, p. 314).

Em vista dessas características da FD, na perspectiva assumida a partir de Pêcheux, a identificação comporta também a possibilidade da contraidentificação e da desidentificação,

que vem perturbar a unidade imaginária do sujeito. Tais processos derivam, além do caráter heterogêneo e permeável da FD em relação a si mesma, das brechas ou falhas no processo de interpelação do sujeito, que, embora permitam certos movimentos da posição-sujeito, não lhe possibilitam evitar a dominação por uma determinada FD. Conforme descreveremos a seguir, mesmo a desidentificação só se torna possível pela identificação com outra formação discursiva.

Com relação a esse movimento do sujeito, destacam Grigoletto e De Nardi (2013, p. 200):

Trata-se de um sujeito imerso em um processo constante de movimentos de (des)identificação em sua relação com o simbólico, movimentos ancorados no imaginário que se constrói sobre determinados lugares sociais, os quais abrigam, em sua discursividade, dizeres e sentidos que ecoam/ressoam em diferentes momentos sócio-históricos.

Nessa perspectiva, a partir da premissa de que o sujeito torna-se sujeito, em determinadas condições de produção, ao se identificar com a FD, Pêcheux (1997b) propõe o seu desdobramento em locutor e sujeito universal. O primeiro corresponde ao sujeito da enunciação, isto é, àquele a quem se pode atribuir a responsabilidade pelo conteúdo e pelas implicações daquilo que diz. Esse sujeito é capaz de livremente tomar posição, com total conhecimento de causa. Já o segundo equivale ao sujeito universal, isto é, o sujeito da ciência. Esses desdobramentos serão cruciais para a formulação e compreensão dos movimentos da posição sujeito em relação à formação discursiva que a domina, sobretudo quanto aos seus “efeitos paradoxais”, conforme postula o filósofo francês.

Acerca das decorrências desse desdobramento da forma-sujeito posta em relação com a formação discursiva que a domina, explica Indurski (2013, p. 48, grifos da autora):

Diferentes sujeitos, ao se relacionarem com o sujeito do saber de uma mesma FD, podem estabelecer *diferentes posições de sujeito*, de tal forma que se produzam *diferentes efeitos-sujeitos* no discurso de cada um. [...] As diferentes posições de sujeito mostram as modalidades particulares de identificação de diferentes sujeitos do discurso com a forma-sujeito de uma FD.

O processo de produção dos efeitos de sentido do/no discurso, por assim ser, envolve a movência do locutor, sujeito do discurso, aquele a quem pode ser atribuída sua autoria, entre as diversas posições comportadas pela FD, de modo que, pela tensão das forças das condições de produção são possíveis escolhas pré-conscientes, porém entre opções já delimitadas pelas formações ideológicas e sociais que constituem a FD.

Por seu turno, Pêcheux trata dessas modalidades particulares de relação do sujeito do discurso com o sujeito do saber a partir de três processos: a identificação, a contraindentificação e desidentificação, das quais considera as duas primeiras como “evidentes”.

A primeira modalidade definida por Pêcheux (1997b), o discurso do bom sujeito, decorre da identificação do sujeito com a formação discursiva, ou seja, uma equivalência, um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, a partir de um efeito de livre consentimento ao assujeitamento:

Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”. (PÊCHEUX, 1997b, p.215).

Esse “bom sujeito”, portanto, em sua tomada de posição, assume integralmente os saberes da FD que o domina. Na condição de sujeito da enunciação, toma como evidentes os pré-construídos a partir dos quais seu discurso é formulado e livremente os reproduz como os únicos possíveis e o faz como se fosse decorrência de sua livre vontade. Não há, nessa modalidade, distinção entre ele e o sujeito universal, isto é, o sujeito do saber da FD.

Já a segunda modalidade, conforme Pêcheux (1997b), caracteriza-se pelo discurso de um “mal sujeito”. Diferentemente do primeiro, este não tem uma relação tão pacífica com o sujeito universal. Embora ainda dominado pela FD, apresenta já certos movimentos de distanciamento ou discordância. Nas palavras do filósofo francês:

*o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta..): luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. [...] Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso”, como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza, etc) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas. (PÊCHEUX, 1997a, p. 215-216).*

O que se pode observar dessa segunda modalidade é que a forma sujeito se move dentro dos limites da FD que a domina que, por ser heterogênea a si mesma, compreende as posições de questionamento, dúvida ou discordância dos saberes que lhe correspondem. Da parte da forma-sujeito, há a ilusão de estar-se rebelando, no entanto, esse seu mau-

comportamento é parte previsível da própria FD. Há o distanciamento, o não-reconhecimento, mas ainda não se extrapolam os limites da FD. A negação, constitui-se, assim, nessa modalidade, parte do terreno em que se dá a identificação primeira.

Nota-se, de forma mais acentuada, nesse processo, a contradição constitutiva da FD e do próprio processo de identificação, em que a contraidentificação só se torna possível em decorrência de uma identificação que lhe é anterior. Coexistem, desse modo, no interior da formação, tanto os saberes que propiciam a identificação, quando aqueles que a desestabilizam. Por assim ser, o que poderia parecer a expressão da liberdade do sujeito, acaba por reforçar o aspecto de controle e dominação pela FD. Nesse movimento, a identificação com posição-sujeito religiosa pode vir a ser uma tomada de posição no interior da FD dominante e não um rompimento com ela.

O teórico francês atribui ao interdiscurso a força que mobiliza esse funcionamento contraditório: “[...] o efeito daquilo que definimos como o *interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite*” (PÊCHEUX, 1997b, p. 216, grifos do autor).

Nessa perspectiva o que poderia parecer um movimento que nasce dos processos psicológicos de um sujeito autônomo, constitui-se como efeito do interdiscurso que, como elemento exterior, impõe-lhe a evidência dessa (contra)identificação por meio de saberes que são reinscritos no discurso da forma-sujeito.

Ao discutir esse processo, Grigoletto (2005) destaca que, na segunda modalidade, instituem-se os espaços para coexistência de várias posições-sujeito no interior da FD. Isso significa que pelas relações possíveis estabelecidas entre a forma-sujeito e os saberes que o interdiscurso faz circular no interior da FD são possíveis de emergir várias posições-sujeito com diferentes graus de identificação a essa mesma formação discursiva. A identificação da primeira modalidade, em que os desdobramentos da forma-sujeito encontram-se superpostos, vai cedendo lugar a uma superposição incompleta, imperfeita, conforme explica Indurski (2011a, p. 84):

Desta superposição incompleta e, por conseguinte imperfeita, resulta um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida, as quais são responsáveis pela instauração da contradição, no âmbito dos saberes da Formação Discursiva e, conseqüentemente, pelo surgimento de posições-sujeito, no interior da Formação Discursiva.

Por seu turno, a terceira modalidade subjetiva e discursiva proposta por Pêcheux (1997b) consiste na desidentificação da forma-sujeito com a FD que a domina, que ele designa como uma “tomada de posição não-subjetiva”. A respeito dessa modalidade, afirma:

“[...] o funcionamento dessa terceira modalidade subjetiva e discursiva constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação (PÊCHEUX, 1997b, p. 217). Para o filósofo, portanto, a desidentificação deriva de uma reconfiguração da forma-sujeito, que não desaparece, como se, com ela, cessasse todo o processo de interpelação ideológica, mas que deixa de identificar-se com uma FD para, sob efeito da ideologia, inscrever-se, ato contínuo, em outra:

A ideologia - “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeito – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse processo. (PÊCHEUX, 1997b, p. 217-218, grifos do autor).

Em consonância com a teoria materialista dos processos discursivos formulada por Pêcheux, portanto, ancorada na matriz althusseriana, não há como escapar do processo de interpelação ideológica e, em decorrência disso, mesmo quando se volta contra a formação discursiva que a domina, a forma-sujeito está já sob o domínio de uma outra FD. Assim, desidentificação não significa, para Pêcheux, desinterpelação, mas um movimento em que a interpelação se refaz, manifesta-se sob novas formas, derivadas das posições de classe compreendidas pelo rearranjo das formações ideológicas e por novos saberes a ser reinscritos no discurso do sujeito a partir dos elementos que lhe são impostos por novas regiões do interdiscurso que a nova FD delimita. Por assim ser, a desidentificação com uma formação discursiva compreende a identificação com outra, ou seja, desidentificar-se implica em torna-se “bom sujeito” de outros discursos. Sobre esse processo, explica Indurski (2011a, p. 85):

O que ocorre é uma ruptura com os saberes de uma FD e a consequente desidentificação com a sua forma-sujeito e a subsequente identificação com outra FD e sua respectiva forma-sujeito. Diria mesmo que, quando isso ocorre, de fato, antes de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito. Dito ainda diferentemente: quando um sujeito formula isso no nível do pré-consciente/consciente, a desidentificação já se deu, apenas o sujeito não tinha disso consciência.

Como se nota, além de insistir nos elementos contidos nas formulações de Pêcheux, sobretudo quanto à impossibilidade de se pensar o sujeito sem a identificação com uma determinada FD, Indurski (2011a) destaca o funcionamento desse processo em relação ao inconsciente, isto é, enquanto algo que escapa ao pleno controle do sujeito, que não domina ou percebe o trajeto de mudança de uma FD para outra, mas só o percebe quando já

identificado com a nova formação discursiva.

Ainda sobre essa modalidade, Grigoletto (2005, p. 65) destaca, em consonância com Pêcheux, que a migração para outra FD não produz no sujeito o apagamento total dos saberes da formação discursiva anterior:

o sujeito não se torna livre, mesmo nesse processo de desidentificação. O que ocorre é o deslocamento de uma *forma-sujeito* para outra, isto é, ele se desidentifica com determinados saberes, mas imediatamente identifica-se com outros, inscrevendo-se numa nova *forma-sujeito* e, conseqüentemente, numa nova FD, o que não supõe o "apagamento" total dos saberes com os quais ele está se desidentificando. Isto é, o que é anterior, continua ressoando, fazendo eco nessa nova *forma-sujeito* na qual o sujeito se inscreveu e que também está determinada social, histórica e ideologicamente. Não fosse assim, a noção de memória discursiva e de historicidade não teriam sentido dentro da teoria.

Podemos, assim, considerar que, mesmo desidentificado, o sujeito permanece, de alguma forma, afetado pelos saberes circunscritos pela FD anterior e, por conseguinte, desfazendo a possibilidade de uma nova FD que funcione de maneira homogênea e que o discurso de um pretense "bom sujeito" produza efeitos de total coerência com os saberes dessa formação discursiva. Essa situação remete à noção de discurso como ritual sujeito a falhas, as quais se relacionam igualmente com falhas no próprio processo de interpelação/individuação do sujeito (ORLANDI, 2012) já aludido neste trabalho. Acerca disso destacamos a afirmação de Pêcheux (1999, p 56-57):

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação histórica que não seja afetada de uma maneira ou de outra, por uma "Infelicidade" no sentido performativo do termo [...].

Dessa forma, aquilo que, no fio do discurso, poderia parecer uma infelicidade do sujeito constitui-se em manifestação de intranquilidade da rede de saberes e filiações que envolvem os diferentes itinerários de identificação (ou não) do sujeito com as diversas formações discursivas que os delimitam no âmbito do interdiscurso. Haverá, assim, sempre algo que falha, que não funciona bem na dinâmica da identificação, tornando, por isso, imprevisível e incontrollável por parte do sujeito.

Para se avançar nas discussões que nos permitam pensar o sujeito eleitor brasileiro, consideramos pertinente retomar o duplo movimento da constituição do sujeito, de que fala Orlandi. No entendimento da autora, são dois os momentos de interpelação. No primeiro

deles, há a interpelação do indivíduo (grau I1<sup>10</sup>) em sujeito, a partir da necessária ilusão de um sujeito “mestre de si e de sua fala, fonte do seu dizer”, ou seja, “uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade (ORLANDI, 2008, p. 105-106). O segundo momento, conforme a pesquisadora, envolveria o que Michel Foucault denominou de formas de individualização do sujeito pelo Estado e produz como resultado um indivíduo em segundo grau (I2<sup>11</sup>). Em suas palavras:

Em um movimento em relação aos processos identitários, e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação discursiva que lhe corresponde, que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção de sentidos. (ORLANDI, 2008, p. 106).

Por esse processo, a forma-sujeito, reconhece-se como entidade individual, isto é, singularizada, capaz de ser provocada pelo Estado a oferecer-lhe uma resposta particular aos processos jurídicos que lhe são impostos. Conforme já destacado, segundo a autora, é esse o momento possível de instauração da resistência. Esse indivíduo é assim caracterizado por Orlandi (2008, p. 107): “no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens”. É também esse sujeito que, ao buscar dar vazão à sua pretensa liberdade, irá se engajar nos debates e discussões eleitorais na internet. Ele, segundo já se apontou, tem um nome, uma posição política, um espaço que lhe possibilita expressar-se e, desse modo, pode manifestar-se a respeito de suas convicções e, por elas responder, seja aos outros sujeitos individualizados, seja à plataforma de discussão (no caso do Orkut), seja diretamente ao Estado, quando seu comportamento for considerado inadequado às regras de expressão da opinião no espaço público.

Esse indivíduo é, assim, derivado da forma-sujeito do capitalismo, sistema econômico que necessita desse efeito de individualização sem o qual não se torna possível o funcionamento das práticas de acumulação do capital que lhe servem de sustento. Por conseguinte, na vigência desse modo de organização da economia e da sociedade, por ação da Ideologia, mesmo que se pense nos espaços de resistência, não há como o sujeito dela se isentar. Até para produzir em seus discursos os efeitos de negação e condenação dessas práticas, é preciso, primeiro, ser afetado pela Ideologia.

A respeito dessa impossibilidade de estar fora da Ideologia e da luta de classes, destacamos a afirmação de Pêcheux (1990, p. 16, grifos do autor), ao discutir o espaço

---

<sup>10</sup> Por I1 se entende o indivíduo que sofrerá o processo de interpelação em sujeito pela Ideologia.

<sup>11</sup> Por I2 se compreende o indivíduo decorrente do processo de individualização do sujeito pelo Estado.

revolucionário, precisamente aquele referente à Rússia, em 1917: “as ideologias dominadas se formam *sob* as dominações ideológicas e *contra* elas e não em um “outro mundo”, anterior, exterior ou independente”.

Em vista disso, ao se situar a forma-sujeito do capitalismo como resultado do processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia, deve-se recordar, em consonância com os estudos de Haroche (1992), que a forma-sujeito é histórica, isto é, assume determinações diferentes nos vários momentos da história da humanidade que é, para Marx, a história da luta de classes, conforme assumem Althusser e Pêcheux. Tais estudos, a partir da noção de determinação, destacam as condições em que se deu a passagem da forma-sujeito religiosa, própria da economia feudal, para a forma-sujeito de direito, característica do capitalismo e do Estado Liberal:

Como Deus não governa mais totalmente a conduta humana, vai ser preciso substituir-lhe um poder que estará à sua altura, a fim de não deixar essa conduta exposta ela mesma face à incerteza, isto é, exposta à possibilidade de reflexão e de distância crítica. O aparelho religioso não é mais capaz de, por si mesmo, enquadrar o sujeito (o que nós condensamos com a expressão “determinação religiosa”): o Estado, diante da situação nova que se oferece a ele, deve tentar, no contexto dos nacionalistas burgueses, estabelecer formas novas de controle do sujeito. (HARROCHE, 1992, p. 182).

Na proposta teórica da pesquisadora francesa, portanto, a forma-sujeito é sempre-já determinada, o que oscilam são suas formas de determinação. Nesse âmbito, com base na evidência do sujeito proposta por Pêcheux, podemos afirmar que, para funcionar, este precisa perceber-se ilusoriamente livre das incertezas que envolvem a sua própria determinação. No período feudal, eram os domínios da religião que forneciam tal evidência. O sujeito tinha a divindade a quem responder, a quem prestar conta de seus atos e a existência de realidades transcendentais afetava o seu comportamento e seu discurso no plano terreno. Superado esse modelo econômico e com a laicidade dominando o modelo do estado liberal (burguês), é a ordem jurídica que desponta como elemento controlador das práticas do sujeito.

No tangente ao processo em que a laicidade torna-se um valor fundante, a autora destaca também o papel atribuído às universidades e, por elas, à filosofia, que poderiam, em um primeiro momento, até parecer logicamente contraditória à noção de assujeitamento:

À “unidade do culto” vai assim se suceder a “liberdade do culto” e o culto da unidade: o amor à pátria. Esse assujeitamento ao direito e ao Estado autoriza e, paradoxalmente, até incita à liberdade e à reflexão. Será que ainda podemos falar de assujeitamento onde aparecem as noções de liberdade e de reflexão?

É a subordinação da universidade ao Estado que será a garantia da possibilidade de assujeitamento. (HARROCHE, 1992, p. 216).

Para comprovar a atualidade perene da noção de assujeitamento, a autora discute os acontecimentos dos séculos XII ao XIX e observa a recorrência de um fato: “a religião, a ordem religiosa é ameaçada pela filosofia e as polêmicas entre religião e filosofia [...] são “políticas” e concernem, sempre, em última análise ao sujeito”, e conclui: “O objetivo implícito parece ser o seguinte: chegar à melhor maneira de assujeitar o sujeito a um poder que lhe é exterior” (HARROCHE, 1992, p. 216).

Destaque-se, ainda, no entendimento da pesquisadora, o princípio de que o assujeitamento deriva de elementos exteriores ao sujeito, em um processo em que este tem ilusão de deter o controle de si quando, de fato, é dominado pela exterioridade. Desse modo, o que, em uma perspectiva psicologizante poderia ser entendido como uma libertação do sujeito da dominação do poder religioso, consiste em uma mudança no poder exterior do qual o sujeito não tem condições de isentar-se. Em uma tendência laicizante, sai a religião, entram o amor à pátria, o Direito e a Filosofia: “Definida como laicidade, que deve assegurar o amor à pátria, a filosofia estará, desde então, apta a substituir a moral e a religião para contribuir em assujeitar lá, onde ela aparecia, até então, como elemento ameaçador” (HARROCHE, 1992, p. 217).

Nesse movimento, a autora destaca a impossibilidade epistemológica da psicologia em compreender e discutir os processos inerentes à dominação ideológica do sujeito:

Pretendendo-se científica, logo neutra e apolítica, estando aí o sujeito ao mesmo tempo ausente e fundamentalmente livre, a psicologia não podia reconhecer, como uma questão central, a da “crença”, isto é, da “dependência” do sujeito sob não importa que forma, a elementos exteriores, a questão do “controle” do sujeito por qualquer fator que seja. (HARROCHE, 1992, p. 219).

Pelo posicionamento da autora fica, portanto, ratificada a incompatibilidade entre a noção de sujeito da teoria materialista do discurso e a compreensão de um indivíduo livre de determinações, neutro e apolítico da psicologia, ou seja, o sujeito como causa de si mesmo não poderia, no mundo logicamente estabilizado dessa ciência, ser resultado de determinações que não tivessem essencialmente nele a sua origem. Por igual motivo, as bases da AD pecheuxtiana consideram a crítica ao subjetivismo idealista presente na filosofia da linguagem.

Se não cabe no escopo teórico da psicologia, é por meio do funcionamento dos elementos jurídicos que a determinação exterior do sujeito passará a funcionar como ponto culminante do declínio da forma-sujeito da religião que caracterizou o período feudal:

A opacidade do discurso divino que define, do exterior, uma certa forma de assujeitamento do sujeito (que aliás, na época, não se colocava verdadeiramente como tal, enquanto sujeito), dá lugar às evidências do

jurídico, que vão, sub-repticiamente, estruturar o sujeito “do próprio interior”, impondo-se a ele de modo discreto. (HARROCHE, 1992, p. 219)

Desse modo, na perspectiva teórica em discussão, ao contrário da dominação religiosa que, calcada na anterioridade de um ser supremo, todo-poderoso, manifestava de forma mais intensa as marcas do assujeitamento, a dominação pelo jurídico, embora igualmente exterior, por parecer mais evidente, isto é, mais lógica, menos opaca, tem condições de estabelecer-se de modo menos agressivo, a partir do efeito de estar se originando a partir das realidades interiores do próprio sujeito. Por essa via, é alcançada, por fim, a submissão ao Estado, processos em nome do qual estamos evocando os estudos de Claudine Harroche. Em suas palavras:

A submissão a Deus, ao T/texto, é substituída por uma crença mais insidiosa talvez, menos visível em todo caso: a crença na letra, na cifra, na precisão, crença menos visível, pois se consagra a preservar, de forma sempre mais velada e insistente (em nome dos imperativos jurídicos novos que exigem a noção de responsabilidade do indivíduo), a ideia de autonomia, de liberdade, de não determinação do sujeito, a ideia de que o sujeito não é controlável. (HARROCHE, 1992, p. 220-221).

É, portanto, pela evidente literalidade dos elementos jurídicos que, inclusive lhe asseguram a liberdade plena, vai se consolidar a constituição da forma-sujeito de direito. Estes aparecem atrelados à noção de literalidade, na univocidade dos dispositivos legais, que mobilizam o sujeito a desejar ocupar a posição do bom sujeito, nesse momento entendido como aquele que contribui para a manutenção da lei e da ordem, que cumpre seus deveres para, assim, julgar-se merecedor do gozo de seus direitos. Tudo isso, funciona pela evidência da ideia de liberdade plena a que se atrelam a economia e a política do estado burguês, conforme explica Orlandi (2012, p. 213, grifos da autora):

Faz parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é “*se eu quiser, eu posso tudo*” e essa posição aparece como se sustentando na vontade e na consciência. No sujeito como origem e dono de si. Ilusão da transparência do sujeito para si mesmo. E há formas de onipotência também no domínio do social: “*juntos podemos tudo*”, posição que se sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva. Ilusão da transparência da sociedade, negação da ideologia. Lugar de entendimento da necessidade da política, essas ilusões trazem em comum uma relação com a autoridade do saber e o saber da autoridade.

Nessa dinâmica, não há, ilusoriamente, imposição do aparelho jurídico ao sujeito, é ele quem livremente escolhe cumprir a lei e responder positivamente ao que lhe é solicitado pelo Estado. Isso pode explicar porque Harroche (1992) considera essa forma de dominação

mais insidiosa, visto que seu funcionamento se dá, de forma mais intensa, pela dissimulação, como uma obediência mais agradável e benéfica que aquela imposta pelo aparelho religioso com o qual, na transição do feudalismo para o capitalismo, a identificação da forma-sujeito foi se enfraquecendo.

No entanto, é preciso considerar que a emergência da forma-sujeito de direito se dá a partir das bases da forma-sujeito religiosa medieval que também se sustentava a partir de determinado ordenamento jurídico. Há que se destacar que, no judaísmo, raiz da sociedade cristã ocidental, o poder judiciário era também exercido pela autoridade religiosa. Ademais, a aliança entre a divindade e os antepassados judeus tinha como símbolo os dez mandamentos, isto é, um código jurídico com dez artigos. Pode-se verificar inclusive que a relação entre o elemento divino e o humano tem base jurídica, efetivada pela noção de pecado, sinônimo de desobediência, o qual acarretaria pena ou castigo, cujo perdão (expição) dependia de um ato da autoridade religiosa. Pode-se reconhecer na emergência da forma-sujeito de direito, funcionamento jurídico semelhante, uma vez que o descumprimento das leis do Estado burguês passa a ser considerado crime, com pena a ser decretada por um juiz (autoridade legal).

A partir da afirmação de Harroche (1992), nota-se que, na transição do feudalismo para o capitalismo, ocorre o enfraquecimento do aparato religioso cristão no controle dos sujeitos e do mundo e não a sua extinção total. A mesma autora aponta que ao Estado coube tentar assumir essas formas de controle. Não se trata, assim, da substituição imediata de uma onipotência por outra, isto é, sai a religião todo-poderosa e entra o Estado todo-poderoso, mas num processo de enfraquecimento da primeira e de empoderamento do segundo. Uma vez que a força da religião não é extinta, há condições para se afirmar que a forma-sujeito que emerge dessa nova relação, embora dominada pela evidência da laicidade não se livra da presença das forças coercivas da religião. Se esta não mais enquadra os sujeitos, não quer dizer que não deixa de afetá-los.

Na situação brasileira, esse processo ganha maior intensidade na constituição do sujeito quando se considera o processo histórico de sua colonização que determinou o estabelecimento do cristianismo como discurso fundador da identidade nacional, isto é, da relação histórica e imaginária do que seja ser brasileiro. A partir da inscrição desse traço identitário, ao se considerar a já mencionada heterogeneidade relativa à noção de formação discursiva, pode-se falar que o sujeito que se queira imaginariamente brasileiro, impõe-se a tensão entre as determinações religiosas e a determinação pelo Estado.

A partir da descrição das condições em que se deu a emergência do sujeito de direito, assujeitado pelo Estado e determinado pelo aparelho jurídico, podemos pensá-lo em relação aos processos de sua identificação com a formação discursiva dos quais vínhamos tratando. Ao se considerar que a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela sua identificação com

uma FD, que no decorrer de suas práticas discursivas possibilita que o sujeito possa vir a contraindentificar-se e, até mesmo, desidentificar-se, em relação a ela e que, em tudo isso, os saberes próprios de cada FD vão deixando marcas na forma-sujeito, isto é, que a desidentificação não significa apagamento pleno da relação com os saberes da formação discursiva anterior, podemos afirmar que, de igual maneira, os traços da forma-sujeito religioso, própria do feudalismo, não puderam ser totalmente apagados quando da constituição da forma-sujeito de direito.

A consequência teórica acima formulada implica em afirmar que, mesmo sob o domínio dos saberes do aparelho jurídico e, por conseguinte, do princípio da laicidade do Estado, o sujeito de direito não está plenamente imune aos saberes da dominação da forma-sujeito religiosa, conforme descrito anteriormente na relação pecado-crime. Ora, se esses saberes, amalgamados em formações discursivas, ainda constituem o sujeito, há condições de se postular que, em dados momentos, pode ocorrer o seu retorno. Esse retorno, em consonância com a concepção de sujeito aqui assumida, não se daria por meio de vontade ou decisão deliberada do sujeito, mas funcionaria pelo apagamento/esquecimento no sujeito das causas que o determinam, isto é, escapa à consciência do sujeito o conhecimento de que certos traços daquilo que determinava a forma-sujeito na Idade Média, ainda estão ali presentes no interdiscurso e delimitados nas formações discursivas com as quais se identifica.

Este posicionamento teórico se sustenta ainda pela heterogeneidade própria de toda FD que não delimita apenas saberes coerentes, coesos e pacíficos entre si, mas que possibilita graus diferentes de aproximação, distanciamento e contradição entre eles. Assim, mesmo o sujeito identificado com o estado laico, poderia reinscrever em seu discurso, sentidos outros relacionados à forma-sujeito religiosa, inclusive por força das condições de produção de determinada época, isto é, do momento histórico em que se encontra imerso.

Essas ponderações abrem caminho para a discussão da especificidade do problema que mobiliza a presente pesquisa, que envolve exatamente a preponderância dos elementos religiosos no processo eleitoral para a presidência da República em 2010, em um contexto em que a laicidade do Estado parece ser consenso. Poderíamos assim, preliminarmente, associar o retorno do discurso religioso como decorrência desses traços do sujeito-religioso ainda constitutivos do sujeito de direito.

Para melhor se sustentar o ponto de vista teórico ora assumido, busca-se compreender o funcionamento da categoria de discurso fundador com o intuito de colocá-lo em relação com que já se vem discutindo em torno da relação do sujeito com as formações discursivas. Ao situá-lo na história da formação de um país, Orlandi (2003, p. 25), caracteriza o discurso fundador como sendo:

o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça e uma nacionalidade.

O discurso fundador pode ser entendido, portanto, como aquele capaz de afetar as matrizes de sentido (formações discursivas) em relação à identidade de um povo, por meio do estabelecimento de pré-construídos, isto é, de efeitos de evidência acerca do mundo das coisas, de modo que estas pareçam ser inevitavelmente como são. Na especificidade deste trabalho, envolveria os traços discursivos a respeito da identidade nacional, ou seja, do que significa ou implica ser brasileiro. O movimento do sujeito em identificar-se, contraidentificar-se ou desidentificar-se com efeitos de sentido de ser brasileiro envolveria, então, necessariamente a presença desses traços do discurso fundador acerca de uma certa brasilidade com os saberes abarcados nas diversas formações discursivas com que se relaciona o sujeito em seus gestos eleitorais.

Deve-se salientar, que a categoria de discurso fundador não se define a priori, mas é construída pelo analista, conforme postula Orlandi (2003, p. 7):

O Discurso Fundador, tal como tratamos nessa reflexão conjunta, não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem, observada sua relevância teórica.

Mais especificamente, em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa é então mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional.

Assim, ao se considerar que o movimento de produção dos sentidos vai do não-sentido para o sentido, pode-se definir a inexistência de um sentido *a priori* para o ser brasileiro, pertencer à nação brasileira, mas que esses efeitos de reconhecimento, pertencimento, essa identificação com certos sentidos e não outros vai se estabelecendo a partir da relação com o interdiscurso e com as formações discursivas que, assinaladas pelo discurso fundador o vão delimitando. É por esse movimento que se alcança a “aparência do sentido estável, coerente e homogêneo” (ORLANDI, 2003, p. 11). Entre esses sentidos, pode-se pensar, a partir deste trabalho, do efeito de evidência de que o discurso fundador, ao inscrever-se, pelo interdiscurso, no interior da FD, impõe ao sujeito, individuado pelo Estado em cidadão brasileiro, os critérios que determinam a escolha dos candidatos a cargos eletivos, isto é, da inscrição de certos efeitos de evidência acerca do voto como instrumento de satisfação da vontade divina, conferindo a esse ritual civil efeitos sobrenaturais.

Na discussão acerca da categoria discurso fundador, a autora destaca a relação com

o inconsciente e a ideologia na construção da história, não pelo viés lógico, nem racional, mas simbólico, em torno dos fatos que constituem uma nação:

[...] nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando na história dos fatos e sim o processo simbólico no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: o inconsciente e a ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação” (não aprendizagem). Aquela na qual, ao significar, nos significamos. Assim, nessa perspectiva, são outros os sentidos do histórico, do cultural e do social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada. (ORLANDI, 2003, p. 13).

Por assim ser, na instauração do discurso fundador não interessam os fatos da história formal, legitimada, mas os efeitos que esses vão produzindo na relação com os sujeitos que a testemunham ou que dela tomam conhecimento. Concorrem nesse movimento, igualmente, os saberes e os dizeres que não foram assumidos pelo discurso dominante, mas que não deixaram de se inscrever no imaginário dos sujeitos. São discursos que, mesmo não tendo respaldo da academia, da ciência ou da lei, conseguem embrenhar-se nos domínios essencialmente heterogêneos das diversas formações discursivas e aí mobilizar variadas posições-sujeito.

Orlandi (2003) assinala ainda que o discurso fundador não se instala apenas em terrenos desabitados de sentido, mas também pode emergir a partir de outros sítios de significação que são por ele suplantados por meio da produção de uma memória própria, isto é, com os saberes de determinada formação discursiva com a qual o(s) sujeito(s) se identifica(m) e vão circunscrevendo determinadas regiões do interdiscurso. Muitos desses discursos podem, inclusive, ao longo da história, ter passado processos de apagamento e/ou silenciamento, relegados à margem do discurso oficial, mas continuam a funcionar a se (re)estabelecer nas práticas discursivas. A pesquisadora brasileira vincula a sua irrupção ao ritual aberto a falhas de que fala Pêcheux (1997):

Esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo. [...] Ele se serve do sentido já-lá para através de rudimentos dele, instaurar a ruptura. O efeito é o reconhecimento e o diferente.

Assim, ele sustenta no sentido de que surge e se sustenta nele. Intervém no já-dado, no já-dito. (ORLANDI, 2003, p. 13).

O posicionamento teórico da autora aponta ainda para o fato de que ao promover, instaurar-se como novo, o discurso fundador coloca-se ainda como permanente, produzindo,

assim, um efeito de evidência:

É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim. (ORLANDI, 2003, p. 14)

Essa evidente familiaridade com que se aloja o discurso fundador no imaginário dos sujeitos e a sua capacidade em produzir domínios próprios de memória, conforme explicado acima, será responsável, também, conforme postula a autora, em promover o seu retorno em vários enunciados, temporalmente distantes, que terão nele o seu fundamento, a sua sustentação. Nesta pesquisa, conforme será exposto mais adiante, a relação do povo brasileiro com os elementos religiosos funcionará dessa forma, reinscrevendo-se em vários discursos, inclusive naqueles que tratam do processo e das escolhas eleitorais e que delimitam nosso objeto de análise. Dessa forma, a individuação do sujeito pelo Estado, a partir de efeitos de evidência de necessária laicidade, continua a ser permeado por já-ditos indesejáveis à FD dominante, neste caso, os saberes que produziram o efeito de submissão do sujeito medieval ao elemento divino. No entanto, conforme já apontado a partir de Lagazzi (1988), o processo de identificação do sujeito com a FD é determinado pelas condições de produção do discurso, de modo que esses já-ditos constituem-se em pontos de deriva para sentidos outros, de modo que, embora pela forma-sujeito medieval, o sujeito eleitor, identificado com a forma-sujeito de direito, não produzirá seus discursos a partir do mesmo lugar que o fazia o sujeito da Idade Média. Os traços da constituição do cristianismo que veio da Europa e se estabeleceu no Brasil, com todos os seus deslocamentos, interferem no retorno dos efeitos de sentido da dominação religiosa que não puderam ser totalmente apagados.

Há que se destacar que, embora por sua especificidade, o discurso fundador não se vincule aos discursos oficiais, podendo instaurar-se a partir daqueles menos prestigiados ou mesmo marginalizados, no caso da religião, no Brasil, é pelo viés do dominador que ele se instaura. Por ter nascido a nação sob o ímpeto do colonizador católico, serão apagados os demais traços religiosos e o discurso cristão, principalmente em sua vertente católica, determinará as matrizes de sentido desses elementos na constituição da identidade nacional do povo brasileiro. Nessa perspectiva, ao invocar a proteção de Deus para a promulgação de uma Carta Magna que preconiza a laicidade do Estado, conforme apontaremos no capítulo 3, podemos perceber, no gesto do legislador, a falha no ritual, provocada exatamente por ser o seu dizer-fazer afetado pelo discurso fundador que, sob a mesma proteção, instaurou-se nessas terras em 1500.

No entanto, em consonância com as proposições de Orlandi (2003), para se

estabelecer como fundador, é necessário que um discurso crie um novo lugar do qual falar. No caso brasileiro, isso ocorrerá pelo caráter missionário que a religião assume a partir do descobrimento. A esse respeito relata Pero Vaz de Caminha, em sua Carta, considerada a certidão de nascimento de nossa nação:

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013, p, 14).

O gesto de colonizar entrelaça-se, no contexto da nascente nação brasileira, portanto, ao verbo catequizar. Dois elementos, a nova terra oferece ao Rei de Portugal, no discurso de Caminha: riquezas a aproveitar e uma gente a salvar. Ao contrário do contexto europeu, em que já se nascia cristão, no Novo Mundo, a tarefa era de tornar cristãos os seus povos. Assim, a forma-sujeito de direito, característica do capitalismo, sistema econômico que começava a lançar as suas bases, não apenas é dominada pelo princípio da acumulação do capital, mas reconhece entre as suas obrigações, a de ser um “bom cristão”, o que implicava, naquele momento, em salvar as almas. O discurso religioso como discurso fundador da nação brasileira, portanto, configura-se pelo deslocamento do efeito de evidência de um cristianismo europeu consolidado e instaura-se pelo funcionamento de um cristianismo expansionista, coerente com as práticas expansionista que dominavam o Velho Continente, sobretudo Portugal e Espanha naquele momento.

Situado no campo científico da História, Euclides Marchi (2013), também respaldado pelos estudos de Orlandi, aponta o papel da celebração da primeira missa em solo brasileiro como ponto culminante da instauração desse discurso fundador:

A liturgia da posse transformou-se num verdadeiro discurso fundador, pois a descrição de Caminha assume um significado maior do que um simples ato religioso. Na narrativa do escrivão constata-se que a missa é oficiada pelo Capelão-mor da frota e pelos outros sacerdotes que acompanhavam a expedição e foi assistida pelo comandante empunhando a bandeira da Ordem de Cristo, aquela mesma que saíra de Portugal, e que esteve sempre alta da parte do Evangelho. Há que se considerar que este ato supera a simples devoção ou a crença religiosa. Constitui-se num autêntico rito de posse, acompanhado de um sermão pregado do alto de uma cadeira para que todos ouvissem e, como fala final, tratou da vinda da expedição referindo-se à cruz, sob cuja obediência realizavam as viagens. (MARCHI, 2013, p. 10).

Se o expansionismo marítimo português, movido pelos princípios do capitalismo, pode ser vinculado à emergência do sujeito de direito, controlado pelo nascente estado burguês, a relação do navegador com as terras descobertas mostra a forma-sujeito ainda fortemente dominada por Deus, isto é, pela religião. Esse traço que se configura como

discurso fundador, vai permanecer inscrito na identidade nacional do povo brasileiro e determinará os processos de identificação desses sujeitos em suas práticas discursivas.

É oportuno observar que esse caráter missionário expansionista que impele o colonizador a salvar as almas da nova terra, mesmo passado o período em que o catolicismo foi a religião oficial do Império, retornará nos momentos cruciais da história política da nação, quando elementos religiosos despontam como capazes de salvar o povo brasileiro, seja às vésperas do golpe militar de 1964, na iminente eleição de Lula em 1989 ou na eleição de Dilma Rousseff, foco de interesse dessa pesquisa.

Assim, pensar o sujeito eleitor no contexto do pleito presidencial em pauta, implica considerá-lo como resultado da inscrição no interdiscurso de regiões de memórias inerentes ao cristianismo como discurso fundador da nação e, portanto, da identidade do povo brasileiro. Esses pré-construídos sobre o que é ser brasileiro, sempre vinculados ao ideal do “bom cristão”, assumirão diferentes inscrições nas variadas formações discursivas a partir das quais são interpelados esses sujeitos, mesmo quando o ritual falhar e a resistência se estabelecer.

### **2.3 Considerações preliminares**

A teoria materialista do discurso que Pêcheux ousou formular fornece-nos, portanto, o espaço teórico-epistemológico que nos permite analisar o funcionamento do discurso religioso cristão na formação e circulação dos discursos dos eleitores brasileiros a respeito da escolha de seus candidatos, na internet, nas eleições de 2010.

Por meio desse arcabouço teórico, temos como ponto de partida a noção de um sujeito que se constitui como tal a partir da interpelação ideológica que o faz se identificar, contraidentificar-se ou desidentificar-se com determinadas matrizes de sentido que lhe são apresentadas como evidentes, impossíveis de serem outras. Nessas matrizes, estão delimitados saberes advindos do interdiscurso no qual está já inscrito, como discurso fundador da identidade nacional, o discurso do cristianismo expansionista, voltado a salvar as pobres almas daqueles que habitam estas terras.

Desse modo, mesmo no século XXI, o sujeito de direito, dominado pelo aparelho jurídico, identificado com a laicidade do Estado, por meio de falhas em seu processo de individuação, faz emergir em seus discursos, em nosso caso específico sobre suas escolhas eleitorais, os pré-construídos referentes à posição-sujeito devota própria do sujeito medieval, mas também os desloca, afetado pelas condições de produção e pela heterogeneidade dos discursos cristãos que tem circulado na sociedade brasileira desde 1500.

### 3 POLÍTICA E MÍDIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA CANDIDATOS E ELEITORES

Ao nos dedicarmos aos discursos de eleitores produzidos na internet sobre as eleições de 2010, é necessário ater-nos a alguns aspectos da chamada política midiaticizada<sup>12</sup>, isto é, do entrelaçamento constitutivo entre a esfera política e a esfera midiática. Compreender essa relação é fundamental para que possamos discutir os efeitos de sentido desse discurso, ou seja, sustentamos que esse caráter midiaticizado da esfera política afeta a maneira pela qual eleitos e eleitores significam a si e a seus discursos, a partir da contradição que os constituem.

A esse respeito assevera Rubim (1990, p. 61):

Nos últimos anos, uma nova coadjuvante incômoda, inclusive porque parece não se contentar com esse papel secundário, ameaça tomar a cena, pelo menos aquelas dos debates eleitorais. Sua onipresença significa poder. Poder que a embriaga. Primeiro ocupa o palanque e o transforma em palanque eletrônico. Agora parece querer instituir os partidos eletrônicos, através do controle dos aparatos/aparelhos de comunicação. Esta nova coadjuvante insatisfeita chama-se comunicação. Ela nos coloca como um enigma sobretudo contemporâneo: as modernas relações entre política e comunicação. Decifrá-lo ou ser devorado por ele, eis a questão.

Ancorado na figura da mitológica esfinge, o autor citado enfatiza a necessidade de investigarmos os fios que tecem a relação entre a política e a mídia, como condição para não sermos devorados pelo monstro eletrônico. Conforme sucintamente descreve o pesquisador, já ao primeiro olhar, não é possível negar que a prática política contemporânea, inclusive no tempo de suas ponderações (década de 1990), apresenta-se afetada pelo funcionamento dos meios de comunicação. Aponta, assim, para a urgência de que se conheça o funcionamento dessa instância, no que tange à sua presença no campo da política, sobretudo em períodos eleitorais, como forma de evitar que os cidadãos sejam devorados por esses discursos, não como processo de deglutição, mas como imposição, sobreposição das preferências midiáticas sobre as decisões do eleitor.

Outro aspecto destacado pelo pesquisador refere-se ao objeto de disputa e combustível de todo esse processo: o poder. Trata-se de elemento fundamental para compreender as relações entre mídia e política, visto ser o campo político, nos processos eleitorais, espaços de intensa disputa de poder. Tais disputas podem ser lidas, no âmbito da teoria marxista, como reflexo da luta de classes travadas na sociedade:

o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político.

<sup>12</sup> Expressão extraída dos trabalhos Rubim (1990; 2000; 2004; 2008)

Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. (MARX, 1847, p. 1).

Desse modo, enquanto persistir a luta de classes que, para Marx (1847), não haveria de ser eterna, as relações entre política e mídia serão sempre permeadas pelo antagonismo dos grupos sociais que desejam manter-se no poder e aqueles que almejam tomá-lo em nome de um novo projeto de sociedade. Na especificidade das disputas políticas, tomar o poder significa ocupar cargos eletivos e, por meio deles, executar as reformas necessárias ao novo modelo social. Portanto, não há a possibilidade de efetiva harmonia no campo da política e, por conseguinte, da mídia.

Por se tratar de um trabalho em Análise de Discurso (AD), devemos registrar as severas divergências teóricas existentes entre esta e os estudos da Comunicação, sobretudo no que tange à concepção de sujeito. Para essa área de referência, conforme se nota nas palavras de Rubim (1990), o sujeito é dotado de plena autonomia, mesmo quando cercado em seu direito de escolha, influenciado pela mídia, ele detém o controle de sua consciência.

Consideramos, a partir da perspectiva derivada de Pêheux e Althusser assumidas neste trabalho, que a mídia, na sociedade capitalista, é parte da disputa que caracteriza a luta de classes. Desse modo, os fios que a tecem são os fios das várias formações sociais e ideológicas a partir dos quais são formulados os discursos que por meio dessa instância circulam. Por assim ser, um olhar sobre a mídia deverá sempre considerar as condições de conservação/transformação que contraditoriamente constituem todos os rituais que ensejam a conjuntura capitalista contemporânea e fornecem, pela ideologia, as evidências do sujeito e dos sentidos sem as quais não há discurso.

A esse respeito é importante retomar Althusser (1980, p. 61-62):

1. - Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.
2. Cada um deles concorre para este resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político sujeitando os indivíduos à ideologia política de Estado, a ideologia “democrática”, “indirecta” (parlamentar) ou “directa”, “plebiscitária” ou fascista). O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os «cidadãos», doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. O mesmo acontece com o aparelho cultural (o papel do desporto no chauvinismo é de primeira ordem), etc.

O que temos chamado de mídia, corresponderia, assim, ao que Althusser denominou de AIE de informação, cujo funcionamento atende às coerções e evidências fornecidas pela ideologia dominante que determina o que pode e dever ser dito, visto ou veiculado. Na perspectiva de nossa pesquisa, implica em reconhecer que, mesmo na internet, que parece

funcionar como território livre, há o funcionamento primeiro da Ideologia da qual deriva esse efeito de evidência de liberdade por parte do cidadão comum, para quem são apagas as coerções de produção inerentes a esse espaço midiático.

Ainda acerca do recurso aos estudos da Comunicação, devemos ratificar que, embora a noção de sujeito assumida pela AD não admita a autonomia plena do sujeito, defendemos que considerar a relação entre mídia e política a partir do que estabelece a Comunicação é primordial para que compreendamos as condições de produção dos discursos que serão analisados. Dito de outra forma, a descrição dos efeitos de evidência produzidos por esse campo a respeito de si mesmo e de suas teses sobre a relação com a prática política, possibilita-nos a imersão no sistema simbólico que estrutura tais evidências.

Quando levamos em conta que é a partir dessas evidências que serão produzidos os discursos integrantes das campanhas dos candidatos e das manifestações dos eleitores, torna-se possível situar os efeitos de sentidos decorrentes de seus discursos que resultam da adesão dos sujeitos aos valores, padrões e funcionamentos determinados pela identificação (ou não) com as práticas político-midiáticas. Trata-se, assim, de entender como a mídia, em jogo de imagens, se significa e significa o outro para, desse modo, compreender os recursos de que lança mão e deles obter os melhores resultados.

Procuramos, então, caracterizar o funcionamento da evidência a partir da sua produção para compreendermos como ela determina os efeitos de sentido dos discursos político-midiáticos analisados neste trabalho. Nesse processo, são trazidas as vozes de pesquisadores da Comunicação e conceitos por eles formulados considerados produtivos para nossa pesquisa, em um processo de descrição-interpretação que parta da evidência do sentido para o não sentido, da transparência do dizer para a sua opacidade, de maneira que se produza o deslocamento necessário aos propósitos de nosso trabalho, isto é, que se vá da comunicação ao discurso.

### **3.1 Mídia e Política: imprecisões necessárias**

Embora todo conceito produza limitações e aponte para lacunas inerentes a qualquer processo de teorização, antes que nos ocupemos da relação entre mídia e política em conjunturas eleitorais, faz-se necessário delinear uma compreensão a respeito desses termos, entendidos como uma entre outras e não como dogmatização.

Nesse processo, torna-se relevante para o nosso trabalho o conceito de mídia proposto por Lima (2006, p. 53), que a entende como “o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana”. O autor concebe, inicialmente, a mídia, portanto, pelo seu papel de mediação em um processo mais amplo que é a comunicação humana. Em vista disso, o pesquisador destaca também que “a instituição mídia

implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize”. Dessa forma, todo o aparato seria, conforme sua própria etimologia, meios, por que se realiza a necessidade humana de comunicar-se e, mais especificamente, comunicar determinados conteúdos a um público mais amplo.

A respeito desse conceito, é preciso considerar que esses meios não se resumem à neutralidade técnica dos equipamentos que o suportam, mas, conforme aponta o autor, tratam-se de instituições, ou seja, entidades que, como parte da sociedade, sofrem as coerções próprias de sua prática. Na perspectiva althussereana, da qual deriva nosso trabalho, deve-se ter sempre presente que o poder econômico interfere nesse processo. Tal interferência se dá tanto no que tange à infraestrutura tecnológica, visto que o alcance da comunicação dependerá diretamente do poder aquisitivo da instituição que a realiza essa disseminação, quanto nos conteúdos, visto que a comunicação midiática, por ser um negócio, necessita vender e produzir lucros. Assim, para além de suposto compromisso estrito com a verdade, seu conteúdo precisa agradar ao público, a fim de produzir audiência, e não contrariar o interesse de seus financiadores.

Para definir política, Lima (2006, p. 53) destaca que “a ideia de política está associada ao exercício do poder, tanto na relação entre soberano e súditos, como naquela entre governantes e governados e entre autoridade e obediência”. A partir disso, define a política como “a atividade eminentemente pública e visível nas democracias”. Nessa perspectiva, considera o duplo sentido de público. Em oposição ao que é privado, referir-se-ia às coisas do Estado. Em contraste àquilo que é secreto estaria relacionado ao que é visível, evidente. Já a democracia é tratada como “o regime do poder visível da coisa pública”.

Em suma, o conceito de política extrapola as questões partidárias e vincula-se aos processos de gestão democrática, isto é, do exercício do poder em favor do interesse público, ou seja, a administração zelosa por aquilo que é de todos. Essa dinâmica deve, sob esse viés, ser feita conforme o princípio da publicidade, no qual tudo deve pautar-se pela transparência de suas práticas, de modo a não se justificar o ocultamento ou restrição dos processos aos olhos da população.

É importante, porém, ressaltarmos que esse processo é atravessado, conforme destacamos no início deste capítulo, pela luta de classes: por envolver o exercício do poder e, portanto, a possibilidade de alcance dos mais diversos interesses, mais do que um colocar-se a serviço dos interesses da sociedade, a política torna-se espaço de disputas e conflitos. Em outras palavras, classes antagônicas, visando à ascensão ou à manutenção no poder estão constantemente travando batalhas, cuja principal arena são os processos eleitorais.

Na especificidade desta pesquisa, podemos antecipar, como elemento materializador dessa disputa, a insistência por parte de eleitores que refutavam a possibilidade de volta aos tempos difíceis anteriores às políticas públicas de inclusão social desenvolvidas pelo governo

Lula. Esses discursos, como apontaremos mais adiante, são atravessados por uma memória discursiva acerca da luta de classes, a partir do efeito de evidência de que, com Lula, de alguma forma a classe trabalhadora teria chegado ao poder ou, finalmente, estaria sendo alvo da atenção diferenciada do poder público.

Nesse jogo, a mídia, instituição supostamente destinada à veiculação dos processos comunicacionais, passa a se constituir não só um instrumento para que os sujeitos políticos alcancem os eleitores, mas, conforme aponta Lima (2006, p. 59), tem se configurado, ela mesma, em ator político:

As empresas de mídia são hoje atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Além disso, pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformam também em atores com interferência direta no processo político.

Sobre esse funcionamento, são pertinentes as considerações de Santos (2009, p. 146) acerca do discurso veiculado pelas semanais *Veja*, *Isto é* e *Época*, em 2002, sobre o candidato petista à Presidência da República:

Da forma como foram estruturados, todavia, os textos midiáticos acentuaram o caráter contraditório das opiniões do candidato do PT e permitiram ao leitor das revistas conceber o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva como realmente fruto da mudança de postura (volubilidade) no ano eleitoral.  
[...] Assim, quando as três revistas conceituadas e destinadas ao público de classe média-alta do país produzem matérias cujo tema principal é a campanha eleitoral de 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, num momento histórico preciso (o período eleitoral daquele ano), apresentam enunciados e imagens que, junto a toda uma crítica que a imprensa em geral tecia acerca do PT na corrida pela Presidência, só poderiam resultar em um efeito de sentido negativo do petista.

As afirmações da pesquisadora apontam, portanto, que, para além de uma suposta verdade e de uma pretensa imparcialidade, os movimentos da mídia resultam em efeitos de sentido que materializam o favorecimento ou desprestígio de um candidato em detrimento de outros, por força dos jogos que interesse que atravessam a constituição desses discursos.

Fazermos presentes os conceitos de mídia e política, portanto, implica em considerarmos os elementos que determinam o seu funcionamento e os deslocam dos efeitos de aparente harmonia de que se revestem. Para além da técnica, da mediação fria ou interesse altruísta pela coisa pública, essas instâncias são marcadas pelas disputas, motivadas, em última instância, pelas questões econômicas.

Em vista disso, na continuidade deste capítulo, serão discutidos alguns aspectos que permeiam essa arena de disputas, com o intuito de construir elementos que permitam descrever-interpretar os processos discursivos de que se ocupa este trabalho.

### **3.2 Mídiação da política e da sociedade: conceitos e considerações**

Ao se discutir as relações entre política e mídia, faz-se necessário considerar que esta tem exercido papel estruturante não apenas no campo da política, mas todos os aspectos da vida social são por ela afetados, conforme postula Fausto Neto (2004, p. 120):

[...] o trabalho de mediação realizado pelos processos de mídiação é bastante especializado e peculiar, repercutindo sobre as lógicas de organização e modos de funcionamento de outros campos sociais não-midiáticos, o que permite afirmar que não há nenhum setor da vida cotidiana que não seja afetado nos últimos tempos pela cultura da mídiação.

Em uma postura mais contundente, Nunes (2004, p. 360), assim como Lima (2006), destaca que os meios de comunicação, deixaram, segundo ela, de ser apenas meios, isto é, canais neutros pelos quais circulam as informações sobre a vida da sociedade e da política, mas, ao contrário, têm se tornado, cada vez mais, seus produtores:

Esses meios que, no passado, tão relevantes serviços prestaram à democracia – de há muito abandonaram o clássico papel de intermediação social. São hoje atores. Não reportam: interferem no fato e passam a ser o fato; não narram, invadem o andamento do fato em narração; não informam, constroem a opinião, não noticiam, opinam. O fato, a realidade, o acontecimento, o evento, são o fato acontecido, a ocorrência em si, mas o fato que logrou ser narrado e, principalmente, como foi narrado. Mais do que nunca, a realidade não é o fato, mas sua versão.

A partir da posição da autora, ressaltamos que, da perspectiva teórica deste trabalho não consideramos momentos distintos em que a mídia tenha passado da neutralidade a não neutralidade. Como toda produção humana, as práticas midiáticas se constroem na história e são determinadas pela Ideologia e, portanto, não se torna possível atribuir-lhes em nenhum momento, qualquer traço de neutralidade. O que ocorre é que esse processo tem se tornado menos dissimulado que em tempos anteriores. Todavia, apesar da divergência epistemológica, é relevante que consideremos essa característica apontada pela pesquisadora de que a mídia produz versões para aquilo que veicula. Isso torna-se primordial quando pensamos no contexto político-eleitoral, em que diariamente são noticiados os fatos relativos aos candidatos e, não despretensiosamente, vão se construindo versões a respeito dos sujeitos políticos com repercussões na escolha dos eleitores.

Como exemplo desse processo, mencionamos da cobertura das eleições 2002, 2006 e 2010 no jornal Folha de São Paulo, conforme analisada por Zampar (2014, p. 97):

A partir do contraponto que se estabelece entre ambos os políticos [Lula e Fernando Henrique Cardoso] e, por consequência, seus partidos, percebemos a cristalização de efeitos de sentidos acerca do PT como corrupto em sua essência, produzindo um efeito de sentido para a corrupção no PSDB como deslize, não como característica fundamental. Nas eleições 2006 e 2010 pudemos perceber que a corrupção funciona, pela memória dos escândalos de corrupção, como traço fundamental do imaginário na Folha de S.Paulo acerca do PT.

Embora não se possa falar em intenção deliberada do jornal em prejudicar ou favorecer determinado candidato, o referencial teórico assumido no trabalho citado e nesta pesquisa permite a compreensão de que o discurso dos órgãos de imprensa, como parte do AIE de informação de que fala Althusser (1980), sofre as coerções das formações sociais e ideológicas que os determinam, de modo que aquilo que pode e deve ser dito, a partir da tomada de posição do sujeito autor já é determinado, embora não sem resistência, por sua posição na luta de classes.

Nessa dinâmica em que a mídia deixa de mediar para tornar-se ator político, Lima (2006, p. 56) destaca algumas funções dos partidos políticos assumidas pelo aparelho midiático, sobretudo no Brasil, cujo sistema político é marcado pela inexistência de uma tradição partidária consolidada: “construir a agenda pública (agendamento); gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações do governo; exercer a crítica das políticas públicas; canalizar as demandas da população”. Dessa forma, a mídia, em face da credibilidade frágil das estruturas partidárias, torna-se referência da ação política para a instância cidadã<sup>13</sup>, de modo que a voz midiática, revestida de legitimidade, passa a determinar o imaginário da instância cidadã a respeito da ação política.

Esse fato explicaria, segundo o mesmo autor, o grande número de radialistas, sobretudo aqueles que atuam em emissoras AM, que entram para a política partidária e são eleitos para cargos nos poderes Executivo e Legislativo. O cidadão eleitor, ao reconhecer a eficácia do agente midiático no exercício de funções que seriam dos agentes políticos, acaba por conduzi-lo aos cargos eletivos, movido pelo desejo de que a performance construída nas funções da mídia se repitam na gestão pública. Na recente história política brasileira podem ser citados os exemplos de profissionais da mídia, rádio ou TV, como Anthony Garotinho e Celso Russomano que se elegeram a partir de suas performances midiáticas. Na política paranaense, deve-se mencionar também o caso do deputado estadual Ratinho Junior, eleito partir da fama do pai, o apresentar Carlos Massa, o Ratinho (SBT).

---

<sup>13</sup> Este termo, conforme se apontará adiante, foi tomado dos estudos de Patrick Charraudeau (2011).

Salientemos ainda que o poder econômico tem influência determinante nesse funcionamento, conforme assevera Silveirinha (2004, p. 439): “os *media* são, sem dúvida e cada vez mais, instituições dominadas pelo dinheiro e por lógicas econômicas concorrenciais, para criar audiências, não para gerar públicos”. Essa preponderância dos fatores econômicos sobre o funcionamento da instância midiática remete-nos à tese marxista de Althusser (1980) a respeito dos Aparelhos Ideológicos de Estado, segundo a qual as instituições, dentre elas os meios de comunicação, são determinados, conforme já mencionado, pelo poder econômico. Desse modo, não por uma questão de responsabilidade individual, mas por condição própria do sistema capitalista, o aparelho midiático, ao apresentar sua versão, o fará sempre em vista da manutenção dos privilégios da classe dominante.

A esse respeito, Nunes (2004, p. 352-353) destaca a apropriação das rádios comunitárias do interior do Brasil pelos políticos profissionais, donos do poder econômico, sobretudo no Nordeste:

A maior parte desses políticos, nas cidades do interior Brasil, especialmente no Nordeste, têm o poder de vida e de morte sobre os habitantes, centralizando a distribuição de empregos, controlando a assistência médica, tornando-se o principal provedor da população do município e instrumentalizando as rádios comunitárias em suas campanhas eleitorais.

Observa-se, assim, o aspecto de empoderamento que caracteriza as instituições midiáticas, visto que, mesmo quando não visam a fins lucrativos, esses instrumentos são tomados de assalto pelos detentores dos recursos financeiros para a dominação do povo que, já não tendo quem lhes ouça, não dispõem também da voz que lhe seria assegurada pela emissora comunitária.

Ao considerar a midiatização da vida e da sociedade como elemento constitutivo dos discursos analisados neste trabalho, faz-se necessário que salientemos alguns aspectos desse processo destacados pela área da Comunicação, dentre eles a espetacularização e a transformação dos candidatos em mercadoria<sup>14</sup>.

O conceito de espetacularização tem destacada referência nos trabalhos de Guy Debord. Esse autor situa a sociedade do espetáculo como decorrência histórica da própria organização social capitalista em que “a mercadoria ocupou totalmente a vida social” (DEBORD, 1997, p. 30). Assim, por estar o capitalismo na total dependência do consumo, faz-se necessário que as situações da vida social sejam espetacularizadas a fim de que, ao ganhar visibilidade, tornem-se atrativas e, por conseguinte, sejam consumidas.

---

<sup>14</sup> Este trabalho insere-se no conjunto das pesquisas que assumem essa perspectiva produzidas no âmbito do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI - UEM/CNPQ). Aproxima-se mais diretamente de pesquisas realizadas por pesquisadores como Santos (2009), além de outros já citados na introdução.

Ao tratar desse tema, Rubim (2004) destaca que o espetáculo é anterior à mídia e encontrava-se inicialmente associado à política e à religião. Com o desenvolvimento da sociedade ambientada pela mídia, essas esferas da vida social, assim como as demais, passam a ser transpostas para os novos ambientes da comunicação, como celebrações espetaculares. Segundo o pesquisador:

A conexão entre mídia e espetáculo torna-se, por conseguinte, privilegiada na atualidade. Tal enlace recobre a fabricação e veiculação, como programação, de espetáculos pela mídia e a transmissão de espetáculos culturais, políticos, religiosos e de outros tipos, forjados por outros entes sociais. [...] As copas do mundo de futebol, os megafestivais de música, as olimpíadas, as grandes festas populares, exemplificam “globalmente” com enorme exatidão, as celebrações espetaculares do contemporâneo. (RUBIM, 2004, p. 200).

Outro aspecto descrito pelo autor é a disputa de atenção ocasionada pelo desenvolvimento tecnológico, que propicia o aumento acelerado das produções midiáticas e o conseqüente acirramento da concorrência em atrair o olhar do cidadão-consumidor:

Nela [sociedade do espetáculo], de modo indiscutível, a tendência ao espetacular encontra-se extensivamente enraizada. A rede de mídias e a dimensão da sociabilidade pública midiaticizada, além de outros campos, como a política, a religião e a cultura, concorrem profundamente para a existência e a realização sociais da espetacularização, pois toda essa maquinaria sociotecnológica está predisposta a chamar e disputar atenção de todos. (RUBIM, 2004, p. 201).

A mídia, assim, como parte da sociedade do consumo e do espetáculo, determinada pelo poder econômico, toma parte no jogo social da visibilidade, do qual não é origem, mas que é levada a reproduzir por força das condições próprias de seu funcionamento. O espetáculo midiático configura-se, assim, como reflexo das práticas, celebrações e rituais espetaculares da vida social e tem como meta ser alvo da atenção, da preferência dos sujeitos individualizados que transitam pelos espaços públicos e privados, cujos corpos e mentes precisam ser provocados para o consumo de mercadorias, sejam elas, bens, serviços ou discursos.

A respeito da vinculação entre sociedade e espetáculo com que concordam Debord (1997) e Rubim (2004), são pertinentes, dadas as peculiaridades deste trabalho, as considerações de Patriota (2007, p. 11):

Nessa vertente, pensar a relação existente em religião, mídia e espetáculo é refletir também sobre o cerne do discurso midiático, potencialmente dramático. As narrativas e personagens presentes na mídia, de alguma forma, são dramatizados, a fim de provocar emoções, seja o riso ou a lágrima. E isso é facilmente verificável nas religiões midiáticas. Nos testemunhos e

depoimentos dos atores religiosos, os personagens que podem ser rapidamente identificados, são apenas imagens que solicitam uma interpretação mínima por parte de seus consumidores.

Em vista desse movimento, podemos apontar as manifestações com motivações religiosas na internet durante o período eleitoral como decorrência dessa interpretação mínima, isto é, dos efeitos de sentido que a religião midiaticizada e espetacularizada produz entre os sujeitos que se identificam com a FD religiosa cristã. Desse modo, o espetáculo da religião midiática afeta, podemos afirmar, a formulação das manifestações dos eleitores na internet, tanto no aspecto de imposição da necessária visibilidade dos temas religiosos, quanto pela dramaticidade com que são tratados. Entre os elementos espetacularizados, podemos mencionar o ente demoníaco que, a partir dos exorcismos televisivos, passa a constituir o imaginário do eleitor e a estabelecer-se como ator político das eleições presidenciais de 2010, a partir das posições do cristianismo neopentecostal, conforme descrevemos-interpretamos mais adiante.

Sobre os processos de espetacularização no âmbito da política midiaticizada, Ramos (1994) relata que, no contexto estadunidense, o debate televisivo entre os presidenciáveis John Kennedy e Richard Nixon pode ser considerado o marco desse processo que culminou com a eleição, na década de 1980, de Ronald Reagan, um ator, para a presidência daquela nação. A ascensão do ator ao cargo de mandatário nacional representaria, assim, a assimilação pela política dos elementos constitutivos das esferas midiática, em outras palavras, nas condições de produção da sociedade do espetáculo, um candidato ator teria conseguido ser mais palatável que os demais e, com isso, produzido identidade com os eleitores e, assim, conquistado os votos de um público que não é obrigado a votar.

Sobre esse tema, Rubim (2004) destaca as transmutações e deslocamentos que a midiaticização impõe às práticas políticas, que deixam de ser ambientadas na rua e são transpostas para a tela, inicialmente a tela da TV:

O deslocamento para a tela, síntese metafórica da nova dimensão pública, organizada a partir dos espaços midiaticizados, retira a primazia da rua, como lugar privilegiado de realização da política, como acontecia na modernidade. Basta lembrar a importância dos comícios, barricadas, passeatas, discussões ocorridas nas praças e ruas e em outros locais convencionais, a exemplo dos cafés e dos parlamentos, para perceber como a política moderna se conservava em espaços de convivência, nos quais o ser presencial era imprescindível. (RUBIM, 2004, p. 206).

A respeito da relação tela-rua, própria da política midiaticizada e espetacularizada, em que a mídia assume a condição de ator político, no contexto brasileiro, Rubim e Colling (2004, p. 172) destacam as eleições presidenciais de 1989 como a primeira materialização desse

processo de produção e circulação de sentidos a que não se via desde 1960, ano da última disputa direta antes do golpe militar de 1964:

A interação entre a tela e a rua marcou a intensidade deste retorno da escolha direta de presidente da República. Essa interação existente entre tela e rua, no entanto, não impediu que, em razoável medida, os acontecimentos políticos gerados na tela não fossem apenas coberturas e amplificações daqueles acontecidos nas ruas. Em suma: não só a tela ganhou centralidade na campanha em relação à rua, como também passou a ser um espaço social (ainda que eletrônico) de produção de fatos político-eleitorais essenciais para a campanha e autonomizados frente aos acontecimentos da rua.

A partir do que apontamos a respeito dos primeiros sinais mais intensos da midiaticização da política nos Estados Unidos e no Brasil, podemos afirmar que a política vê-se, assim, submetida à ordem midiática, visto que para alcançar o eleitor, objeto de desejo de suas práticas, sobretudo em período eleitorais, faz-se necessário subir não mais aos palanques físicos, como as carrocerias de caminhão típicas dos comícios do interior do Brasil, mas aos palanques eletrônicos. Nesse processo, é preciso que os sujeitos políticos se adéquem às condições próprias desses espaços, nos gestos, no corpo e na voz. Acerca disso, ancorado na AD francesa, da qual é importante referência, Courtine (2003, p. 24-25), assinala:

Em tais circunstâncias, os enunciados parecem reduzir-se ao seu mínimo possível. Indissociável do discurso, a imagem vem qualificar ou desqualificar os conteúdos, medir seu impacto, soldar seus efeitos. [...] As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto da expressão. Elas fizeram do corpo uma objeto-farol, um recurso central da representação política. É como se passasse de uma política do texto, veículo de ideias, para uma política de aparência, geradora de emoções.

No que tange às campanhas presidenciais brasileiras e a preponderância que o corpo do candidato assume nas campanhas eleitorais midiaticizadas, a pesquisa de Santos (2009)<sup>15</sup>, já mencionada, analisa a docilização do corpo de Lula em 2002, em face das disputas eleitorais que o petista protagonizou desde o retorno da escolha do Presidente da República por meio do voto direto, a partir de 1989:

---

<sup>15</sup> A pesquisa é desenvolvida com base na Análise de Discurso francesa a partir da perspectiva de Michel Foucault e dialoga com o diálogo com teóricos que abordam as questões do corpo na área da Antropologia, da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação, da Educação Física, da Linguística Textual e dos estudos sobre o texto imagético. Suas conclusões são relevantes para esta pesquisa pois inserem-se no conjunto de investigações sobre as condições de produção da eleição dos presidentes petistas, as quais determinam o processo eleitoral de 2010, foco de interesse deste trabalho.

A nosso ver, Lula poderia estar cansado de “lutar e morrer na praia”, porém o movimento que ocorreu com sua imagem foi fruto de um processo de docilização do corpo realizado pela própria mídia impressa que produziu um discurso pautado na publicação de fotografias que compunham um contraste entre o candidato-corpo divulgado nas eleições anteriores e o que disputava em 2002 a presidência, com chances de vitória. (SANTOS, 2009, p. 119).

As conclusões da pesquisadora apontam para o movimento da mídia em, na condição de ator político, mobilizar contra a candidatura petista de 2002 os efeitos de sentido que essa mesma instância consagrou como efeitos de evidência indispensáveis a um candidato, isto é, a sobriedade no vestir, os gestos comedidos, a face abrandada pela barba grisalha e aparada. Embora se tratem de padrões ditados pela própria instância midiática, a pesquisa mencionada aponta que essa mudança em relação ao corpo foi imediata e diretamente singularizada pelos órgãos de imprensa que a analisam como índices de mudanças ideológicas, o que desestabilizaria as relações do candidato com a militância do seu partido com aqueles que simpatizavam com suas posturas incisivas, imaginariamente próprias da liderança dos movimentos sindicais.

A mesma pesquisadora, ao analisar o pleito presidencial de 2010, o mesmo em que se detém este trabalho, relata que as mudanças de Lula em 2002 foram retomadas e passaram a funcionar na produção de efeitos de sentido negativos quanto ao que se deu com a sua pretensa sucessora, oito anos depois:

Na singularidade da escolha da petista como candidata do presidente, a mídia impressa difundiu a hipótese de que Dilma passara por um processo de mudança corporal e comportamental. Dessa forma, as metamorfoses sofridas por esse sujeito político consistiam, de acordo com as revistas brasileiras, em um dos instrumentos principais para que a petista pudesse figurar durante a campanha eleitoral como a candidata dotada dos atrativos essenciais à continuidade do governo Lula. (SANTOS, 2014b, p. 195).

Conforme apontamos, mesmo que seja estigmatizado posteriormente, faz-se necessário que o político, sobretudo o candidato, harmonize, na aparência e na retórica, com todo o aparato midiático que passa a lhe dar suporte. Isso se faz também necessário para que o destinatário dessas práticas, eleitor real ou potencial, receba, sem sobressaltos, esses pronunciamentos cujo conteúdo é inicialmente exótico ao conjunto dos discursos comumente veiculados pela mídia. Isto é, o discurso político precisa ter aparência de discurso midiático, mesmo quando abordar os problemas sociais para os quais, em situação eleitoral, o candidato seria a solução. A esse respeito, afirma Weber (2004, p. 283): “Para a estética midiática, a política e os problemas sociais pesam, mas podem ser equilibrados pela leveza da cor, da música, do espaço a ser utilizado, do tempo”.

Rubim (2004, p. 209) destaca as mudanças impostas à política a partir de sua inserção no espaço midiático:

A adequação ao novo ambiente, não resta dúvida, implica mudanças relevantes da dinâmica da política, inclusive com a absorção de novos atores (mídias e peritos de diversas ordens, tais como marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens quantitativas e qualitativas, comunicólogos, entre outros); novos instrumentos operativos, a exemplo de sondagens, do planejamento estratégico, dos dispositivos potentes de produção de imagens plásticas e sociais; e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político.

A partir dos traços elencados pelo autor citado notamos que o emolduramento do sujeito político pela tela midiática envolve a mobilização de todo um aparato humano e tecnológico que extrapola os espaços específicos dos veículos de comunicação. Para que o discurso chegue ao eleitor consumidor sem destoar das demais produções midiáticas que ele consome, é necessário que lhe seja oferecido o devido suporte na produção de sua imagem e de sua fala, tanto quanto aos aspectos retóricos, quanto ao seu conteúdo textual (aspectos de forma e conteúdo) e discursivo (aspectos sócio-histórico-ideológicos).

Na perspectiva da AD, podemos perceber nessa dinâmica o funcionamento das formações imaginárias postuladas por Pêcheux, visto que, nesse processo, entram em jogo, constitutivamente, as imagens recíprocas que os sujeitos fazem de si e das práticas de que são parte. Os estudos de Weber (2004), embora não vinculados à AD, aproximam-se desse postulado e acrescentam que todo esse ritual tem como foco atrair o olhar do eleitor (espectador), construir para este, por meios dos processos de antecipação, uma imagem que seja agradável:

Contribuem para a constituição de imagem do sujeito político inúmeros fatores de ordem discursiva que, combinados individualmente qualificam a instituição negativa ou positivamente. Esta ordem, que pode ser denominada de rede discursiva, significa dizer que o modo de expressão da instituição depende de dois tipos de limitações de produção, referentes às condições e restrições para gerar o discurso da identidade; e as limitações de reconhecimento, dependentes de leituras e da assimilação do discurso. [...] Nesse sentido, a imagem formada sobre uma instituição ou sujeito político é um processo contínuo e alternado de construções e desconstruções [...] (WEBER, 2004, p. 293-294).

E ainda:

Sejam imagens geradas pelo comportamento institucional, pelas marcas estéticas personalizadas pelo estilo, materializadas por diferentes suportes, é do olhar do espectador que sujeitos e instituições dependem para a formação de imagem e publicação de resultados. (WEBER, 2004, p. 295).

Tratam-se, assim, de imagens em jogo, determinadas pelas coerções próprias do entrelaçamento entre o político e o midiático em vista da necessária adesão do espectador aos discursos e candidatos emoldurados pelo palanque eletrônico. Se do ponto de vista da Comunicação, são imagens formadas a partir da relação entre indivíduos autônomos, da perspectiva da AD, assumida por esse trabalho, são processos resultantes do trabalho da Ideologia e do inconsciente.

Em suas discussões sobre esse entrelaçamento, Rubim (2004, p. 208) discorda de posicionamentos que definiriam o apagamento pela mídia da especificidade da política:

A política midiaticizada significaria tão somente a política que transita na contemporânea dimensão pública da sociabilidade, buscando adequar-se a este espaço e às linguagens próprias da mídia, sem com isso importar uma tal lógica produtiva que impeça a política de realizar e buscar suas pretensões. (RUBIM, 2004, p. 208).

A perspectiva assumida pelo pesquisador, portanto, é a de que, inegavelmente, a política é afetada pelas condições de produção específicas dos ambientes midiáticos. No entanto, ressalva que as práticas do campo político não se despolitizam totalmente para se converterem em meras peças midiáticas. Suas peculiaridades são mantidas, de modo não ser possível falar em despolitização absoluta da política pela mídia, mas na sua adequação aos meios de comunicação em vista dos objetivos que movem o fazer político.

Desse modo, a espetacularização, embora seja característica e decorrência do atual estágio da sociedade capitalista, não acontece como traço inescapável da política midiaticizada:

A midiaticização da política não pode ser identificada, sem mais, com espetacularização. A política, em verdade, comparece à mídia em modalidades diferenciadas de exposição. Em geral, o noticiário jornalístico voltado para o dia-a-dia da política [...], bem como os programas de entrevistas tendem a não espetacularizar a política, isto porque o caráter ordinário dos eventos, quanto ao formato, em princípio argumentativo e sem grandes recursos estético-culturais do gênero, dificultam, mas não impedem a implementação de recursos de espetacularização. Já as coberturas sobre acontecimentos políticos que rompem com o cotidiano – tais como manifestações e atos públicos ou ainda escândalos – e as campanhas de propaganda, muitas vezes, tendem a recorrer a expedientes de espetacularização. (RUBIM, 2004, p. 210).

O autor considera, assim, a espetacularização como possibilidade, e não como regra, das práticas do campo político efetivadas no ambiente midiático e aponta o caráter ordinário ou extraordinário dos eventos como elemento determinante para que sejam espetacularizados ou não. Reconhece, contudo, que “a sociedade contemporânea ambientada pela mídia, em

especial em seus espaços eletrônicos em rede, contém, não se pode esquecer, uma potente tendência ao espetacular” (RUBIM, 2004, p. 213).

Logo, faz-se necessário levar em conta que o aparelho midiático, no âmbito da sociedade capitalista necessita não apenas informar, mas produzir para o consumo. Dessa maneira, mesmo o ordinário<sup>16</sup> pode vir a ser espetacularizado, dependendo das coerções, sobretudo comerciais e financeiras próprias do meio de comunicação que o veicula e dos interesses também político-partidário de seus controladores.

Rubim (2004, p. 211) destaca também que não apenas os eventos públicos, sejam eles ordinários ou extraordinários, que têm a preferência dos processos de espetacularização, mas que “também o escândalo acerca da vida privada de políticos, sem dúvida, subverte tais fronteiras”. Esse aspecto levantado pelo autor materializa-se profundamente no cenário eleitoral a que se atém este trabalho, isto é, as eleições presidenciais de 2010, no Brasil. Conforme abordado em outra seção, as convicções religiosas, elemento de foro íntimo de todo cidadão, transformaram em tema de debates eleitorais, suplantando os temas ordinários do processo eletivo. Tornou-se mais relevante, nesse processo, dado à moldura pirotécnica a que foram submetidos temas como crer ou não em Deus, ser contra ou favor do aborto, conhecer as devoções pessoais dos candidatos do que o projeto de nação por eles defendido. O pessoal e extraordinário sobrepujaram o público e o ordinário.

Em torno dessa problemática, filiado à AD, Courtine (2006, p. 133) afirma:

Ela [a redefinição das relações entre privado e público] vai fazer com que cada vez mais a crença política dependa estreitamente da percepção psicológica da autenticidade do orador, do espetáculo de sua sinceridade, da encenação de seus sentimentos.

Nessa perspectiva, torna-se cada vez mais relevante, conforme apontado, da posição do eleitor, conhecer não apenas as diretrizes do plano de governo dos candidatos, ou seja, as suas posturas quanto à vida pública, mas também lhes interessa saber as opiniões e comportamentos do candidato-produto quanto a elementos da vida privada. Ao mesmo tempo, devido à tendência midiática à espetacularização, cenas da intimidade do sujeito político ganham grande visibilidade e passam a ser sinais materiais para confirmar ou negar a imagem que os cidadãos fazem daqueles que buscam angariar o seu voto.

Lima (2006) ressalta, nesse contexto, o deslocamento da noção de evento público, uma vez que, sob o efeito da mídia, participam de um ato dessa natureza não apenas aqueles que localizam em um mesmo espaço, isto é, a copresença não se torna mais necessária, visto que, por meio do aparelho midiático, aqueles sujeitos que se encontram geograficamente

---

<sup>16</sup> O trabalho de Silveira (2015) apresenta relevantes discussões acerca do discurso ordinário.

distantes do acontecimento sentem-se dele participantes. Nas palavras do pesquisador “o público agora é midiático” (LIMA, 2006, p. 56).

No cenário eleitoral de 2010, em que os fatores religiosos assumiram aspecto preponderante na escolha dos candidatos pelos eleitores, apontamos como exemplo desse processo o batizado do neto da candidata petista. O primeiro rito de iniciação cristã do neto de Dilma Rousseff passou de cena particular da família e ato público ao que estavam no templo em Porto Alegre para evento midiático que poderia atestar as convicções cristãs de uma figura política condenada por vários grupos de eleitores exatamente por um suposto obscurantismo religioso. Nesse gesto de espetacularização do que seria uma manifestação particular da fé, que é reciprocamente revestido de efeitos de sentido de valorização pela instância midiática e pela instância cidadã, podemos apontar o funcionamento de pré-construídos relacionados ao discurso fundador acerca do cristianismo, sobretudo em sua vertente católica. Podemos falar em reminiscência do efeito de evidência do período em que o catolicismo foi religião oficial da nação, de modo que o ato de batizar revestia-se também do caráter simbólico de inserção na vida política, visto que a família da criança parte da instituição religiosa indicada pelo poder estatal.

Lima (2006, p. 56) aponta, ainda, duas consequências do processo de midiática do público para aquele que deseja ser político profissional: “a) Os atores políticos têm que disputar a visibilidade da mídia; e (b) os diferentes campos políticos têm que disputar a visibilidade favorável de seu ponto de vista”. Nessa perspectiva, alcançar a visibilidade midiática torna-se tão importante quanto a própria realização do evento político ou acontecimento público. Esse fato pode ser atestado pela repercussão que ganhou a presença dos presidentes na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, no dia 12 de outubro, data de sua comemoração, em pleno segundo turno das eleições de 2010. A manifestação da fé, como dissemos, antes ato de foro íntimo, torna-se objeto da visibilidade midiática e elemento qualificador da índole dos candidatos e, portanto, elemento favorável às suas candidaturas em um momento de escolha eleitoral.

Esses processos fazem remeter a outro aspecto próprio da política midiática: a transformação do candidato em produto a ser consumido. Sobre esse tema, assevera Nunes (2004, p. 363):

Ao se aproximar da publicidade comercial, a propaganda política se submete à lógica do consumo. Tomando a publicidade como paradigma, a propaganda política mediática não pode evitar a lógica mercantil, segundo a qual produtos são oferecidos e consumidos em função da necessidade que o consumidor desenvolve de possuí-los.

Em vista dessa lógica, faz-se necessário que o candidato, reduzido a objeto, disponha de predicativos que justifiquem o seu consumo. A autora destaca tratar-se de um processo simbólico, visto que o candidato não é adquirido, como objeto cuja propriedade passa ao eleitor. Contudo, a adesão à determinada candidatura deve propiciar certa distinção ao seu consumidor, isto é, o eleitor necessita sentir-se privilegiado, um cidadão diferenciado por consumir determinado candidato e não outro. No pleito analisado nesta pesquisa, dois fatores assinalados no discurso dos eleitores funcionaram como elementos de sua distinção e diferenciação: não estar adquirindo uma candidata que serviria a projetos demoníacos ou contribuir com um projeto de governo que havia materializado a prática da caridade cristã ao promover inclusão social de grande parcela dos excluídos da sociedade brasileira.

Lima (2006) destaca que a mídia, ao optar pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, promove a “personalização da política” e do processo político, de modo que, em vez de uma disputa entre partidos políticos, isto é, entre ideologias e projetos, tem-se uma disputa entre pessoas. Esses elementos coadunam o processo de transformação do candidato em produto de que se ocupa Nunes (2004). O funcionamento, no imaginário do eleitor, do efeito de evidência de personalização da disputa, faz com que as posições programáticas cedam lugar às posições pessoais, ou seja, os elogios e ataques fazem-se menos aos partidos e mais à pessoa do candidato. Tal movimento gera um constante digladiar entre os eleitores e ocasiona a exacerbação do discurso do ódio pessoal ao candidato oponente. No processo eleitoral em análise, tais gestos se materializam por parte dos eleitores que se manifestaram na internet, na forma rude com que são feitas as referências aos adversários, sobretudo à candidata petista. Em comentários que ficaram de fora do material de análise, os mais extremados, por exemplo, ao tratar do aborto, chegaram a desejar a morte de Dilma Rousseff ou que ela tivesse sido abortada.

Em torno desse processo, Nunes (2004, p. 259) salienta ainda que “o candidato é uma construção histórica que, dentro da campanha, precisa afinar-se às tendências do mercado político-eleitoral”. É a partir do candidato e de sua história que o marketing eleitoral inerente ao processo de consumo provocado ou intensificado pela mídia produzirá o que a autora define como a embalagem do produto: programa de governo, design da campanha, slogans, jingles, programa de televisão, a expressão verbal e corporal, dentre outros elementos. Cria-se, assim, conforme termo empregado pela pesquisadora, o “candidato-marca”, cujos atributos serão alvo do desejo dos eleitores, por meio da empatia que se pretende que ele cause.

A esse respeito, Almeida (2004, p. 330) acrescenta o fato de que o consumo efetivo do produto, isto é, do candidato, só se dará pelo consumidor (eleitor) após a eleição, momento em que terá condições de dar um retorno a respeito de sua qualidade:

o consumidor só concluirá o consumo do produto depois da posse do eleito e dará um retorno sobre sua satisfação, votando ou não na eleição seguinte, e, em parte, manifestando-se durante o mandato e produzindo opinião positiva ou negativa sobre o político.

Esse processo de construir um candidato agradável ao consumo pelo eleitor pode ser observado no pleito de 2010 quando o ideal do bom cristão, temente a Deus e defensor da vida e da moral cristã, conforme os fatos aludidos acima, foi a marca desejada pelos eleitores. Imediatamente, desenvolveu-se uma guinada no trabalho de produção das campanhas de modo que cada um dos candidatos pudesse ostentar a sua marca religiosa e, por conseguinte, demonstrar ser um bom produto a ser consumido.

As ponderações e conceitos até aqui desenvolvidos procuram, portanto, dar conta da tarefa de mostrar como se constitui a chamada política midiaticizada, bem como delinear as suas formas de concretização, a partir dos aspectos julgados relevantes para a análise a ser desenvolvida mais adiante. A partir delas, passa-se a aproximar a lente da especificidade desse trabalho, por meio da discussão dos temas pertinentes ao eleitor e às redes sociais.

### **3.3 Política midiaticizada e o lugar do cidadão**

Uma vez que este trabalho se ocupa do discurso dos eleitores, buscamos elementos que possibilitassem, no âmbito dos estudos da Comunicação, a compreensão que esse espaço teórico produziu sobre a participação dos cidadãos nos processos políticos. Para tanto, destacamos inicialmente as considerações de Charaudeau<sup>17</sup> (2011) a respeito da complexidade do elemento político:

O conceito de político é o resultado de uma interação complexa entre discursos, ação e poder, que se manifesta em diferentes lugares do espaço público, mediante diferentes dispositivos comunicativos (jurídicos, religiosos, administrativos, científicos), os quais frequentemente se recortam e que são colocados em circulação por diversas instâncias: a política, conduzida por uma busca de sedução e de justificação; a midiática, prisioneira de sua lógica de dramatizações; e a cidadã, refém de sua própria pulsão reivindicativa. (CHARAUDEAU, 2011, p. 250).

Na imensa teia de relações que constituem a esfera política, destacamos as instâncias da ação política, isto é, a instância política e a instância cidadã. A primeira é caracterizada pelo autor em pauta como a instância delegada, responsável pela efetivação da

---

<sup>17</sup> Assim como os estudiosos brasileiros aludidos neste capítulo, Patrick Charaudeau, francês, não situa-se estritamente na linha teórica derivada de Michel Pêcheux, referência teórica deste trabalho. Seus estudos, no entanto, fornecem conceitos altamente produtivos para a compreensão dos processos que estamos abordando e análise dos discursos dos eleitores, razões pelas quais julgamos pertinente tê-lo no escopo teórico desta pesquisa.

ação política, ao passo que a segunda é entendida como aquela de delega, isto é, da qual emana o poder a exercido pela primeira. Uma vez que as preocupações deste trabalho centram-se, conforme mencionado, no discurso dos eleitores, procuraremos nos aprofundar na caracterização-discussão dos elementos relativos à instância cidadã. A propósito dessa opção, destacamos o pensamento postulado por Charaudeau (2011, p. 251):

Analisar o discurso político não consiste, portanto, em interessar-se somente pelo que é fabricado por atores que têm responsabilidade na vida política: é preciso igualmente olhar o que é fabricado pela opinião pública, pois o que ela fabrica condiciona o sentido dos discursos que circulam em uma sociedade, em uma dada época.

Assim, ocupar-se da instância cidadã é construir a possibilidade de compreensão do funcionamento do discurso formulado por aqueles a quem são dirigidas as formulações dos atores políticos, isto é, a instância onde ele repercute e de onde emergem elementos que o retroalimentam. O autor mencionado ainda destaca a necessidade de compreender o sentido de cidadania associado a essa designação:

A cidadania não se define pela origem étnica, religiosa ou mesmo geográfica, mas pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional, na qual eles se reconhecem porque ela é fiadora de sua vontade de estar e de viver junto, e na qual exerce sua parte da soberania ao elegerem seus representantes. **Definiremos instância cidadã como aquela que se encontra em um lugar fora do governo.** (CHARREAUDEAU, 2011, p. 58, grifo nosso).

A instância cidadã compreende, portanto, o conjunto de vozes que emergem fora das instâncias governamentais, oriundas do exterior dos aparatos político-partidários. Em situação de eleição, percebemos um deslocamento em relação à instância cidadã (CHARAUDEAU, 2011), na medida em que estas pessoas que estão fora do governo e não pretendem a ele chegar diretamente, mas a quem é dado, no imaginário da democracia, outorgar o poder, não têm a possibilidade de exercer gestos de reivindicação (protestar contra medidas ou omissões) ou interpelação (exigir explicação de atos). Isso ocorre porque os destinatários primeiros de seus discursos nada podem lhe oferecer além de propostas, projetos, planos de governo. Resta, assim, à instância cidadã, o poder de sanção, isto é, a escolha entre eleger, reeleger, ou não, seus representantes.

Há ainda que consideramos que, nas condições de produção da sociedade capitalista, as relações no interior da instância cidadã não ocorrem a partir dos efeitos de harmonia e fraterna convivência conforme faz parecer a definição de Charraudeau (2011), mas essas têm como marca constitutiva a contradição, isto é, a tensão, a disputa política em

tornos dos sentidos que produz. Não se trata, a partir de uma leitura marxista que extrapola as formulações do autor, meramente de um desejo individual de viver junto, mas de uma busca, pelo poder dominante, de um efeito de apagamento das tensões sob uma ilusória paz social. Não podemos, porém, descartar o fato de que esses sujeitos reconhecem-se e desejam ser reconhecidos como parte desse grupo nacional, por meio de processos de identificação com os sentidos acerca do que significa ser cidadão fornecidos pelos saberes circunscritos à FD dominante em sua heterogeneidade constitutiva.

Por assim ser, a vontade de estar junto, pode ser entendida como decorrente da evidência primeira que impõe ao sujeito quem ele é e qual o seu papel naquele grupo nacional. No caso dos discursos analisados neste trabalho, podemos notar esse efeito de evidência nas formulações desenvolvidas a partir do pré-construído do bem comum, ou seja, da memória discursiva acerca da construção de um país melhor para todos os cidadãos. A partir desse movimento de sentidos, no processo de individuação, impõe-se ao sujeito de direito, membro desse grupo de pessoas que estão fora do governo, isto é, a instância cidadã, o dever de votar conscientemente e também de se manifestar em favor das propostas que assegurem essa harmoniosa convivência.

Em sua caracterização da instância cidadã, o autor em pauta, propõe a sua subdivisão em sociedade civil e sociedade cidadã. A primeira é por ele compreendida como “o lugar da pura opinião<sup>18</sup>, que concerne à vida em sociedade, tanto pública, quanto privada. Os membros dessa sociedade se reconhecem em nome do ‘estar junto’” (CHARAUDEAU, 2011, p. 59-60). Por sua vez, a sociedade cidadã é definida como aquela que “reúne indivíduos que têm consciência de um papel a desempenhar na organização da política e da vida social [...] compõem-se de indivíduos de direitos e não de pessoas físicas concretas, o que a distingue da sociedade civil” (CHARAUDEAU, 2011, p. 60).

As subdivisões propostas pelo autor citado, portanto, visam à distinção entre aqueles que dispersamente falam em seu próprio nome, na condição de sujeitos, em tese, livres de vínculos institucionais e aqueles que se organizam sob as identidades institucionais e, por isso mesmo, apresentam-se com distinto nível de organização e articulação política e social. No que tange aos enunciados analisados neste trabalho, são tomados como representativos da sociedade civil, visto que os sujeitos que por eles se responsabilizam o fazem em seu próprio nome, na condição de pessoas físicas, submissas à sua individuação pelo Estado, conforme postulado por Orlandi (2012) e discutido no capítulo teórico. Há que se destacar, porém, que esse falar em próprio nome é antecedido pela identificação com uma ou mais posições sujeito comportadas pela FD, determinada pelas condições de produção do discurso

---

<sup>18</sup> Em nota de rodapé o autor esclarece a esse respeito que a “pura opinião” não significa inércia, possuindo também comportamentos ritualizados.

e fornecem ao sujeito os efeitos de evidência a respeito de si mesmo. Deve-se ainda mencionar que, em suas formulações, os sujeitos cujos comentários na internet são analisados neste trabalho procuram um lugar exterior a si que os legitime<sup>19</sup>, que lhes garanta a sensação de segurança ao se manifestar e que, de alguma forma, confira credibilidade ao que será exposto.

Acerca da legitimidade, afirma Charraudeau (2011, p. 65):

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros os membros de um grupo. Ele depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores.

Na especificidade deste trabalho, a legitimidade dos membros da sociedade cidadã, além do que poderia ser considerado um direito inerente à democracia, o ato de manifestar-se a respeito de suas preferências tem sua origem no transcendente por meio das instituições eclesiais. Nesse movimento, mais do que falar em nome de um valor é em nome da suprema divindade que se fala, a partir da pertença a determinada denominação religiosa, materializada em formulações como: “sou católico” ou “sou evangélico”.

Ainda com relação à instância cidadã e as suas subdivisões, Charraudeau (2011) define dois imaginários que as estruturam e fundam suas opiniões: o imaginário societário para a sociedade cidadã e o imaginário político, para a sociedade civil. O primeiro relaciona-se “aos valores morais que dizem respeito à vida em sociedade (‘estar junto’) tanto em seu aspecto público, quanto privado” (CHARAUDEAU, 2011, p. 255), conjuntura em que bastaria a mera manifestação da opinião, sem almejar a adesão do outro. O segundo envolve os imaginários que “afetam mais particularmente a organização da vida em sociedade (‘viver junto’)” (CHARAUDEAU, 2011, p. 255) e, ao contrário do primeiro, tem como fundamental a necessidade obter a adesão do outro. Segundo o mesmo autor: “o desafio é persuadir o outro em discussões ou debates que exigem um engajamento na defesa e no esclarecimento de suas ideias” (CHARAUDEAU, 2011, p. 255)

O estudioso francês considera ainda a característica inerente aos grupos militantes em congregar simultaneamente os imaginários político e de protesto relativos à vida em sociedade: esta “agora é percebida como um ‘agir junto’ pelo qual os cidadãos procuram obter o que os eleitos não lhes deram ou o que tardam a lhes dar” (CHARRAUDEAU, 2011, p. 255). Em se tratando de situação de campanha eleitoral, como a de que se ocupa este trabalho, propomos um deslocamento a essa proposição do teórico em pauta, pois, nessas condições

---

<sup>19</sup> Os conceitos de legitimidade e credibilidade são discutidos na dissertação de Marques (2010), intitulada **Efeitos de legitimidade e credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições de 2010**.

de produção, o movimento desenvolvido pela instância cidadã direciona-se no sentido de alcançar o engajamento dos candidatos em vista de compromissos futuros, ou seja, alcançar aquilo que eles podem vir a lhe dar. Para tanto, seus enunciados formulam-se em torno da memória concernente à principal e mais letal das armas nessa situação: o voto. O merecimento dessa recompensa está diretamente relacionado à configuração do candidato-produto às expectativas dos eleitores, isto é, à imagem projetada por estes do que seja a pessoa pública merecedora desse objeto de desejo.

Nessa dinâmica, o sujeito dos discursos analisados nesta pesquisa, embora considerado como sociedade cidadã, acaba por deslizar também para os gestos da sociedade civil, na medida em que ao fazer a defesa de uma candidatura em nome dos princípios religiosos e, para tanto, utilizar-se os espaços da internet, fazem-no em vista de persuadir seus interlocutores a aderirem ao projeto de poder de determinado candidato ou dissuadi-los de confiar em outro, considerado como opositor. No entanto, mesmo quando organizados em comunidades, conforme se apresentará nas análises, não são vozes articuladas, mas isoladas, que pretendem agir juntas.

Outro elemento a ser considerado no âmbito desta pesquisa refere-se aos imaginários do campo político. Embora Charaudeau (2011) desenvolva o tema com referência aos enunciados desenvolvidos pelos sujeitos políticos, entendemos que também os eleitores são afetados por esses imaginários, que podem constituir-se em pré-construídos, dos discursos formulados a respeito da disputa eleitoral. São três os imaginários delimitados pelo pesquisador francês: a tradição, a modernidade e a soberania popular.

O imaginário da tradição pressupõe a existência de um estado anterior de pureza, uma espécie de paraíso bíblico, uma origem à qual a sociedade, ou parte dela, pretenderia retornar:

É então descrita a história da comunidade em questão, uma história às vezes inventada, mas necessária para estabelecer uma filiação com os ancestrais, com um território ou uma língua. Os descendentes seriam os herdeiros, o que lhes imporia um dever de “retorno às fontes”, de recuperação da origem identitária. (CHARAUDEAU, 2011, p. 211).

O pesquisador citado destaca a poder que esse imaginário exerce no processo de mobilização das massas, inclusive, de forma perigosa, algumas vezes, visto que em nome da tradição, emergem movimentos que defendem o banimento de tudo o que fuja aos padrões desse lugar mítico do qual se sente saudade. No caso dos discursos em análise nesta pesquisa, o imaginário da tradição se materializa na defesa da manutenção dos valores morais herdados do cristianismo, a partir de pré-construídos acerca da identidade cristã do povo brasileiro desde o seu descobrimento ou das menções ao Brasil como o maior país católico do mundo. Essa tomada de posição pode também ser entendida como um medo de

perder a identidade, neste caso, religiosa. Charaudeau (2011) explica tais procedimentos como sendo receio de outro imaginário, o da modernidade, que viria desestabilizar as certezas, convicções, valores e verdades que fundam determinado agrupamento social.

Na particularidade do período eleitoral, muitas vezes, cabe aos candidatos manifestarem-se publicamente sobre esses elementos, com a finalidade de tranquilizar os ânimos dos eleitores. Exemplo disso são as várias cartas abertas que o Partido dos Trabalhadores foi instado a publicar nas suas tentativas de eleger um candidato à Presidência da República. No caso do pleito em análise, a candidata petista, Dilma Rousseff divulgou, ao final do primeiro turno, o Informativo ao Povo de Deus<sup>20</sup> e, nesse tablóide, a Carta Aberta ao Povo de Deus<sup>21</sup>, em que se dirige aos cristãos, sobretudo membros das Igrejas evangélicas, com o intuito de acalmá-los quanto às suas convicções religiosas, sobretudo quanto às questões morais.

Charaudeau (2011) destaca que esse imaginário é tecido a partir de discursos do retorno às fontes: a natureza (o homem é governado por leis naturais), a pureza (conhecer o estado de origem, onde se encontraria a pureza em seu estágio absoluto), a fidelidade (dever moral de assumir a origem) e a responsabilidade (dever de fazer com que permaneça na memória as vozes ancestrais descobertas na origem). Essas características do imaginário da tradição estabelecem relação direta com os elementos do discurso religioso que analisamos neste trabalho, visto que, por meio dos saberes que dominam a FD religiosa cristã, pode-se situar o elemento divino como a grande origem do ser humano e respaldo inquestionável para que a tradição se conserve. O pesquisador afirma que:

É nesse imaginário que nasce a noção de “soberania sagrada”, em nome de uma origem divina que lhe dá um caráter absoluto, que só pode ser transmitido por filiação natural e que não tem de prestar contas a seu próprio passado. (CHARAUDEAU, 2011, p. 214).

A esse respeito destaca-se, ainda, a contundente afirmação do estudioso francês: “a descoberta da nossa origem determina os nossos engajamentos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 214). Se couber considerarmos que o discurso religioso cristão está, conforme discutiremos no próximo capítulo, na origem das narrativas sobre o descobrimento do Brasil, podemos compreender o engajamento de tantos eleitores em torno das questões religiosas no processo eleitoral de 2010. Isto é, trata-se de um gesto que manifesta esse desejo de manutenção da

<sup>20</sup> Versão digital disponível em: < <http://floressenciemarketingecologico.blogspot.com.br/2010/09/informativo-ao-povo-de-deus-dilma.html>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

<sup>21</sup> Um gesto de análise discursiva sobre esse material foi por nós desenvolvido e encontra-se parcialmente publicado na Revista Entrepalavras (Universidade Federal do Ceará), disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/359>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

tradição, de conservação das origens, ameaçada por certo obscurantismo religioso e liberalidade moral associadas à candidatura petista.

Já o segundo imaginário proposto por Charaudeau (2011), o imaginário da modernidade, refere-se a um conjunto de representações formuladas pelos grupos sociais, que tem como ponto comum a atribuição de um valor positivo ao presente, em contraposição ao passado. O autor o define a partir dos seguintes traços gerais: a modernidade contra o passado e o sonho; modernidade e economismo: modernidade e tecnicismo.

O primeiro aspecto, *a modernidade contra o passado e o sonho*, considera ruptura com os saberes, no mínimo, menos desenvolvidos do passado e com as utopias desmobilizadoras dos sonhos, as quais impedem a ação humana. Nessa perspectiva, a laicização, a racionalização, controle maior sobre a natureza e sobre si próprio seriam valores positivos.

Já quando se discute *modernidade e economismo* faz-se referência aos processos de legitimação pela sociedade das maneiras estabelecidas para gerir produção e repartição das riquezas na vida coletiva. Esse processo se organiza a partir de dois discursos: o da regulação controlada (intervenção do Estado na organização do trabalho, da produção e do consumo) e o da autorregulação natural (toma como naturais as relações de força que, ao promover a concorrência, são responsáveis pelo dinamismo da economia).

No que tange ao tema da *modernidade e tecnicismo*, tal dinâmica estabelece o progresso técnico como condição de possibilidade para o progresso social. Legitima as novas tecnologias conforme o imaginário de cada época em que estas despontam<sup>22</sup>.

Da perspectiva do eleitor, as análises desenvolvidas adiante apontam para o silenciamento quase total do imaginário da *modernidade contra o passado*, visto que, em vista das reminiscências do sujeito medieval circunscritas pela FD dominante, a predileção por temas religiosos acabam por interditar os discursos que se sustentam na premissa do desenvolvimento econômico e tecnológico. Estes funcionam, por via da memória, como uma ameaça aos inegociáveis valores consagrados pela tradição cristã. De igual maneira, sobrepõe-se ao imaginário da modernidade o retorno, pelo interdiscurso, dos pré-construídos medievais acerca da atuação demoníaca no mundo, atualizada pelas condições de produção das tendências cristãs neopentecostais, que o fazem funcionar a partir do efeito de evidência de sua ação direta no mundo, inclusive no ordenamento do Estado e execução das políticas públicas.

O silenciamento do imaginário da *modernidade contra o passado* por meio do seu contraditório constitutivo, isto é, o discurso conservador da fé e da moral, afeta também, nas

---

<sup>22</sup> Ao discorrer sobre esse imaginário, o autor traz considerações relevantes para este trabalho a respeito da comunicação em rede propiciada pelas novas tecnologias. A ela nos dedicaremos posteriormente, ainda nesta seção.

condições de produção do pleito presidencial de 2010, o funcionamento do imaginário da *modernidade e economismo*. Em vista disso, observamos no material analisado, que as discussões em torno da possível e temida volta da inflação e sobre escândalos de corrupção não tiveram o mesmo alcance que os debates de cunho religioso. Há contudo que se reconhecer que esse traço do imaginário atravessa constitutivamente esses discursos por meio da memória discursiva acerca da inclusão social promovida pelas gestões petistas de Lula. Esses discursos materializam a tendência da regulação controlada de que fala Charraudeau (2011), em que o Estado funciona como provedor do desenvolvimento econômico e ascensão socioeconômica das pessoas.

Já o imaginário da *modernidade e tecnicismo* se concretiza pelo próprio discursivo de militância política da internet. Ao inserir nos debates virtuais acerca da sucessão presencial e ao reconhecer na internet o espaço possível para a militância político-religiosa, ou seja, a defesa das escolhas políticas que sejam coerentes com os princípios morais circunscritos pela FD religiosa cristã, os sujeitos eleitores acabam por legitimar esse imaginário de acerca do uso das novas tecnologias de interação e comunicação como ferramentas do debate político pela instância cidadã.

O terceiro imaginário considerado por Charraudeau (2011) é o da soberania popular, fundado sobre os discursos que atribuem ao povo a responsabilidade por seu próprio bem estar. Nele, segundo o autor, o divino mítico, isto é, a divindade transcendente, é substituído pelo mito da democracia:

O povo é, então, erigido em entidade abstrata de razão, representante de uma opinião coletiva consensual resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes e tomadas decisões contrárias. Assim, impõe-se a todos uma decisão dita majoritária. (CHARAUDEAU, 2011, p. 227).

Ao relacionar esse imaginário ao da tradição, o estudioso destaca que a luz que se busca não se situa mais na origem do grupo, comunidade ou nação, mas provém da vontade do povo. Podemos perceber a força desse imaginário no parágrafo único do primeiro artigo de nossa Carta Magna: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Desse modo, nas democracias representativas, o imaginário da soberania popular legitima as ações daqueles que governam em nome do povo, conforme os conceitos apresentados no início deste capítulo.

Em tal dinâmica, prevalece a evidência de que os intensos debates que a decisão da maioria põe fim às eventuais animosidades que antecederam ao pleito. No entanto, o próprio pesquisador francês chama a atenção para a falsa naturalidade que a noção de maioria

assume nesse processo: “Isso faz com que [...] esse imaginário imponha uma luz pela vontade de um grupo, mesmo que este seja guiado por elites que se beneficiam dessa situação, pois maioria nunca nasce espontaneamente (CHARAUDEAU, 2011, p. 227). Do ponto de vista da AD derivada dos estudos de Pêcheux, percebemos, nesse silenciamento das disputas que originariam a maioria e, portanto, o consenso, como naturais e espontâneos, o apagamento da própria luta de classes que constitui a sociedade capitalista. Podemos, assim, falar em um gesto que tenta apagar a natureza inconciliável dessas classes e, assim, a impossibilidade de um efetivo consenso.

Outro aspecto a ser considerado é que Charaudeau (2011), em seus estudos, assume, com base em Wunenburger (2002), a perspectiva de que, não sendo o consenso algo espontâneo, a vontade dos grupos humanos de viver junto necessita ser governada pelo reino da justiça e da lei, isto é, acima das relações sociais “são necessárias instituições e modelos de ação que impõem regras de conduta, relações comuns, de decisão, de direitos e deveres recíprocos” (Wunenburger 2002, p.9 apud Charaudeau, 2011, p. 238). Acrescentamos, a partir de Orlandi (2012) que, para o desenvolvimento desse processo e o seu funcionamento com relativa estabilidade, faz-se necessária a individuação do sujeito pelo Estado, o qual reconhecendo enquanto cidadão de direitos e deveres submete-se às decisões das autoridades estatais, por reconhecer nelas a vontade sobrenada da maioria da população. Assim, mesmo não concordando com todas as propostas vencedoras, é interpelado a obedecer, não sem resistência.

Nos discursos analisados, esse imaginário se manifesta pelos pré-construídos acerca do voto consciente. Nesse movimento de sentidos, determinado pelo efeito de evidência que a Ideologia lhe fornece acerca da soberania popular, o sujeito eleitor inscreve em seus comentários a preocupação em pautar suas preferências político-eleitorais a partir de critérios muito bem definidos, buscando um efeito de responsabilidade e consciência quanto ao poder do voto, mesmo quando os critérios têm origem nos saberes remanescentes da forma sujeito medieval circunscritos pela FD dominante e confirma ao voto efeitos de sentido de funcionamento sobrenatural, isto é, instrumento da realização da vontade divina ou demoníaca no mundo.

Ainda quanto aos imaginários há que se fazer uma distinção entre a forma como Charaudeau (2011) os compreende e a modo como este foi cunhado no interior da Análise de Discurso derivada de Michel Pêcheux. Ao denominá-los de imaginários sociodiscursivos, Charaudeau os situa em relação a um sistema de crenças. Esse autor despreza o papel do inconsciente e da Ideologia na constituição do imaginário, o que faz que com seus postulados permaneçam circunscritos ao campo das relações sociais de um sujeito autônomo que tem origem em si mesmo. Produz um imaginário desprovido de historicidade.

Sobre a compreensão que a AD fundada por Pêcheux tem do imaginário, explica Orlandi (2002, p. 40):

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagem de sujeitos, assim como do objeto de discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

Dessa forma, o imaginário, situado no campo da representação encontra-se já determinado pelas condições de produção do discurso. Não se trata de um sistema de crenças produzido pela sociedade e voluntariamente assimilado pelo indivíduo e nem fruto de sua imaginação criadora. Consiste, todavia, no processo que produz, não só social, mas também historicamente, referências sobre si e os objetos que o sujeito imagina ter origem em si mesmo.

Com base nessa compreensão de imaginário, derivado dos estudos de Lacan, Pêcheux (2001) estabelece o conceito de Formações Imaginárias. Para o teórico francês, no discurso funcionam uma série de formações imaginárias que determinam o lugar que “A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (Pêcheux, 1997c, p. 82). O teórico francês assim representa, esquematicamente, esse processo:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?  
 IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?  
 IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?  
 IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim? (PÊCHEUX, 1997c, p. 83)

É a partir da consideração desse jogo de imagens determinados pelas condições de produção que, com base nos pré-construídos e discursos transversos fornecidos pelo interdiscurso, organizados a partir dos imaginários nominados por Charraudeau (2011), que os sujeitos autores dos comentários analisados atribuem, no discurso, os lugares a serem ocupados por si, por seus interlocutores ou adversários, com referência aos seus posicionamentos políticos. Isto significa que, por mecanismos discursivos de antecipação que antecedem o processo de formulação, os sujeitos predeterminam, por meio dessas imagens, quem ele é e quem aquele a quem se dirige ou a quem se refere.

A partir da caracterização dos elementos que constituem e determinam os movimentos dos sujeitos que compõem a chamada instância cidadã em relação ao mundo da

política, sobretudo em suas manifestações midiáticas, buscaremos desenvolver um olhar mais próximo a respeito da internet e das redes sociais no desenvolvimento dos processos políticos e eleitorais.

### **3.4 Mídia, política e cidadania: breve retrospecto histórico no mundo e no Brasil**

A história da mídia moderna pode ser situada a partir do século XV, com a invenção da imprensa por Gutenberg. Conforme assinala Gouveia (2009), desde o primeiro livro impresso, a Bíblia Sagrada, já se percebe o domínio dos interesses religiosos. O mesmo autor destaca que o elemento religioso, motivado pela Reforma Protestante, empreendida por Martinho Lutero, foi o propulsor também do surgimento dos primeiros livros destinados à difusão da informação, que deixara de ser monopólio da Igreja Católica.

Na retrospectiva traçada pelo pesquisador é também assinalado o surgimento dos primeiros jornais (semanários), traduzidos e difundidos nos grandes centros da Europa. Essa dinâmica caracterizava-se por ser extremamente elitizada, visto que além do alto custo da produção e circulação dos impressos, a maioria absoluta dos cidadãos europeus eram analfabetos. Tal situação só veio a ser reconfigurada com o advento do capitalismo e a crescente alfabetização da sociedade. É nesse momento que o discurso político começa a deixar a praça para ser incorporado à mídia por meio dos jornais. O domínio do código escrito passa a exigir também dos autores dos discursos políticos e sobre política, uma linguagem menos erudita (GOUVEIA, 2009).

Após a consolidação dos jornais, por meio da Revolução Industrial, o autor destaca o surgimento do rádio como importante marco na democratização do acesso às informações veiculadas pela mídia naquele momento:

Com a invenção do rádio iniciou-se uma nova era na comunicação, no processo de massificação, onde o indivíduo analfabeto passou a ter acesso aos *mídia*. Um grupo grande de receptores, e usando dispositivos técnicos que suportam a comunicação, os *mídia* de massas começam a receber informação e emissoras localizadas. (GOUVEIA, 2009, p. 7).

Por seu turno, Nunes (2004) destaca a presença da finalidade política já no nascimento do rádio, uma vez que ao entrar no ar, em 2 de novembro de 1920, o primeiro serviço de radiodifusão do mundo, inaugurada pela KDKA (grupo Westinghouse, Parque Industrial de Pittsburg), ocupou-se da transmissão das apurações das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Pode-se notar, nesse gesto de transmissão, um indício de deslocamento do espetáculo esportivo para o campo da política. O rádio, antes associado à transmissão das apoteóticas finais de campeonatos esportivos, passou, naquele momento, a ser o meio de

veiculação dos momentos finais das emocionantes disputas eleitorais. Ao radiouvinte cabia acompanhar, vibrar, sofrer com o desempenho dos candidatos, assim como se acostumara a se comportar nos eventos do esporte.

No Brasil, Haussen (2004, p. 51) destaca a importância que esse meio de comunicação recebeu, com forte cunho nacionalista, nos governos de Getúlio Vargas:

Em 1º de maio de 1937 já destacava o valor que daria ao rádio, na mensagem enviada ao Congresso Nacional que anunciava o aumento do número de emissoras no país. Nela, aconselhava os estados e municípios a instalarem "aparelhos rádio-receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem de idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação...".

Observa-se, assim, que os meios de comunicação se desenvolvem a partir de uma característica massificadora, isto é, voltados a atingir coletivamente a grandes públicos. Se no colóquio sobre política na praça predominava a interação individual, o debate direto e pessoal com o interlocutor, o diálogo passa a ser dar, cada vez mais, no contexto dos grandes grupos. Transposição semelhante já havia acontecido quando os ambientes públicos deixaram de ser apenas o lugar do colóquio para sediar também os comícios. A partir desse momento, o candidato, geralmente com voz empostada e gestos largos, já falava às massas, isto é, a pequenas e grandes multidões. Contudo, quando seu discurso passa a ser veiculado pelos meios de comunicação, os interlocutores deixam de estar ao alcance, mesmo que pouco nítido, do seu olhar, e passam a se constituir a partir do alcance das ondas eletromagnéticas.

A relação entre mídia e poder ganha mais força, no século XX, devido à ocorrência de duas guerras mundiais, cuja propaganda, defesa diante dos cidadãos e a mobilização dos indivíduos para atuação no conflito se deu pela comunicação de massa. Gouveia (2009, p. 8) destaca que:

Nunca mais a força dos media de massas foi esquecida pelos centros do poder, e atingiu seu auge na Segunda Guerra Mundial, com a sua utilização indiscriminada pela Alemanha nazi para fins de propaganda política. Na sociedade de massas, os meios de comunicação apresentavam-se como a face de um poder invisível, que manobra e influencia a vida dos indivíduos massificados.

Pelas considerações do pesquisador pode-se notar um aspecto constitutivo das mídias, a sua configuração como espaços da disputa de poder, aspecto já referido no início deste capítulo. Desde as rádios comunitárias do nordeste brasileiro, conforme já salientado, até os grandes veículos de comunicação, esses meios tornam-se extremamente úteis aos

interesses daqueles que querem permanecer no poder ou a ele ascender. Nessa disputa, o poder econômico aparecerá sempre como determinante máximo. Weber (2004, p. 280) destaca o perigoso efeito pernicioso dessa realidade no contexto brasileiro: “No Brasil, a relação entre mídias e política cria redes de interesses econômicos e imprevisíveis para a sociedade”.

Lima (2006, p. 63) trata dos perigos que esse processo de dominação dos meios de comunicação pelo poder econômico traz ao próprio funcionamento do Estado democrático:

Acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções do poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, político e estatal (de radiodifusão), pela concentração da propriedade [...] e pela vinculação dos grandes grupos da mídia com lideranças políticas regionais e locais são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia. E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena.

Embora se considere, neste trabalho, a autonomia como um efeito ilusório e necessário para o funcionamento do sujeito do discurso individualizado pelo Estado, as considerações do pesquisador ratificam o processo de elitização da mídia e a sua submissão aos interesses do capital financeiro que procura dominá-la.

Na mesma linha, ao tratar da chegada da internet no Brasil e fazer projeções sobre o seu uso no campo político, Ramos (1994, p. 217) já fazia a seguinte antecipação:

Nossa classe dominante e sua elite dirigente têm uma noção muito clara desse futuro e se movimentam com a desenvoltura de sempre na sua direção, guiados por seus contrapartes transnacionais, todos de olho naquele que é, talvez, o segundo maior mercado potencial das comunicações em todo o mundo, atrás apenas da China.

O aspecto levantado por Ramos (1994) torna-se preponderante para se pensar o aspecto de democratização atribuído à internet por diversos estudiosos pelo tema e também pelo senso comum. Por serem as mídias digitais espaço de interesse e disputa das classes dominantes, não se pode falar nelas como espaços isentos de controle e coerções e, portanto, lugares da pretensa livre manifestação do pensamento por todos os cidadãos.

Quanto à presença dos políticos nos meios de comunicação, Gouveia (2009) situa, no âmbito estadunidense, o presidente Warren Harding como o precursor da transmissão de mensagens políticas pelo rádio. Destaca, ainda, que foi o presidente Calvin Coolidge, em 1923, o primeiro a discursar à nação por meio de uma rede, naquele momento, de seis rádios. Contudo, segundo o autor, foi Franklin Roosevelt quem entrou para a história pelo uso

massivo desse meio de comunicação para fins políticos. A esse respeito, Nunes (2002) relata que o seu mandato (1932-1945) foi considerado como a “presidência radiodifundida”. Já o pioneirismo do uso do rádio em campanhas eleitorais, segundo Fausto Neto (2004), é atribuído ao presidente Eisenhower, nos anos 50.

Uma nova fase da midiática da política foi inaugurada com a invenção e disseminação da televisão, uma vez que esse equipamento traz de volta para o cenário político um novo elemento: a imagem. Muito presente na Antiguidade, quando a praça era o lugar dos debates eleitorais, ela passou a ser menos importante a partir do momento em que a palavra, escrita ou falada, passou a ser o principal instrumento de contato com os cidadãos, por meio do jornal e do rádio (GOUVEIA, 2009). Com a disseminação desse aparelho, a presença visual do candidato passa a ser novamente considerada no processo de interlocução com a instância cidadã, dentro e fora dos períodos eleitorais.

A respeito das transformações que a chegada da televisão impôs ao campo político, Nunes (2004, p. 356) afirma:

As cores, os logotipos, as tipologias têm velocidade e são pensados e criados para sua utilização no vídeo. Os programas de rádio procuram uma linguagem naturalista, tentando transformar palavras em imagens. Uma das mídias mais pré-históricas – a pichação – procura fugir da antipatia que gera ao poluir a cidade – que pode atingir a imagem do político -, transformando-se em artísticos grafites. O cartaz de poste procura o espaço de *outdoor*. É a transformação definitiva da comunicação política rural, artesanal, pontual em comunicação política urbana, industrial e massiva.

Já Courtine (2003,p. 26) descreve-interpreta as mudanças, para o orador político decorrentes da midiática televisiva da política:

Surgiu, então, um novo modelo de orador, um outro estilo de linguagem política, um uso diferente do corpo e do gesto. Nessas circunstâncias, não se ouve mais o orador político: ele é, sim, visto. O orador o observa, encara-o, analisa-o. Nos mínimos detalhes...

Por seu turno, Lima (2006, p. 58) apresenta algumas características das campanhas eleitorais brasileiras anteriores ao advento do rádio e da televisão:

O sucesso da campanha eleitoral dependia, em boa medida, do contato direto do candidato com os eleitores. Isso era feito por meio de inúmeras e constantes viagens, visitas e comícios em centenas de cidades do país. Como candidato dependia de suporte local nas cidades a serem visitadas, a organização e a estrutura partidárias tornavam-se de importância fundamental.

A respeito das coerções que o uso das mídias impõe aos candidatos, podemos apontar como exemplo a docilização do corpo de Lula, cuja abordagem por revistas semanais foi analisada por Santos (2009), como mostramos anteriormente. O sindicalista de gestos largos característico da política que se fazia sobre a carroceria dos caminhões, cuja aparência era despojada e descuidada, deu lugar, em 2002, a um candidato mais palatável quando aos padrões midiáticos quanto ao gesto, o corpo e a voz.

A respeito desses elementos, observamos que, ao deixar de fazer apenas a mediação para tornar-se ator dos processos políticos, a mídia passa a cumprir também o papel das estruturas partidárias. Em vez de os dirigentes dos partidos efetuarem a mediação entre o candidato e os eleitores, são os meios de comunicação que promovem essa aproximação. Desse modo, enfraquecem-se os correligionários e fortalecem-se os profissionais da mídia. É essa equipe de comunicação quem assumirá a tarefa de construir a imagem do candidato junto ao eleitor:

Consultores, assessores profissionais e empresas especializadas em *marketing* eleitoral assumiram posição estratégica na definição e na *formatação* das próprias mensagens dos partidos e/ou candidatos para os seus eleitores potenciais. Os custos financeiros das campanhas se tornaram astronômicos. (LIMA, 2006, p. 58).

Tornam-se, menos importantes, nesse contexto, os tradicionais santinhos, chaveiros, faixas, cartazes, bonés e brindes em geral (LIMA, 2006). Aliás, por força também da atual legislação eleitoral brasileira e, sobretudo, do processo de midiática da política, os eleitores mais jovens nem fazem ideia do papel desses objetos nas campanhas eleitorais. Contudo, embora do ponto de vista legal a restrição a esses itens vise a coibir o abuso do poder econômico, conforme destaca o autor citado, a midiática das campanhas eleitorais ocasionou gastos ainda maiores.

Ainda em termos históricos, nos Estados Unidos, o arranque da política midiática na televisão foi marcado pelo debate entre os presidentes Richard Nixon e John Kennedy, no início da década de 60 (GOUVEIA, 2009). Foi nessa época, mais exatamente em 1962, que, também no Brasil, a propaganda eleitoral passou a ser realizada de forma sistemática e gratuita (NUNES, 2004). A tela passa a ser, conforme Rubim (2000, p. 99), o “novo e privilegiado espaço de disputa a ser ocupado pela política”. Fausto Neto (2004), no entanto, situa o uso intenso e planejado da televisão com fins eleitorais a partir da década de 1970 e apresenta destaca o caso francês em que a televisão passou a ser a vitrine das campanhas presidenciais de 1974 e 1981. Se na primeira eleição, conforme o autor, o espaço televisivo serviu apenas para veicular os debates entre os candidatos e teve como instrumentos apenas

os aspectos linguísticos, no pleito seguinte já foi possível observar a apropriação da lógica midiática pelas estratégias políticas.

No Brasil, embora Nunes (2004) destaque o uso do rádio na veiculação de conteúdos da esfera política, foi também a partir dos anos 70 do século XX, com a televisão, que a política começa a ganhar mais intensamente o espaço da mídia. Fausto Neto (2004) afirma que a apropriação da mídia pelo campo político coincide com o ciclo de autoritarismo imposto pelo golpe militar de 1964. Segundo o autor:

a midiatização do discurso político começa a se dar de forma sistemática, naqueles processos em que o regime militar buscava a sua popularização/legitimação através de campanhas publicitárias elaboradas no “laboratório comunicacional” da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP. (FAUSTO NETO, 2004, p. 112).

Com o restabelecimento da democracia no Brasil, a partir de segunda metade da década de 1980, as eleições presidenciais de 1989 têm sido consideradas como referência da política midiaticizada, sobretudo quanto à presença da televisão (FAUSTO NETO, 2004). Sobre as condições de produção desse processo, Chaia (2009, p. 20) assevera:

Aquele processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa, com edições de debates políticos e com o apoio irrestrito por parte da mídia de uma determinada candidatura. Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e o rádio, destacaram o ‘fenômeno Collor’ como algo novo na política brasileira, ‘comprando’ o slogan de Collor como o ‘caçador de marajás’ e como o político que introduziria o Brasil no contexto internacional. Todos os outros candidatos e, principalmente, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia.

Por seu turno, Rubim (1998, p. 195) procura atenuar o papel exercido pela mídia nesse processo:

Com certa facilidade, Collor foi afirmado como mero fenômeno produzido pela mídia. Sem mais, tal afirmativa entroniza a mídia como sujeito e deprecia Collor, deslocando-o para o papel de coadjuvante, quando muito complacente com os desígnios da mídia. A ação política torna-se assim apenas concernente à mídia. Antes de ser um privilégio da mídia, a produção de Collor enquanto imagem social nacional teve nele, e em sua troupe, co-participes de perspicácia e de intencional intervenção política.

O autor citado recusa-se, portanto, a reconhecer a primazia da mídia no resultado das primeiras eleições diretas após o golpe de 1964 e situa o seu resultado como confluência de uma série de fatores. Apesar das divergências, faz-se necessário reconhecer que a presença da mídia interferiu no desenvolvimento da campanha de 1989. Mesmo que não

tenha sido preponderante, a mídia não se restringiu ao seu papel de apenas mediar a relação do candidato com os eleitores, visto ser essa uma característica da política midiaticizada.

Esse processo em que a mídia deixa seu papel de mediação e assume a função de ator político é reconhecido por Rubim e Colling (2004, p. 175-176), acerca do complexo e controverso pleito presidencial de 1989:

A mídia, através de seu noticiário e outros programas de grande audiência, como as telenovelas, agendou temas que se tornaram centrais na eleição, como aqueles referidos à desqualificação dos políticos, do Estado e dos servidores públicos, emblematicamente simbolizadas na tematização dos marajás, onipresente e avassaladora na época. Na trilha dos marajás vem seu caçador, tornando escandalosamente manifesta a produção midiática de imagens públicas e políticas, com formidável incidência nas eleições. A hipótese de que este cenário midiático-eleitoral em algum sentido funcionou como uma antecipação do olhar neoliberal na sociedade e política brasileiras não parece improvável.

Os autores mencionados relatam que, ao mesmo tempo em que pode ter havido a interferência da mídia, mesmo que relativamente, na eleição de Fernando Collor, esses meios de comunicação tiveram igualmente relevante participação na produção dos movimentos que conduziram ao seu *impeachment* em 1992. De igual maneira, a forma como os meios de comunicação realizaram a cobertura do Plano Real durante o governo Itamar Franco propiciou a eleição do respectivo Ministro Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para a Presidência da República, em 1994. Assinalam também o comportamento silencioso e silenciado da mídia no pleito presidencial de 1998, ocasionado pela dependência dos meios de comunicação em relação ao Estado, motivada, sobretudo, pelo endividamento das empresas midiáticas e por seu interesse no processo de privatização das estatais, sobretudo as do setor da comunicação (RUBIM; COLLING, 2004).

Quando à disputa presidencial de 2002, Rubim e Colling (2004, p. 187) mencionam a superexposição dos candidatos pela mídia, naquela que ele intitula a maior cobertura midiática da história das eleições presidenciais:

Em 2002, ainda que não tenhamos uma pesquisa mais substantiva, parece que a cobertura jornalística não se concentrou nos programas dos candidatos, na sua trajetória político-partidária, nas suas realizações ou no perfil das coligações, mas se centrou naquilo que os candidatos não gostariam de expor. Em outras palavras, a superexposição transforma-se rapidamente em escândalo, através da busca persistente da imoralidade dos atores. A política, destituída de virtude, torna-se, apenas, quase uma extensão da moral.

No que tange ao pleito de 2006, Rubim e Colling (2007) destacam a ênfase dada, já a partir de maio de 2005, a respeito das denúncias protagonizadas pelo então deputado Roberto Jefferson e que ensejaram a CPI dos Correios e na ação penal 470, conhecida como

mensalão do PT. Outros temas e ações do governo Lula foram silenciados por uma cobertura de cunho moralizante: “Em 2006, a mídia praticamente busca antecipar o término do mandato e o momento eleitoral, quando torna o tema da chamada crise política em seu assunto primordial e quase único, investindo fortemente contra o governo.” (RUBIM e COLLING, 2006, p. 186).

E acrescentam:

a supremacia da dimensão moralizante é tão avassaladora na cobertura da mídia que faz submergir, e mesmo bloqueia, a circulação de informações e de análises que permitam uma avaliação mais consistente das políticas do atual governo. Em nome de uma cruzada que pretensamente busca uma política com ética, produz-se uma cobertura na qual a dimensão moralizante (e não mais a ética) toma o lugar da política. (RUBIM e COLLING, 2006, p. 189).

Os autores citados destacam em suas conclusões o paradoxo constitutivo desse processo eleitoral: enquanto a mídia se ocupou de exacerbar uma cobertura desfavorável ao Partido dos Trabalhadores, Lula, que obteve 48,6% dos votos válidos no primeiro turno, foi eleito no segundo turno com 60,8% dos votos. Ao buscar, logo após a ocorrência dos fatos político-eleitorais de 2006, sintetizar as variáveis que conduziram a esse resultado, os pesquisadores formulam:

Pode-se propor que as convergências entre as teias de organização da sociedade civil e os novos segmentos de classe em processo de fortalecimento estejam possibilitando uma atitude crítica de formação de opinião, com variáveis graus de autonomia frente aos tradicionais formuladores da opinião pública, inclusive a mídia. Este procedimento permitiria uma avaliação das políticas de governo, sob a óptica própria destes segmentos populares. (RUBIM e COLLING, 2007, p. 189)

Ao se buscar ancoragem nas teorias que embasam este trabalho, com consideração à perspectiva marxista da luta de classe e aos postulados de Althusser (1980) e Pêcheux (1997a) de que o discurso comporta em si, de forma contraditoriamente constitutiva, as condições de conservação e transformação das relações econômicas de poder na sociedade capitalista, podemos apontar para constituição, no interior da FD dominante, de novas posições sujeitos. Essas posições, a partir do que concluem os autores acima, seriam decorrentes da nova conjuntura social propiciada pelas políticas de inclusão promovidas durante o primeiro mandato de Lula, que forneceria ao sujeito os efeitos de evidência de inclusão e empoderamento que lhes eram interditados anteriormente, a partir das condições de produção dos movimentos sociais e organizações populares distanciados da mídia convencional.

Trata-se, contudo, devemos ratificar, não de um rompimento da ordem do sistema capitalista, ou da desidentificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito histórica do capitalismo. Consiste, de outro modo, do efeito da Ideologia que fornece a esses sujeitos a necessária ilusão de que houve a conquista de um novo espaço, por meio de efeitos de sentido de inclusão e empoderamento, que lhes permitiria ocupar os espaços de dizer que lhes eram interditados, sobretudo pelo auxílio das novas tecnologias. Nesse movimento, essas teorias impõem o dever de reconhecer que esses gestos são produzidos pelo próprio sistema capitalista como garantia de sua manutenção e produção de efeito de sentido de harmonia social. Não se pode deixar de assinalar, entretanto, sintomas de resistência no processo de individuação do sujeito que se torna menos permeável às verdades transparentes que a mídia, AIE de informação, procurou lhe fornecer a respeito do governo, em um processo de contraidentificação, ainda no interior da forma-sujeito capitalista, e maior identificação com o discurso dos grupos sociais alinhados com a esquerda que, na perspectiva de Althusser (1980), somente são possíveis pelo funcionamento da própria ordem capitalista.

Ainda sobre a cobertura midiática sobre as eleições presidenciais no Brasil, consideram-se pertinentes as conclusões de Zampar (2014) em seu gesto de análise acerca do funcionamento do imaginário sobre a corrupção no PT no jornal Folha de S.Paulo, entre 1994 e 2010, pleitos marcados pela polarização da disputa em PT e PSDB. O autor assinala que em 1994 e 1998, o tema da corrupção foi associado à questão do uso da máquina pública com interesses político-partidários. Embora, nesses pleitos, Lula não fosse candidato à reeleição, explica o pesquisador, foram utilizados os exemplos de entes federados governados pelo PT. Já em 2002, explica a mesma pesquisa, o tema em pauta foi abordado a partir das questões morais, sendo o PT qualificado como partido imoral.

O pesquisador citado aponta ainda que, em 2006 e 2010, na conjuntura em que o Partido dos Trabalhadores ocupava a Presidência da República, o imaginário do jornal acerca do tema em debate funcionou a partir dos efeitos de sentido dos escândalos de corrupção. Trata-se, segundo Zampar (2014), de um movimento de deslocamento da imagem do PT cujos sentidos se organizam a partir da vinculação a sucessivos escândalos de corrupção, configurando o pré-construídos do PT como partido iminentemente corrupto, em meio a outros que também o são:

A questão da reincidência do PT em casos de corrupção produz sentidos que constroem uma imagem de partido corrupto, a partir da construção de uma memória que se sustenta na significação das denúncias como sendo verdadeiras, ou seja, as denúncias são sustentadas por uma memória que significa o partido como provável culpado nos casos em que é acusado. (ZAMPAR, 2014, p. 92).

Esse aspecto moralizante apontado como tendência por Rubim e Colling (2007) e Zampar (2014), a partir de 2002, em que os procedimentos pessoais dos candidatos passaram a ser pautados pela mídia e sobrepuseram-se aos temas mais específicos da política, podem ser apontados como precursores da instauração dos elementos religiosos como critérios definidores das preferências eleitorais em 2010. A esse respeito, ao olhar para o cenário político dos Estados Unidos, Courtine (2006, p. 130) afirma: “os costumes dos eleitos tendem a se tornar, de modo cada vez mais frequente, o terreno onde se coloca a questão da verdade e da mentira em política.”

Nessa perspectiva, podemos falar em um movimento em que a complexidade da ética e da política vai cedendo lugar às simplificações morais, que deslocam o debate para o campo da moral religiosa e transforma a religião em critério para a escolha do candidato, inclusive por um cenário de desolação em torno da ética produzido pela instância midiática acerca da corrupção endêmica do país protagonizada pelo PT, que impõe o efeito de evidência de que no ente divino estaria a solução para os problemas temporais.

Conforme apontamos, o retorno à liberdade democrática em território nacional com a escolha do primeiro presidente civil, pelo voto direto, em 1989, consolida a mídia, sobretudo, a televisão, mas não com exclusividade, como principal meio para alcance do eleitor, o que obrigou que todas as campanhas eleitorais, a partir de então, se adequassem às condições de produção desse espaço midiático. Tal situação somente sofrerá alterações, no Brasil e no mundo, a partir do desenvolvimento das ferramentas *online* propiciadas pela popularização da internet, cuja influência será discutida na próxima seção. Porém, independente do meio de disseminação rádio, televisão, jornais impressos ou internet, o que se pode notar é que também no processo de redemocratização do Brasil, os meios de comunicação não foram apenas suporte, veículo de disseminação dos fatos e informações políticos, mas protagonizaram a tentativa de produção e imposição de seus sentidos, o que, por certo, afetou o andamento das campanhas eleitorais.

### **3.5 A política ganha a rede: a internet como espaço de campanhas e debates políticos**

Para que se compreenda o papel assumido pela internet no contexto da política midiaticizada devemos destacar o que Gouveia (2009) aponta como uma mudança de paradigma nos processos de comunicação política: a passagem da massificação para individualização. Conforme assinalado anteriormente, sobretudo no retrospecto histórico, a política e também os meios de comunicação sempre se dirigiram às massas, à multidão. Essa mudança, que se consolida com o uso das tecnologias digitais, começa, segundo o pesquisador, antes do uso da internet, e teve a televisão como sua principal propulsora:

O paradigma da massificação desenvolveu-se durante o século XX, mas na década de 70 nasceu um novo fenómeno, quando a indústria da comunicação passou a apresentar produtos especializados aos diversos públicos. A ideia base deste novo conceito, que nasce com a imprensa especializada, pretende individualizar e diversificar a oferta comunicativa mediante o interesse dos receptores. (GOUVEIA, 2009, p. 12).

Dessa forma, passam a ser priorizadas ferramentas político-midiáticas que produzam no cidadão o efeito de individualização, a partir do entendimento de que seria mais fácil mobilizar o sujeito para o atendimento de determinados interesses a partir do momento em que este se sente valorizado quando destacado da multidão, tratado em sua singularidade. Embora Gouveia (2009), em coerência com os postulados do campo da comunicação a que se filia, pressuponha plena autonomia do sujeito, podemos, a partir da perspectiva deste trabalho, associar esse paradigma como decorrência do processo de individuação do sujeito pelo Estado de que fala Orlandi (2012). Assim, pelo viés da AD, a emergência desse paradigma da individualização, é resultado de um processo anterior em que, nas condições de produção da sociedade capitalista, faz-se necessário que o sujeito decorrente do processo de interpelação ideológica seja individuado pelo Estado, isto é, faz-se primordial que o sujeito seja reconhecido como único, particularizado para que assim possa ser exigido pelo Estado quanto ao cumprimento dos deveres que lhe asseguram o efeito de sentido de cidadania. É desse movimento que, entendemos neste trabalho, o sujeito será afetado pelo desejo de ser reconhecido em sua individualidade, ou seja, como único, destinatário da atenção particular do Estado e das demais instituições da sociedade, inclusive nas esferas políticas e midiáticas.

O pesquisador citado destaca que essa nova forma individualizada de conceber e implementar a comunicação política assenta-se em quatro conceitos: interatividade, convergência, multimídia e sinergia. Por meio da interatividade, torna-se possível o diálogo efetivo entre o emissor da mensagem e o seu receptor, por vezes, em tempo real. Já a convergência, consequência do desenvolvimento tecnológico, refere-se à integração das várias mídias, por meio dos dispositivos de informática, o que possibilita a coexistência, no mesmo espaço, de sons, imagens e textos e dá origem às plataformas multimídias. Por seu turno, a sinergia vincula-se à concentração, por poucos grupos econômicos, de um grande número de veículos de comunicação, o que propicia a troca de conteúdos e profissionais entre as diversas instituições midiáticas (GOUVEIA, 2009).

O desenvolvimento e expansão da internet, portanto, configuram-se como elemento dinamizador e impulsionador desse novo paradigma da comunicação, que tem a ampliação das possibilidades de interação como a sua principal característica:

A interatividade representou uma das inovações revolucionárias da Internet, pois ofereceu aos indivíduos a possibilidade de criar conteúdos, em vez de serem meros receptores de produtos comunicacionais. A passagem do

analógico para o digital permitiu que os conteúdos possam ser armazenados, usados e manipulados. (GOUVEIA, 2009, p. 16)

A esse respeito, Ramos (1994) destaca que, a partir da internet, a comunicação política perde seu caráter de mediação e assume o aspecto de interação, isto é, mais do veicular os conteúdos, os espaços midiáticos abrem-se à possibilidade de acolher a contrapartida do interlocutor. Aqueles que antes apenas deveriam consumir o que lhes era direcionado podem, além de produzir e divulgar seus próprios conteúdos, oferecer respostas às manifestações dos sujeitos da instância política.

Sobre esse aspecto, Saldanha et al. (2012, p. 2) afirmam que:

No âmbito político, pode-se observar que o principal objetivo das atuais campanhas políticas feitas *online* é “gerar conversas, estimular pessoas a emitirem opinião no que remete às ações ou falas dos seus possíveis candidatos.

Esse processo institui, assim, por meio de efeitos de evidência, um novo lugar para o cidadão, sobretudo na função de eleitor, que não mais precisa conformar-se com o papel de destinatário passivo das produções políticas e midiáticas, mas passa desfrutar da possibilidade de a eles responder, refutar, discordar ou acrescentar seu ponto de vista. Essa prática interessa particularmente a este trabalho, uma vez que a efetivação de debates entre eleitores nas comunidades do Orkut e a postagem de comentários em sites de candidatos decorrem dessas novas possibilidades propiciadas pela grande rede. Acerca do tema, Macedo, Burgos e Chaia (2009, p. 2) mostram que: “É no ciberespeço, enquanto meio inter-social, global e sem autoridades supremas e hierarquias, que os usuários podem ampliar as discussões políticas sem censura ou medo”.

Contudo, da perspectiva da AD, essa ampla liberdade constitui-se, sobretudo, como um efeito necessário ao sujeito cidadão, uma vez que as suas possibilidades de dizer e manifestar-se são determinadas pelas condições sócio históricas e ideológicas de sua produção e circulação. Assim, antes de exercer o seu direito de expressão, já está o sujeito dominado por uma formação discursiva, decorrente de determinada formação ideológica, identificado com uma certa posição no discurso.

No que tange à interferência desse novo paradigma alavancado pelas mídias digitais derivadas da internet no campo da política, a campanha eleitoral de Barack Obama tem sido considerada como referência no uso eficaz das ferramentas interativas em favor do sucesso eleitoral. Essa estratégia foi já marcada desde o início da campanha do candidato do Partido Democrata, por meio da contratação de Chris Huques, um dos fundadores do Facebook, para

organização de sua propaganda, sobretudo nas novas mídias (GOUVEIA, 2009; BRAGA, 2011; SALDANHA et al, 2011).

Além da integração da campanha em todas as mídias desde a disputa das prévias com Hillary Clinton, as redes sociais constituíram no diferencial de Obama para alcançar o maior número de eleitores:

Obama esteve presente em todas as principais redes sociais: Facebook, MySpace, YouTube, Flickr, Digg, Twitter, Eventful e LinkedIn. Participou, ainda, das redes sociais de diversos nichos: para falar com americanos-asiáticos, utilizou-se do AsianAve; com os afro-americanos, utilizou-se do BlackPlanet; utilizou-se, ainda, do Glee para falar com o público GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes); do Faithbase para os religiosos; do MiGente e Batanga para os latinos; e, finalmente do Eons, para os nascidos entre 1946 e 1964, os famosos baby boomers. (SALDANHA, 2011, p.8).

Gomes et al (2009, p. 39) apontam outro aspecto que consideram como novidade da campanha online do presidencial democrata:

Em nossa opinião, [a novidade] constitui-se em transformar uma rota considerada acessória em campanhas políticas - o universo das trocas digitais e *on-line* – numa via alternativa à campanha mediada pelos meios de massa.

Essa estratégia da campanha vitoriosa do presidente estadunidense pode ser considerada uma amostra eficaz do uso das mídias a partir do paradigma da individualidade e dos recursos de interação, na medida em que se especializou em buscar cada eleitor em sua especificidade. Não se dirigiu a uma massa disforme, mas ao sujeito individualizado, situação indispensável em um país onde o voto é facultativo. Mais do que isso, procurou atingir a cada um a partir da sua particularidade, seja em sua etnia, religião, faixa etária ou identidade de gênero. Essa individualização se estabelece não apenas no conteúdo, mas nas ferramentas utilizadas. Ao descentrar a política focada nos grandes meios de comunicação e priorizar a internet, a candidatura de Obama consegue provocar os eleitores a agirem a partir e sua individualização. Podemos afirmar que, por meio das ferramentas *web*, é como se o democrata conseguisse chegar a cada um dos eleitores.

Esses aspectos sinalizam para as mudanças que o uso das ferramentas tecnológicas pela candidatura de Obama acarreta para as campanhas eleitorais em todo o mundo globalizado:

A partir destas tecnologias seus eleitores passaram a divulgar as suas ideias entre os participantes de suas redes sociais particulares, podendo adotar como recurso um pacote intertextual formado por textos, fotos, fragmentos de áudio e a participação. [...] As novas tecnologias têm simplificado os

processos comunicacionais de forma que agora a sociedade torna-se agente emissor ou simplificador. (RENÓ; ESPERIDIÃO, 2015, p. 6).

Constituiu-se, assim, o efeito de evidência de que se tornou mais acessível à instância cidadã manifestar-se publicamente a respeito dos temas políticos eleitorais, a partir das ferramentas comunicacionais desenvolvidas para a internet. Constrói-se, assim, o imaginário de que não há cerceamento à vontade do eleitor publicizar seus posicionamentos, como se, finalmente, a liberdade de expressão houvesse alcançado seu grau pleno de exercício.

Quanto às configurações no cenário político-eleitoral brasileiro, no que tange às eleições presidenciais, o pleito de 2010, foco de atenção desta pesquisa, foi marcado pela intensa movimentação na internet, sobretudo nas mídias sociais.

Sobre as ações das diversas candidaturas em torno dos espaços virtuais, destacamos inicialmente a abertura dada pela legislação eleitoral em 2010, que desvinculou a internet das restrições impostas à campanha eleitoral no rádio e na TV. Isso propiciou que a grande rede se transformasse em um campo de experimentos para as campanhas em construção. Acerca do papel das novas mídias no pleito em análise, Braga (2011, p. 63) relata:

No caso das eleições presidenciais, podemos mencionar vários episódios nos quais a Internet e as novas mídias tiveram papel significativo, como por exemplo o uso do Twitter pelo candidato do PSOL, Plínio Sampaio, para viabilizar sua participação no debate televisivo ao lado dos outros candidatos mais bem colocados à frente nas pesquisas; a espetacular ascensão da candidata do PV, Marina Silva, na reta final da campanha, com amplo uso das mídias sociais como suporte de marketing eleitoral; o episódio envolvendo a bolinha de papel jogada por um manifestante contra o candidato do PSDB, José Serra; os vídeos sobre o aborto que desgastaram a posição da candidata petista, Dilma Rousseff, na reta final de campanha, dentre outros fatos.

Por sua vez, Iasulaitis (2011, p. 21) destaca dois aspectos primordiais na adesão dos candidatos ao uso da internet em suas campanhas:

Por outro lado, os partidos e candidatos se deram conta de que a nova arquitetura de participação da Web 2.0 é interessante aos propósitos eleitorais, pois propicia uma grande disseminação de mensagens (virality) e possibilita que muitas pessoas colaborem assumindo níveis de responsabilidade muito pequenos (granularity). É, portanto, estratégico beneficiar-se da inteligência coletiva e ao mesmo tempo transmitir um ar de modernidade atrelado a um discurso de participação e democratização.

Conforme postula a autora, portanto, além de espalhar conteúdos a um grande contingente de pessoas e sem implicar em grandes responsabilidades aos que colaboram com esse processo, o que garante ampla circulação dos enunciados produzidos pelos atores

políticos ou acerca deles, a internet reflete o imaginário da tecnologia associado ao campo político. Nessa perspectiva, o candidato que se faz presente nas mídias sociais, estabelece sobre si uma imagem de modernidade, de preparo para lidar com as questões dos novos tempos, o que faria de si o detentor das habilidades necessárias para o exercício do cargo em disputa, sobretudo em um pleito em que nenhum dos candidatos havia ocupado o cargo de Presidente da República e que, além disso, em uma república presidencialista, intensamente marcada pelo patriarcalismo, uma mulher apresentava chances reais de ser eleita para comandar o Poder Executivo.

Devemos ainda destacar o uso intenso da internet, no Brasil, nesse período. Conforme dados da Comscore mencionados por Coutinho (2010), os brasileiros, à época, conectavam-se às redes sociais cerca de 42 vezes por semana, o maior índice entre 40 países pesquisados. Desse modo, no país que quantitativamente mais acessava essas redes no mundo, os debates acerca da escolha presidencial seriam necessariamente deslocados para esses ambientes.

Sobre o perfil dos usuários das redes sociais em períodos eleitorais no Brasil, Barros Filho (2007, p. 99), ao analisar o pleito anterior ao que se dedica este trabalho, isto é, o processo eleitoral de 2006, destaca a presença, nesses espaços, de um tipo específico de eleitor, o eleitor orgânico:

nessa eleição, em especial no segundo turno, a internet mostrou-se instrumento eficaz de mobilização daquilo que podemos chamar de “eleitores orgânicos” [...] ou seja, eleitores que votam em um partido ou candidato há várias eleições e que não votarão no candidato do partido declaradamente opositor.

Podemos antecipar que esse não foi um aspecto restrito ao pleito de 2006, pois no material analisado neste trabalho é bastante recorrente a ênfase dos sujeitos em sua fidelidade ao candidato que defendem em sua manifestação escrita, bem como inúmeras marcas de rejeição, de longa data, ao candidato oponente. Isso sinaliza, de antemão, para o papel desempenhado pela internet de pôr em circulação os discursos antes restritos à interação presencial entre militantes e, ao mesmo tempo, aponta para a apropriação da rede virtual pelos militantes. Dessa forma, os agrupamentos e espaços de discussão que vão se constituindo na web não são produções espontâneas, mas desdobramento dos processos de disputa que, antes da virtualização, aconteciam de outras formas, porém não tão acessíveis ao cidadão considerado comum.

Ao tratar desse tema, Silveira (2015, p. 109) fala da relação que assumem com a política midiaticizada aqueles que designa como “sujeitos ordinários”:

A relação dos sujeitos ordinários com o discurso político-midiático está sempre pautada por esse movimento de reprodução/transformação, pois é possível observar pelas análises realizadas que é na tensão entre repetição/comentário que os sujeitos e os sentidos produzem seus deslocamentos. Nesse sentido, não se trata aqui de uma profusão de comentários, mas de um espaço que abre possibilidades de dizer que não é apenas opinião, mas ganham um estatuto de dizer que passa a ser considerado em sua autoria, ainda que isso se realize na figura genérica daquilo “que dizem os internautas”, ou “a voz das mídias sociais”, como se esses discursos tivessem origem extraterrena.

As mídias sociais vão se constituindo, assim, como espaços a serem considerados pela instância política como espaço legítimo de debates, isto é, não se trata apenas do que se poderia vulgarmente chamar de falatório, mas de espaços que refletem e refratam o dizer da mídia e das ruas. Ao mesmo tempo, se tais comentários não possuem origem extraterrena, derivam de práticas materiais que se inscrevem no discurso e, por conseguinte, resultado das coerções de suas condições de produção.

Acerca disso, Braga (2011, p. 65) postula que os espaços virtuais possibilitados pelas novas tecnologias de interação e comunicação (NTICs) refletem as tendências já disseminadas na sociedade:

As NTICS podem acelerar ou consolidar tendências prévias, mas são outros fatores os determinantes da ocorrência de “eleições críticas” que promovem as alterações significativas nas clivagens existentes na opinião pública, sendo a internet apenas meio para consolidá-las.

Pelo exposto, o autor contrapõe-se a uma pretensa autonomia dos espaços virtuais como geradores das opiniões e discussões de cunho político-eleitoral. Esses temas teriam como espaço primário a sociedade civil, de modo que a internet seria mais um espaço de circulação dessas tensões previamente estabelecidas. Não se pode negar, contudo, tratar-se de um espaço diferenciado, sobretudo, em função do seu alcance. Mesmo com todas as restrições de acesso existentes em 2010, muitas delas ainda presentes na atual conjuntura, esse ambiente possui a intensa capacidade de viralizar discussões. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, um posicionamento estabelecido em um colóquio no interior do país, respeitadas as questões de acesso à rede, tem a possibilidade de difundir-se e produzir eco em todo o território nacional. Contudo, é preciso reconhecer que a internet ainda não se constitui como referência para o início das discussões, ressalvadas todas as coerções que a adesão à Análise de Discurso impõe quanto à origem e originalidade dos fatos da linguagem.

A respeito do alcance e da agilidade da circulação de informações na internet, Penteado (2012, p.43) destaca também a descentralização das atividades de campanha, que deixam de ser do controle exclusivo das respectivas coordenações:

Nesses espaços simpatizantes e militantes podem se organizar sem a necessidade de intervenção do comando da campanha, pelo contrário, as ações produzidas são em muitos casos desconhecidas do núcleo estratégico central que coordena a campanha, produzindo uma dinâmica diferenciada de comunicação que foge ao padrão de coordenação das campanhas tradicionais.

É exatamente essa impossibilidade de centralização e controle que faz com que os temas do cenário político-eleitoral transplantados para a rede sejam tão intensamente disseminados em tão curto espaço de tempo. Essa ausência de controle viabiliza ainda que circulem versões e posicionamentos nem sempre desejados pelos mentores das campanhas, uma vez que a produção de conteúdos deixa de ser produto do trabalho de profissionais especializados e ganha as marcas da espontaneidade atribuída comumente às produções amadoras. Ademais, Penteado (2008) destaca que essas novas condições de produção ocasionam uma tendência à maior agressividade das campanhas e intensificação da troca de acusações entre os candidatos. Ao olhar para a campanha presidencial de 2010, foco deste trabalho, o mesmo autor ressalta:

Contudo, o que chamou a atenção na campanha de 2010 não foram as estratégias da comunicação política na distribuição de mensagens eleitorais, mas a formação de um debate espontâneo entre simpatizantes, apoiadores e militantes dentro dos diferentes fóruns da Internet, principalmente envolvendo a disputa presidencial entre os candidatos José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). A circulação de virais (e-mails, vídeos, etc.) alimentou um intenso debate entre os internautas. Dentro das comunidades virtuais e na blogosfera também houve um caloroso embate entre as diferentes posições políticas. Contudo, o conteúdo dessas mensagens se caracterizou por ter um teor pejorativo contra os candidatos, disseminando boatos e visões preconceituosas, gerando uma troca de ofensas. Por ser um espaço “livre”, as mensagens que circulam não seguem um padrão específico, cria-se espaço para a produção e a divulgação de informações que representam visões moralizantes sobre o universo político-social. (PENTEADO, 2011, p. 21).

Os elementos levantados por Penteado (2011) coadunam alguns dos incômodos que mobilizam a presente pesquisa, isto é, a maneira como as polêmicas e posicionamentos preconceituosos que deveriam estar à margem do debate em torno de temas considerados cruciais para a nação passaram a protagonizar as discussões políticos eleitorais. Além disso, em muitas situações, os espaços virtuais foram transformados em um campo de batalha em que uma guerra santa se travava a respeito das convicções religiosas dos candidatos ou a ausência delas, como no caso dos sites que defendiam o repúdio odioso à candidatura de Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, a ação do eleitor passa a ser determinada pelos aspectos passionais, em que um presumido vínculo com o candidato, materializado pela afinidade de

posicionamentos pessoais, sobretudo a respeito dos aspectos morais, passa a contar mais que os aspectos técnicos geralmente reconhecidos como necessários ao exercício dos cargos eletivos.

Saldanha *et al* (2011) situam essa preponderância da imagem pessoal do candidato em relação às suas propostas como decorrência de processos anteriores à chegada dos debates político-eleitorais à internet. Os pesquisadores os relacionam ao espaço televisivo e à sua tendência à espetacularização:

As propostas de campanha, que consolidam a percepção coletiva dos projetos do candidato em relação ao seu País, Estado ou Município, importam menos. Não é a posse de conhecimento destas, mas uma variedade infinita de efeitos pirotécnicos, que provoca no eleitor sentimentos e emoções. Essa simpática, e deveras conveniente, proximidade da aparição do candidato em nossa casa através do HGPE, das entrevistas e debates, pode revelar-se um trunfo político, mas ainda assim a figura pública em questão é julgada: primeiramente como ser humano e, apenas secundariamente, em termos de seu papel político e desempenho. (SALDANHA *et al*, 2011, p. 5-6)

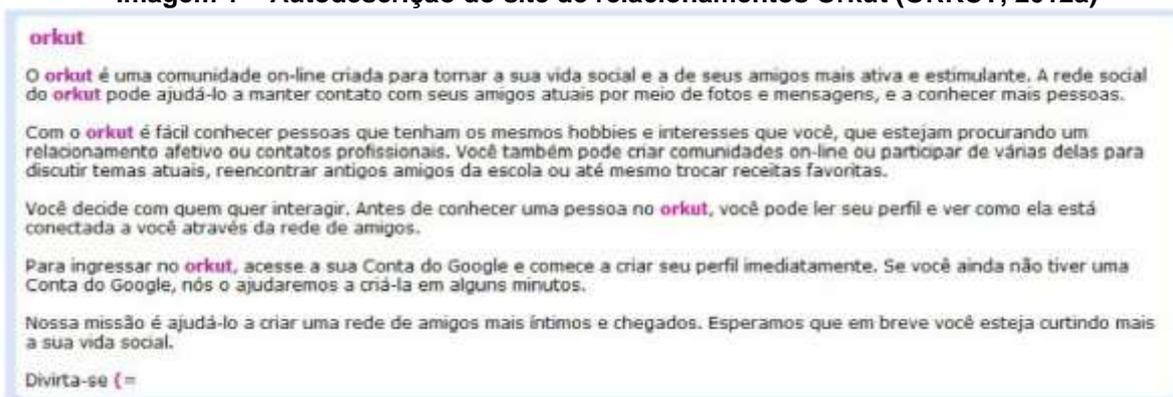
Na dinâmica do jogo eleitoral, essa tendência televisiva de o candidato tornar-se um personagem semelhante aos das mundialmente famosas telenovelas brasileira, o qual passa a ser odiado ou venerado pelos telespectadores e, antes, se disseminava apenas nos colóquios entre os eleitores, passa, agora, a transferir-se também para a internet. É nos espaços virtuais que os simpatizantes se manifestam e fazem circular, em graus diferentes de passionalidade, em nível mundial, as simpatias e antipatias produzidas pelo espetáculo televisivo.

Após essa apresentação mais ampla sobre as características e implicações do uso da internet na política, sobretudo nas campanhas eleitorais, serão abordadas as características específicas do site de relacionamentos *Orkut*, que funcionou como relevante espaço de debate a respeito das preferências eleitorais dos cidadãos brasileiros, em 2010.

### **3.6 O Orkut como espaço de debates pela instância cidadã em 2010**

Desativado em 30 de setembro de 2014, o Orkut era um site de relacionamentos filiado ao *Google*, cujo nome se deve ao projetista chefe do software: Orkut Büyükkökten. A respeito de suas finalidades, o site assim se autodescrevia:

### Imagem 1 – Autodescrição do site de relacionamentos Orkut (ORKUT, 2012a)



Na autodescrição apresentada acima, podemos perceber o movimento discursivo do Orkut em caracterizar-se como um espaço de convívio social virtual entre pessoas com características afins. Para tanto, apela para as possibilidades de ampliação das relações sociais, seja por meio do contato com pessoas próximas ou distantes geograficamente, para fins afetivos ou profissionais, e pela discussão de temas de seu interesse. Nesse sentido, podemos observar a heterogeneidade dos discursos que circulavam nesse ambiente virtual, reunindo temas e posições discursivas variadas que, por suas regularidades e estranhamentos, possibilitam aos analistas do discurso o estabelecimento de variados gestos de leitura, a partir dos quais se podem compreender os efeitos de sentido sobre a sociedade contemporânea, seus sujeitos e posicionamentos discursivos.

Francisco (2009, p. 111), ao discutir o uso da internet no processo eleitoral de 2009, apresenta alguns benefícios das características de interação próprias do Orkut:

Uma das vantagens do Orkut é que ele reúne pessoas por afinidades, por meio tanto das comunidades, como dos amigos de cada pessoa cadastrada no site. Além disso, o e-mail de cada usuário cadastrado é disponibilizado, o que permite que uma pessoa envie e-mails para toda sua lista de amigos ou para outras pessoas.

Afinidade parece ser uma das palavras chave para entender o Orkut, inclusive por sua forma de funcionamento inicial, em que se fazia necessário o recebimento de um convite de um usuário da página para, assim, poder acessá-la. Em situação de disputas eleitorais, pode-se afirmar que essa afinidade se tornava elemento mobilizador dos simpatizantes e antipatizantes dos diversos candidatos, o que lhes permitiam formar os diversos nichos de militância dessa página de relacionamentos.

Para melhor caracterização desse ambiente, são apresentados, a seguir, nas imagens 1 e 2, alguns dados estatísticos a respeito de seu funcionamento, com referência ao ano de 2012<sup>23</sup>:

Imagem 2 – Idade dos Usuários (ORKUT, 2012b)



Imagem 3 – Participação dos usuários por país (ORKUT, 2012 b)



<sup>23</sup> O ano de 2012 é tomado como referência por se tratar do período em que o Orkut teve o seu maior número de usuários, embora já houvesse sido ultrapassado pelo Facebook (G1, 2014).

Os elementos estatísticos acima permitem recuperar o perfil dos usuários do Orkut, formado por indivíduos jovens e, em sua maioria, por brasileiros, que chegaram a ser 67,7% dos usuários em 2007 (INGLEZ, 2007). Devemos ressaltar que em 2010, momento em que se produziram os discursos analisados neste trabalho, circulavam na rede do Google, mais de 26 milhões de brasileiros (G1, 2010).

Como espaço de produção e circulação de discursos, o Orkut se organizava a partir de dois elementos principais: os perfis e as comunidades. Os perfis (*profiles*) consistiam na apresentação dos usuários, a partir de dados como nome, idade, orientação sexual, religião e preferências em geral. As comunidades eram espaços criados por um usuário, considerado seu dono, com a finalidade de reunir usuários em torno de interesses comuns (INGLEZ, 2007), conforme podemos ver na imagem 4 a seguir:

**Imagem 4 – Comunidade “Católico não vota em Dilma”**

**orkut** Home Perfil scraps Comunidades

**CATÓLICO não VOTA em DILMA** [+ Participar da comunidade](#)

idioma: Português (Brasil) criada em: 27/07/2010  
 categoria: Governo e Política local: São Paulo, São Paulo, Brasil  
 tipo: moderada proprietário: Emanuel Bonini (Novo Profile)  
 visível por: público moderadores: Luciano Cenci, Tatiana Faraco de Oliveira, OSWALDO DE PAULA GARCIA

[ocultar perfil](#)

**(COMUNIDADE CATÓLICA OFICIAL)**

COMUNIDADE que tem como objetivo reunir verdadeiros CATÓLICOS, fiéis ao Papa e à sagrada tradição da Igreja, dispostos a levantarem a bandeira da verdade contra todas as mentiras deslavadas da comunista e abortista Dilma Rousseff.

**CATÓLICO DE VERDADE NÃO VOTA EM DILMA.**

**Frases de Dilma ofendem a Vida, a Cristo e a sua Igreja.**

**“Não é uma questão se eu sou contra ou a favor, é o que eu acho que tem que ser feito. Não acredito que mulher alguma queira abortar. Não acho que ninguém quer arrancar um dente, e ninguém tampouco quer tirar a vida de dentro de si”.**

**“Abortar não é fácil para mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização.”**

**“Fui batizada na Igreja Católica, mas não pratico. Mas, olha, balançou o avião, a gente faz uma resinha”.**

**# Promova e divulgue esta Comunidade #**

**CATÓLICO não VOTA em DILMA**  
2.382 membros

**comunidade**

fórum

enquetes

membros

**Ações**

[Participar da comunidade](#)

[Denunciar abuso](#)

As discussões em torno do tema/assunto da comunidade ocorriam a partir de seu fórum. O funcionamento desse espaço envolvia a criação de um tópico (imagem 5) por um

dos membros do grupo. A partir disso, os participantes podem continuar a discussão, clicando em responder, ou criar um novo tópico.

#### Imagem 5 – Tópico do fórum da comunidade “Católico não vota em Dilma”.



Arthur Conley - 02/08/2010  
CATÓLICO DE VERDADE NÃO VOTA EM DILMA

**Ainda que eu fosse um fariseu não votaria numa desgraça dessas. Infelizmente essa republiqueta simiesca vai eleger a velhota escrota, remendada, ignorante, burra e grosseira, porque a boiada bem que gosta de cabresto, de chicote e de vara!**

Gostou?   Citar

---



**\*\*EVANDRO1 JR\*\*\*** - 20/08/2010  
<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/debate-folhauol-nao-ha-mulher-a-favor-do-aborto-diz-dilma-0402193668E49913C6?types=A>

Disse que, pessoalmente, era contrária ao aborto. De novo: não faz a menor diferença se ela, em assunto que considera “de foro íntimo”, é contrária ou é a favor: o que interessa é o que ela vai fazer enquanto presidente. Mais uma vez, isto estava mais do que evidente na pergunta que foi feita, pois o que estava sendo transmitido era um debate entre presidenciais, e não uma entrevista para a Tititi.

Então veio, finalmente, com a conversa mole de que o aborto é “questão de saúde pública”. Ora, como todo mundo que está acostumado com a novilíngua política sabe muito bem, isso significa que o aborto vai deixar de ser crime para passar a ser exigência de saúde. Como está no famigerado Plano Nacional de Direitos Humanos do Governo. Como, aliás, é compromisso histórico do PT, e só não vê quem não quer.

A sra. Rousseff enrolou, enrolou, enrolou, mas deixou escorrer a baba peçonhenta, o veneno por debaixo do doce das palavras: a candidata petista é abortista sim. Caso não fosse, poderia ter dito – como teve chance – de dizê-lo claramente. Portanto, e mais uma vez: como os católicos não podem apoiar uma candidata abortista, não podem conceder o seu apoio, de nenhuma maneira, à sra. Dilma Rousseff. A cada dia que passa, isto fica mais e mais claro. É sinceramente lamentável ver as pessoas imolarem a própria consciência no altar da partidolatria.

Gostou?   Citar

Além do dono, as comunidades podiam contar ainda com moderadores com vários graus de atribuições referentes ao aceite dos membros e à publicação de conteúdos. Nas comunidades não-moderadas, a adesão de novos membros era livre, bem como a publicação de conteúdos. Em se tratando de grupos moderados, o dono e/ou os moderadores precisavam autorizar o ingresso de um novo usuário bem como as suas publicações. Na criação da comunidade havia ainda a possibilidade de se permitir (ou não) postagens anônimas, bem como os parâmetros de visualização dos debates no fórum (permitido/não permitido para não-membros).

**Imagem 6– Perfil da Comunidade “Católico não vota em Dilma”**



Conforme já destacado, por sua grande popularidade entre os brasileiros, o Orkut pode configurar-se como importante espaço de debate do cenário político-eleitoral. A esse respeito, torna-se pertinente a afirmação de Chaia (2007, p. 133), quanto a esse fato, já nas eleições de 2006.

Exageros à parte, as comunidades formadas através dessa ferramenta ganharam visibilidade e ampliaram a participação dos internautas brasileiros neste espaço virtual. Além dos internautas que buscam nas comunidades fazer amizades e procurar pessoas com o mesmo perfil, as comunidades viraram espaços para o aprimoramento da Comunicação Política. Dentre elas destacam-se as comunidades políticas, que discutem desde temas importantes como a reforma política, até comunidades que circulam em volta de personalidades, partidos e acontecimentos políticos: “Eu amo Serra”, “Eu odeio o PSDB”, “Eu odeio Lula”, “Casa da Mãe Joana” etc. As abordagens são muito diferenciadas, bem como os membros destas comunidades, que abarcam jovens de 15 anos como também pessoas em faixas etárias mais elevadas, que tanto podem fazer avançar quanto desestabilizar as discussões. Trata-se de um universo aberto, repleto de possibilidades que se apresentam ao pesquisador no estudo do espaço virtual.

Há, assim, condições de se reafirmar, em consonância com a autora citada, a heterogeneidade de sujeitos e discursos que circulam nas discussões sobre política e eleições nas comunidades do Orkut. Devemos ainda considerar que o pouco ou nenhum controle sobre os conteúdos ali inseridos, bem como a informalidade característica desse ambiente de interação, que não tinha nos temas ditos “sérios” o seu alvo preferencial, possibilitou a efervescência de temas e posicionamentos discursivos em todas as áreas.

No caso das eleições, as polêmicas da campanha, que antes eram discutidas nas rodas de bate-papo presenciais, ganharam nova visibilidade nos fóruns de discussão. Nesses ambientes, não se esperava que o sujeito fosse erudito em ciência política, ou em qualquer outra área, como a teologia, mas que apenas expressasse, sob a aparente liberdade, a sua opinião.

Se considerado ainda o desejo de visibilidade inerente às redes sociais, podemos também vincular o debate político-eleitoral nas comunidades do Orkut ao de espetacularização, já abordado neste capítulo, visto que as polêmicas da campanha tendiam a serem exacerbadas a fim de alcançar maior visibilidade.

Assim, ao almejar ser instrumentos de ampliação das relações sociais de seus usuários, o que não se dá sem a promoção da visibilidade, e possibilitar a sua organização em tornos de comunidades cujos temas são debatidos em fóruns de discussão, o Orkut configurou-se como espaço, aparentemente livre, de produção e circulação de discursos sobre os assuntos que povoam a vida social, dentre eles a política. Nessa perspectiva, a necessidade de ser visto pode contribuir para a potencialização da polêmica desses debates.

### **3.7 Dilma 13: o site da candidata como espaço da manifestação do eleitor**

No pleito presidencial de 2010 a criação de sites por parte dos candidatos já se não constituía mais uma novidade, visto que, conforme apontamos acima, isso já ocorrera em outras campanhas. Assim, o lançamento oficial das candidaturas envolveu indissociavelmente a publicação dos sites. Exemplo disso foram os casos dos candidatos José Serra e Marina Silva, cujas páginas iniciais dos respectivos sites apresentamos a seguir (imagens 7 e 8).

Imagem 7 – Página inicial do site do candidato José Serra (PSDB) em 2010

**SERRA 45**  
PRESIDENTE DO BRASIL

Buscar  OK

**FIQUE POR DENTRO**  
Escolha uma e-mail:  Salvar

Início Biografia Realizações Temas em destaque Sala de imprensa Participe Fale conosco

**No Rio Grande do Sul, Serra reafirma seus compromissos com a indústria nacional**

Após receber o apoio decisivo de Serra - Daniel Cezar e Rogério - as portas estão abertas para quem produz e gera empregos.

**SERRA NA TV**  
Programa de hoje: 17-00

Veja todos os programas e conteúdos:

SERRA NA TV SERRA NA RÁDIO

[DIA A DIA DO SERRA](#)  
18/08 - Quarta-feira, José Serra estará em São Paulo.

[MATERIAL DE CAMPANHA](#)  
Baixe nosso material de campanha e entre no clima das eleições.

[COMBATA O BOATO](#)  
Precisamos da sua ajuda para descobrir e combater nossos boatos. Queriu algum? Avise!

[PROPOSTA SERRA](#)  
VIVA E SAIA DEBATE  
ECONOMIA

**O BRASIL PODE MAIS** Serra quer fazer metrô em cinco capitais no lugar de trem...

**TEMA EM DESTAQUE**

EDUCAÇÃO  
**O Brasil também vai avançar na educação**

**TEMA EM DESTAQUE**

Saúde  
**"Mãe Brasileira" vai cuidar da gestante e do bebê**

**ÁLBUM DE CAMPANHA** + MAIS FOTOS

**GALERIA DE VÍDEOS** + MAIS VÍDEOS

**REALIZAÇÕES**

BIBLIOTECA NO PARQUE DA JUVENTUDE  
**É tão atraente quanto as megalóvrias - mas é gratuito**

**VISÃO SERRA**

JOSÉ SERRA  
**Ofereço minha capacidade de transformar idéias em realidade**

**SERRA 45**  
PRESIDENTE DO BRASIL

Biografia José Serra Início de Costa Histórico do Serra Vídeos Serra

Realizações Mapa de realizações e propostas

Temas em destaque

Sala de imprensa Agenda Notícias Fotos Vídeos A voz do Serra

Participe Cadastro no Kit do Campanheiro Material de Campanha Debates e Comitês Por que sou SERRA

Fale conosco

Buscar

Copyright © 2010 Serra 45. Todos os direitos reservados. PSDB/COMPT/PPS/PAINT/2010-08-12 13:30:50 (801-43)

Este site está licenciado sob a CC-Atribuição 3.0 Brasil

Imagem 8 – Página inicial do site da candidata Marina Silva (PV) em 2010

**MINHAMARINA.ORG.BR**

<p><b>HOME</b></p> <p><b>DIRETRIZES DE GOVERNO</b></p> <p>Constituinte                  Alinha-se com os princípios e valores do                  Partido Social Democrático em relação à                  Educação, saúde e trabalho de carter público.                  Economia para criar empregos sustentáveis.                  Proteção social, saúde, previdência e 1ª                  geração de ensino técnico.                  Qualidade de vida e segurança para todos os                  brasileiros.                  Cultura e fortalecimento das comunidades.                  Política externa para a paz (1).                  Compromisso com relação ao processo de                  transição.</p> <p><b>SOBRE A MARINA</b></p> <p>Mãe                  Mãe de 3 filhos                  Mãe</p>	<p><b>MARINA SEMPRE</b></p> <p>Significa                  artigos                  discussões                  Agendas de campanha                  Mãe                  Marina no Blog                  Documentários de Marina                  Mãe com a Marina</p> <p><b>SEMPRE SEMPRE SEMPRE</b></p> <p>Significa</p> <p><b>VIDEOS E IMAGENS</b></p> <p>Atendimento                  Marina                  Marina e Marina</p>	<p><b>43 RAZÕES PARA VOTAR EM MARINA</b></p> <p><b>SEMPRE SEMPRE SEMPRE</b></p> <p><b>DEBATEMOS</b></p> <p><b>MARINA MARINA</b></p> <p>Quem é                  Quem me conhece                  Mãe</p> <p><b>COLABORE COM A MARINA</b></p> <p>Como apoiar a campanha                  No Twitter                  No Facebook                  No Orkut                  No YouTube                  Documentários de Marina                  Movimento Marina Silva                  Marina Silva no YouTube</p> <p><b>MARINA RESPONDE</b></p> <p>ANEXO</p>
--	---	---

**V 43**

Política de Privacidade | Política de Segurança | Termos de Uso | Agradecimentos | Parceiro e S&P  
 Todos os direitos reservados. Todos os direitos reservados. Todos os direitos reservados. Todos os direitos reservados.  
 Desenvolvido em parceria com a equipe de desenvolvimento do partido.  
 2010 - 01/01/2010

No caso do site da candidata do PT, Dilma Rousseff, de onde foram selecionados comentários para análise nesta pesquisa, a página inicial apresentava a seguinte configuração:

Imagem 9 – Página inicial do site da candidata Dilma Rousseff (PT) em 2010

The image shows the homepage of the website for Dilma Rousseff's 2010 presidential campaign. The layout is organized into several key sections:

- Header:** Features the 'Dilma 13' logo with the slogan 'Para o Brasil seguir mudando' and a 'Participe' button with a photo of Dilma Rousseff.
- Navigation:** A horizontal menu with links for 'Início', 'Biografia', 'O Brasil Mudou', 'Notícias', 'Programa de Governo', 'Multimídia', 'Nossa Gente', and 'Vice-Presidentes'.
- Main Content Area:**
  - Top Left:** A large photograph of Dilma Rousseff speaking at a podium.
  - Top Right:** A 'Colabore' (Collaborate) section with buttons for 'Agenda', 'Diretrizes', 'Contato', and 'Material de Campanha', along with a search bar.
  - Middle Right:** A 'Programa de TV' section featuring a video player for 'Programa TV - 17/08 - Nota'.
  - Bottom Right:** A 'Redes Sociais' (Social Networks) section with icons for various platforms like MySpace, YouTube, Facebook, Flickr, Twitter, and Orkut.
  - Bottom Right (Lower):** A 'Mobilização' (Mobilization) section with buttons for 'Participação', 'Cidades da Dilma', and 'Mães e Avós Dilma'.
  - Bottom Right (Lower):** A 'Suas Histórias' (Your Stories) section with a 'Veja Todas' link and a 'Conte sua História' button.
  - Bottom Right (Lower):** A section for 'Vídeos', 'Fotos', and 'Áudios'.
- Últimas Notícias (Latest News):** A central section with several news articles, including:
  - 'Debate no UOL: Dilma mostrou de novo ser a mais preparada' (16/08/2010)
  - 'Debate do UOL: Dilma ressaltou diferença de projetos' (16/08/2010)
  - 'Debate do UOL: respostas de Dilma aos internautas' (16/08/2010)
  - 'Debate do UOL: investimentos públicos foram retomados no governo Lula' (14/08/2010)
  - 'O que você achou dos programas de TV de Dilma?' (12/08/2010)
  - 'Vox Populi: cresce tendência de vitória no primeiro turno' (17/08/2010)
- Footer:** Contains the text 'COLEÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO' and lists various PT branches (PT - ANSIS, PCANB, PDT, PPS, PP, L-PEB, PSC, PTC, PTN) along with the contact number '0800 12101096/0001-83'.

Na parte superior do site (Imagem 10), eram apresentados, além da logomarca que identificava visualmente a campanha petista, os menus básicos do espaço virtual da candidata em que se possibilitava ao eleitor o acesso aos elementos principais da campanha. Devemos observar que a organização por menus confere efeitos de sentido de rigidez próprios daquilo que seria o núcleo duro da campanha, isto é, os conteúdos fixos que interessariam aos eleitores em qualquer momento da disputa.

**Imagem 10 – Parte superior do site de Dilma Rousseff**



Fonte: Acervo digital do GEPOMI-UEM

Após o menu que possibilitava o retorno do (e)leitor-navegador à página inicial, a primeira opção da barra de menus remeti à biografia do candidato, em que se apresentavam as principais informações acerca da história pessoal de Dilma Rousseff e sua trajetória política. Nas condições de produção da disputa eleitoral, a biografia do candidato afeta o imaginário do eleitor na medida em que, sendo o sujeito político, um produto a ser adquirido, os elementos biográficos sinalizariam para as garantias decorrentes dos efeitos de sentido de honra, caráter, coragem e competência que assegurariam o cumprimento do programa de governo, que também estava contido no menu de navegação. Em 2010, havia ainda a particularidade de que a candidata petista era considerada como desconhecida do eleitorado e desprovida de experiência em cargos eletivos. Dessa forma, a sua trajetória de vida torna-se primordial para a construção dos efeitos de sentido acerca da sua capacidade político-administrativa.

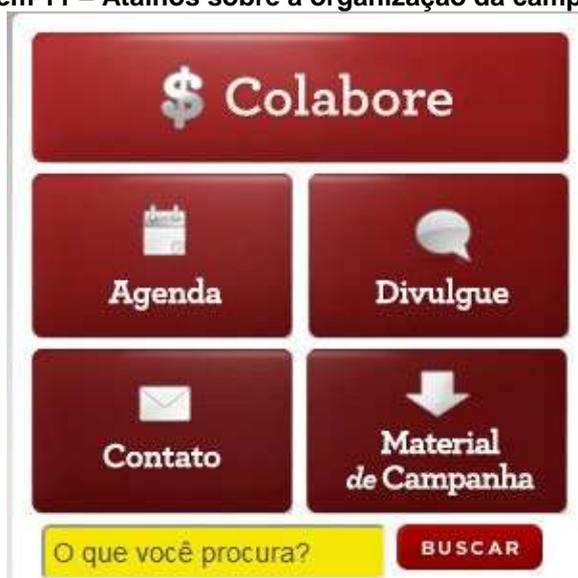
No menu “O Brasil mudou” estavam reunidas as principais ações do governo Lula, com ênfase para aquelas voltadas aos processos de inclusão social que teriam sido a marca das gestões petistas. Podemos observar a relação interdiscursiva do título do menu com o slogan da campanha do PT (Para o Brasil seguir mudando) e, a partir deste, com toda a rede de sentidos que se constituiu em torno das transformações sociais desencadeadas pelas políticas públicas dos mandatos de Lula. Essa relação com a memória funcionava nos discursos de candidatos e de eleitores (como se mostrará nas análises) como efeito de sustentação dos argumentos favoráveis ao projeto de continuidade do PT. Nesse trajeto de sentidos, a veiculação das realizações do governo Lula funcionariam, por efeito de evidência, como a prova de que o modelo petista estava dando certo e precisava continuar.

Constitutivamente, estabelecia também efeitos de sentido em torno de possíveis ameaças da descontinuidade dos projetos e programas ali elencados.

Já o menu notícias congregava a referências acerca do dia-a-dia da campanha, as atividades da candidata, sua participação em eventos, reuniões políticas, encontros com apoiadores e também fatos de sua vida pessoal. Essas notícias eram destacadas no corpo da página inicial e permitiam o comentário dos visitantes do site, como mostraremos a seguir. No menu multimídia concentravam-se os vídeos da campanha e das atividades da candidata, alocados no site *Youtube*, bem como áudios e fotos. Por seu turno, o menu “nossa gente” reunia informações sobre os apoiadores com visibilidade midiática, mas sobretudo cidadãos comuns que manifestavam por textos e imagens o apoio à candidatura petista. Por fim, o menu de navegação encerrava-se com a apresentação de informações a respeito do candidato a vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Podemos notar também, acima do menu de navegação o convite ao engajamento dos eleitores na campanha de Rousseff, por meio do botão “participe”.

O site dispunha também de um menu lateral à direita em que destacavam elementos diversos a respeito da campanha petista. A partir de cima, o primeiro conjunto de elementos (Imagem 11) referiam-se à logística da campanha, isto é, captação de recursos financeiros, agenda, apoio na divulgação, contato e material de campanha. Compreendia também um mecanismo de busca interna (O que você procura?) cuja finalidade é agilizar a localização de conteúdos no site pelo visitante.

Imagem 11 – Atalhos sobre a organização da campanha<sup>24</sup>



Fonte: Acervo digital do GEPOMI-UEM

<sup>24</sup> A fragmentação e designação dos elementos que compõem o site são resultado de um gesto didático do pesquisador, visto não ser possível apresenta-los, com legibilidade, em sua totalidade.

Na mesma sequência, haviam também os links para acesso aos programas veiculados na TV durante o HGPE, alocados no site de vídeos *Youtube*. Com menor destaque, havia também a possibilidade de acessar outras produções midiáticas da campanha (Imagem 12):

Imagem 12 - Produções midiáticas da campanha



Fonte: Acervo digital do GEPOMI-UEM

Logo abaixo das produções midiáticas estavam agrupados as ferramentas de atalho para as redes sociais (Imagem 12), que permitiam o acesso às páginas virtuais da candidata petista nesses espaços da internet. A presença desse recurso remete-nos às estratégias utilizadas pela campanha de Barack Obama nos Estados Unidos que, conforme destacamos, caracterizou-se pela presença intensa em todas as redes sociais. Ao mesmo tempo contribuiu para reforçar o imaginário da modernidade de que fala Charraudeau (2011), produzindo efeitos de sentido de tratar-se de uma candidata que se relaciona bem com os recursos tecnológicos e domina os modernos meios de interação virtual. No conjunto dos links para redes sociais, eram enfatizados os posts da candidata no Twitter, sendo que a última figurava automaticamente na página.

Imagem 13 – Redes sociais



Fonte: Acervo digital do GEPOMI-UEM

A tentativa de engajar mais pessoas na campanha petista por meio do site da candidata manifestava-se também nos links de mobilização (Imagem 13). Esse links remetiam ao site Participabr, página geral organizada pelo Partido dos Trabalhadores para mobilizar as ações da campanha de Rousseff e a duas páginas de campanha voltadas para públicos específicos os jovens (Galera da Dilma) e as mulheres (Mulheres com Dilma).

Imagem 14 - Mobilização



Fonte: Acervo digital do GEPOMI - UEM

Já por meio do espaço “Suas Histórias” (Imagem 14) fazia-se o incentivo para que os internautas deixassem registradas ações de campanha ou depoimentos que fortalecessem o projeto eleitoral petista. Podemos notar o apelo à visibilidade propiciado pela ferramenta, na medida em que permite que as situações ocorridas com membros comuns da instância cidadã sejam publicizadas.

Imagem 15 – Suas Histórias



Fonte: Acervo digital do GEPOMI – UEM

O último conjunto de elementos da coluna a que temos nos referido aponta para a importância das produções multimídia nas campanhas eleitorais. Tratam-se de links para os áudios, fotos e vídeos da campanha:

Imagem 16 – Multimídia



Fonte: Acervo digital do GEPOMI – UEM

Quanto à parte central do site, nela se destacavam as notícias a respeito da campanha petista. O maior espaço era dedicado a quadros randômicos que destacavam os acontecimentos mais recentes envolvendo a candidata:

Imagem 17 – Notícia em destaque



Fonte: Acervo digital do GEPOMI – UEM

Imediatamente abaixo dessas notícias destacadas situavam-se quadros acerca de conteúdos referentes à trajetória pessoal e política da candidata, sua biografia e sua estreita relação com Lula. Tratam-se de quadros que remetem aos menus “Biografia” e “O Brasil mudou” da barra de navegação:

Imagem 18– Quadros em destaque



Fonte: Acervo digital GEPOMI – UEM

Na construção do restante da página observamos a preocupação com a veiculação das notícias recentes da campanha, por meio de dois quadros em destaque (Imagem 17) e de uma lista de links para as últimas notícias das atividades da candidata (Imagem 18). Pela sequência de chamadas acerca da participação da petista no debate promovido pelo portal

UOL na internet, podemos notar a preocupação dos organizadores do site em promover os efeitos de sentido de tempo real aos fatos noticiados.

### Imagem 19 – Notícias em destaque

#### Últimas Notícias



18.08.2010  
**Debate no UOL: Dilma mostrou de novo ser a mais preparada**

Quem assistiu ao evento, concluiu que o desempenho da candidata Dilma Rousseff foi de muita segurança e tranquilidade

[Leia mais](#) | 3 Comentários



18.08.2010  
**Debate do UOL: Dilma ressalta diferença de projetos**

"Em apenas 7 anos e meio, nosso governo mudou o Brasil. Precisamos garantir que esse processo avance", disse ela

[Leia mais](#) | 1 Comentário

Fonte: Acervo digital GEPOMI – UEM

### Imagem 20 – Últimas notícias



18.08.2010  
**Debate do UOL: respostas de Dilma aos internautas**

A candidata da coligação Para o Brasil Seguir Mudando falou sobre sua carreira política, aborto, estabilidade econômica e aeroportos

[Leia mais](#) | 6 Comentários



18.08.2010  
**Debate do UOL: investimentos públicos foram retomados no governo Lula**

Segundo a candidata, setores como habitação e saneamento saíram da estagnação da administração anterior

[Leia mais](#) | Comentário



17.08.2010  
**O que você achou dos programas de TV da Dilma?**

Assista aos dois programas de televisão de Dilma, exibidos na terça-feira, e faça o seu comentário

[Leia mais](#) | 93 Comentários



17.08.2010  
**Vox Populi: cresce tendência de vitória no primeiro turno**

Segundo o instituto, Dilma está com 45% das intenções de votos, bem à frente de Serra (29%) e Marina (8%)

[Leia mais](#) | 38 Comentários

[Mais notícias](#)

Fonte: Acervo digital - GEPOMI – UEM

Devemos destacar que as notícias postadas no site da candidata estão diretamente relacionadas ao nosso material de análise que se constitui dos comentários a essas notícias pelos internautas. Suas condições imediatas de produção envolvem, assim, a possibilidade

aberta por essa ferramenta virtual de os eleitores comentarem (Imagem 19) as notícias postadas na página.

**Imagem 21 – Espaço para comentários sobre as notícias**

CATEGORIAS:

« [Notícia Anterior](#)

 Like  DISQUS

ADICIONAR NOVO COMENTÁRIO

Digite seu comentário aqui.

[Comentar como ...](#)

MOSTRANDO 3 COMENTÁRIOS

Ordenar por:  [Notificar por email](#) [Assinar via RSS](#)

 **Claudia** 33 minutos atrás

Cara candidata parabéns foi muito boa sua participação. Creio para ficar melhor, falta algo em algumas de suas respostas sobre engarrafamento, portos e aeroportos cheios de mercadorias e pessoas: É a economia Estúpido! Lembrando o outdoor feito por um assessor para o Bill Clinton. Tudo que ele vê como ruim é resultado de crescimento, consumo, primeira viagem de avião de um monte de gente, primeiro carro zero, primeiro carro da vida, primeira viagem de férias da família.

[Gostei](#) [Responder](#)

Fonte: Acervo digital - GEPOMI –UEM

Pela descrição do site da candidata Dilma Rousseff, podemos observar o papel que esses espaços virtuais assumiram no pleito presidencial de 2010. Mais do que espaços estáticos de exposição de conteúdo, as páginas virtuais tornaram-se espaços de convergência de todos os produtos midiáticos referentes às campanhas, que possibilitaram a disponibilidade de acesso mais flexível do eleitor a esses materiais. Outro aspecto que destacamos é construção discursiva da interação entre os eleitores e a candidata, a partir dos efeitos de sentido de proximidade e de liberdade a que já fizemos referência neste trabalho. Pelo efeito de proximidade, conforme já antecipamos, o candidato deixa de ser alguém distante, inacessível, desconhecido para se constituir a partir da imagem de alguém próximo, a quem

o eleitor pode falar diretamente. Exemplo disso são o uso de vocativos e orações optativas dirigidos particularmente para a candidata petista nos comentários analisados. Quanto à liberdade, ao visualizar diante de si um quadro em branco a ser preenchido com seu comentário, o sujeito eleitor sofre o apagamento dos condicionantes sócio históricos e ideológicos do seu gesto de autoria e passar a ser afetado pela ilusão necessária de estar livre para dizer tudo o que deseja sem que ninguém o interdite.

### **3.8 Considerações preliminares**

Conforme postulado no início, procuramos, neste capítulo, estabelecer um gesto descritivo-interpretativo a respeito da compreensão da política midiaticizada a partir da área de estudos em que o termo foi cunhado, isto é, os estudos da Comunicação. Nesse procedimento, foram levantados os seguintes aspectos relativos à intersecção entre a mídia e a política, tal qual entendida pelos estudiosos dessas áreas:

- Mídia e política são espaços de disputas decorrentes da luta de classes;
- A mídia deixa de ser meio para ser ator político;
- A mídia cumpre o papel supletivo da frágil estrutura partidária do Brasil;
- Na sociedade midiaticizada, como reflexo do capitalismo, predomina o poder econômico, mesmo em meios em que o lucro não deveria interessar;
- A mídia é afetada pela sociedade do espetáculo, como possibilidade e não como regra;
- No processo de midiaticização, os processos de formulação da prática midiática são impostos ao campo político e determinam o seu funcionamento;
- Não há apagamento da política pela mídia, aquela continua a buscar as suas pretensões;
- Os candidatos tornam-se produtos;
- Votam-se em pessoas e não em partidos;
- Há na política midiaticizada o espaço para aqueles que estão fora dos processos partidários;
- Esses sujeitos são afetados por imaginários sociodiscursivos: tradição, modernidade e soberania popular;
- O uso da internet na política se faz a partir do paradigma da individualização;
- A campanha de Barack Obama é a referência do uso da internet como ferramenta em campanhas eleitorais;
- As estratégias utilizadas pela equipe de Obama descentram as mídias de massa e individualiza, pela web, a relação com o eleitor;

- A maioria dos internautas que se envolvem no debate político eleitoral pela rede são eleitores orgânicos.

Essas características refletem a condição da mídia e da política como campos autônomos do saber humano que se entrelaçam no atual estágio de organização da sociedade com o objetivo de atender à necessidade de tornar visíveis as ações e intenções dos sujeitos políticos, sobretudo em tempos de eleição. Do ponto de vista discursivo é preciso considerar que toda autonomia é um efeito necessário para que os enunciados sejam produzidos. Faz-se necessário ponderarmos que considerar autônomas essas áreas já é determinação dos jogos de interesse que as envolvem, sobretudo pela disputa de poder derivada das relações econômicas. Conforme postula Althusser (1980), ao se constituir como Aparelho Ideológico de Estado, os meios de comunicação cumprem o papel de convencer as massas a colaborar para a que a classe se mantenha no poder. Para tanto, entra em cena o poder econômico, sem o qual o acesso à mídia se torna impossível, que sustentará a produção da imagem midiática dos partidos e dos candidatos. Mesmo quando pensamos, no caso brasileiro, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, há padrões midiáticos a serem seguidos e cuja maior ou menor qualidade dependerá das condições financeiras dos candidatos e de seus partidos.

Ainda que consideremos as condições supostamente mais democráticas de acesso propiciadas pela internet, há que se levar em conta que não existiam em 2010, e continuam não existindo, no Brasil, grandes iniciativas de acesso público e gratuito à rede. Assim, os conteúdos de caráter político-eleitoral produzidos para a rede só serão visualizados por aqueles que, de alguma forma, dispuserem do acesso à infraestrutura de rede e dos dispositivos necessários à conexão. Ademais, também a produção de materiais para a *web* depende de serviços especializados, visto que esses ambientes envolvem coerções quanto ao modo como seus conteúdos serão disponibilizados para apreciação do eleitor. Caso a interface não atenda aos padrões da rede e às expectativas do eleitor-navegador, possivelmente, por melhor que seja o conteúdo, este será rejeitado. Essa perspectiva pode ser atestada pela escolha do candidato estadunidense Barack Obama em contratar o criador do *facebook* para a coordenação das mídias eletrônicas de sua candidatura. Esse fator e seus desdobramentos, conforme mencionado neste capítulo, foi apontado por vários estudiosos como fundamental para o êxito da candidatura do Partido Democrata, nos Estados Unidos, em 2008.

Quanto ao candidato, no âmbito da sociedade capitalista e de suas relações de consumo, transformado em produto, embora se considere como gestor de sua candidatura, função reforçada, sobretudo, pelas longas e costumeiras discussões internas para definição de estratégias, ocupa, pelo viés discursivo derivado de Pêcheux, uma posição entre outras.

Dessa forma, os seus espaços de movência na produção de sua campanha estão delimitados pelas conjunturas sócio-histórica e econômica. É lhe dado ocupar um lugar de candidato, que não é individual, particular, mas construído e constituído para ser preenchido a partir do processo de interpelação. Contudo, o sujeito candidato, como sujeito do discurso, passa também pelo processo de individuação pelo Estado, visto ser necessário um sujeito empírico, isto é, individualizado pelo Estado que possa assumir-se e identificar-se como “O candidato sou eu”, para assim tornar-se destinatário dos votos da população e responsável pelas ações e reações da candidatura perante os órgãos eleitorais. O efeito de evidência dessa individuação faz-se ainda mais necessário no contexto brasileiro em que os eleitores votam na pessoa física do candidato e não no partido ou no segmento ideológico a que ele se vincula.

Já no que tange ao eleitor, este também necessita ser individualizado, uma vez que cada voto, objeto de desejo dos sujeitos políticos nos períodos eleitorais, é atribuído a um votante individual. Ademais, em sua constituição, a posição-sujeito eleitor é afetada pelo paradigma individualista, que o faz perceber-se não como parte de uma grande massa, mas como ser único, a quem se dirige objetiva e diretamente a atenção e as estratégias dos sujeitos candidatos. A partir da perspectiva discursiva ancorada em Pêcheux podemos afirmar que a sua escolha não se dá por conta do convencimento promovido pelas campanhas eleitorais, mas está já determinado pelos processos de identificação dentro de determinada formação discursiva. Assim, é a partir dos saberes que dominam a FD que o sujeito eleitor vai supostamente eleger o merecedor do seu voto.

Em tempos em que a política está na internet, o sujeito, na posição de eleitor é também afetado pela evidência de tudo pode dizer. Essa evidência funciona a partir da imagem antecipada de que a *web* seria um território livre onde, sem coerções, o eleitor poderia livremente manifestar a sua opinião. Assim, não seria necessário primar pelo respeito que deveria marcar as interações entre as pessoas na vida em sociedade, pois, em tempos de liberdade democrática, é direito do sujeito eleitor manifestar-se como considerar adequado. Contudo, em termos discursivos, isso que para o sujeito parece tão tranquilo e pacato é parte do processo mais amplo de interpelação em que esse se identifica com determinada FD e, por meio dela, cumpre, não sem resistência, o dever de escolher o candidato a partir daquilo que os saberes daquela FD já determinaram.

Autonomia plena do sujeito e a evidência do sentido, pressupostos que divergem da Análise de Discurso, teoria de base deste trabalho. Compreendemos, contudo, ser pertinente descrever-interpretar como esses saberes logicamente estabilizados funcionam em sua matriz teórica e, assim, partindo da evidência que eles pressupõem, pensá-los discursivamente. Nesse processo, pode-se afirmar que a noção de um sujeito consciente e livre de determinações é um elemento necessário para o funcionamento desse campo. No entanto, somente considerando tais dados como efeitos é possível avançar para além da

superfície dessas materialidades e alcançar as relações sociais, históricas e ideológicas que tornam possíveis tais formulações, conforme postulou-se em outras seções teóricas e poderá ser visualizado nas análises futuras.

Ademais, embora se tratem de efeitos, são nessas evidências que candidatos e eleitores se ancoram para produzir seus discursos. Dessa forma, para o processo de análise, torna-se altamente relevante compreender e considerar a imagem que os sujeitos constroem da prática midiaticizada, a fim de descrever-interpretar de forma mais consistente os efeitos de sentido decorrente de suas produções.

Consideramos, portanto, que toda a descrição-interpretação sobre as relações entre mídia e política, com base em suas áreas de origem, contribui para a definição do quadro das condições de produção que envolve os discursos em análise neste trabalho. Mesmo com divergências teóricas a respeito da forma como os temas político-eleitorais são tratados, não podemos negar que candidatos e eleitores são afetados pelas imagens que essas áreas produzem a respeito deles.

#### **4 A RELIGIÃO COMO DISCURSO FUNDADOR E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2010**

Ao tratar da relação sujeito/língua como questão nacional, Orlandi (2002, p. 40) afirma que “o discurso é, assim, lugar singular para se compreenderem características da nacionalidade produzidas no simbólico.” Temos, a partir disso, a premissa de que a nacionalidade não é algo dado, evidente, mas algo da ordem do simbólico, construída a partir de certas condições de produção que determinam os sentidos de pertença à nação que faz com que eles sejam um e não outros. São essas produções no campo do simbólico que produzem os processos de identificação pelos quais os sujeitos se sentem pertencentes a determinada nação. Mais do que uma questão exclusivamente geográfica, isto é, ter nascido nesta ou naquela localidade, é o efeito de reconhecer em si traços social e historicamente atribuídos a determinado povo que tecem essa pertença.

O sentido de nacionalidade, portanto, e a própria noção de identidade nacional derivam de “processos sociais, políticos, históricos de identificação, ideologicamente constituídos.” (ORLANDI, 2002, p. 40). Há, assim, um trabalho anterior da ideologia que organiza os saberes que dominam a forma-sujeito correspondente a determinada formação discursiva e desencadeia o processo de identificação entre as várias posições-sujeito possíveis.

Podemos, em vista disso, afirmar que o ser brasileiro não envolve um sentimento apenas, mas um efeito de pertença, ou seja, há rituais inscritos na linguagem que vinculam o sujeito à pátria e, mais que isso, delimitam quem pode e deve ser admitido como membro da nação. Esse efeito discursivo deriva de uma evidência primeira, aquela produzida pela ideologia, que faz parecer óbvio, natural, evidente que todos saibam o que é ser brasileiro.

É por considerar essas premissas que objetivamos, neste capítulo, delinear os caminhos pelos quais o discurso cristão estabeleceu-se e reconfigurou-se, nas tramas da história, como traço constitutivo da brasilidade, independente das convicções religiosas dos vários sujeitos que compõe o coletivo da nação.

Para provocar tais discussões, principia-se por trazer à pauta o preâmbulo da Carta Magna da nação brasileira:

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil". (Preâmbulo da CF 1988).

No plano da formulação, notamos no texto constitucional todo um movimento de consignação e consolidação dos valores do estado laico. No entanto, ao efetivar o ritual de promulgar a Carta Magna, o legislador o faz sob a proteção de Deus. Ao se levar em conta a afirmação de Pêcheux (1997a) de que só há causa daquilo que falha, pode-se afirmar que a invocação divina, nesse caso, aponta para o fato de o Estado, embora o deseje, não conseguir ser tão laico, ou seja, há algo que fala em outro lugar, que sustenta o discurso sobre o ser brasileiro e que ainda não se identificou com a evidência de um Estado totalmente imune às questões religiosas.

Esse deslize devoto do legislador no preâmbulo do texto constitucional que, em seu artigo 19, inciso I, procura resguardar a laicidade do Estado, aponta para o funcionamento daquilo que, em Análise de Discurso, definiu-se como discurso fundador. Este, conforme se marcou nos fundamentos teóricos deste trabalho, caracteriza-se pela “eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2003, p. 14).

Em vista disso, passamos a descrever-interpretar aspectos da história do Brasil que permitem observar a irrupção, a consolidação, os deslocamentos e reconfigurações do cristianismo como discurso fundador da identidade nacional, isto é, daqueles saberes que determinam, de forma imaginária, o que é ser brasileiro.

#### **4.1 Da Terra de Santa Cruz ao Brasil do século XXI**

No trajeto a ser desenvolvido em torno da constituição e permanência do discurso religioso cristão como discurso fundador, traço profundo na construção da identidade do povo brasileiro, remontamos ao início da história oficial da nação brasileira, da qual evocamos a cena a seguir, reconstruída por Vitor Meirelles<sup>25</sup>:

---

<sup>25</sup> Indursky (2011b) produz uma análise bastante relevante sobre o tema.

**Imagem 22 – “Primeira Missa no Brasil”, pintura de Victor Meirelles.**



**VICTOR MEIRELLES:** *Primeira missa no Brasil*, 1860.  
Óleo sobre tela, 268 x 356 cm.  
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Fonte: História por Imagem, 2013

Nela, produzida mais de três séculos após a celebração da primeira missa em terras nacionais, intensamente reproduzida nos materiais didáticos de História do Brasil, materializa-se, pela imagem, a relação intrínseca entre o catolicismo e o poder político português a partir da qual se funda a nação brasileira. Antes mesmo do dia 26 de abril de 1500, data em que Frei Henrique Soares de Coimbra teria presidido o ritual que dá nome à tela de Meirelles, o aspecto devoto do colonizador já se fazia presente, como dissemos na introdução deste trabalho, nos gestos de designação da nova terra e de seus elementos geográficos: ao primeiro monte avistado denominou-se “Monte Pascoal”, por estarem na oitava na Páscoa, e à nova terra, após afastada a hipótese de tratar-se de uma ilha, nomeou-a Terra de Santa Cruz. De igual maneira, à medida em que os acidentes geográficos iam sendo percebidos, recorria-se aos elementos da fé católica, que foram se perenizando ao longo da trajetória de constituição da nação, sobretudo pelo símbolo da (Santa) Cruz, conforme destaca o sacerdote jesuíta, Serafim Leite (1965, p. 138):

A Cruz de Cristo estava na bandeira da nação evangelizadora (Portugal), e no passado e no presente, numa forma ou noutra, é o objeto mais visível do culto no Brasil, como o certifica no Rio de Janeiro a estátua do Cristo Redentor a iluminar e a abençoar o Brasil em que a própria imagem de braços abertos, é a Cruz.

Nessa perspectiva, em sua Carta, como vimos na introdução, página 59, Pero Vaz de Caminha, o escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, enfatiza esse caráter missionário dos potenciais empreendimentos lusitanos nas terras a que acabavam de chegar

A respeito da pretensa missionaridade das navegações portuguesas, destaca o Pe. Antonio Vieira (2003, p. 281): “os outros homens por instituição divina têm só obrigação de ser católicos: o português tem obrigação de ser católico e apostólico; os outros cristãos têm obrigação de crer a fé, o português tem obrigação de a crer, e mais a de propagar”.

Ao nos situarmos teoricamente na Análise de Discurso francesa, podemos enxergar nas afirmações de Caminha e Vieira, a partir da tese da interpelação ideológica (ALTHUSSER, 1980), as características da forma-sujeito daquele período, isto é, as marcas de um bom sujeito (PÊCHEUX, 1997) completamente identificado com uma formação discursiva que toma como evidente a ideia de que descobrir novas terras e espalhar o catolicismo eram, inegavelmente, missão divina. Dito de outro modo, é do lugar do cristão católico, do devoto, que são interpelados os monarcas e seus colaboradores, sejam eles nobres ou plebeus, recém-saídos do período medieval, mas ainda afetados por suas formações ideológicas.

Assim, não apenas o seu dizer, mas também o seu fazer têm como referência de ilusória estabilidade os discursos sustentados por essa memória discursiva, que lhes impõe ideologicamente o dever de ao conquistar novas terras, produzir novos filhos de Deus e novos súditos de Sua Majestade. Dessa forma, a nação nasce à sombra da cruz e esta serve de justificativa para a apropriação pelo governo português das terras decorrentes do achamento. Emerge, desde então, o imbricamento entre o poder político e o poder religioso, compreendidos a partir de um efeito de indissociabilidade, impossível de ser outro.

Ao comentar a relação entre a Igreja e a Coroa nos primórdios no período colonial, Dermi Azevedo (2004, p. 111) afirma:

O poder estabelecido, no período colonial, promoveu um modelo de Catolicismo, conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural. A crise desse modelo é iniciada, simbolicamente, em 1759, com a expulsão dos jesuítas e com a progressiva hegemonia da nova mentalidade racionalista e iluminista.

No campo da AD, conforme Claudine Harroche (1992), já citada, a nova mentalidade racionalista e iluminista de que fala Azevedo (2004), produz mudanças na forma-

sujeito do discurso, migrando do sujeito religioso, para o sujeito de direito. Essa mudança das relações políticas entre a Igreja e governo, que afetam a forma-sujeito, contudo, não apagam totalmente a relação entre o catolicismo e o poder político no Brasil nascente. Mesmo com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo iluminista Marquês de Pombal, a proximidade se manteve, inscrevendo-se, inclusive, na constituição imperial:

Logo, o Brasil chega à Independência herdeiro de um patrimônio político-religioso cujo vigor se faria sentir com ostentação até a Proclamação da República. Sua primeira Constituição, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I em 25 de março de 1824, cerca de um ano e seis meses após a declaração da independência, é o grande testemunho documental de uma legitimação política fundada na religião, que perduraria por mais de sessenta anos. [...]. A ponte constitucional entre a verdade católico-cristã e a sociedade política patenteou-se nitidamente no preâmbulo, no dístico de anúncio e no art.103 da Carta Imperial. De acordo com o texto preambular, Dom Pedro I é apresentado como Imperador pela “graça de Deus e unânime aclamação dos povos”. (CASAMASSO, 2010, p. 6168).

A separação jurídica oficial entre a Igreja<sup>26</sup> e o Estado, vai se dar somente após a Proclamação da República, quando, por meio do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, o estado brasileiro foi proibido de assumir ou proibir qualquer religião, bem como discriminar os cidadãos com base em seu credo. Até então, além de assumir o catolicismo como religião oficial, a Constituição do Império impedia as demais manifestações religiosas (LIMA, 2001). O Estado laico torna-se, assim, condição propícia para a diversidade religiosa no Brasil. A partir dessa mudança do lugar ocupado pela Igreja em relação ao exercício do poder político, são relevantes as considerações de Azevedo (2004, p. 118):

a Igreja, diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta. E, mesmo que o buscasse, possivelmente não conseguiria, diante da consolidação do processo democrático e do pluralismo religioso, no conjunto da sociedade. Age, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica.

Há, assim, condições para afirmarmos que o Estado Laico, embora seja responsável por deslocar a Igreja de sua centralidade nas instâncias de decisão política e, por conseguinte, atribuir-lhe um novo lugar a partir do qual são produzidos seus discursos, não alcançou o apagamento de sua influência, que passa a ser exercida na militância, sobretudo na defesa de valores que a instituição eclesial acredita derivarem dos ensinamentos sagrados. São exemplos dessa prática o posicionamento e engajamento da Igreja em casos recentes, tais como: a permissão para aborto de anencéfalos, a pesquisa com células-tronco embrionárias,

---

<sup>26</sup> Neste trabalho utilizaremos Igreja como referência à Igreja Católica Romana, por sua hegemonia histórica e sua intensa presença nos discursos fundadores da nação brasileira.

a redução da maioria penal e, no ano de 2015, a tentativa de suplantar, no âmbito dos planos municipais e estaduais de educação, a influência da chamada ideologia de gêneros.

Outro elemento a ser apontado é que, mesmo estando a Igreja, ou as igrejas<sup>27</sup>, institucionalmente fora das instâncias governamentais e desprovidas da interferência e das subvenções estatais, os valores religiosos continuaram a ser evocados em momentos cruciais da trajetória política nacional. Caso exemplar, como citamos na introdução desse trabalho, foi a Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade<sup>28</sup>, ocorrida em 20 de março de 1964, como reação às reformas de base proposta pelo então presidente João Goulart. Relatos da época apontam para o caráter religioso conferido a esse ato de finalidades políticas:

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade". [...] Ali [na Praça da Sé], oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas as religiões e de confiança nos homens de boa-vontade. Mas, também de disposição para lutar, em todas as frentes, pelos princípios que já exigiram o sangue dos paulistas para se firmarem. [...] O senador padre Calazans ocupara o microfone antes da chegada dos manifestantes e voltou a discursar [...]. Disse o reverendo: "Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumênica da Constituição. E aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: Não! Não! Não!". [...] Coube à profa. Carolina Ribeiro, ex-secretária da Educação, orar ao microfone por São Paulo e pelo Brasil. Todos a acompanharam no Pai Nosso e ouviram-na dizer: "Temos que pedir a Deus, neste momento em que nossos corações fervem de indignação, que não caiamos na tentação da revolta, porque só a Deus compete levar-nos pelo caminho certo". [...]. Era a hora do "Angelus". Todos deram um viva à "Rainha do Brasil". (BANCO DE DADOS FOLHA, 2011).

Separada do Estado, porém, a Igreja continuou sendo afetada pelas tendências político-ideológicas em circulação no país. No momento de instauração e consolidação do regime militar, por exemplo, são emblemáticos dois segmentos: a TFP (Associação Tradição, Família e Propriedade) e a CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Esses movimentos, totalmente opostos, tinham como seus principais expoentes dois bispos católicos: Dom

---

<sup>27</sup> O termo igrejas (no plural) será utilizado para nomear o conjunto das instituições eclesiais cristãs, inclusive a Católica Romana.

<sup>28</sup> Embora não faça parte das condições de produção dos discursos em análise neste trabalho, uma reedição da marcha foi mobilizada em 2014, atraindo cerca de 700 participantes.

Geraldo de Proença Sigaud<sup>29</sup> e Dom Hélder Câmara. Entre os generais, conforme relato de Alves (1971, p. 226), era comum defender a sua pertença à “Igreja de D. Sigaud, bispo integrista, e não à de D. Hélder”.

A exemplo do que aconteceu com todos os brasileiros, mesmo entre aqueles que publicamente não se manifestaram, a Igreja Católica do Brasil, pela prática dos fiéis e pelos posicionamentos (ou ausência deles) de sua hierarquia, mostrou-se dividida entre o alinhamento com o regime e com os grupos sociais que sustentaram o golpe de 1964 e aqueles identificados com os segmentos postos à margem do regime militar. Estas duas possibilidades devem, contudo, ser entendidas como posições entre outras, são as mais intensas, mas não assumidas como as únicas possíveis, como poderíamos pensar a partir de posições maniqueístas.

Com a volta do país à liberdade democrática, embora a Igreja não tenha assumido oficialmente o apoio a um partido político, os elementos religiosos, sobretudo aqueles vinculados à moral cristã, sempre estiveram em cena nas campanhas eleitorais. Mencionamos, nesse âmbito, a primeira campanha presidencial após a restauração das eleições diretas, em 1989, em que o tema do aborto foi utilizado pelo futuro vencedor do pleito, Fernando Collor de Melo, contra o candidato que liderava as pesquisas, Luís Inácio Lula da Silva:

Em sua primeira eleição presidencial - com 31.076.364 votos (44,23% dos válidos) – Lula foi derrotado no 2º turno por Fernando Collor de Mello, com 35.089.998 votos (49,9% dos válidos). Nesta eleição, tornou-se lugar comum dizer que Lula perdeu o 2º turno contra Collor devido a três factóides (fatos artificialmente produzidos pela mídia): a entrevista da ex-namorada Mirian Cordeiro acusando Lula de incentivar o aborto da filha Lurian; as insinuações de que os seqüestradores do empresário Abílio Diniz tinham ligação com o PT; e a polêmica edição do último debate presidencial transmitido pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. (GOMES, 2006, p. 2).

Desse modo, no centenário da proclamação da república, marco da separação entre a Igreja e o Estado, a polêmica em torno do aborto torna-se fator preponderante na eleição do primeiro presidente civil, pelo voto direto, após o golpe militar de 1964. Passadas as eleições de 1989, Lula seria eleito presidente após disputar três pleitos sucessivos, perdendo dois para Fernando Henrique e vencendo, em 2002, contra José Serra. Reeleito em 2006, Lula dedicou-se, em 2010, a buscar a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff. Nessa, que foi a sexta disputa eleitoral após o restabelecimento pleno da ordem democrática e a primeira sem a presença de Lula como candidato, emergem novamente os elementos religiosos como

---

<sup>29</sup> Este clérigo teve influência primordial na história do catolicismo do Paraná, tendo exercido a função de Bispo Diocesano de Jacarezinho que, à sua época, abrangia todo o norte e noroeste do Paraná, da qual originaram-se, entre várias dioceses, as arquidioceses de Londrina e Maringá e a diocese de Paranavaí.

determinantes das escolhas dos eleitores brasileiros, conforme será discutido na próxima seção.

#### **4.2 O discurso cristão e as condições imediatas de produção do processo eleitoral em 2010**

Conforme destacamos acima, o processo eleitoral de 2010 foi pautado pelas questões religiosas. Entre os elementos<sup>30</sup> que parecem ter interferido no imaginário dos eleitores e, conseqüentemente, provocado alterações no cenário eleitoral no período mencionado, destacamos, inicialmente, uma questão de gênero, visto ser a candidata petista, Dilma Rouseff, reconhecida, desde o início da disputa, como a primeira mulher com chances reais de chegar à Presidência da República, fato indicado pelas pesquisas eleitorais já no início da campanha. Esse aspecto é reforçado pelo fato de que, além do candidato do PSDB, José Serra, Dilma contava com a oposição de Marina Silva, outra mulher, ex-petista, evangélica convicta e militante, que se coloca como terceira via aos projetos petista e tucano e como representante dos verdadeiros valores cristãos, que viria a ficar com o terceiro lugar no primeiro turno do pleito, com 19.636.359 votos, correspondentes à preferência de 19,33% dos eleitores.

Consideradas as bases patriarcais da sociedade brasileira, refletidas na baixa participação das mulheres no mundo da política, podemos afirmar que a presença de duas mulheres no topo das pesquisas eleitorais, ambas com chances de vitória, desloca o imaginário do eleitor brasileiro. Mesmo os machistas mais conservadores passam a ter que considerar a possibilidade de, mais do que vir a ser governado por uma mulher, destinar o seu voto a uma delas. Essa situação abre uma fenda nos discursos que permeiam, ainda hoje, o imaginário de muitos eleitores de que a disputa política, por seus momentos de tensão mais acirrada, ser mais adequada aos homens que às mulheres. Tal imaginário se constitui ainda nos relatos acerca dos primórdios da humanidade, quando ao elemento masculino cabia o espírito aventureiro, o embrenhar-se pelas matas para caçar, o expor-se à guerra, enquanto ao feminino estava associada à permanência em casa e o cuidado com a prole.

No caso de Dilma Rouseff, até mesmo a sua feminilidade chegou a ser questionada,

---

<sup>30</sup> Os elementos ora apontados derivam da observação e registros feitos pelo pesquisador ao longo do período eleitoral e após a sua conclusão, independente de terem sido alvo do noticiário dos mais diferentes espaços midiáticos, de modo não ser possível precisar a sua fonte, dado serem fatos de domínio público.

por meio de especulações sobre suas opções sexuais<sup>31</sup>. Somava-se a isso o fato de o aspecto físico da candidata, apesar de uma série de mudanças observadas no período pré-eleitoral (cf. SANTOS, 2014b), não correspondia aos padrões midiáticos de beleza, bem como o fato de ela ser divorciada. Isso contribuiu para a sua estigmatização, pois além de ser mulher e não ser dotada da beleza desejada no âmbito da política midiaticizada, a petista não atendia aos padrões tradicionais de família. Assim, tratava-se de uma candidata-produto, conforme definido no capítulo 2, que não possuía, segundo o imaginário de uma certa faixa de eleitores, os atributos pessoais adequados para chefiar o Estado brasileiro.

Esse imaginário machista é também reforçado por uma leitura descontextualizada<sup>32</sup> de trechos da Bíblia em que se postula a dominação do homem sobre a mulher, inclusive já no início do cristianismo, como se lê neste trecho do apóstolo Paulo, em sua Carta aos Filipenses, capítulo cinco, versículos de vinte e um a vinte e quatro:

“Sede submissos uns aos outros, no temor de Cristo. As mulheres o sejam aos maridos, como ao Senhor. Pois o marido é a cabeça da mulher, como Cristo também é a cabeça da Igreja, seu Corpo, do qual ele é o Salvador. Por outro lado, como a Igreja se submete a Cristo, que as mulheres também se submetam, em tudo, a seus maridos.” (BÍBLIA SAGRADA, 2015).

Dessa forma, podemos apontar para o eco do discurso fundador sobre o cristianismo como fator de desabono da candidatura de Dilma Rousseff, por se tratar de uma mulher que, além de não possuir um marido a quem ser submissa, almejava alcançar um cargo, até então, restrito aos homens. Embora se tenha convencionado repetir o discurso da igualdade de gêneros e que somente os tradicionalistas mais ousados ousam se manifestar contrariamente a essa posição discursiva, sabemos, conforme os postulados teóricos deste trabalho, que o sujeito sofre as determinações do inconsciente e da Ideologia. Desse modo, por ser o discurso cristão elemento constitutivo da identidade do povo brasileiro, o sujeito eleitor se estabelecerá a partir da relação com os saberes da formação discursiva cristã, a qual se identificará em maior ou menor grau, o que o levaria, pelo menos uma escala de eleitores, a rejeitar a candidata.

Destacamos ainda que Marina Silva (PV) e Dilma Rousseff (PT) já travavam disputas anteriores ao pleito presidencial, uma vez que é atribuída à petista grande parcela da culpa pela saída de Marina do Ministério do Meio Ambiente, pasta que ocupou nos dois mandatos

---

<sup>31</sup> A circulação dessas especulações se materializa na pergunta feita à candidata petista acerca de sua pretensa homossexualidade em uma entrevista concedida ao jornalista Éfrem Ribeiro, correspondente do jornal “O Globo” no Piauí. (BRAMOS, 2010)

<sup>32</sup> O entendimento atual dos teólogos católicos é de que as palavras do apóstolo Paulo devem ser interpretadas a partir das condições sociais históricas em que foram produzidas e não devem ser indiscriminadamente aplicadas às relações entre homens e mulheres, por não se tratar de dogma de fé.

de Lula, e, posteriormente, dos quadros do Partido dos Trabalhadores. Dilma, na ocasião, Ministra das Minas e Energia, haveria vencido as posições ecológicas mais radicais da então colega, no caso da construção de usinas hidrelétricas no norte do Brasil e na revisão do código florestal. Dessa forma, para muitos segmentos da sociedade brasileira, a candidata do PT passou a ser associada ao mal, visto ter, aparentemente, atitude contrária à sustentabilidade. Acrescentemos a isso o discurso mais técnico e incisivo de Rousseff e, sobretudo, sua forma física mais robusta, que contrastava com a fragilidade da franzina candidata do Partido Verde.

No aspecto religioso, as candidatas também se opunham, já que a petista não tinha sua imagem associada a nenhuma denominação religiosa e, em algumas ocasiões, ao ser questionada sobre o assunto, acabara por tergiversar, segundo entendimento de seus adversários. Por seu turno, Marina apresentava um perfil religioso bastante definido, logicamente estabilizado, tratava-se de uma ex-católica, naquele momento adepta assídua da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Destaquemos que até a trajetória da candidata desenvolveu-se de forma bastante similar à de um grande número de evangélicos brasileiros, que deixaram o rebanho católico para ingressar em denominações protestantes, sobretudo as de cunho pentecostal<sup>33</sup>. Isso favorecia a identificação com sua candidatura não só pelos evangélicos, mas também por outros eleitores com convicções religiosas mais intensas, que aderiam à possibilidade de conceder seu voto a uma candidata temente a Deus. Nessa dinâmica, passou a ser desejável que o candidato-produto trouxesse entre seus atributos convicções religiosas cristãs. Como, aos olhos do público, Marina era declaradamente evangélica e Serra inegavelmente católico, as expectativas e especulações foram todas endereçadas à candidatura petista.

A candidatura de Dilma Rousseff colocava-se como o lugar em que o elemento religioso é desestabilizado por sua ausência. O eleitor olhava para a candidata e não reconhecia, ao contrário de seus adversários, os traços cristãos com os quais se identificar. Desse incômodo, podemos afirmar que resultaram tanto as comunidades que criticam a candidata, em diferentes graus de intensidade, por um certo obscurantismo em relação à religião, quanto aquelas que se empenharam em mostrar a presença desses sinais identitários em sua trajetória biográfica, discurso e projetos anteriores e futuros. Isso se dá porque, não sendo o sujeito plenamente consciente, ele terá seu imaginário afetado pelo discurso fundador. Mesmo que ocupe o lugar da negação de seu conteúdo, o sujeito é interpelado a explicar-se quanto a isso. Em se tratando de condições eleitorais em que, no âmbito da política midiaticizada, o candidato deve ser consumido pelo eleitor, torna-se primordial que, caso este

---

<sup>33</sup> O pentecostalismo é uma tendência do cristianismo que tem sua origem nos Estados Unidos. Preconiza a prática de uma fé, mais viva, dinâmica e entusiasmada, resultante de uma relação direta do fiel com o Espírito Santo, que se daria pela experiência de um novo Pentecostes (acontecimento cristão referente à vinda do Espírito Santo sobre os primeiros cristãos, 50 dias após a ressurreição de Jesus Cristo).

não tenha atributos desejados, sejam evidenciados outros predicativos similares capazes de suprir as necessidades do imaginário dos detentores do poder de voto.

Outro elemento que possibilitou a emergência dos elementos religiosos no âmbito do debate eleitoral nacional foi a construção do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009. O documento, elaborado pelo governo Lula, posiciona-se favoravelmente a questões como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, questões morais aguerridamente combatidas pelas denominações religiosas cristãs. A consignação de tais direitos afetava diretamente os eleitores que se identificavam com a formação discursiva cristã, que circunscreve saberes segundo os quais esses temas referem-se a questões condenadas pela lei divina. Assim, dessa posição-sujeito, toda legislação em que o Estado se posicione de forma diferente à compreensão do campo religioso é assumida como afronta grave a ser combatida em nome da fé. Nesse funcionamento discursivo, a adesão a uma candidatura que apoie, explicitamente ou não, tais medidas significa a automática concordância com elas.

Na conjuntura das condições de produção aqui elencadas, as manifestações de líderes religiosos durante a campanha constitui-se como elemento que afetou o imaginário dos sujeitos-eleitores e determinaram a escolha, mudança ou indecisão quanto a que candidato escolher. Na hierarquia católica, destacamos a manifestação do então bispo de Guarulhos, Dom Luiz Gonzaga Bergonzini (falecido em 2012), por meio da carta intitulada "Dai a César o que é de César", recomendando aos fiéis que não votassem na candidata do PT. Para tanto, o membro do episcopado, intenso combatente do PT<sup>34</sup>, valeu-se do PNDH-3 para defender que a aprovação pelo governo petista de medidas favoráveis ao aborto, suicídio e destruição da família, entre outros, constituía a usurpação pelo poder político de atribuições exclusivas da autoridade divina, da qual a Igreja seria a representante e defensora. Seu texto continha a seguinte recomendação:

Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais "liberações", independentemente do partido a que pertençam. (BERGONZINI, 2010).

Pelo contido no trecho citado, ao mencionar os verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos, o bispo estabelece uma distinção entre estes e aqueles a quem, por deriva parafrástica, poderíamos chamar de falsos cristãos ou católicos. Provoca-se, assim, no sujeito eleitor, o efeito de pertença-exclusão, visto que não seguir as recomendações do bispo é

---

<sup>34</sup> No site do bispo, <<http://www.domluizbergonzini.com.br>>, mantido no ar mesmo após a sua morte, há uma seção denominada PT/Eleições, em que se encontram reunidos uma série de artigos de sua autoria desqualificando o Partido dos Trabalhadores devido à sua posição liberal frente às questões mais rígidas da moral cristã católica.

colocar-se fora do cristianismo e do catolicismo. Por via interdiscursiva, a partir do adjetivo verdadeiro e do seu oposto constitutivo, falso, recuperamos os dizeres da FD cristã que descrevem a condenação recaída sobre os que se colocam fora do círculo religioso. Entre elas, destacamos a comparação que o Cristo faz entre o galho que se mantém preso à videira e, por isso, dá muitos frutos e aquele que, cortado, é lançado no fogo. Dessa forma, não atender aos requisitos que lhe conferissem o título de verdadeiro cristão e católico, produz no sujeito afetado pela exclusão o efeito de condenação ao fogo eterno, isto é, ao temido inferno, elemento constitutivo do imaginário religioso cristão. Estabelece-se, assim, o efeito de temor do inferno como argumento para não aderir à candidatura petista.

Esse clima de temor foi também intensificado pela repercussão tendenciosa pela mídia do posicionamento do chefe da Igreja Católica em Guarulhos. Em notícia *online* ainda em circulação, o jornal **O Globo** trazia como manchete: “Em carta, CNBB pede que fiéis não votem em Dilma”<sup>35</sup>. Tem-se nesse gesto um caso de patente manipulação da verdade, visto que o prelado falou particularmente em seu nome e não nome da entidade que congrega colegiadamente o episcopado brasileiro. Tal discurso acentua efeito de temor no imaginário dos fiéis, pois, para os que não leram a notícia na íntegra, restou apenas o efeito de verdade de que havia uma recomendação colegiada dos pastores<sup>36</sup> da Igreja Católica no Brasil para que esse público não aderisse à candidatura petista.

Posição semelhante à do bispo católico foi sustentada pelo pastor protestante Paschoal Piragine Júnior<sup>37</sup>, da Primeira Igreja Batista de Curitiba. Em vídeo divulgado no youtube, o clérigo fala aos fiéis sobre a incompatibilidade entre os projetos petistas e os princípios cristãos. Segundo ele, votar no Partido dos Trabalhadores seria uma atitude de iniquidade, isto é, demonstração de uma consciência anestesiada, indiferente ao pecado, uma vez que tal atitude coadunaria com os crimes contra a vida cometidos com o apoio da legenda. Nesse discurso, de forma mais direta que na do líder católico, está presente a noção de pecado que, por via interdiscursiva, faz funcionar os dizeres produtores do medo quanto a uma possível condenação referente ao ato pecaminoso. Dessa forma, o gesto de escolha do sujeito eleitor é deslocado para o âmbito jurídico da religião, na medida em que o voto passa a ser considerado como objeto de pecado, isto é, um crime do ponto de vista teológico, e, por conseguinte, gerador de pena e castigo. Nessa lógica, o medo da condenação após a morte se sobrepõe à discussão das realidades que afetam o desenvolvimento da população nas suas condições imediatas de existência.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/em-carta-cnbb-pede-que-fieis-nao-votem-em-dilma-5001323>>. Acesso em: 25 set. 2015.

<sup>36</sup> Embora este termo seja usualmente **aplicado** aos clérigos das igrejas evangélicas, no âmbito da Teologia e do Direto Canônico católicos, os bispos são reconhecidos como pastores das almas circunscritas ao território de sua diocese.

<sup>37</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vUk2in1ht9c>>. Acesso em 18.ago.2016.

Nessa conjuntura, começaram a despontar manifestações de lideranças de várias denominações religiosas, que declaravam seu voto nos diversos candidatos e os justificavam com base em critérios religiosos. Isso fez com que o clima da disputa eleitoral tendesse cada vez mais para o campo religioso, visto que além da mídia e dos partidos políticos, também os clérigos das diversas instituições passaram a encampar o debate eleitoral naquele momento. Em vista desse cenário, a campanha petista promoveu, no dia 29 de setembro, o encontro de Dilma com os cristãos, ao qual compareceram o padre Gabriele Cipriani (CNBB), o bispo Robson Rodovalho (Igreja Evangélica Sara Nossa Terra), o Pastor Jeronimo Alves (Presidente da Igreja Universal do Reino de Deus), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus) e do candidato a deputado federal Gabriel Chalita (PSB-SP, ligado à Igreja Católica). Nesse encontro, Dilma declarou-se pessoalmente contra o aborto, defendeu o dever do Estado em assistir as mulheres que praticavam tal ato e se disse defensora da vida.

Na mesma medida em que os líderes espirituais se envolvem na disputa, podemos falar em uma maior liberdade dos fiéis, que se sentem mais à vontade para se inserir nesses debates. Nesse processo, conforme mencionamos no capítulo anterior, o acesso à internet provoca o efeito de liberdade, a ilusão de o cidadão comum poder dizer o que quiser. É nesse movimento discursivo que os internautas militantes das várias igrejas se inserem, no *Orkut* e em outros espaços virtuais, para fazer eco à voz de seus guias e dos pares que, desde os primeiros debates da sucessão presidencial, já haviam se engajado no combate ou defesa dos presidenciáveis em relação aos princípios cristãos.

É preciso reconhecer que não apenas Dilma Rousseff provocou incômodo entre os líderes e eleitores cristãos. Embora sobre ela tenham recaído as maiores cobranças, Marina Silva (PV) também foi cobrada pelos posicionamentos liberais da plataforma do seu partido quanto aos direitos humanos, que também incluíam a legalização do aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Sob essa alegação, os pastores Silas Malafaia, e José Wellington Bezerra (Presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus), ambos da mesma denominação evangélica que a ex-petista, aproximaram-se da campanha de José Serra.

Após a esperada vitória de Dilma Rousseff não ter se consolidado no primeiro turno, devido às questões religiosas, segundo apontaram os institutos de pesquisa citados na introdução deste trabalho, esses temas ganharam maior efervescência na segunda fase da disputa com intensas manifestações dos líderes religiosos. Já na segunda-feira após o primeiro turno, teve destaque o pronunciamento do Padre José Augusto, membro da comunidade Canção Nova. Durante uma missa transmitida pelo canal de televisão da

entidade<sup>38</sup>, o clérigo, na posição autodenominada de sacerdote do altíssimo, expressa sua preocupação com relação a uma possível vitória do PT que, no seu entendimento, significaria um retrocesso. O mesmo padre aponta o perigo de cerceamento das atividades religiosas nos meios de comunicação, da imposição à Igreja da obrigatoriedade de celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, do aborto e outros temas morais. No mesmo episódio, convoca os católicos a seguirem os exemplos dos evangélicos e se pronunciarem contrariamente à candidatura petista, admoesta e ameaça com a excomunhão automática os católicos que tenham se filiado aos partidos comunistas.

Já na última semana da campanha, também as palavras do Papa Bento XVI, líder máximo da Igreja Católica, provocaram polêmicas em torno da candidatura petista. Ao receber em visita *ad limina*<sup>39</sup> os bispos brasileiros do Regional Nordeste IV<sup>40</sup>, lembrou-lhes sobre o seu compromisso em defender a vida, sem temer impopularidades e de recordar aos fiéis sobre o dever de usar livremente o próprio voto na defesa do bem comum. Para os cristãos mais conservadores, as palavras do pontífice produziram efeito de desaprovação ao voto em Dilma Rousseff. No entanto, houve divergência entre as autoridades eclesiásticas católicas quanto à interpretação das palavras do Pontífice; enquanto alguns utilizam-nas a favor da candidatura de José Serra, outros diziam não haver novidade em relação ao ensino tradicional da Igreja e tentavam desvinculá-la de uma posição contrária à eleição de Dilma.

Sobre a intensa repercussão dos pronunciamentos dos líderes religiosos, pode-se perceber o funcionamento do interdiscurso a respeito do exercício da autoridade divina pelos chefes eclesiásticos na terra. Desse modo, aos que se identificam com a FD cristã, ignorar ou desobedecer uma ordem dos dirigentes de suas instituições corresponderia a uma ofensa direta à própria divindade. Assim, como herança do período medieval, o sujeito religioso constitui-se historicamente pelo dever de obedecer incondicionalmente, sem questionar, à vontade divina, expressa nas orientações dos dirigentes das instituições. A partir da imagem bastante presente nos discursos cristãos, o fiel comporta-se como a ovelha que segue, sem hesitar, o seu pastor, como forma de garantir a sua própria segurança.

Em situação eleitoral, a manifestação pública dos clérigos das diversas denominações identifica-se com essa voz pastoral que confere conforto e segurança às escolhas do eleitor. Mesmo se esse sujeito pertencer às camadas mais escolarizadas, das quais se esperaria, na condição de sujeitos individualizados pelo Estado, maior autonomia no

---

<sup>38</sup> O vídeo encontra-se disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hPy7B6EEE6M>>. Acesso em: 26 set. 2015.

<sup>39</sup> Conforme os artigos 400 do Código de Direito Canônico (lei máxima da Igreja Católica), os bispos estão obrigados a realizar, a cada 5 anos, a visita *Ad limina apostolorum*, isto é, ao túmulo dos apóstolos. Na ocasião devem rezar no túmulo dos apóstolos Pedro e Paulo e apresentar ao Papa um relatório sobre os trabalhos realizados em suas dioceses.

<sup>40</sup> O Regional Nordeste IV da CNBB reúne os bispos das dioceses do estado do Piauí.

pensamento e nas escolhas, perceber que o líder espiritual referenda a sua opção político-partidária não deixa de produzir um efeito de consolo psicológico e espiritual.

Por outro lado, mesmo os sujeitos que não se identificam ou se desidentificam com a FD cristã também são afetados por esses pronunciamentos, visto que a sua intensa repercussão interpela tais sujeitos a se posicionarem quanto ao tema, mesmo que seja para refutá-lo ou desmerecê-lo. Nessa perspectiva, o próprio gesto de defender a desvinculação entre os princípios religiosos e as escolhas políticas já é uma forma de responder a essas manifestações. Isso pode ser observado em vários comentários postados no *Orkut* e no site da candidata em que o eleitor, geralmente já no início de seu texto, declara não ser religioso, ou não possuir religião. A necessidade de negar já indica que, inconscientemente, o sujeito tenta escapar da dominação dessa FD que ainda o envolve.

Toda essa movimentação de eleitores e líderes religiosos em ambos os turnos da eleição determina total replanejamento das campanhas dos candidatos, de modo que suas preferências religiosas se tornassem cada vez mais conhecidas, procurando agradar os eleitores. Podemos afirmar que, mais do que agradar, sobretudo no segundo turno, principalmente para o eleitor da candidata petista, de maneira particular para aqueles que se identificavam com a FD cristã, a redução do obscurantismo religioso que lhe era atribuído provocava alívio para suas consciências<sup>41</sup>, pois implicava no enfraquecimento da possibilidade de qualquer remorso por ter entregue o seu voto, fruto de direito e de mandato sagrados, a um candidato indigno.

Nesse contexto, havia, ainda, no segundo turno, a disputa pelos eleitores de Marina Silva, terceira colocada e com grande aceitação entre os evangélicos. Dessa forma, projetar no discurso uma imagem devota a respeito de si mesmo, parecer cristão convicto e desvincular suas propostas de qualquer ameaça direta aos valores morais cristãos seria a melhor forma de o candidato-produto conquistar a confiança e o voto desse público.

No âmbito da política midiaticizada, observamos que, a partir da relevância que os temas religiosos assumiram nas campanhas dos presidentiáveis, passou-se à espetacularização do comportamento religioso dos candidatos. Também os fatos ligados à sua vida privada passaram a se constituir, aos olhos do público eleitor, a garantia de que, além de bons cristãos, esses eram também pessoas de família, isto é, adeptos dos valores ligados à família tradicional.

No caso de Dilma Rousseff, a sua condição de divorciada lhe impunha restrições, mas não a impedia de disseminar essa imagem. Exemplo disso foi a licença que a candidata tirou da campanha eleitoral, por três dias, para acompanhar o nascimento do primeiro neto,

---

<sup>41</sup> A menção à consciência alude aqui ao funcionamento para o sujeito do chamado efeito ideológico elementar, segundo o qual o sujeito acreditar ter consciência e controle dos seus atos.

Gabriel. A cobertura midiática desse fato<sup>42</sup> produz, por efeito da memória discursiva, a associação da petista à afabilidade e doçura das avós. Isso poderia contribuir para amenizar a imagem de dureza e insensibilidade que sempre se associou à candidata e aplacar as dúvidas que muitos segmentos lançavam sobre a sua feminilidade, já que a guerrilheira torturada nos porões da ditadura aparecia agora na posição de mãe e avó. A propagação midiática do zelo da candidata para com a filha e o neto em seus primeiros momentos de vida servia também para desconstruir a imagem da defensora do aborto altamente difundida por seus adversários e motivadora de todas as polêmicas relativas à relação entre política e religião no ano de 2010.

O processo de espetacularização da vida religiosa dos candidatos teve como ponto alto a comemoração da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. No dia 12 de outubro, feriado nacional, Dilma e Serra participaram da missa na Basílica do Santuário Nacional de Aparecida (SP). O candidato do PSDB, inclusive, recebeu a comunhão eucarística, fato que não passou despercebido pela cobertura dada pela mídia. Mesmo que junto aos eleitores não tenha havido total adesão a essa imagem devota dos presidencialistas, a sua presença na celebração católica reforça a relevância que o tema assumiu no cenário eleitoral e confirma a preponderância que os movimentos da mídia e dos eleitores assumiram em suas agendas. Podemos considerar em um processo de retroalimentação produzido pelo entrelaçamento das três instâncias: a mídia que noticiava as investidas beatas dos candidatos e suas contradições quanto ao tema, sobretudo por parte da petista; os eleitores que repercutiam os fatos em seus debates virtuais e, assim, incentivavam os aparelhos midiáticos a continuar tratando desse tema da vida privada dos candidatos; os responsáveis pelas campanhas que, interpelados pela instância midiática e pela instância cidadã, deixaram de focar os grandes temas da agenda nacional e se deixaram levar pelas polêmicas relativas à carolice dos presidencialistas.

No cenário descrito, tiveram também lugar a troca de acusações entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Nesse movimento, no debate da TV Bandeirantes<sup>43</sup>, no dia 10 de outubro, o posicionamento quanto ao aborto e a credulidade de Dilma foram questionados pelo tucano. Dentre os confrontos presenciais entre os candidatos, foi nesse em que a temática religiosa se fez presente de forma mais intensa. Enquanto Serra acusou Dilma de ser a favor de aborto, ela retrucou destacando ter sido ele o responsável pela regulamentação dessa prática no Brasil. Na mesma rodada, o tucano acusou também a petista de mudar suas versões quanto à fé em Deus. Além disso, no decorrer da campanha, foi a vez de Mônica Serra, esposa do candidato do PSDB, ser acusada de ter praticado aborto,

---

<sup>42</sup> A imprensa deu ampla cobertura ao nascimento do neto da presidencialista e a sua foto com o menino nos braços teve intensa circulação, como se pode ver no vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9zN9fA7tLU>>. Acesso em: 26 set. 2015.

<sup>43</sup> O trecho do debate que tematiza o aborto encontra-se disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-yS6aw8LI60>>. Acesso em: 26 set. 2015.

conforme ela mesma teria assumido, no passado, para algumas de suas alunas. Dessa forma, à medida em que a campanha foi avançando, mais intensa foi ficando a presença dos elementos religiosos nas discussões eleitorais. Cada um dos lados passou a concentrar suas energias em consolidar as posições cristãs de seu candidato e a exacerbar as contradições enunciadas manifestadas pelo oponente. Estabeleceu-se, assim, o domínio do interdiscurso maniqueísta própria dos rituais religiosos, referentes à eterna batalha entre o bem e o mal. Para conquistar os eleitores e seus votos, as campanhas valeram-se desse pré-construído em que ao adversário é atribuído o lugar do mal e, por consequência, a si mesmo, o lugar do bem. Uma vez que esse discurso não aceita relativizações ou modalizações, os debates entre eleitores assumiram a tendência de se aproximarem cada vez mais da imagem de uma guerra santa em que o oponente precisava, em nome de Deus, ser combatido.

A necessidade de convencer os eleitores a respeito de seu cristianismo foi tão patente na esfera da candidatura petista que, poucos dias antes do encerramento da campanha, Dilma Rousseff publicou o “Informativo ao Povo de Deus”<sup>44</sup>, voltado ao público cristão evangélico, que contém a “Carta Aberta ao Povo de Deus”<sup>45</sup>, em que estariam explicitados os compromissos da candidata em relação aos valores do Evangelho. A preocupação do Partido dos Trabalhadores com os evangélicos se justifica pela necessidade de angariar os votos desse segmento cristão que confiaram seus votos a Marina Silva (PV) no primeiro turno. Por ser Marina evangélica declarada, era preciso mostrar a esses eleitores que Dilma Rousseff também defendia os valores mais caros a esse público. No tabloide, além dos depoimentos de líderes e fiéis de Igrejas Evangélicas, por meio da “Carta Aberta ao Povo de Deus”, procura-se convencer esses eleitores de que era perfeitamente coerente ser evangélico e votar na petista, dado o compromisso pessoal da candidata e de seu partido com os princípios do Evangelho, sobretudo a vida plena para todos, fato atestado pelos avanços sociais ocorridos nos dois mandatos de Lula. Quanto aos temas como aborto e novas configurações de família, a candidata os destina ao debate pelo Congresso Nacional, produzindo um efeito de tirar de si a responsabilidade por tais decisões.

Nesse gesto da organização da campanha petista, notamos as marcas do paradigma individualista que a internet trouxe ao discurso político-midiático, visto que não se fala mais à massa dos cristãos, mas um segmento específico: os evangélicos. Assim, o efeito que se estabelece entre esses fiéis é de valorização, uma vez que houve a preocupação em prestar

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://floressenciamarketingecologico.blogspot.com.br/2010/09/informativo-ao-povo-de-deus-dilma.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

<sup>45</sup> No cenário político eleitoral regional, o também petista Ênio Verri, em sua campanha para a Prefeitura de Maringá, em 2012, publicou a “Carta Aberta aos Cristãos”, em que se dirigia aos membros das diversas igrejas cristãs, afirmando suas posições religiosas, de modo a evitar a perda de votos pelas mesmas questões que assolaram Dilma Rousseff em 2010. Uma cópia do texto está disponível em: <<http://fsantosjose.blogspot.com.br/2012/10/carta-aberta-aos-cristaos.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

esclarecimento sobre temas caros a esse público. Por via interdiscursiva, esse ritual serve também para desconstruir o discurso da hegemonia católica sobre os temas da política brasileira, em função, sobretudo, de ter sido o catolicismo a religião oficial do Brasil até o século XIX. Esse discurso, ao se fazer presente, é suplantado pela atenção dispensada aos cristãos não-católicos. Não se postula, contudo, a sua extinção, visto que ele permanece como elemento constitutivo dos discursos passados e futuros sobre a relação entre política e religião no contexto nacional. Contudo, seus sentidos são deslocados e descentrados por essa nova tendência de considerar os evangélicos como legítimos interlocutores da temática religiosa naquele que é conhecido como o maior país católico do mundo.

### **3.3 Considerações preliminares**

Na trajetória histórica da política no Brasil, o elemento religioso esteve presente desde os primeiros momentos da história oficial da nação brasileira, associado ao poder colonial e imperial e só separado oficialmente do Estado com a Proclamação da República. A religião, sobretudo a vertente cristã, a partir de suas posições morais, mostrou-se decisiva para os rumos da nação, inclusive após o processo de redemocratização desencadeado nas duas últimas décadas do século XX.

Se, nos primórdios da nação, inclusive por força de lei, o catolicismo era hegemônico, mais recentemente percebe-se a crescente influência das igrejas evangélicas, como se pode ilustrar, em 2010, pela candidatura de Marina Silva e pela relevância do posicionamento dos pastores no primeiro e no segundo turno.

Para pensar discursivamente esse movimento que, de forma rápida, procuramos historicizar, voltamos a Pêcheux (1997), que situa a identidade em relação com o imaginário por meio da tese fundamental da interpelação ideológica do sujeito. Com base nos estudos do fundador da AD, reiteramos que as relações identitárias que escapam à consciência e, conseqüentemente, ao controle do sujeito, derivam de sua relação com o inconsciente, com as formações ideológicas e com a exterioridade constitutiva da linguagem.

Em vista disso e ao levarmos em consideração o conceito de discurso fundador formulado por Orlandi (2003), podemos afirmar que o cristianismo figura entre esses dizeres que fundam a ideia de nação e determinam os processos de identificação do ser brasileiro. Isso não quer dizer que estejamos sob o domínio dos mesmos saberes que se materializaram nos rituais narrativos e designativos do descobridor português, mas que há um traço constitutivo que perpassa os movimentos dos sujeitos na história e provocam o retorno da religião, sobretudo nos momentos de maior tensão política como é o caso das eleições presidenciais aqui em discussão.

Cumpra mencionar não ser possível falar em uma identidade única para o povo brasileiro, mas identidades que se constituem ao longo da história. No campo de interesse da presente pesquisa, podemos afirmar que, inicialmente, sobretudo ao longo do processo de colonização e instauração da independência, essa construção identitária foi constituída por um desejo de unidade, que se marcou na língua e na religião. Em nome desse anseio, foi preciso desprezar as línguas locais e consagrar a norma padrão culta do idioma de Portugal como a referência única para a nação. O mesmo aconteceu com o catolicismo que foi elevado à categoria de religião oficial, em detrimento das denominações protestantes e das práticas religiosas produzidas por indígenas e escravos e de sua interseção com o cristianismo.

Na medida em que foi se consolidando a laicização do Estado, assim como aconteceu com a língua, o traço religioso que constitui a identidade nacional passou a ser caracterizado pela diversidade e pela ideia de convívio pacífico entre as diversas crenças. Exemplo da valorização dessa diversidade foi o descentramento do catolicismo e atenção dada aos evangélicos no pleito presidencial em análise.

Entretanto, independente de hegemonias e descentramentos e até mesmo dos indiferentismos, a historicidade pautada neste capítulo permitiram constatar a presença de um fio que alinhava todo esse emaranhado de discursos produzidos ao longo de mais de cinco séculos de história e que afeta crentes e não-crentes que se desejam reconhecer como brasileiros, trata-se do discurso fundador cristão. Mesmo quando não se manifesta com designativos religiosos, sua materialização se dá no apreço ou desprezo aos princípios e valores a ele atrelados tais como a defesa da vida e da família, visto que defender ou combater tais noções já é uma forma de estar afetados por elas.

## 5 GESTOS DE ANÁLISE

### 5.1 Sobre a Constituição do *Corpus* e do Percurso de Análise

Conforme já anunciado, o gesto de análise desta pesquisa ocupa-se dos discursos formulados pelos eleitores a respeito de suas preferências eleitorais e dos critérios religiosos que a sustentam, no pleito presidencial de 2010. Para tanto, o trabalho de análise ocupou-se de comentários de eleitores em comunidades do Orkut e no site da candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff.

Para seleção e organização do material de análise, realizamos, através da ferramenta própria do site de relacionamentos Orkut, uma busca por comunidades que contivessem em seu título a palavra “Dilma”. A referência ao nome da candidata petista se deve à observação, já mencionada de que, ao longo da campanha presidencial, foi ela a mais instada a pronunciar-se a respeito de suas convicções religiosas. Essa busca, realizada entre os dias 1 e 5 de novembro de 2010, isto é, logo após o encerramento do pleito presidencial, resultou em oitocentas e sessenta e quatro comunidades. Desse imenso arquivo, realizamos uma análise preliminar com vistas a identificar entre tais agrupamentos aqueles que atendessem a dois critérios: 1) que possuíssem na formulação de seu título a menção a elementos religiosos ou a questões morais vinculadas às religiões (aborto, eutanásia, homossexualidade, reprodução assistida, células tronco embrionárias, entre outras variações); 2) que possuíssem em seus fóruns o debate sobre o voto em Dilma Rousseff com base em questões religiosas ou morais. A partir disso, foram selecionadas quinze comunidades, organizadas no quadro a seguir, pela ordem em que apareceram na busca:

**Tabela 1 – Comunidades selecionadas para a análise**

ORD	COMUNIDADE	ENDEREÇO <sup>46</sup>	MEMBROS <sup>47</sup>
1.	CATÓLICO não VOTA em DILMA (1)	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104715290">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104715290</a>	2.332
2.	Católico Não vota em Dilma (2)	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104665882">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104665882</a>	54
3.	DILMA É A FAVOR DO ABORTO !	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=105714638&amp;tid=5509641462460840535">http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=105714638&amp;tid=5509641462460840535</a>	137

<sup>46</sup> Embora, com fim do site de relacionamentos Orkut, em 30 de setembro de 2014, não seja mais possível acessar as comunidades, a menção do endereço de cada comunidade na internet faz-se necessário para melhor distinguir comunidades com nomes semelhantes ou idênticos.

<sup>47</sup> Nossa imersão no arquivo verificou que o número de membros não está diretamente relacionado ao volume nem à densidade das questões.

ORD	COMUNIDADE	ENDEREÇO <sup>46</sup>	MEMBROS <sup>47</sup>
4.	cristão Ñ vota em DILMA RUSSEF	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106077842">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106077842</a>	63
5.	NÃO AO ABORTO NÃO A DILMA	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106864507&amp;fr=1">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106864507&amp;fr=1</a>	71
6.	Cristãos anti-Dilma	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106674757">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106674757</a>	1.162
7.	Dilma R. A face do Demônio	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=107021272">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=107021272</a>	75
8.	Dilma com DEUS não se brinca	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106566662">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106566662</a>	938
9.	Igreja X Dilma	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106683444">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106683444</a>	118
10.	Cala boca DILMA	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=101004284">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=101004284</a>	288
11.	CRISTÃO NÃO VOTA EM DILMA	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104612932">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104612932</a>	2.514
12.	DIGA NÃO A DILMA E AO ABORTO	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106537286">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106537286</a>	153
13.	Não a Dilma (Satanismo Jamais)	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106654496">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=106654496</a>	65
14.	Nunca mais desafia DEUS! DILMA	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=107051799">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=107051799</a>	60
15.	Quem aprova Dilma aprova aborto	<a href="http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=105039108">http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=105039108</a>	138

No caso do site da candidata Dilma Rousseff, deve-se destacar, preliminarmente, que dentre os três candidatos com maior votação no primeiro turno das eleições em pauta,

ela foi a única a disponibilizar espaços virtuais para as manifestações (comentários) dos eleitores. A cada notícia publicada no site, eram possibilitados os comentários dos internautas. Essa prática foi também permitida e incentivada na seção denominada “Em nome da verdade”. Produzido no segundo turno do pleito, esse ambiente tinha como principal finalidade apresentar desmentidos a respeito de supostos boatos que passaram a circular intensamente no mundo virtual, sobretudo no turno decisivo das eleições. Desse arquivo, armazenado eletronicamente pelo Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI/UEM/CNPq) desta universidade durante o período eleitoral em debate, selecionamos os comentários em tópicos relacionados às questões religiosas e/ou morais. No quadro a seguir, os organizamos conforme o título e a data das notícias cujos comentários constituem o *corpus* a ser analisado:

**Tabela 2 – Notícias no site da candidata Dilma Rousseff relacionadas ao voto religioso**

NOTÍCIAS	DATA
Cristãos com Dilma na disputa presidencial	18 de agosto
Evangélicos querem Dilma na presidência	22 de setembro
Dilma enfatiza sua posição em defesa da vida	24 de setembro
Dilma batiza o neto Gabriel em Porto Alegre	1 de outubro
Assista aos depoimentos das lideranças religiosas	7 de outubro
Dutra: questão do aborto nunca esteve no programa	7 de outubro
13 razões para votar em Dilma no segundo turno <sup>48</sup>	9 de outubro

No que tange à seção do site da presidenciável denominado “Em nome da verdade”, o *corpus* de análise foi construído a partir das seguintes postagens:

**Tabela 3 – Manchetes da seção “Em nome da verdade” relacionadas aos elementos religiosos**

POSTAGEM	DATA
CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja em eleições	19 de outubro
Dilma disse que é contra o aborto	9 de outubro
Michel Temer é católico e respeita as religiões	15 de outubro

Para efetivação das análises, realizamos uma incursão no *corpus* tendo como referência as expressões “Eu voto porque” e “vote porque”, e sua negativa constitutiva “Eu não voto” ou “não vote porque” e demais derivações parafrásticas, ou seja, em conformidade com a temática e os objetivos deste trabalho, procuramos selecionar aqueles comentários em que os eleitores manifestavam os motivos de sua escolha presidencial e em que houvesse a

<sup>48</sup> Embora a manchete não remeta, em sua formulação, à questão religiosa, o fato de abordar os motivos pelos quais se deve votar na candidata petista a coloca em relação com a temática do voto religioso, uma vez que envolve critérios de escolha do(a) candidato(a).

presença de elementos religiosos no fio intradiscursivo. Ao realizarmos a entrada no *corpus* a partir desse critério, observamos, na estrutura dos comentários a presença de quatro elementos que norteiam a sua formulação e servem como balizas para a análise proposta:

- a) O discurso do eleitor sobre si e/ou de sua prática religiosa;
- b) O discurso do eleitor sobre Deus e/ou sobre instituições religiosas;
- c) O discurso do eleitor sobre os candidatos e sua conduta política e/ou religiosa;
- d) O discurso do eleitor sobre sua escolha eleitoral;
- e) O discurso do eleitor sobre os que discordam de sua posição.

Desse gesto de delimitação, resultou o seguinte material:

**Tabela 4 – Identificação do material selecionado para análise**

<b>COMENTÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>COMUNIDADE/SEÇÃO</b>	<b>DATA</b>
C1	-	Orkut	Não a Dilma (Satanismo Jamais)	21/8/2010
C2	-	Orkut	Não a Dilma (Satanismo Jamais)	27/9/2010
C3	-	Orkut	Não a Dilma (Satanismo Jamais)	02/10/2010
C4	Essa Dilma desfiou Jesus Cristo	Orkut	Dilma com Deus não se brinca	29/9/2010
C5	Independente da religião, seja favor da vida	Orkut	Dilma com Deus não se brinca	29/9/2010
C6	Não voto em Dilma	Orkut	Dilma com Deus não se brinca	01/10/2010
C7	-	Orkut	Dilma R. A face do demônio	13/10/2010
C8	-	Site	Cristãos com Dilma na disputa presidencial	20/8/2010
C9	-	Site	Como enfrentar o problema das drogas no país?	25/8/2010
C10	-	Site	Como enfrentar o problema das drogas no país?	21/9/2010
C11	-	Site	Internet é utilizada para difundir mentiras contra Dilma	23/9/2010

<b>COMENTÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>COMUNIDADE/SEÇÃO</b>	<b>DATA</b>
C12	-	Site	Assista ao depoimento dos líderes evangélicos	30/9/2010
C13	-	Site	Dutra: questão do aborto nunca esteve no programa	5/10/2010
C14	-	Site	13 razoes para votar em Dilma no segundo turno	8/10/2010
C15	-	Site	13 razoes para votar em Dilma no segundo turno	8/10/2010
C16	-	Site	Em nome da verdade: Dilma disse que é contra o aborto	9/10/2010
C17	-	Site	Em nome da verdade: Dilma disse que é contra o aborto	9/10/2010
C18	-	Site	Em nome da verdade: Dilma disse que é contra o aborto	9/10/2010
C19	-	Site	Em nome da verdade: Dilma disse que é contra o aborto	9/10/2010
C20	-	Site	Michel Temer é católico e respeita as religiões	15/10/2010
C21	-	Site	CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja em eleições	19/10/2010
C22	-	Site	CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja em eleições	19/10/2010
C23	-	Site	CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja em eleições	19/10/2010
C24	-	Site	CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja em eleições	19/10/2010

Sobre o material de análise delimitado, lança-se a seguinte questão de análise: Como se estabelecem os efeitos de sentido no discurso dos eleitores a respeito de suas escolhas eleitorais, nas postagens em comunidades do Orkut e no site da candidata Dilma Rousseff, no pleito presidencial de 2010? A partir dessa grande questão, foram propostas as seguintes indagações para melhor subsidiar o processo de análise: a) Como se dão os processos de

identificação da posição-sujeito com a forma-sujeito da FD que a domina? b) Como o discurso fundador funciona nesse processo? c) Qual o papel da instância midiática, especificamente a internet, nos processos de constituição-formulação desses discursos?

Situados os elementos basilares referentes aos procedimentos metodológicos da pesquisa, passamos aos gestos de análise propriamente ditos.

## 5.2 Discurso dos eleitores no Orkut

A partir do trajeto temático-analítico descrito acima, selecionamos sete comentários de eleitores, nas comunidades listadas na tabela 2, organizadas em ordem cronológica ascendente. Essa organização tem por finalidade apontar para a forma como os temas foram aflorando e os debates se desenvolvendo ao longo da campanha eleitoral.

O comentário<sup>49</sup> 1 (C1) foi publicado no fórum de discussões da comunidade “Não a Dilma (Satanismo Jamais)”, em 21 de agosto de 2010, no tópico “Movimento Dilma Não”.

COMENTÁRIO 1 (C1) <sup>50</sup>
<p><u>Маяиша Воряес</u> - 21/08/2010</p> <p>essa de aprovar o aborto, é a maior merda qe alguém poderia fazer, Dilma é totalmente anticristã, por isso não a Dilma, ou então muitas vidas serão arrancadas da humanidade por conta de um pessoa só, pessoa qe só se preocupa com a própria vida e mais nada !</p>

A justificativa de voto manifestada em C1 materializa o posicionamento da imensa maioria dos eleitores com relação à rejeição à candidata Dilma Rousseff, a questão do aborto. A suposta posição favorável da candidata ou de seu partido relação a esse procedimento, conforme já mencionado, mobilizou os eleitores a partir de suas convicções religiosas a combater publicamente as pretensões eleitorais de Rousseff.

Nessa perspectiva, a eleitora qualifica Dilma como “anti-cristã”. Deve-se observar que o uso do prefixo anti nesse adjetivo inscreve na língua a ideia de combate. Ser anti-cristã é diferente de ser não-cristã ou ateia, qualificativos que poderiam apontar para a mera indiferença. Ao definir a candidata como anti-cristã, produz-se o efeito de sentido de ser contrária ao cristianismo, seus valores e seus adeptos. Isso indica que, a partir da posição que ocupa, a eleitora tem a convicção ou, ao menos, a expectativa de que de a candidatura

<sup>49</sup> A identificação dos autores dos comentários não foi suprimida porque se tratam de posicionamentos públicos que circularam na internet sem qualquer restrição de privacidade.

<sup>50</sup> As transcrições feitas reproduzem *ipsis litteris* os comentários da internet.

de Dilma Rousseff represente forças contrárias ao cristianismo, às quais se atribuía no período da campanha a intenção de restringir a liberdade de culto, fechar igrejas, obrigar os ministros religiosos a realizar a união religiosa de pessoas do mesmo sexo, entre outros.

Ao se considerar que o título da comunidade em que o comentário foi publicado não tematiza a questão do aborto, mas a do satanismo, pode-se relacionar o qualificativo anti-cristão à figura do anticristo<sup>51</sup>, aquele que deveria, segundo algumas leituras do cristianismo, no final dos tempos, em forma de pessoa, para perseguir os seguidores do Messias, identificado pelos cristãos como Jesus de Nazaré. Esse efeito de sentido ganha força quando se observa a existência de tópicos com essa referência em comunidades pesquisadas no *Orkut*. Além disso, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2010, aliados de Marina Silva distribuíram materiais<sup>52</sup> em que a candidata do Partido dos Trabalhadores era assim designada (WYLLYS, 2010).

Instaura-se, assim, por esse qualificativo, que associa a Dilma Rouseff à personificação do mal, que combate o bem e, por conseguinte, precisa ser combatido, a memória discursiva de um cristianismo bélico, isto é, do uso da guerra para a defesa da fé, tal qual se viu, por exemplo, no tempo das Cruzadas, durante a Idade Média. Devemos ressaltar que, em tempos de política midiática, os espaços da internet tornam-se esses campos de batalha, onde, munidos de diversas armas, enfrentam-se os adeptos das diversas tendências político-partidárias com o objetivo de fazer a defesa de suas verdades e combater o mal personificado pelo adversário.

A justificativa da eleitora sustenta-se ainda na oposição entre muitas vidas e própria vida, segundo a qual, por se preocupar somente consigo, a candidata Dilma Rousseff não se importaria com as vidas que seriam “arrancadas da humanidade”, por meio da aprovação do aborto. Tal afirmação vincula-se, no interdiscurso cristão, à noção de altruísmo, segundo o qual os adeptos dessa religião devem primeiro preocupar-se com o outro, antes de si mesmo<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Mackenzie (1983) define o Anticristo como o adversário de Cristo (Messias, em hebraico), figura de um grande adversário de Deus, presente já na literatura judaica (antes de Cristo), cuja guerra contra Deus deveria assumir seu ponto culminante antes do grande juízo final. O autor destaca ainda a diversidade de interpretações a respeito desse personagem, que oscilam entre a própria personificação diabólica quanto às forças políticas do Império Romano que, até o ano 303, perseguiram intensamente os cristãos.

<sup>52</sup> O material foi elaborado pelas candidaturas ao Legislativo carioca de Ezequiel Teixeira e Édno Fonsca, ambos do Partido Verde, e levavam também o nome de Marina Silva, candidata da sigla à Presidência da República. Foi digitalizado pelo então candidato à Câmara Federal Jean Willys (PSOL-RJ) e encontra-se disponível em: <https://www.dropbox.com/s/qjo7q91eb7btmz6/Fonseca-Teixeira-Marina.pdf?dl=0>. Acesso em: 15.mai.2016.

<sup>53</sup> Entre as várias máximas do Cristo a respeito dessa postura esperada dos seus seguidores, destaca-se a relatado no Evangelho narrado por João, capítulo 15, versículo 13: “Ninguém tem maior amor do que aquele que se despoja da vida por aqueles a quem ama”. (JOÃO, 1994).

Ao se considerar que, em período eleitoral, o candidato, na esfera midiática, assemelha-se a um produto que precisa ser desejado e aprovado para ser, posteriormente consumido, a produção do efeito de sentido de egoísmo e insensibilidade para com os fetos abortados serve como atributos negativos à candidata, visto que se espera do governante que pense mais no povo do que em si. Alguém que se preocupe “com a própria vida e mais nada”, a partir do lugar discursivo do eleitor, não seria o mais adequado para receber o seu voto, visto ser sua expectativa eleger um candidato que pense no bem comum.

Observamos ainda que, ao se referir ao aborto, a eleitora utiliza a expressão “vidas arrancadas”. A seleção pré-consciente desses vocábulos traz ao discurso os efeitos de violência associados ao aborto, equivalente, na moral cristã, a um assassinato sem possibilidade de defesa pela vítima. Os dizeres referentes à defesa incondicional da vida, associados às várias manifestações discursivas contrárias ao aborto sustenta, portanto, a formulação do sujeito-eleitor.

Estabelece-se ainda, a partir da posição-sujeito da eleitora, o efeito acentuado de desigualdade de forças entre a candidata e os bebês que presumidamente viriam a ser abortados, visto que esse ato aconteceria por força de “uma pessoa só”. Essa afirmação aponta para as formações imaginárias da eleitora quanto ao funcionamento do sistema político brasileiro. Por adotar o presidencialismo como forma de governo, produz-se, no Brasil, o efeito de que o Presidente da República governa com plenos poderes, constituindo-se no único responsável por todos os atos do governo, apagando-se o papel dos demais poderes, sobretudo do Legislativo, de quem depende a proposição ou aprovação de todos os atos relativos ao desenvolvimento democrático das ações governamentais.

Além disso, notamos a presença inconsciente do processo de individuação do sujeito pelo Estado, visto que, para o sujeito eleitor, por via do efeito de evidência, é óbvio e natural que cada um seja individualmente responsável por seus atos. Por assim ser, ao atribuir ao ocupante do cargo de Presidente da República a função de mandatário máximo da nação, o sujeito, na posição de eleitor, passa a evocar também as responsabilidades individuais e pessoais do eleito em relação às ações governamentais, pelas quais ele tem que responder ao Estado e ao povo.

Podemos, assim, afirmar que os elementos religiosos que justificam a rejeição da candidatura petista têm sua base a identificação com os saberes que constituem a forma-sujeito de direito, regido pelo Estado. Embora não se trate de uma identificação total, já que os discursos religiosos são a razão pela qual o eleitor manifesta a sua recusa em votar em Dilma Rousseff, sua definição apresenta de pré-construídos a respeito de um sujeito candidato, capaz de ser responsabilizado pelos atos praticados em seu governo e pelas suas consequências.

O domínio da forma-sujeito de direito se materializa de forma mais intensa no uso do vocábulo “merda”, denominação vulgar para as fezes humanas. Essa escolha lexical aponta para o fato de a eleitora colocar-se na posição de um sujeito que tudo pode, sem precisar prender-se aos interditos enunciativos impostos pelas religiões, que não permitem a presença, na fala dos fiéis, de termos considerados vulgares, como é o caso da designação mencionada.

A presença desse designativo que abre a postagem da eleitora assinala que o seu ponto de partida é o do efeito de liberdade e não da dominação pela formação discursiva religiosa, isto é, a sua primeira escolha, ainda que pré-consciente, não é a de marcar a sua posição cristã, mas a de ousar utilizar termos que, socialmente, independente da religião, são considerados desagradáveis ou deselegantes e que não são bem vistos entre os interlocutores mais conservadores.

Podemos afirmar, de outra forma, que o sujeito do discurso é dominado pela forma-sujeito do direito, mas a identificação com ela não se torna possível porque há ainda processos de identificação menos intensos com a FD cristã conservadora, aqui designada para indicar as tendências cristãs menos vinculadas às lutas dos movimentos sociais e às causas populares, isto é, à transformação social. Desse modo, o sujeito, cuja manifestação de opinião é permitida de forma aparentemente mais livre no *Orkut*, sente-se à vontade para dizer “merda”, mas sustenta sua posição política a partir da memória a respeito da defesa da vida, própria da forma-sujeito religiosa que predominou na Idade Média, marcada pelo combate em nome da fé. No entanto, somente por haver uma identificação primeira com a forma-sujeito de direito, que se quer livre das coerções religiosas, que se torna possível ao sujeito eleitor, ao formular seu posicionamento político-eleitoral, utilizar-se de palavras pouco apreciadas na esfera religiosa.

Trata-se, portanto, de um processo de identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito de direito da sociedade capitalista, mas que dela se distancia quando procura justificar seu voto para presidente da república, contraidentificando-se e se deixando dominar pela forma-sujeito religiosa, funcionando pela evidência de que é preciso combater o mal, individualizado na pessoa da candidata petista, a quem se pode atribuir a responsabilidade jurídica, na esfera civil e religiosa, pelas vidas abortadas.

Outra marca do efeito de liberdade concedida ao sujeito é a forma como o texto foi digitado, isto é, sem demonstrar preocupação com as normas do padrão culto do idioma. Recai-se, também nesse gesto, no efeito de evidência de que esse sujeito de direito, situado nas teias da internet não necessita mais observar os aspectos gramaticais em suas manifestações verbais, mesmo se tratando do debate de temas considerados mais sérios que as conversas informais na rede. Devemos considerar que, na forma-sujeito religioso, os rituais litúrgicos do culto divino constituem-se a partir de uma sintaxe própria que inclui as formas de tratamento, o uso dos tempos verbais, a ordem das palavras na sentença. Ademais, em se

tratando do processo de colonização que assinala a constituição da identidade do brasileiro, não só a fé, mas também a língua do colonizador foram impostas aos habitantes da nova terra e, conforme já assinalado, o ideal da unidade nacional e de sua identidade passou, inicialmente pela unificação linguística.

Assim, a forma-sujeito de direito, continua a sofrer as coerções de uma língua padrão necessária à sua relação jurídica com o Estado e as suas liturgias, de modo que para se fazer ouvir, faz-se necessário valer-se de um registro próprio da língua, já dominado pelos ocupantes do poder. Com o advento da internet e a suposta liberdade de acesso, cria-se para o usuário, como efeito, a possibilidade de manifestar-se sem as censuras e os interditos dos grandes meios de comunicação, igualmente regidos pela norma padrão culta. Tal processo pode ser atribuído como falhas no processo de individuação do sujeito pelo Estado que, ao resistir à língua, inscreve-se a partir de formas não consagradas de uso do idioma. Tem-se, assim, a ilusão, de não apenas falar o que quiser, no plano de conteúdo, mas também fazer-se livre no plano da forma. Apagam-se, contudo, para o sujeito, as coerções referentes à estrutura tecnológica necessária à veiculação de suas opiniões, bem como o efeito que descrebibilidade que o não atendimento aos padrões linguísticos formais podem causar em leitores intelectualmente mais elitizados. Vale, para a posição-sujeito, a ilusão de liberdade.

Esse processo desencadeia-se como consequência da heterogeneidade própria de toda formação discursiva, que permite que de determinada posição, o sujeito possa, dominado por certa FD oscilar para outras posições por ela comportadas sem, contudo, dela escapar. Nesse caso, dominado pela FD capitalista, que o interpela a ser sujeito de direito, nas condições de produção da internet e da política midiática, que lhe possibilitam o efeito de dizer o que quiser, defender livremente seu ponto de vista, a posição-sujeito eleitor é também afetada pela FD religiosa, a que designamos como devota ou tradicional, isto é, aquela que ainda conserva mais intensamente os traços medievais relacionados à pureza da fé, à submissão a Deus e com tendências apologéticas, isto é, defender a fé e os valores cristãos dos ataques dos inimigos, ou seja, dos anticristãos, anticristos e seus representantes. Os processos de identificação se dão na tensão, portanto, entre a liberdade do sujeito de direito e o cumprimento dos deveres do sujeito religioso.

O comentário 2 (C2) foi publicado na mesma comunidade, em 27 de setembro de 2010 e se refere de forma mais direta ao tema da comunidade, isto é, à atribuição de práticas satanistas à candidata Dilma Rousseff.

## COMENTÁRIO 2 (C2)

® ၁၂၅၇၅၅၅ ® - 27/09/2010

**SÓ PRA VC COMO CRENTE OU CATOLICO  
FICAR COM A CONSCIÊNCIA  
TRANQUILA.... A DILMA APROVARÁ A LEI DO  
ABORTO E DO CASAMENTO GAY JÁ  
DECLARADO POR ELA MESMA. E O MAIS  
INTERESSANTE QUE EU NÃO SABIA E NÃO  
HAVIA REPARADO...  
VCS SABEM O  
NOME DO VICE DA DILMA? MICHEL TEMER!  
ISSO TE LEMBRA ALGO? É ELE  
MESMO O PAI DE DANIEL MASTRAL O GRANDE CABEÇA DOS  
SATANISTAS...  
INFORMAÇÕES  
DIVULGARAM QUE A PRESIDENTE SERÁ ELEITA, NÃO TEM JEITO,  
PORÉM VC COM  
CONHECIMENTO E SABEDORIA, FILHO DE  
DEUS, NÃO VOTE NELA, OS  
SATANISTAS JÁ PREPEARAM TUDO... A PRESIDENTE  
POSSUI UM CÂNCER  
ADORMECIDO E DENTRO DO ANO DO SEU LEGADO O DIABO A  
FERIRÁ E ELA  
FICARÁ TERRIVELMENTE DOENTE, TALVEZ, VINDO ATÉ A FALECER E, QUEM  
ASSUMIRÁ  
O PODER? O VICE MICHEL TEMER.... FIQUE LIGADO!  
A INTENSÃO DO DIABO É  
DOMINAR TODO TERRITÓRIO BRASILEIRO LIBERANDO POTESTADES E PRINCIPADOS  
NO AR, TERRA E MAR.  
É HORA DE NOS LEVANTARMOS COMO FILHOS DE DEUS.  
CUIDADO  
COM O SEU VOTO, NÃO O JOGUE NAS MÃOS DE UM INSTRUMENTO DO NOSSO  
ADVERSARIO.**

O autor do C2 desenvolve seu texto não para falar diretamente de si, mas para dirigir-se aos leitores e/ou participantes do fórum, em um movimento de convencê-los a não votar na candidata petista. Trata-se, por conseguinte, de um gesto de militância em que se busca

a adesão do outro a uma ideia ou causa. Por envolver questões religiosas aproxima-se e retoma constitutivamente a memória discursiva relativa aos pregadores, isto é, àqueles que têm como ofício o anúncio da fé. No contexto brasileiro, evoca ainda a figura do catequista, sobretudo dos jesuítas, que no processo de colonização transmitiram aos nativos a fé trazida nas caravelas e, por conseguinte, contribuíram intensamente para o estabelecimento do cristianismo como traço do discurso fundador da identidade do brasileiro.

Por esses aspectos, o dizer do eleitor reveste-se constitutivamente das marcas autoritárias do dogmatismo associado ao discurso religioso. Essa condição discursiva se inscreve na língua pelo uso de verbos no modo imperativo: “não vote nela”, . Pelo uso desse modo verbal, o autor dos comentários atribui a si o lugar da autoridade, do conhecimento dos fatos e da iniciativa, da liderança e, por conseguinte, atribui imaginariamente ao leitor o papel daquele que ignora os fatos e precisa ser instruído e convencido acerca da verdade e provocado a agir. Nesse caso, a ação esperada é a não adesão à candidatura de Dilma Rousseff. Trata-se de discurso que se quer hermético, isto é, o sujeito apresenta seu posicionamento e convoca a agir, sem a possibilidade de discussão ou contraposição. Essa perspectiva rompe com o efeito de diálogo que rege o funcionamento dos fóruns de discussão. Contudo, em termos de condições de produção, não se constitui em impeditivo para que outros eleitores participantes do fórum se manifestem, visto que o funcionamento do discurso do autor não interfere na funcionalidade da ferramenta de discussão, que permanece acessível aos usuários.

Nesse movimento discursivo, ao conclamar o seu interlocutor, crente ou católico, a não votar na candidata petista, o sujeito do discurso o faz da posição de religioso devoto, com base na existência de uma suposta conspiração satanista. É importante destacarmos que as questões morais são mencionadas, de forma irônica, no início do comentário (“SÓ PRA VC COMO CRENTE OU CATOLICO FICAR COM A CONSCIÊNCIA TRANQUILA.... A DILMA APROVARÁ A LEI DO ABORTO E DO CASAMENTO GAY JÁ DECLARADO POR ELA MESMA.”), porém é minimizada pelas questões vinculadas aos supostos cultos satânicos. Esse aspecto se inscreve na língua pela expressão “E O MAIS INTERESSANTE QUE EU NÃO SABIA E NÃO HAVIA REPARADO...”. Essas sequências discursivas mostram que não há total identificação da posição-sujeito com saberes da FD cristã vinculadas à defesa da vida ou a da família tradicional. Produz-se, a respeito desses temas, o efeito de causa perdida. O uso da ironia faz funcionar, pelas formações imaginárias, o efeito de atribuição de culpa aos crentes ou católicos que, por votarem na petista ou não se engajarem no combate ao avanço de sua candidatura, estariam permitindo o domínio do mal.

Produz-se, desse modo, um efeito de repreensão dessa conduta e, por conseguinte, o efeito de culpa. Na perspectiva da ironia, a expressão ficar com a consciência tranquila desliza para o sentido oposto, isto é, deve-se ficar com a consciência pesada por tais

acontecimentos com os quais se contribui, por atos ou por omissões. A memória discursiva da culpa associa-se na FD cristã à noção de pecado. Nessa perspectiva, a consciência atormentada, não tranquila, não apenas tem contas a acertar consigo mesma, mas também com a divindade, atingida pelo pecado da qual o remorso (consciência intranquila) é o indício. Estabelece-se, por conseguinte, o efeito da relação jurídica constituído pelo ato ofensivo (pecado), a culpa e a pena, nesse caso, representada, inicialmente pelo remorso, mas que poderia ser objeto de castigo, penitência ou condenação. Este é um processo em que se dá a individuação do sujeito pelo aparelho religioso de modo a obriga-lo a responder à divindade pelos fatos que estariam propiciando a legalização do aborto e da união civil homoafetiva, isto é, a tendência de vitória, naquele momento, da candidata do PT.

A partir da posição do sujeito eleitor, contudo, essas relações não são, como já se apontou, o mais importante. O pedido para não votar na petista se justifica, no fio intradiscursivo, pela existência de uma conspiração satanista. Observemos que, no movimento da posição-sujeito, abandona-se o discurso irônico e se apela para os predicativos cristãos do interlocutor: “VC COM CONHECIMENTO E SABEDORIA, FILHO DE DEUS, NÃO VOTE NELA”. Esses qualificativos produzem um efeito de legitimação daqueles que se recusam a votar em Dilma Rousseff, pelos atributos que lhe são conferidos e, por contradição constitutiva, exclui dessa condição os adeptos da petista.

Observemos, nessa sequência discursiva, o par “conhecimento” e “sabedoria”, que se vinculam a formações discursivas diferentes. Enquanto o primeiro remete ao discurso da ciência, o segundo refere-se à formação discursiva religiosa. Estabelece-se, assim, a tensão entre a forma-sujeito de direito, adepta da ciência e submissa ao Estado, e a forma-sujeito religiosa, dependente da divindade e de sua sabedoria. São assim, por meio dos processos de identificação do sujeito com os saberes das formações discursivas diversas, que consideradas as duas esferas são consideradas como fonte de motivações para se rejeitar a candidatura de Dilma Rousseff. Podemos apontar, porém, o domínio da FD religiosa, na medida em que, na cadeia intradiscursiva, a sabedoria é acrescentada ao conhecimento, o que produz o efeito de insuficiência do primeiro e a preponderância da segunda como requisito para uma boa escolha eleitoral.

Ademais, devemos considerar o vocativo, Filho de Deus, na mesma sequência discursiva, que estabelece pela via do imaginário, associado aos elementos conhecimento e sabedoria, efeito de pertencimento a um grupo seletivo, somente possível por meio da rejeição à candidatura de Dilma Rousseff. Esse efeito de filiação divina não funciona, portanto, pela universalidade, mas pela exclusão, pois por relação parafrástica, o fato de contribuir, por meio do voto, com a vitória da representante do Partido dos Trabalhadores coloca esses eleitores na condição de negação da filiação e se lhes atribui a condição de filhos renegados ou de não filhos. Ao se considerar as condições de produção desse comentário, cujo tema é o perigo do

satanismo associado à candidatura de Dilma Rousseff, podemos atribuir aos adeptos dessa candidatura, pela via da negação da filiação, a condição oposta, isto é, a de filhos do demônio. Esse funcionamento ganha força quando se considera o funcionamento maniqueísta do discurso religioso, assentado na oposição entre o bem e o mal, conforme descreve Nogueira (1986, p. 26):

O Universo inteiro passa a ser pintado como dividido entre dois reinos, o de Cristo e o Diabo. Frente ao reino do cristianismo, resplandecente de claridade e luz, pois é reino de Deus, coloca-se o reino de Satã, onde predominam as forças das trevas. Imersos em um combate que data da Criação, Satã se esforça para impedir, de todos os modos, o alargamento do Reino de Cristo, enquanto este, ao contrário, tem por missão destruir o reino do Mal.

Desse modo, se o Filho Deus atende ao apelo de não votar em Dilma, cuja vitória eleitoral é tida como certa, aqueles que persistem nessa postura são deslocados para o efeito de sentido oposto, isto é, Filhos do Demônio, ou seus colaboradores, como se estabelece na sequência discursiva (SD) “COM O SEU VOTO, NÃO O JOGUE [o Brasil] NAS MÃOS DE UM INSTRUMENTO DO NOSSO ADVERSARIO.”.

A preocupação com certa conspiração demoníaca é o elemento estruturante de todo o comentário que, conforme se tem mencionado, busca provocar o (e)leitor a, por fidelidade a seus princípios religiosos, não votar na candidata do PT. Tal perigo tonar-se, conforme já descrito, superior à legalização do aborto ou da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Assim, em relação ao comentário anterior, o efeito de sentido que se constrói não é de um perigo moral, mas de um perigo espiritual, relacionado à entrega do Brasil ao próprio demônio, autor e princípio de todo o mal. Nesse movimento, é trazido à cena o relato acerca do suposto envolvimento do candidato a vice-presidente, Michel Temer, com cultos satânicos, por meio do satanista Daniel Mistral, que seria seu filho. Embora esse fato tenha sido intensamente desmentido durante a campanha, sua presença foi intensa nos círculos evangélicos e nos espaços de debate da internet e parece ter sido o elemento motivador da criação da comunidade em que foi postado o comentário em análise.

Essa preocupação com uma suposta conspiração satanista aponta para identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito religiosa, característica da Idade Média, período que marcou, de forma intensa, a figura do demônio no imaginário cristão:

Contra os “deuses-demônios” a cristandade medieval fará guerra contínua [...] O mundo se ordena como o portal de uma igreja gótica: no alto e no meio encontra-se Deus, rodeado de um coro de anjos, como os santos e os justos prestando-lhes homenagem; abaixo estão os mortais e, na parte inferior ou à espreita, os espíritos malignos, que possuem formas horríveis e repelentes ou, pelo menos, enigmáticas ou cômicas. (NOGUEIRA, 1986, p. 39).

Temos ainda que considerar que a presença da temática do diabo na religião cristã não se restringiu ao período medieval, mas se faz ainda presente nas práticas religiosas denominadas de pentecostais<sup>54</sup> e neopentecostais<sup>55</sup>. Mariano (2003, p. 25) relaciona o apreço atual do cristianismo neopentecostal às bases maniqueístas dessa religião: a guerra espiritual e as concepções do bem e do mal dos neopentecostais derivam, em parte, do dualismo hierárquico cristão, isto é, do eterno conflito entre Deus e diabo, presente no cerne da doutrina cristã. O mesmo autor descreve as atualizações e desdobramentos dessa base no entendimento dessas igrejas que representam o cristianismo recente:

Comparadas às denominações das vertentes pentecostais precedentes, as igrejas neopentecostais parecem ir um pouco mais longe na luta contra o mal. O fato é que elas hiperatrofiaram a guerra entre deus e o diabo pelo domínio da humanidade. Para tanto, defendem que o que se passa no “mundo material” resulta da guerra entre as forças divina e demoníaca no “mundo espiritual”. Guerra que, segundo elas, não está circunscrita apenas a Deus/Anjos X diabo/demônios. Os seres humanos participam ativamente dessa guerra, mesmo que não tenham consciência disso. (MARIANO, 2003, p. 25).

Nas justificativas eleitorais presentes no comentário esse pré-construído a respeito do combate espiritual se materializa em sequências como “A INTENSÃO DO DIABO É DOMINAR TODO TERRITÓRIO BRASILEIRO LIBERANDO POTESTADES E PRINCIPADOS<sup>56</sup> NO AR, TERRA E MAR.” Essa afirmação estabelece ainda relação interdiscursiva com um texto clássico do apóstolo Paulo a respeito do combate espiritual, no versículo 12, do capítulo 6 de sua carta aos Efésios: “a nossa luta não é contra o sangue e a carne, mas contra o principado e as potestades, os dominadores desse mundo tenebroso, os espíritos malignos espalhados pelo espaço” (EFÉSIOS, 2001). O processo de argumentação

---

<sup>54</sup> O pentecostalismo é um movimento na espiritualidade cristã centrado na experiência de Pentecostes, evento acontecido cinquenta dias após a ressurreição de Jesus Cristo, assinalado pelo derramamento do Espírito Santo sobre os discípulos e a mãe de Jesus, em Jerusalém. Caracteriza-se pela centralidade do chamado “Batismo no Espírito Santo”, que se manifestaria pelos chamados carismas ou dons espirituais, tais como orar em línguas estranhas (glossolalia), o mais conhecido, profecias, curas e milagres. Em termos comportamentais, seus adeptos demonstram maior apreço aos costumes puritanos das igrejas tradicionais nascidas nos Estados Unidos. No Brasil, são representantes desse segmento a Igreja Assembleia de Deus, a Congregação Cristã no Brasil e o movimento de Renovação Carismática Católica (pentecostalismo católico). (ROMEIRO, 2005).

<sup>55</sup> Desdobramento do movimento pentecostal, as igrejas neopentecostais caracterizam-se, além da centralidade espiritual no acontecimento de Pentecostes, pela ênfase na guerra espiritual contra o demônio e seus representantes terrenos, pela teologia da prosperidade (a fé e as práticas religiosas como fontes de êxito financeiro) e abandono dos usos e costumes puritanos de expressão exterior da santidade (uso de véu, saia e proibição de cortar os cabelos para as mulheres, por exemplo). Dentre as milhares de denominações neopentecostais espalhadas no território brasileiro, são mais conhecidas a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Renascer em Cristo, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e a Comunidade Sara Nossa Terra (MARIANO, 2003).

<sup>56</sup> Segundo tradição dos primórdios do cristianismo, postulada por Dionísio, o Aeropagita, os anjos estariam agrupados, a partir de uma hierarquia celestial, em nove coros: serafins, querubins, tronos, dominações, potestades, virtudes, principados, arcanjos e anjos. (SOLIMEO, 1994).

na superfície textual funciona, portanto, a partir do efeito de evidência, para essa formação discursiva, de que os poderes satânicos interferem diretamente nos destinos da humanidade e, neste caso específico, do Brasil. Nessa perspectiva, podemos apontar para a permanência do traço constitutivo do imaginário do sujeito-religioso da Idade Média, que passa a ser associado ao funcionamento do sistema político contemporâneo. Assim, o exercício do poder temporal seria também um dos instrumentos da ação nefasta dos poderes das trevas sobre a humanidade.

É relevante mencionar os efeitos de sentido decorrentes do lugar que o sujeito do discurso atribui à candidata petista. Ao contrário dos discursos mais comuns no período eleitoral, em 2010, no comentário em análise, é atribuído a Dilma Rousseff o papel de vítima da conspiração satânica: “A PRESIDENTE POSSUI UM CÂNCER ADORMECIDO E DENTRO DO ANO DO SEU LEGADO O DIABO A FERIRÁ E ELA FICARÁ TERRIVELMENTE DOENTE, TALVEZ, VINDO ATÉ A FALECER E, QUEM ASSUMIRÁ O PODER? O VICE MICHEL TEMER.... FIQUE LIGADO!”.

A partir do funcionamento do pré-construído de que o demônio é o único causador dos males que assolam a humanidade, Dilma Rousseff é definida como aquela que será ferida pelas forças diabólicas, que poderão levá-la a morte, como forma de permitir a ascensão ao poder do satanista Michel Temer. Merece atenção o fato de o sujeito do discurso designar a petista como “Presidente” e não como “candidata”. Ao considerarmos que a formulação do discurso se dá a partir de processos relacionados ao inconsciente, podemos vislumbrar o indício de que esse sujeito já tenha assimilado a ideia da eleição de Dilma. Nessa dinâmica, apesar de, no início do comentário, Dilma seja acusada de planejar legalizar o aborto e as uniões civis homoafetivas, ao longo do texto, são silenciados os discursos que criticam a candidata. Observamos, assim, a determinação do sujeito pela formação discursiva que o domina. A sua identificação com o sujeito-religioso medieval transfere para o Demônio e seus aliados toda a responsabilidade pelos males a serem espalhados pelo Brasil, após as eleições.

Na condição de vítima, alvo da ação direta do Mal, nem mesmo a doença física da candidata é atribuída a processos biológicos. Embora se trate de um “câncer adormecido”, a sequência “O DIABO A FERIRÁ E ELA FICARÁ TERRIVELMENTE DOENTE, TALVEZ, VINDO ATÉ A FALECER”, além de funcionar pela evidência fornecida pela FD de que o demônio interfere diretamente nos destinos do mundo e dos seres humanos, aproxima ainda a petista da condição dos mártires dos primeiros tempos do cristianismo, na medida em que, sem culpa, são atingidos por forças contrárias ao Reino de Cristo. Há, porém, um deslocamento em relação a esses mártires, por se tratar de homens e mulheres atacados por suas convicções religiosas.

Podemos, assim, compreender que, para a posição-sujeito identificada com os saberes dessa formação discursiva, não é preponderante a discussão a respeito das políticas públicas ou do poder de decisão do governante em relação à promoção da dignidade das condições de vida da população, visto que o sofrimento humano é obra direta do Maligno no mundo. Podemos dizer que esse silenciamento vai constituir o efeito de sentido de uma política despolitizada, já que toda possibilidade de intervenção humana nos rumos de sua existência é suplantada pela ação sobrenatural do Mal. A interferência humana nesse processo, só é considerada na possibilidade de votar ou não votar, como se pode ver instaurado, na superfície textual, na seguinte sequência: “COM O SEU VOTO, NÃO O JOGUE NAS MÃOS DE UM INSTRUMENTO DO NOSSO ADVERSARIO.

É essa a perspectiva que justifica a militância política dos sujeitos identificados com essa formação discursiva. Cabe-lhes engajar-se em um combate contra as forças do mal: “É HORA DE NOS LEVANTARMOS COMO FILHOS DE DEUS”. Nesse sentido, o cenário político eleitoral torna-se o campo da guerra santa, isto é, do combate espiritual em que os Filhos de Deus devem se levantar contra as forças do mal que querem assumir os rumos do país. Atribui-se, assim, ao outro, isto é, a todo aquele que se identifica com a posição de Filho de Deus, o dever de engajar-se no combate contra o Mal, personificado na candidatura petista por meio do candidato a vice-presidente. Embora presente de forma menos intensa, o mal espiritual associa-se também a um mal moral a ser combatido, uma vez que os projetos satânicos a serem desenvolvidos por Temer envolveriam a implantação de leis contrárias aos princípios morais do cristianismo.

Destaque-se que não se falam em instrumentos religiosos como jejuns e orações para esse combate, mas unicamente no voto, arma civil. Isso aponta para a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito de direito para quem o voto constitui-se em instrumento de mudança. Assim, é o Estado quem fornece a arma capaz de combater as insídias do inimigo espiritual. Notamos, assim, que não há como o sujeito escapar do processo de individuação pelo Estado, que ao impor-lhe algumas obrigações, outorga-lhe, igualmente, o direito ao voto, meio individual pelo qual ele, na condição de bom cidadão, cumpridor dos seus deveres, tem condições de delegar o seu poder de decisão a um representante democraticamente eleito. Isso remete-nos ao funcionamento da instância cidadã de que trata Charradeau (2011). Esta, sendo instância fora do governo, exerce sua soberania exatamente pela possibilidade de, por meio do voto, delegar poderes aos sujeitos políticos.

Assim, a justificativa do sujeito eleitor para não votar em Dilma Rousseff se define pela sua identificação com os saberes da forma-sujeito religioso que assinalou o período medieval, mas que subsistiu ao advento da forma-sujeito de direito, como é próprio da heterogeneidade de toda formação discursiva, e assumiu novas configurações a partir da

emergência das igrejas neopentecostais, caracterizadas pela intensa referência ao demônio em seus rituais.

A constituição desse sujeito se dá, desta forma, na tensão entre a forma-sujeito religioso, submisso a Deus, e a forma-sujeito de direito, individualizado ao Estado, forjada nas condições de produção da Idade Média, mas reconfigurado a partir do neopentecostalismo cristão e a forma-sujeito de direito. A identificação com a FD religiosa se manifesta no medo ao Demônio, nas suas artimanhas e no seu poder de intervenção direta no mundo, que se sobrepõe ao livre arbítrio humano, valor fundamental da doutrina cristã silenciado nos discursos que hipervalorizam os poderes demoníacos. Essa identificação produz, para o sujeito do discurso, o efeito de medo. Aterrorizado pela ação ardilosa do Demônio, da posição de eleitor cristão, é interpelado a se manifestar. Já a identificação com a forma-sujeito de direito, individualizado pelo Estado, materializa-se no apelo ao voto consciente, convertido em instrumento de combate na luta entre o bem e o mal, bem como por sua militância política na internet. O sujeito do discurso reconhece-se no lugar de quem tem direito a manifestar a sua opinião, mesmo que sustentada por saberes que funcionam a partir da lógica específica da esfera religiosa cristã neopentecostal e afetado pelo dever de conscientizar os ignorantes para que, na condição de Filhos de Deus, recusem-se a compactuar, por meio de seu poder civil, isto é, o voto, para a efetivação da conspiração demoníaca vinculada à candidatura petista. Na contradição constitutiva de todo discurso é o Estado quem fornece ao cristão a arma para o combate contra as forças espirituais do mal.

Em face desse percurso analítico vemos que o sujeito do discurso materializado em C2, ao reconhecer no voto o instrumento para enfrentar a conspiração do Mal, em detrimento das armas fornecidas pela esfera religiosa, isto é, orações, hinos, súplicas e jejuns, entre outros, constitui-se na identificação com a forma-sujeito de direito. Contudo, nesse processo é afetado pelo funcionamento do efeito de sentido de medo do demônio, presente nos discursos do cristianismo medieval e também, na conjuntura contemporânea, pelo discurso cristão neopentecostal. Por ser dominado pela evidência de que a ação demoníaca no mundo supera a liberdade humana, considerada dom de Deus no discurso religioso e assumida como outorga do Estado, efeito de evidência necessário para o exercício da cidadania civil, a posição-sujeito contraidentifica-se com a forma-sujeito de direito e traz para as práticas políticas e midiáticas contemporâneas o funcionamento discursivo da noção de combate espiritual, sentidos que emergem com maior força na Idade Média e são atualizados-deslocados no discurso neopentecostal contemporâneo e espetacularizados nos rituais religiosos veiculados pela mídia, sobretudo pela televisão.

O comentário 3 (C3), foi publicado pelo mesmo sujeito empírico responsável por C2, na mesma comunidade e tópico do fórum de discussão, em 2 de outubro de 2010, e constituiu-se na resposta a outro participante do fórum, cuja postagem não estava mais disponível no

momento da coleta do material. Nele é possível observar o movimento do sujeito em construir os efeitos de coerência entre as convicções de ordem política e religiosa a partir do voto em Marina Silva.

### COMENTÁRIO 3 (C3)

© ၁၂၅၇၅၅ © - 02/10/2010

Shangai

***Todo mundo tem uma escolha..***

***Eu não vou votar na Dilma por tudo o que vc falou ai e comcordo.***

***Mas sou Cristão e penso nas lçeis que ela quer aprovar,vc deve ter visto algo ja por ai. e quando vc ofende o povo cristão vc so me faz sentir pena de vc porq vc esta representando ser do tipo ateu que não acredita em nada.***

***igual a esse ser desprovido que não tem coragem nem de mostrar a cara.***

***Eu concordo que com certeza a pessoa mais preparada é a Marina e torço pra que éla va pro segundo turno.***

***Porque éla sabe que sentar na cadeira de presidente não é pensar em quanto roubar e sim no lado fraco do povo e alem de ja ter sido pobre do meio do mato éla é cristã e isso é um ponto que valorizo muito néla,porq nem o Partido Cristão que é cheio de Babacas usando o nome de Deus para serem eleitos passam a segurança que éla passa.***

***Mas é bom debater com pessoas que acham que a politica se resume só a comparações e que tudo que surge é falso.***

***eu sou cristão e torço pra que éssa vaga satanista e hipocrita perca***

Em sua resposta ao usuário denominado Shangai, o autor de C3 inicia pela evocação do princípio da liberdade manifestado na sequência “***Todo mundo tem uma escolha..***”. Embora a liberdade, conforme mencionado na análise anterior, seja um princípio caro ao cristianismo, a sua presença na superfície do discurso, nas condições de produção de uma réplica, isto é, resposta a outro comentário, mostra a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito de direito, que exige uma postura de diálogo democrático, própria do estado burguês. Dessa forma, mesmo que a discussão envolva a temática religiosa, cujos discursos tendem ao maniqueísmo e ao dogmatismo, impõe-se ao sujeito, pela via do inconsciente, a necessidade de parecer aberto ao diálogo. Confere-se, assim, um efeito de credibilidade ao discurso, visto que não se produz a imagem de um devoto convicto que atribui a si a posição de detentor exclusivo da verdade, mas de um cidadão cristão, disposto a sustentar, pela via da razão, as suas escolhas eleitorais.

Esse efeito, contudo, não se sustenta ao longo da formulação do comentário, uma vez que em sequências como “***quando vc ofende o povo cristão vc so me faz sentir pena de vc***

*porq vc esta representando ser do tipo ateu que não acredita em nada.*”, a expressão do sentimento de pena por parte do sujeito do discurso em relação ao seu oponente se faz pelo funcionamento do efeito de eleição, isto é, predileção, próprio da esfera religiosa, em que a adesão à fé passa a ser considerada como motivo de superioridade por parte do fiel. Estabelece-se, assim, uma assimetria no jogo de imagens em que da posição de religioso devoto, o sujeito do discurso atribui ao seu interlocutor, desprovido de fé (“ateu que não acredita em nada”), posição inferior. Sobre essa assimetria, explica Orlandi (2011, p. 250):

A fé distingue os fieis dos não-fieis, os convictos dos não convictos. Logo, é o parâmetro pelo qual se delimita a comunidade e constitui o escopo do discurso religioso em suas duas formações características: para os que creem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não creem, é uma ameaça.

Essa distribuição de lugares no discurso contribui para a produção do efeito de descrédito para o discurso oponente, uma vez que se trata do discurso de alguém digno de pena. Dessa forma, a igualdade democrática e até mesmo a caridade cristã cedem lugar a um efeito de arrogância motivada pelas convicções religiosas.

O discurso do eleitor a respeito de suas escolhas na conjuntura eleitoral de 2010 estrutura-se, no fio intradiscursivo, a partir de dois movimentos: por que não votar em Dilma e por que votar em Marina. A justificativa para não votar na candidata petista, além de motivos que não foram possível recuperar, assenta-se no perigo que a sua eleição consistiria para os valores morais defendidos pelo cristianismo, conforme materializado na seguinte sequência: “Eu não vou votar na Dilma por tudo o que vc falou ai e comcordo. Mas sou Cristão e penso nas lçeis que ela quer aprovar,vc deve ter visto algo ja por ai”. Funcionam nessa sequencia, o conjunto de discursos que circulavam na grande mídia e nas redes sociais a respeito da ameaça petista em relação a temas já mencionados como o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a restrição à liberdade de culto.

Essa memória discursiva presente na constituição-formulação da justificativa eleitoral aciona o efeito de medo no discurso do sujeito eleitor. Se em seu comentário anterior o medo se dava em relação às forças satânicas, desta vez o temor se desenvolve em relação ao próprio funcionamento do Estado, cuja continuidade do empoderamento pelo PT importaria aos cristãos práticas contrárias à sua doutrina. Observamos nesse temor a submissão do sujeito do discurso à forma-sujeito de direito submissa ao Estado, interpelado a obedecer às leis. A sua militância, portanto, é movida por essa necessidade de evitar que o aparato do Estado seja posto a serviço de interesses contrários à moral cristã. Nesse movimento, o sujeito não chega a desidentificar-se com os saberes da FD que o domina, mas se mostra afetado pelo discurso cristão, do qual derivam os valores cuja preservação ele postula.

O tema do satanismo, mobilizador das discussões da comunidade é retomado no final do comentário: **“eu sou cristão e torço pra que essa vaga satanista e hipócrita perca”**. Além do não atendimento aos padrões da escrita formal, sobre o qual se discutirá a seguir, observamos a designação vulgar com que o sujeito do discurso se refere à candidata petista: vaca satanista e hipócrita. A utilização de tais termos indica a identificação do sujeito com discursos machistas, a partir dos quais a fêmea bovina é associada à promiscuidade, constituindo-se, assim, em elemento depreciativo para uma mulher, a partir da ótica das bases patriarcais da sociedade brasileira. Consideramos o tratamento ofensivo à candidata que se rejeita, indício da resistência do sujeito às duas formações discursivas com que se identifica, pois tal atitude, materializada no discurso, rompe tanto com os efeitos de sentido decorrentes da caridade a ser perseguida pela forma-sujeito religioso, quanto pela civilidade inerente à forma sujeito de direito.

Devemos observar a regularidade da expressão “eu sou cristão” com que o sujeito do discurso inicia duas de suas três considerações a respeito da candidata do PT. Compreendemos que essa insistência indica o movimento de sua parte em indicar a identificação com a FD cristã. Contudo, destacamos que a necessidade de explicitar tal filiação indica que não há plena dominação da posição-sujeito pelos saberes dessa FD. Pelo funcionamento do discurso já analisado acima, associado à marca sintática “mas” (relação de adversidade), vemos a tensão nos processos de identificação do sujeito que reconhece a autonomia do Estado e a ele se submete, mas que, concomitantemente, teme o seu empoderamento por tendências contrárias às suas convicções religiosas. Em nome de sua fé, é interpelado a se manifestar publicamente por meio do engajamento em debates virtuais. Ao fazê-lo, esse sujeito, de forma pré-consciente, inscreve na superfície textual essa marca de dever que lhe é imposto por meio da repetição de um traço mobilizador pelo qual se quer reconhecido: “Mas sou cristão”.

Nota-se ainda, nesse gesto, o funcionamento do imaginário da tradição a que se refere Charraudeau (2011). Nessa dinâmica, o sujeito ancora-se na fidelidade aos seus valores mais puros, representados pela tradição cristã, para posicionar-se contra a ameaça da modernidade e seus valores representados pela candidatura petista. Nessa conjuntura, a expressão “Mas eu sou cristão” sinaliza para os saberes que esse imaginário impõe ao sujeito do discurso. Por fidelidade à tradição, é interpelado a defender, mesmo que submisso ao Estado, as referências divinas que caracterizam a sua ancestralidade.

Além de sua rejeição à candidatura de Dilma Rousseff, o comentário do sujeito eleitor trata também de sua preferência pela candidatura de Marina Silva. Essa opção político-partidária se materializa, no fio intradiscursivo, em um primeiro momento, a partir da perspectiva da competência técnica da candidata, designada como “a mais preparada”. Essa designação aciona uma rede de memória bastante característica do discurso político-eleitoral:

escolher o candidato melhor preparado, isto é, aquele em melhores condições de assumir a administração, neste caso, do Estado brasileiro. Essa memória funciona no discurso a partir da evidência de que existiriam um conjunto de atributos pessoais que qualificariam determinado candidato para o cargo eletivo e, por conseguinte, desqualificariam os demais. Essa evidência funciona a partir do funcionamento da imagem do candidato produto de que fala Nunes (2004). Uma vez que a aquisição eleitoral envolve em pagar antecipadamente com o voto e receber, *a posteriori*, em serviços públicos, o eleitor é instado a analisar previamente em quem investir o seu capital político-eleitoral, isto é, o voto. É essa rede interdiscursiva que se estabelece a partir da designação “a mais preparada”.

Ademais, a inscrição na superfície textual da preocupação com o “preparo” da candidata, assinala a identificação do sujeito com os discursos a respeito da seriedade da escolha dos candidatos, com o que se espera de um efetivo cidadão, individuado pelo Estado, no exercício democrático do voto. Essa identificação resultou no efeito de sentido de negação dos discursos que atribuiriam a certos eleitores cristãos a alienação em relação aos critérios técnicos para a escolha dos candidatos, com prevalência exclusiva das convicções religiosas do candidato como único requisito para merecer o voto desses eleitores.

Na sequência, o sujeito eleitor acrescenta outras justificativas a respeito de sua preferência pela candidata do PV: “Porque éla sabe que sentar na cadeira de presidente não é pensar em quanto roubar e sim no lado fraco do povo”. A explicação formulada pelo sujeito se desenvolve, portanto, a partir de dois critérios: honestidade e compromisso com os pobres.

O tema da honestidade relaciona-se, por via interdiscursiva, aos discursos a respeito da corrupção endêmica que caracterizaria o cenário político brasileiro, em todas as esferas de governo, disseminado pela mídia sob a forma de sucessivos escândalos envolvendo ocupantes de cargos públicos. Presentifica ainda vários movimentos presentes na sociedade que apontam o voto como arma contra a corrupção. Por se tratar de um comentário que postula o repúdio à candidatura petista, podemos apontar também para a relação interdiscursiva com os dizeres que atribuem ao PT a responsabilidade pela instauração de uma rede de corrupção jamais vista no país (cf. ZAMPAR, 2014). Acrescentemos a isso as denúncias sobre improbidade e tráfico de influência envolvendo Erenice Guerra, colaboradora direta de Dilma Rousseff e sua substitua na Casa Civil. Estabelece-se, assim, uma complexa teia de relações interdiscursivas que atravessam, no nível da constituição, o discurso do sujeito eleitor, e funcionam como evidências para uma escolha racional e que se deseja não devota da candidata à Presidente da República.

Devemos ainda considerar o uso da expressão “sentar-se na cadeira”, utilizada pelo eleitor como sinônimo de ocupar o cargo de Presidente. O uso dessa metáfora cunhada a partir dos usos populares da linguagem aponta para o funcionamento da ilusão necessária ao sujeito de que a internet, sobretudo a rede social em questão, permite-lhe dizer o que quer do

jeito que quer. Coloca-se, assim, por negação, em relação às coerções comumente impostas pela mídia convencional, que além de não possibilitar a participação direta do cidadão, ainda tende a desconsiderar qualquer intervenção que não corresponda ao uso culto da língua. Além disso, os registros formais da língua correspondem também aos discursos formulados pelos ocupantes do poder, indistintamente associados à corrupção e à exploração do povo. A formulação, portanto, a partir da linguagem popular, sinaliza também para a resistência do sujeito do discurso em identificar-se com essas posições. Em outras palavras, ao assumir posições discursivas contrárias aos atos desonestos atribuídos à maioria dos sujeitos políticos, o sujeito, da posição de eleitor, o faz por meio de recursos linguísticos próximos da grande massa, não se valendo da linguagem característica daqueles de quem quer se distanciar.

O compromisso de Marina Silva com os pobres, segunda razão pela qual o sujeito do discurso defende a sua candidatura, materializa-se pela expressão “[pensar] no lado fraco do povo”. Essa afirmação sinaliza a adesão do sujeito do discurso às posições progressistas da política e da religião. A esse respeito, a formulação do discurso do eleitor inscreve em seu comentário, por meio do vocábulo “lado”, a memória a respeito da luta de classes, pois, por derivação parafrástica, produz o efeito de sentido de que na sociedade não estão todos do mesmo lado. Nesse funcionamento discursivo, estabelece-se a existência de um lado do povo e, por conseguinte, de um outro lado, que corresponderia por paráfrase, ao não povo, isto é, aos ricos, à elite. O emprego do adjetivo “fraco” faz funcionar a negação da simetria de forças entre essas duas classes, já que ao povo corresponderia o lado fraco e, por conseguinte, ao não-povo se atribui o lado forte. Recuperam-se, assim, por via interdiscursiva o pressuposto relativo às teorias marxistas, segundo as quais a sociedade capitalista estaria dividida em duas classes antagônicas e injustamente assimétricas: aqueles que detêm os meios de produção (burguesia) e os que vendem sua força de trabalho para fazer funcionar a cadeia produtiva capitalista (proletariado).

Nessa perspectiva, em uma vertente progressista da política, seria necessário ao Estado garantir à classe trabalhadora (proletariado) as condições para superar essa relação injusta. Em termos de condições de produção é preciso considerar ainda que a candidatura de Dilma Rousseff tinha como uma de suas bandeiras a garantia e a ampliação dos programas sociais implantados pelo governo Lula. Dessa forma, a associação de Marina ao compromisso com os pobres, traz consigo também o efeito de sentido de tranquilizar os eleitores das camadas menos favorecidas quanto à retirada dos programas de distribuição de renda destinados a esse público e assinala que o sujeito do discurso identifica-se com a vertente progressista do discurso político.

Em termos religiosos, ao afirmar que a candidata do PV preocupa-se com “o lado fraco do pobre”, o discurso do sujeito eleitor relaciona-se interdiscursivamente às vertentes

progressistas do cristianismo, isto é, àquelas associadas à opção preferencial dos pobres. Pela via da constituição, fazem-se presentes todos os discursos bíblicos que se sustentam pela preferência de Deus pelos pobres, paulatinamente assumida pelo cristianismo desde os seus primórdios, conforme destaca Mackenzie (1983, p. 732):

O cristianismo foi o único movimento de importância no mundo romano que teve a sua origem e seu desenvolvimento nas classes pobres e humildes. Ele conquistou a sociedade não de cima, mas de baixo. O exemplo e o ensinamento de Jesus foram tais que a Igreja dos séculos primitivos pode considerar-se sem dificuldade como a Igreja dos pobres.

Conforme já mencionado, no contexto brasileiro, sobretudo do catolicismo, a Igreja dos Pobres não se constituiu em consenso. Foi defendida pelos adeptos da chamada Teologia da Libertação e considerada perniciososa por aqueles que viam na defesa dos pobres, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o sinal da adesão do cristianismo às ideias marxistas. Contudo, nas Conferências dos Bispos da América Latina realizadas em Medellín<sup>58</sup> (CELAM, 2010) e Puebla<sup>59</sup> (CELAM, 2009), o episcopado referendou a opção preferencial pelos pobres. Podemos, assim, afirmar que o sujeito do discurso, ao defender a candidatura de Marina Silva, marca-se afetado por esses saberes referentes a um discurso cristão progressista, comprometido com a superação das desigualdades sociais. Ainda que não seja católico e nem tenha travado contato direto com os posicionamentos oficiais, observamos a sua identificação inconsciente com os saberes que sustentam seus discursos e que retornam na escolha e defesa de sua candidata à Presidência da República.

Esse posicionamento é intensificado por meio da inscrição, na superfície textual, das origens da candidata do PV, formulada pelo eleitor por meio da expressão: “ter sido pobre do meio do mato”. Essa relação produz o efeito de sentido de pertencimento de Marina às camadas populares mais excluídas, pois veio do meio do mato, do interior da floresta amazônica, totalmente alijada da vida urbana e das oportunidades associadas, em alguns discursos, aos grandes centros urbanos. Essa relação de pertença acentua o aspecto de ser Marina a mais preparada para o cargo, não apenas pelos critérios técnicos, mas por ter vivido a exclusão, e, nesse efeito de evidência, por tê-la experimentado e superado, teria melhores condições de combatê-la. Reforça-se, assim, o efeito de filiação do sujeito do discurso aos pré-construídos derivados do discurso marxista, uma vez que considera, em termos de formulação, a superação das desigualdades como resultado da luta dos próprios excluídos. Por assim ser, por ter vivido a pobreza e a exclusão, Marina seria a candidata com melhores condições de colaborar para que outros brasileiros também viessem a sair da invisibilidade

---

<sup>58</sup> Realizada em Medellín, Colômbia, em 1968.

<sup>59</sup> Realizada em Puebla de Los Angeles, México, em 1979.

econômica, social e cultural, por permitir a identificação dessa camada do eleitorado com a sua trajetória.

Há ainda que se considerar o funcionamento desses efeitos de sentido em relação às condições de produção do processo eleitoral em 2010, em que à frente de Marina nas pesquisas encontravam-se dois candidatos nascidos e criados em duas importantes capitais do sudeste brasileiro: São Paulo (José Serra) e Belo Horizonte (Dilma Rousseff). Nessa conjuntura, mesmo a candidata do Partido dos Trabalhadores passa a ser afetada por essa memória a respeito de sua origem um pouco mais abastada.

Por último, são evocados os princípios cristãos da candidata como diferencial para a preferência por sua candidatura: “éla é cristã e isso é um ponto que valorizo muito nela, porq nem o Partido Cristão que é cheio de Babacas usando o nome de Deus para serem eleitos passam a segurança que éla passa”. O processo de formulação se dá pela oposição entre ser cristão e usar o nome de Deus para se eleger. Observamos, a partir dessa expressão, que o sujeito eleitor é afetado, mesmo quando a temática é a religião, pelos discursos a respeito da escolha de candidatos com critérios de candidatos. Conforme já apontamos acima, há um movimento da posição-sujeito em escapar do lugar das escolhas cegas, motivadas apenas pelos aspectos religiosos. Inclusive isso se inscreve no fio intradiscursivo pela expressão “isso é um ponto que valorizo, muito nela”. O elemento religioso é deslocado nessa conjuntura e passa a figurar como um ponto entre outros: é importante, para a posição ocupada pelo sujeito, que o candidato seja preparado, honesto, comprometido com os pobres e também cristão.

Esse desejo por racionalidade e criticidade na escolha eleitoral se materializa também na comparação entre Marina Silva e candidatos filiados a partidos declaradamente cristãos, a partir do efeito de sentido de credibilidade, visto que tais candidatos não “passam a segurança que ela passa”. Não há, contudo, indicação da referência dessa segurança passada pela candidata que pode situar-se tanto no plano político ou no plano religioso. De qualquer modo, esse processo aponta para o lugar que o sujeito atribui a si no jogo discursivo: além de possuir o diferencial de ser cristão, não se considera qualquer cristão, mas um religioso esclarecido, apto a conjugar os princípios do cristianismo com a perspectiva ética e democrática da política e da gestão pública coerentes com o estado democrático de direito.

Com relação aos candidatos de partidos cristãos, desqualificados pelo sujeito eleitor por meio do adjetivo “babacas” e aos quais se atribui a usurpação do nome de Deus com fins eleitoreiros, pode-se relacionar interdiscursivamente o seu funcionamento aos vários discursos a respeito dos líderes religiosos que iludem os fieis com a finalidade de obter vantagens pessoais. Observamos na constituição desses discursos, a imagem do pastor, bastante cara ao imaginário judaico-cristão por sua intensa presença nas narrativas bíblicas, inclusive com conotação política:

O título de pastor é dado aos dirigentes do povo, que incluem o rei, os funcionários reais, os anciãos, todos os que têm autoridade. [...] Quase todas as passagens que usam do título censuram os pastores por não enfrentarem as suas responsabilidades. (MACKENZIE, 1983, p. 697-698)

Com o advento do cristianismo, é o próprio Cristo que se autodenomina “bom pastor”, aquele que dá a vida por suas ovelhas, conforme discurso relatado por João no décimo capítulo do seu Evangelho. Isso distingue daqueles a quem chama de mercenários, interessados apenas no próprio proveito e fogem quando o rebanho é ameaçado: “Existe tanto pastor interessado nas ovelhas por causa da carne ou da lã; ou para se promover às custas delas! Jesus não: faz-se presente para estar com as ovelhas; para defendê-las, e cuidar dos interesses delas” (CNBB, 2000, p. 91). Mackenzie (1983, p. 698) ressalta também a força dessa imagem já no cristianismo nascente: “A imagem de Jesus como bom pastor foi uma das imagens favoritas nos primeiros séculos cristãos, e talvez as mais antigas representações artísticas de Jesus mostrem-no como o bom pastor”.

Essa imagem do Cristo-Pastor sustenta os efeitos de sentido do discurso do sujeito-eleitor quanto ao diferencial entre Marina e os demais candidatos que se intitulavam cristãos, inclusive por força da sigla a que estavam filiados. Nesse funcionamento discursivo, atribui-se a candidata do PV a posição de cristã verdadeira, comprometida com as causas do povo, equivalente à imagem do Cristo bom pastor, aquele que conhece de perto a realidade de suas ovelhas. Esse efeito de sentido é intensificado pelas evocações da origem pobre e geograficamente marginalizada da presidenciável. Já aos outros “babacas” que usam o nome de Deus para se eleger, atribui-se o lugar dos maus pastores ou mercenários, aqueles que são repreendidos pela força divina. Esse processo é acentuado pela conclusão de que os demais candidatos cristãos “não passam a segurança que ela passa”, que desencadeia o efeito de que o título de cristão assumido por um pretense governante, por si só, não é garantia de segurança. É esse efeito que distingue Marina Silva dos mercenários cristãos e sustenta, do ponto de vista religioso, a escolha eleitoral do sujeito do discurso.

Há que considerarmos ainda a forma como as palavras foram grafadas na formulação do comentário em análise. Mais do que problemas de digitação, observa-se intenso desrespeito às normas ortográficas que, mais do que apontar para um possível nível baixo de escolaridade por parte do sujeito eleitor, mostra o funcionamento exacerbado do efeito de liberdade de expressão possibilitada pela internet, no qual prevalece a ilusão de um ambiente desprovido de qualquer forma de controle, inclusive quanto aos padrões formais da escrita. Isso provoca a supervalorização do conteúdo em detrimento da forma, inclusive como reflexo de um processo inconsciente de negação e resistência aos padrões adotados. Recordemos que o próprio Pêcheux (1997a) reconhece a desestruturação da sintaxe, o falar a própria

língua como se fosse uma língua estrangeira, como índices da resistência do sujeito. Ademais, devem também ser consideradas as condições de produção do comentário, isto é, a réplica ao posicionamento do eleitor denominado de “Shangai”. Essa conjuntura intensifica a avidez pela liberdade de expressão, ou seja, poder, na resposta, dizer o que quiser e, ao mesmo tempo, replicar com agilidade. Tais fatores desencadeiam um processo de escrita muito próximo do ritmo da fala e descomprometida com o padrão culto da língua, visto que o importante passa a ser responder o quanto antes ao oponente.

No gesto de descrição-interpretação desenvolvido até este ponto, observamos que o sujeito encontra-se dominado pela forma-sujeito de direito que o interpela a produzir seu discurso a partir do efeito de evidência do eleitor consciente que, mesmo afetado por convicções religiosas, pauta-se em critérios para realizar suas escolhas. Nessa conjuntura, mesmo repudiando a liberalidade moral e o satanismo representados por Dilma Rousseff, a escolha de um candidato cristão se faz pelo efeito de desejo de alguém que reúna atributos técnicos e não apenas a vinculação religiosa, razão que justificaria o voto em Marina Silva, visto se tratar de um comentário produzido ao final do primeiro turno das eleições presidenciais de 2010.

No processo de identificação com a forma-sujeito de direito, na posição de eleitor, o sujeito do discurso mostra-se afetado pela visão política de esquerda, assinalada pela preocupação com os mais pobres, com o “lado fraco do povo”. Tal postura encontra-se associada também a uma perspectiva religiosa progressista, de opção preferencial pelos pobres. Há, portanto, uma profunda tensão na constituição desse sujeito, visto que, submisso ao Estado, é interpelado ao discurso de um bom cidadão, coerente com as instituições democráticas e preocupado em votar de forma consciente. Contudo, ao ser afetado pelos discursos de esquerda, assume também a posição de quem espera a transformação da conjuntura social, política e econômica, o que implica em oferecer resistência à condição de sujeito individuado pelo Estado, cumpridor dos seus deveres, defensor da lei e da ordem. Movimento análogo se dá ao ser afetado pela formação discursiva religiosa em que a defesa dos mais fracos sinaliza para uma vertente de esquerda, mais engajada nas causas sociais, na construção de um paraíso já aqui na terra.

Contudo, a preocupação com o satanismo, mostra-o também afetado pelo discurso cristão devoto de origem medieval e atualizado pelas igrejas neopentecostais, o qual, por atribuir ao demônio poderes de ação direta sobre a realidade humana, minimiza o poder de interferência humana nos destinos do mundo. Há ainda que considerarmos que, dominado pela forma-sujeito de direito, o discurso formulado a partir da posição-sujeito eleitor, desloca para o Estado, na pessoa do ocupante do cargo eletivo, a função de propiciar a sensação de segurança ao povo. Se para o sujeito medieval essa função pertencia a Deus, reconhecido como guarda e guia do seu povo, a submissão ao Estado que caracteriza o sujeito de direito

o faz buscar nessa esfera tal garantia, daí a necessidade de escolher um candidato que lhe passe segurança, já que a sua identificação mais intensa se faz pela dominação pelo Estado e não por Deus.

Ao se comparar as tomadas de posição do sujeito do discurso em C3 em relação a C2, podemos apontar que a dominação pela forma-sujeito de direito se mostra mais intensa no último comentário do que no primeiro. Naquele, embora já se postulasse a sua identificação com a forma-sujeito decorrente da FD capitalista, a formulação do seu discurso apresentava mais intensamente a sua condição de afetado pelo discurso religioso devoto. Já no comentário em pauta, esses traços, embora presentes, mostram-se menos intensos, ao passo que ganha força o discurso ligado à opção preferencial pelos pobres, não considerado aqui em sua vinculação direta com o catolicismo, mas como traço constitutivo de um cristianismo preocupado com as questões sociais. Permanece e ganha força os efeitos de sentido relacionados ao poder do voto no Estado democrático de direito.

Essa variação pode ser interpretada a partir das condições de produção dos comentários em análise. O primeiro direcionava-se aos eleitores que se identificavam com a designação de Filhos de Deus, isto é, indenticados com os discursos religiosos. Nessa conjuntura, o sujeito do discurso, por meio das formações imaginárias, atribui ao seu interlocutor a posição de irmão de fé, conhecedor dos preceitos religiosos e que, portanto, tinha a questão da luta contra o mal como efeito de evidência. Desse modo, a formulação do discurso se estrutura a partir da importância de utilizar o voto como arma nesse combate espiritual. Já no segundo comentário, o sujeito atribuiu ao seu interlocutor o lugar da incredulidade, a partir do qual as questões relacionadas à conspiração satânica torna-se menos relevante. Desse modo, a posição-sujeito de cidadão se sobrepõe à de cristão devoto, e a defesa à candidatura de Marina Silva passa a se amparar por uma rede de discursos que se sustentam a partir do voto consciente e com o compromisso do povo.

Essa mudança sinaliza a força que as condições de produção exercem no processo de constituição e formulação do discurso. Embora não tenha provocado a desidentificação com a forma-sujeito de direito, determinaram a intensidade com que outros saberes afetaram o sujeito do discurso e propiciaram o afloramento de formulações outras em relação à temática das escolhas eleitorais em 2010. Sem que ocorresse a desidentificação, a formulação do discurso assumiu outras vertentes a partir de saberes sobre a religião e o funcionamento do Estado, no regime democrático, já comportados pela FD dominante.

O comentário 4 (C4) foi publicado na comunidade do *Orkut* “Dilma com DEUS não se brinca”, no tópico, “Por Favor galera nos ajude ã vote na Dilma”, em 29 de setembro de 2010, isto é, na última semana da campanha do primeiro turno das eleições presidenciais. Nele materializam-se os movimentos da forma-sujeito em buscar candidatos que sejam do agrado da divindade. Em termos de formulação, difere-se do anterior por não defender o voto

em determinado candidato, mas apelar para que, não se voto em Dilma, por respeito à divindade.

COMENTÁRIO 4 (C4)
<p>Carol Rodrigues - 29/09/2010</p> <p>Essa Dilma desafiou JESUS CRISTO</p> <p>Meus amados Irmãos(as) peço carinhosamente que não volte na Dilma 13 procure o presidente Envagelico,a Dilma desafiou JESUS CRISTO coisa que não se faz desafiar nosso JESUS CRISTO... Pessoal peço a todos os envalicos e não envagelicos que não volte na Dilma procure o candidato envagelico e que tem fé em DEUS PAI TODO PODEROSO....</p>

O comentário manifesta o posicionamento negativo do sujeito do discurso em relação à candidatura de Dilma Rousseff e conclama os leitores do fórum a não votar na petista e a procurar um candidato evangélico. A justificativa para rejeitar a candidatura do Partido dos Trabalhadores baseia-se em uma suposta atitude da candidata em desafiar Jesus Cristo. Sustenta-se a partir de uma rede interdiscursiva relacionada a supostas afirmações de Dilma Rousseff de que nem Deus (ou Jesus Cristo) lhe tiraria a vitória eleitoral. Embora a campanha petista tenha se ocupado de desmentir tais versões e não tenhamos conseguido recuperar as cenas da campanha que comprovem tal afirmação, esse efeito de sentido passou a povoar intensamente os discursos a respeito da campanha presidencial. A essa fala atribuída à presidenta foi associada outra semelhante supostamente formulada por Tancredo Neves, presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, em 1985, que não chegou a tomar posse devido a um mal que lhe acometeu na véspera da posse e uma série de afirmações semelhantes, tais como: Nem Deus afunda o Titanic e os Beatles são mais famosos que Jesus Cristo. Essa rede interdiscursiva funciona a partir da evidência de que a morte inesperada de Tancredo Neves, o naufrágio do Titanic e a morte trágica dos componentes da banda inglesa seriam respostas divinas à arrogância e prepotência humanas.

Nessa perspectiva, o apelo para não votar em Dilma funciona a partir do efeito de sentido de medo da ira divina: “Dilma desafiou JESUS CRISTO coisa que não se faz desafiar nosso JESUS CRISTO”. A partir da memória discursiva a respeito da (má) sorte que tiveram aqueles que, na história recente da humanidade ousaram desafiar a divindade, seja o Pai (Deus) ou o Filho (Jesus Cristo), o discurso atribui à candidata petista a posição de possível alvo da ira divina. Assim, o apelo à rejeição da candidatura petista funciona a partir do discurso do medo de que o castigo divino recaia não apenas sobre a candidata e, eventualmente, seus eleitores, mas sobre toda a nação brasileira. É desse lugar do medo da resposta divina à

ousadia da candidata que o sujeito do discurso é instado a manifestar-se publicamente e conchamar os seus irmãos e irmãs a não votarem em Dilma.

Consideramos que esse efeito de sentido a respeito do perigo de se afrontar a divindade já está presente no título da comunidade em que o comentário foi veiculado: “Dilma com Deus não se brinca”, que no discurso do sujeito eleitor é parafraseado como “coisa que não se faz”. Ambas as circulações produzem o efeito de sentido de censura à atitude da candidata petista, o qual se associa aos que, porventura, vierem a votar nela e, por conseguinte, coadunarem com tal ousadia.

A relação da posição-sujeito com o ente divino se materializa na forma como o nome do Cristo aparece grafado em seu comentário, isto é, capitalizado, com todas as letras maiúsculas. Mais do que o mero destaque visual, a repetição desse gesto aponta para uma relação de submissão, em que a divindade é posta nos patamares mais elevados, análogo aos altos céus onde o sujeito crê ser sua habitação, muito acima das frágeis realidades humanas. Dessa forma, ao capitular o nome do Cristo, inscreve-se na superfície textual o seu caráter onipotente e, ao mesmo tempo, reforça-se o efeito do medo de sua ira. Esse efeito de sentido será reforçado pela formatação do termo “DEUS PAI TODO PODEROSO”, em que a onipotência passa a figurar no fio intradiscursivo e, à semelhança do Filho (Jesus Cristo), o Pai é também posto acima da condição humana, fora do seu alcance, de modo que, desafiá-lo, seria um gesto de imperdoável ousadia e de terríveis consequências, as quais o sujeito do discurso procura evitar.

A respeito da imagem do Pai no imaginário cristão, explica Cantalamessa (1999, p. 5):

Há várias razões que podem explicar esse ofuscamento do Pai. Uma delas pode ser identificada justamente dentro da Igreja, na maneira pela qual vinha sendo apresentado o Pai, especialmente em algumas passagens da Sexta-Feira Santa, que reevocam a Paixão de Jesus. O Pai era apresentado como um Ser implacável, à espera que lhe fosse pago o preço do resgate, o preço que sua justiça exigia pelos pecados dos homens.

Observamos ainda o uso, no discurso do sujeito eleitor, da expressão “nosso Jesus Cristo”. Embora possa ser resultado de um descuido na digitação em que se objetivava escrever “nosso Senhor Jesus Cristo”, a forma como a expressão está inscrita na superfície textual, estabelece um efeito de posse e exclusão em relação ao elemento divino, uma vez que Cristo passa a ser propriedade de um determinado grupo, neste caso, dos evangélicos, excluindo-se outras formas de pertencimento. O uso do pronome adjetivo aparece também na expressão “Essa Dilma”. Produz-se assim, um efeito de sentido de distinção e autoexclusão, uma vez que o Cristo pertence ao seletivo grupo dos cristãos evangélicos, aqueles a quem é permitido designá-lo como nosso. Já Dilma, acompanhada na cadeia intradiscursiva pelo

pronome adjetivo “essa”, apresenta vinculação imprecisa, pois pode ser de qualquer um, pode ser de ninguém, só não pode ser daqueles que possuem Jesus Cristo, é essa qualquer.

Nessa perspectiva, a solução proposta para se evitar a ira divina é a eleição de um candidato evangélico: “procure o candidato evangélico e que tem fé em DEUS PAI TODO PODEROSO...”. Embora não se inscrevam na cadeia intradiscursiva as razões para tal escolha, a posição de submissão que o sujeito atribui a si em relação à divindade, estabelece a dupla relação constitutiva afronta-adulação. Nessa perspectiva, se o voto em Dilma pode atrair a ira divina, o simples fato de votar e/ou eleger um candidato evangélico seria razão para se contar com os benefícios da divindade a que se teria agradado. Esse efeitos de evidência corroboram o caráter argumentativo que a religião assume nas escolhas eleitorais de modo que, em última instância, torne-se evidente considerar no valor sobrenatural do voto. Observemos que, no discurso em análise, não é formulado qualquer outro atributo para a escolha do candidato agradável a Deus e às convicções do sujeito eleitor que não seja o ser evangélico. Esse critério, além de demonstrar que o sujeito não se identifica com os discursos que preconizam a reflexão por parte do eleitor a respeito do candidato a merecer a confiança do seu voto produz também o efeito de exclusão, na medida em que não busca um candidato cristão, mas evangélico.

Podemos apontar, a partir do gesto de análise empreendido, que a posição-sujeito encontra-se dominada pelos saberes da formação discursiva medieval, isto é, aqueles que correspondem à forma sujeito da Idade Média, submissa a Deus. Dessa forma, torna-se lhe inconcebível, pelo funcionamento discursivo, pensar que alguém que não se submeta à divindade e, ainda mais, alguém que tenha afrontado o ente divino, venha ocupar impunemente o mais alto cargo do Poder Executivo Nacional. Essa forma-sujeito vincula-se a posturas de submissão e medo, segundo as quais, é preciso subjugar-se à autoridade divina a fim de evitar a sua ira. Esses saberes são perpassados pela imagem do Deus da Idade Média: excelso e soberano que, como justo juiz, vigia a humanidade e lhe concede a justa recompensa por seus atos bons ou ruins. Essa imagem medieval associa-se também à imagem de Deus presente no Antigo Testamento das narrativas bíblicas, em que a justiça se sobrepõe à misericórdia.

Desse modo, o sujeito religioso é interpelado a obedecer a Deus, até mesmo em duas escolhas políticas, e, assim, evitar a sua ira, conforme o funcionamento de um bom sujeito dominado pela força da figura divina.

O comentário 5 (C5) foi publicado também no tópico “Por Favor galera nos ajude ã vote na Dilma”, na comunidade do *Orkut* “Dilma com DEUS não se brinca”, na mesma data que C4, isto é, 29 de setembro. Diferentemente dos anteriores, nele começam a se inscrever traços do discurso do voto consciente, embora a religião ainda se apresente com bastante intensidade como fator determinante da escolha do eleitor.

## COMENTÁRIO 5 (C5)

♣ M<sup>g</sup>@ ♣ Am<sup>a</sup>Nd@ ♣ - 29/09/2010

Independente de religião, seja a favor da vida!

**Nunca fui muito ligada em eleição, mas sempre busquei escolher meus candidatos de forma responsável, pois sei que minha decisão junto com as de mais não afetara só a mim, mas todo o país. Não escolho os candidatos por partidos e sim por suas propostas, por seu comportamento diante da sociedade. Agora com todas as pequenas declarações que Dilma fez, sei que não é este tipo de presidente que quero para meu país, pois o brasil sempre foi considerado um dos países mais católico do mundo, como podemos agora eleger alguém que é contra aquilo que Deus ensinou, que o desafia com suas declarações. Espero que todos os brasileiros independente de sua religião pese bem as propostas que essa mulher oferece, pois aquele que apoia-la estara negando os ensinamentos de Cristo. LEMBRE-SE: Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei**

No comentário C5 o sujeito do discurso mobiliza suas convicções pessoais como forma de persuadir a todos os eleitores, independente de seus posicionamentos religiosos, a não votarem na candidata petista, conforme se observa no título do comentário: “Independente de religião, seja a favor da vida!”. Esse apelo inscrito no título da comunidade faz presente a rede interdiscursiva a respeito da posição favorável da candidata petista em relação ao aborto. Nesse sentido, sustenta-se pelos discursos a respeito da defesa da vida. Assim, a expressão “defesa da vida”, extrapola a dimensão religiosa e passa a funcionar a partir do aspecto humanitário, visto que o direito à vida é tido consensualmente como princípio fundamental da sociedade humana, possuindo, assim, a capacidade de afetar a todo o ser humano, independente de suas filiações religiosas. Por relação parafrástica podemos ainda deslocar os sentidos dessa expressão de modo a atribuir aos que discordam da sua posição uma postura contrária à vida, ou seja, favorável à morte. Ainda nessas relações, o direito à vida evoca, por relação parafrástica, o direito de nascer, ao mesmo tempo em que silencia o direito às demais garantias fundamentais para o desenvolvimento com dignidade da vida humana.

Na formulação de seu comentário, o sujeito do discurso desenvolve duas temáticas: a civil e a religiosa. Quanto às questões civis, seu discurso funciona a partir dos pré-construídos a respeito do voto responsável e atribui a si, no jogo das formações imaginárias, o lugar da não-militância: “nunca fui muito ligada em eleição”. Por esse lugar ocupado pelo sujeito, estabelece-se no jogo interdiscursivo o efeito de sua credibilidade, por afastar-se do lugar dos políticos e militantes tradicionais, considerados em descrédito na conjuntura daquele momento, e também na atual. Dessa forma, para a instância cidadã, nessas condições de produção, a opinião de alguém distante da militância política, além de tornar-se mais digna de

fé, intensifica o efeito de gravidade em relação aos argumentos elencados, visto funcionar pelo efeito de evidência de que a problemática é de tamanha seriedade que mobilizou até os sujeitos mais distantes da militância partidária.

Nesse jogo de imagens, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que procura desvincular-se das esferas formais da militância política, nega a posição de alienação e procura construir a seu respeito a imagem de eleitor consciente: “sempre busquei escolher meus candidatos de forma responsável, pois sei que minha decisão junto com as de mais não afetara só a mim, mas todo o país.” A escolha responsável e o senso de coletividade situam o sujeito do discurso no lugar privilegiado daqueles que, mesmo distante das discussões políticas, procura ser coerente em suas escolhas, isto é, nega o lugar da alienação, do analfabetismo político atribuído à imensa maioria dos eleitores brasileiros. Seu discurso sustenta-se a partir do efeito do pré-construído das responsabilidades individuais, de um eleitor que não milita, mas que sempre fez a sua parte. Sustenta-se a partir da memória discursiva concernente às posições individualistas, segundo as quais o bem estar coletivo é a mera soma das ações individuais (“a minha decisão junto com as demais”), razão pela qual poderia, até o momento, estar com sua consciência tranquila. Desse efeito resulta também o efeito de autoridade para poder postular a rejeição da candidata petista, visto se tratar de alguém que exerceu com responsabilidade as suas prerrogativas de cidadão. Isso se torna possível a partir do efeito de evidência de que seria possível, pelas ações individuais, alcançar a harmonia social, sentido viável somente pelo apagamento, no discurso, das contradições decorrentes da luta de classes. Em outras, palavras, o sujeito do discurso mostra-se afetado pelos saberes da formação discursiva liberal, ou, mais precisamente, neoliberal, pautada no individualismo das práticas sociais e pelo apagamento dos discursos concernentes às lutas coletivas, a partir do efeito de evidência de que basta que cada um execute, sozinho, o que lhe compete.

O individualismo liberal se materializa ainda na superfície textual pela noção do apartidarismo: “Não escolho os candidatos por partidos e sim por suas propostas, por seu comportamento diante da sociedade”. Da mesma forma que o sujeito do discurso sustenta suas ações pela individualidade, também as suas avaliações e escolhas eleitorais se dão da mesma forma: pauta-se pela ilusão necessária de que o sujeito candidato pode ser avaliado por seu comportamento individual e atribui-se individualmente a ele a responsabilidade por suas propostas. Há, portanto, um reforço do efeito de personalização do candidato, que passa a ser consumido por seus predicativos pessoais no mercado eleitoral, e a interdição dos sentidos decorrentes do funcionamento das estruturas partidárias e das relações de poder. Isso produz um efeito de simplificação do processo eleitoral que se resumiria a uma relação de indivíduos, conforme aponta o paradigma da individualização de que fala Gouveia (2009): o candidato procura atingir individualmente o eleitor e este, por conseguinte, considera-o

individualmente e oferece-lhe respostas individuais. Para que isso funcione bem, são apagadas as relações de poder e a luta de classes a partir das quais emergem os partidos políticos e tudo é relegado ao plano pessoal, individual.

A partir da inscrição, na superfície textual, a respeito do lugar que o sujeito eleitor atribuiu a si mesmo, o seu comentário passa a se ocupar do motivo de sua recusa em votar na candidata petista: “Agora com todas as pequenas declarações que Dilma fez, sei que não é este tipo de presidente que quero para meu país, pois o Brasil sempre foi considerado um dos países mais católico do mundo, como podemos agora eleger alguém que é contra aquilo que Deus ensinou, que o desafia com suas declarações.” Sua recusa tem por base o que designa de “pequenas declarações” feitas pela petista. Isso presentifica a série de discursos referentes ao obscurantismo das posições morais e religiosas de Rousseff. Uma vez que circulavam inúmeras críticas ao fato de a petista não ser explícita em suas posições sobre temas ligados a esses campos, a expressão “pequenas declarações” aciona os sentidos de um quebra cabeças que o sujeito eleitor foi montando e que o conduziu a decisão de rejeitar a proposta eleitoral do PT.

Destacamos, na formulação desse posicionamento, as marcas da primeira pessoa do singular ao se referir ao Brasil e ao seus governantes: “não é este tipo de presidente que quero para meu país”. Nessa conjuntura, a expressão “meu país”, mais do que um recurso coesivo para se referir ao Brasil, retoma o efeito de individualismo que marca o discurso do sujeito eleitor. O emprego do pronome possessivo na primeira pessoa assinala, assim, o apagamento do senso de coletividade, da construção coletiva dos rumos da nação e instaura uma relação afetiva individual, em que o sujeito é instado a defender aquilo que lhe é caro, aquilo que, de certa forma, é propriedade sua e que, por isso, deve configurar-se à sua vontade. Observemos que a formulação não se dá pela via do que seja melhor para o país, ou para o povo brasileiro, mas pela satisfação dos critérios pessoais: eu quero/eu não quero.

Nessa conjuntura, a tradição e o medo servem de argumentos para justificar a rejeição à candidatura de Dilma Rousseff. Quanto à tradição, elemento que segundo Charaudeau (2011) caracteriza o imaginário do discurso político, são evocados os discursos a respeito da catolicidade do povo brasileiro: “o Brasil sempre foi considerado um dos países mais católico do mundo”. Instauram-se, assim, efeitos de sentido segundo os quais essa tradição de religiosidade não pode ser afetada ou desconstruída pelas novidades decorrentes de preferências eleitorais. Em outras palavras, seria vexatório para o Brasil e para o seu ter na sua presidência alguém que não honrasse essa tradição: como podemos agora eleger alguém que é contra aquilo que Deus ensinou, que o desafia com suas declarações. Ser o país mais católico do mundo funciona, assim, como um título honorífico, motivo de ostentação e orgulho, que precisa ser preservado da mácula de ser governado por alguém que apresente atitudes ofensivas à divindade.

Apontamos também, de forma bastante intensa, nesse apelo, o funcionamento da categoria do discurso fundador cristão na constituição dos sentidos do ser brasileiro, já desde a chegada do colonizador. Há, assim, por parte do sujeito do discurso, uma recusa em desapegar-se de uma tradição que determina a sua identificação como membro da nação brasileira e, por conseguinte, a fim de honrá-la, torna-se possível, até mesmo, como efeito evidência, extrapolar os limites individuais da participação política e manifestar-se publicamente. Essa perspectiva se inscreve no discurso pela oposição nunca/agora: “Nunca fui muito ligada em eleição”/“Agora com todas as pequenas declarações que Dilma fez”.

Os efeitos de sentido referentes ao medo se ancoram nos rumores que circularam intensamente no período da campanha presidencial de que Dilma teria desafiado a divindade ao afirmar que nem mesmo Deus lhe tiraria a vitória, conforme discutido na análise de C4. Além de ser motivo de constrangimento para o maior país católico do mundo ter uma presidente que desafiou a divindade, a partir da relação com os discursos que tratam da ira divina desencadeada contra os que ousam desafiá-lo, produz-se o efeito de sentido de medo por parte do sujeito do discurso a respeito das consequências terríveis que a divindade imporia, não só a Dilma, mas a toda a nação brasileira caso a sua eleição viesse a se concretizar. Isso se faz possível pelo retorno do pré-construído relacionado aos primórdios da narrativa bíblica e fortemente difundido no período medieval acerca da figura divina associada à ira, à vingança e ao castigo daqueles que lhe desagradavam.

Os efeitos de sentido do medo são intensificados a partir do retorno do sujeito do discurso ao lugar do voto consciente. Contudo, espera-se que a consciência seja tocada não por argumentos racionais, mas pelo temor das consequências advindas do ato de se contrariar a divindade: “Espero que todos os brasileiros independente de sua religião pese bem as propostas que essa mulher oferece, pois aquele que apoia-la estara negando os ensinamentos de Cristo. LEMBRE-SE: Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei”. Nessa sequência discursiva, embora se persiga o sentido de esperança associado a uma escolha consciente, instaura-se o efeito de sentido de ameaça aos pretensos eleitores de Dilma que estariam escolhendo, por seu gesto eleitoral, o caminho da negação da divindade. Para tanto, evoca-se a rede interdiscursiva acerca da implacável ira divina de que não escapariam aqueles que, ao escolhem Dilma, rejeitariam a Cristo. Para esses, é lançada a tenebrosa ameaça ser negado pela divindade. Por relação parafrástica, o verbo negar pode ser deslocado para sentidos como rejeitar, abandonar, e se estabelece a partir de um efeito de reciprocidade que aquele que abandona será também abandonado.

Ao mesmo tempo, vemos que o tema da defesa da vida, aludido no título do comentário não é desenvolvido em sua formulação. Esse silenciamento indica que saberes referentes ao iminente castigo decorrente da afronta à divindade exercem maior domínio sobre o sujeito do discurso que a defesa da vida. Contudo, o fato de não ser inscrito na

superfície textual não impede que a memória discursiva a respeito das tendências abortistas da candidatura do PT funcione no comentário em análise e possa ser recuperada, por exemplo, na expressão “ser contra o que Deus ensinou”. O verbo “ensinou” nessa conjuntura presentifica o conjunto de discursos a respeito da doutrina e moral cristãs, ensinadas por Deus e difundida pelas diversas igrejas. Dessa forma, além do desafio direto ao poder divino, os efeitos de sentido do comentário em questão relacionam o voto em Dilma Rousseff a um ato de desobediência aos preceitos divinos. Uma vez que na formação discursiva cristã a desobediência se vincula ao sentido de pecado, a adesão à proposta petista passa a funcionar como ato de natureza pecaminosa e, por conseguinte, no estatuto jurídico dessa FD, passível de punição por parte da divindade que foi desrespeitada. Reforçam-se, assim, os efeitos de sentido do temor à punição divina como mobilizadores da rejeição à candidatura petista.

Nesse percurso de sentidos, não são apenas as palavras do sujeito do discurso que ameaçam, mas recorre-se a trechos bíblicos atribuídos ao próprio Cristo: “LEMBRE-SE: Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei”. A citação do texto do Evangelho, mais do que o peso do argumento de autoridade, tende a provocar no interlocutor o reforço do efeito de sentido de ameaça, uma vez que não são apenas as palavras do sujeito do discurso que o atingem, mas uma ameaça proferida pelo próprio Cristo. Na perspectiva maniqueísta que, conforme destacado, assinala o discurso religioso, aos eleitores são apresentados dois caminhos: votar em Dilma e rejeitar a Cristo ou rejeitar Dilma e escapar da ira de Cristo. O ser afetado por esse discurso sustentado pelo efeito de sentido de medo é que deverá ser o elemento diferenciador dessa escolha.

Por meio itinerário descritivo-interpretativo desenvolvido acerca de C5, podemos afirmar que o sujeito do discurso identifica-se com a forma-sujeito de direito, próprio da sociedade capitalista. A dominação pelo saberes que constituem essa forma sujeito se materializa pelo apreço pelo discurso do voto consciente, dever de todo bom cidadão e, sobretudo, pelo caráter individualista de suas tomadas de posição. Esse individualismo exterior indica a sua submissão ao processo de individuação pelo Estado: o sujeito do discurso sente-se confortável na posição de cumpridor dos seus deveres, defensor da lei e da ordem, da moral e dos bons costumes, com plenas condições de responder individualmente por seus atos e suas escolhas. Ele posiciona-se, assim, como bom sujeito dessa formação discursiva, pois não lhe oferece resistência, age sempre de forma a não ser repreendido pela sociedade. Ao mesmo tempo, mostra-se afetado pelo discurso religioso, a partir da perspectiva da defesa da tradição e medo da ira divina. Todos os esforços empreendidos pelo autor do comentário em persuadir o voto contrário a Dilma sustentam-se pelo medo de romper com a tradição católica da nação brasileira e, sobretudo, no temor de que, em decorrência do cumprimento de seus deveres de cidadão, possa escolher errado e, com isso, atrair a ira divina. Esses saberes com que o sujeito do discurso se relaciona, vinculam-se à forma-sujeito relacionada

ao cristianismo medieval, quando também as questões políticas eram resolvidas à luz da fé, sob o olhar e aprovação da divindade e que subsistiram ao advento do capitalismo e, ainda hoje, permeiam formações discursivas diferentes daquelas que originou. Isso assinala, mais uma vez, a heterogeneidade própria de toda formação discursiva, povoada de saberes diversos que afetam os processos de identificação das posições-sujeito com determinada forma-sujeito.

Na mesma comunidade, “Dilma com Deus não se brinca, foi postado o comentário 6 (C6), em 1 de outubro de 2010, a dois dias da votação do primeiro turno das eleições presidenciais. Nele se inscrevem preocupações ainda não materializadas em outros comentários a partir da preocupação com o uso de recursos públicos para a possível realização de abortos em detrimento de tratamentos para infertilidade, por exemplo.

#### COMENTÁRIO 6 (C6)

**Deyse Patricia - 01/10/2010**

**não voto em Dilma!**

**Gente é um absurdo colocar o aborto pelo sus! enquanto muitas mulheres precisam de tratamento para ter filhos... casamento de homossexuais? por favor é querer de mais tá brincando mesmo com Deus sem falar das outras coisas que ficam no anonimato. quem defende Deus não vota em Dilma!!!!**

As questões morais, sobretudo a questão do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo, estão no centro da justificativa pela rejeição da candidata petista: “Gente é um absurdo colocar o aborto pelo sus! enquanto muitas mulheres precisam de tratamento para ter filhos... casamento de homossexuais? por favor é querer de mais”. A rede de discursos a respeito da legalização do aborto a ser implementada a partir de uma vitória petista se materializa na superfície textual a partir da expressão “colocar aborto pelo sus”, qualificada como absurdo.

A menção ao Sistema Único de Saúde presentifica as tensas relações entre Estado e religião, sobretudo quando se postula a existência de um estado laico. Essa tensão se materializa, nessa temática, nos debates entre ser o aborto um atentado contra vidas inocentes e, por isso, assassinato, um crime a ser punido, e uma questão de saúde pública,

não cabendo qualquer julgamento moral por parte do Estado laico. Além disso, essa referência faz presente também a questão do financiamento da saúde do país. São acionados, dessa forma, os discursos a respeito da precariedade do sistema de saúde brasileiro e dos recursos insuficientes a ele destinados e que passariam a financiar também as práticas abortivas.

Da posição assumida pelo sujeito do discurso, tal implementação é qualificada como absurdo. Por meio da rede interdiscursiva mencionada acima, o absurdo se estabelece pela possibilidade de institucionalização pelo governo daquilo que, da posição religiosa, é considerado abominável. A transferência desse tema para a conjuntura dos debates eleitorais, a partir do comentário do sujeito eleitor, sinaliza o funcionamento discursivo da sobreposição dos valores religiosos em relação às políticas de Estado, aos moldes do que acontecia no período feudal, quando dominava a forma-sujeito religiosa e o efeito de evidência de que a autoridade política era exercida em nome da divindade, isto é, o governante age por delegação divina, devendo-lhe submissão. Ao situar-se na conjuntura do Estado laico em que a submissão à autoridade divina deixa de ser pressuposta, os processos eleitorais tornam-se os espaços de disputa a fim de que se garanta, por meio da lei e da ordem, o espaço para que governantes eleitos continuem regendo em nome de Deus.

Ainda em sua tomada de posição em relação ao aborto, considerado argumento para rejeitar a candidatura petista, o sujeito do discurso sustenta sua justificativa exclusivamente a partir da função unitiva da sexualidade humana. Nessa perspectiva, a temática do aborto é reduzida aos efeitos de sentido sobre ter ou não ter filhos, que ganha forma na sequência: “enquanto muitas mulheres precisam de tratamento para ter filhos...”. São, assim, silenciados os debates que circulam na sociedade contemporânea a respeito da dignidade da mulher, sobre sua relação com o próprio corpo, bem como a respeito das condições de produção do aborto na sociedade brasileira e as diferenças impostas em decorrência da condição financeira das mulheres que o praticam. O aborto passa funcionar no discurso como mero recurso contraceptivo. Nessa perspectiva reducionista, o discurso contrapõe o aborto às dificuldades de fertilidade de muitos casais, de modo específico das mulheres com dificuldades para engravidar. Produz-se o efeito de sentido de que seria injusto e sinal de ingratidão para com o criador, de quem procede o dom da fertilidade e da maternidade, interromper uma gravidez, enquanto tanta mulheres almejam tal dádiva. Ao mesmo tempo, a mulher é considerada apenas na condição de mãe, no sentido da procriação, sendo interditados todas as demais dimensões da feminilidade, funcionando no discurso a oposição entre poder ser mãe e não querer e querer ser mãe e não poder.

Constitui ainda esse debate, conforme apontamos acima, a questão do financiamento dos recursos públicos, que, na lógica instaurada no discurso do sujeito eleitor, opõe o entre aborto e a reprodução assistida. Nessa dinâmica, produz um efeito de crítica às

políticas governamentais, representadas pelo Partido dos Trabalhadores, que almejava a permanência à frente do Poder Executivo, que se ocuparia mais com as mulheres que rejeitam a maternidade, por meio de uma gestação em andamento do que aquelas que desejam ser mães. Por relação de paráfrase, podemos chegar à oposição entre escolher a morte (aborto) em vez da vida (reprodução assistida).

Destacamos que, ao reduzir os efeitos de sentido do aborto a uma decisão entre ter ou não ter filhos, acentuada pela presença da temática da reprodução, o discurso do eleitor funciona pela proximidade com posições discursivas que ele procuraria combater, visto que também reduz o aborto a uma decisão da mulher. Isto é, pela via da simplificação, apagam-se não só os discursos a respeito da complexidade do tema postulados pelos defensores, mas também aqueles que tratam da mesma complexidade sob o viés da moral cristã. Nessa perspectiva, o desejo de assumir posições radicais provoca o efeito de redução dos efeitos sentidos, ter ou não ter filhos, neste caso, que dificultam a distinção dos pré-construídos que ancoram as posições favoráveis e contrárias.

A justificativa do repúdio à candidatura com base nos preceitos da moral cristã se associa também às relações homoafetivas, especificamente ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, que juntamente com o aborto é considerado abusivo pelo sujeito do discurso, conforme inscrito no fio intradiscursivo: por favor é querer de mais. Essa referência do sujeito ao que designa como “casamento homossexual” presentifica os discursos a respeito não só da formalização das relações homoafetivas por meio da união civil, mas também uma série de outros dizeres segundo os quais as entidades religiosas seriam obrigadas pelo governo petista a sacralizar tais uniões. Dessa forma, persegue-se o efeito de evidência de que eleger Dilma Rousseff significaria por em risco a liberdade religiosa e colocar-se à mercê de imposições contrárias aos chamados valores cristãos.

Conforme a lógica de funcionamento desse discurso devem ser estabelecidos limites aos direitos dos cidadãos, ou seja, os direitos não são para todos. Nesse caso, seria extrapolar os limites da liberdade e da democracia considerar, mesmo que apenas na esfera civil, a legitimação da união entre pessoas do mesmo sexo. Estabelece-se o efeito de que a adequação a certos padrões de comportamento é condição para se usufruir de direitos, de modo que toda tentativa de reivindicá-los sem conformar-se aos paradigmas tradicionais passa a ser considerada abuso.

Embora as questões de gênero não sejam o foco desta pesquisa, a forma como se estabelece o funcionamento discursivo do comentário em análise exige destacar que o discurso do sujeito, identificado como uma mulher mostra-se afetado por saberes correspondentes à formação discursiva machista, característica da estrutura patriarcal que assinala a constituição da sociedade brasileira, derivada dos princípios cristãos que sustentavam esse modelo de organização social naquele momento. Quanto ao papel da

mulher, a crítica do sujeito à possível regulamentação da prática do aborto na rede de saúde pública, elemento que justifica sua rejeição às pretensões eleitorais do PT, ao considerá-la apenas como mãe, reduz sua condição à função de procriar. Quanto ao casamento, mesmo em seu aspecto civil, é também balizado por esses valores e, portanto, somente admitido em sua configuração heterossexual. Desse modo, aquilo na esfera jurídica poderia figurar como direito, passa a funcionar pelo efeito de concessão da sociedade e do Estado àqueles que seguem determinados padrões de comportamento.

Além dos aspectos da esfera civil, o elemento religioso figura no comentário do eleitor, nas seguintes sequências: “tá brincando mesmo com Deus” e “quem defende Deus não vota em Dilma!!!!” A primeira afirmação relaciona-se ao título da comunidade, formulado em tom de ameaça: “com Deus não se brinca.” Da forma como se inscreve na superfície do comentário do sujeito eleitor, por meio do emprego do vocábulo “mesmo”, produz-se, pela primeira sequência, o efeito de sentido de confirmação da rede interdiscursiva relacionada ao rumores de que a candidata petista teria desafiado a divindade ao dizer que nem Deus a tiraria a vitória. Ao mesmo tempo, esse gesto de desafio é ampliado no funcionamento discursivo do comentário do sujeito eleitor, pois não são mais consideradas apenas as suas palavras, mas os atos contrários a preceitos morais cristãos que estaria planejando, sobretudo, a legalização do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Produz-se o efeito de sentido de que, independente da veracidade dos rumores sobre a petista ter desafiado os poderes divinos, seus planos futuros seriam reveladores dessa postura.

Destacamos o emprego do verbo “brincar”, cujos efeitos de sentido são deslocados da sátira, da troça ou do não levar a sério para a afronta, para o desafio direto. Tal movimento de sentidos faz funcionar também a certeza da cólera da divindade desafiada em relação a quem esteja ousando brincar. Vemos aí, por via interdiscursiva, a presença da expressão “brincar com coisa séria”. Dessa forma, ao ousar brincar com o elemento divino, a candidata petista estaria se colocando na condição de alvo merecido de sua ira. Esse efeito de evidência vincula-se ao sentido do medo de que não somente Dilma, mas que também cidadãos inocentes sejam atingidos pela cólera celestial. Isso se sustenta pelo pré-construído acerca da imagem de Deus como tirano castigador, cujas origens já foram mencionadas. Nessa lógica, é evidente para o sujeito que Dilma Rousseff não ficará impune por suas afrontas, isto é, produz-se uma expectativa de castigo que se consolidaria, nessa conjuntura, pela frustração de suas pretensões eleitorais ou, ao menos, pelo adiamento de sua vitória esperada, àquela altura, já para o primeiro turno.

A segunda sequência atribui, por meio das formações imaginárias, um lugar para os não eleitores de Dilma: “quem defende Deus não vota em Dilma!!!!” Por relações parafrásticas, tais como: quem não defende Deus vota em Dilma/quem defende Deus vota em X (Serra, Marina)/Quem ataca Deus vota em Dilma, entre outras, observamos a permanência do traço

de incompatibilidade entre o respeito à divindade e o voto na candidata do PT. Dessa forma, pelo uso do verbo defender, instauram-se os efeitos de sentido de guerra entre os que atacam e os que defendem, de modo que aqueles que optassem por aderir à candidatura petista, por não estarem entre os que defendem o ente divino, passam a funcionar no discurso como seus opositores, aqueles que o atacam, ou, ao menos, negam-se a defendê-lo, isto é, por derivação parafrástica, seus inimigos. Retomam-se, assim, os discursos a respeito das guerras santas e da defesa bélica e intelectual da fé contra os infiéis, que impõem aos partidários da religião o dever de armarem-se e saírem a campo na defesa dos interesses divinos. No âmbito do Estado de direito, as armas passam a ser a militância política, propiciada e facilitada pelos espaços considerados livres e democráticos da internet e, em última instância, o voto.

Devemos destacar o deslocamento, no discurso, dos sentidos em relação ao ente divino que, embora reconhecido no discurso cristão por sua onipotência, é posto na posição de quem precisa ser defendido. Dessa forma, ocorre, no processo de produção de sentidos, a fragilização da divindade, que passa a ser alvo da defesa dos fiéis. Essa mudança pode ser explicada a partir pelas transformações na conjuntura política, social e econômica, na transição do sistema feudal para o capitalismo. Naquele momento, conforme explica Harroche (1992), Deus deixou de governar o mundo e foi substituído pelo Estado. Por assim ser, os princípios e valores religiosos deixaram de ser pressupostos para organização da sociedade e passaram a disputar espaço com outras referências para a vida dos cidadãos, que não mais necessariamente precisavam se submeter às regras da religião, visto que não mais se almejava o bom cristão, mas o bom cristão cumpridor de seus deveres. Abandona-se uma relação jurídica com Deus e submete-se a relação análoga com o Estado e, com isso, diminui-se o dever de cumprir as prescrições divinas.

Nessa perspectiva, quando se menciona a defesa de Deus, fala-se, não na defesa da pessoa divina, mas dos valores religiosos, ou seja, dos princípios do cristianismo, que não são mais hegemônicos e se encontram sempre ameaçados pela laicidade do Estado. Assim, o voto em Dilma Rousseff, pelas ameaças já mencionadas, representa o enfraquecimento, na sociedade, dos valores religiosos que, em última instância, seriam a vontade do próprio Deus para a humanidade. O voto torna-se, assim, a arma pela qual se pode garantir que, mesmo no Estado laico, os princípios divinos possam continuar regendo a humanidade.

Pelos elementos analisados no discurso do eleitor, podemos afirmar que esse sujeito apresenta-se dominado pela forma-sujeito de direito, submisso ao Estado, ao seu ordenamento jurídico e ao seu funcionamento sob a perspectiva da democracia e pelos gestos de militância em vista da interferência no processo eleitoral como forma de empoderamento em favor dos princípios e valores que defende. Esse processo se torna possível pelo processo de individuação do sujeito pelo Estado que o interpela a agir como bom cidadão. Contudo, observamos que a identificação com o sujeito de direito não se dá de forma total, sobretudo

quanto à laicidade do Estado, visto que os efeitos de sentido do discurso analisado apontam para a tentativa de manutenção do domínio religioso a partir do aparato estatal.

Notamos, assim, que o sujeito do discurso encontra-se afetado pelos saberes correspondentes à forma-sujeito religioso característico do período medieval, não apenas na resistência à laicidade do Estado, mas também pela retomada do discurso patriarcal sobre a mulher e no funcionamento discursivo do medo em relação à divindade que estaria sendo afrontada por Dilma e seus pretensos eleitores. Não há, entretanto, elementos que indiquem a desidentificação, visto que, mesmo na discordância, os gestos discursivos do sujeito indicam ainda a sua submissão ao Estado e aos saberes da formação discursiva que determinam a sua submissão à forma sujeito do Estado.

Na sequência, ocupamo-nos de um comentário que reforça os sentidos de existência de uma conspiração satânica. Contudo, a relação interdiscursiva se estabelece com os dizeres acerca dos avanços sociais propiciados pelo governa Lula. Trata-se do comentário 7 (C7) foi publicado na comunidade “Dilma R. A face do Demônio”, em 13 de outubro de 2010, na metade, portanto da campanha do segundo turno das eleições presidenciais, no tópico intitulado “o BOM governo de Lula faz parte do plano”

#### COMENTÁRIO 7 (C7)

Elieil Meireles Meirelles ■ - 13/10/2010

##### o BOM governo de Lula faz parte do plano

Ficam dizendo que disseram as mesmas coisas do governo Lula e acabaram não sendo verdade porque ele fez um ótimo governo!! IGNORANTES!!! tudo tem que ter um alicesse, até mesmo planos diabólicos, Lula fez um bom governo justamente pras pessoas não duvidarem da Dilma, terem o Lula como exemplo... NÃO CAIAM NESSA!!! eu não estou fazendo campanha pro Serra, até porque eu tb não gosto dele. VOTEI NA MARINA! mas não há outra saída. Eu não vou contribuir pra essa vergonha. Na DILMA EU NÃO VOTO!

O comentário em análise tematiza a condição de Dilma Rousseff como sucessora de Lula. A respeito desse processo discursivo na campanha de 2010, relata Lopes (2011, p. 20):

Em inúmeros momentos, Lula exaltava sua trajetória, que culminou na eleição do “primeiro presidente do povo” no Brasil. O caminho percorrido por ele era comparado ao de Dilma, e o “padrinho” da candidata conclamava os brasileiros a elegerem “a primeira mulher presidente”.

O comentário do sujeito do discurso relaciona-se, por via interdiscursiva, portanto, aos dizeres a respeito dos avanços produzidos pelo governo Lula, pelas mudanças por ele implementadas e que seriam continuadas por meio da possível eleição de Dilma Rousseff.

Cabe ressaltar, como condições de produção, que nessa comunidade outros comentários que não integram este recorte analítico, abordavam o fato de insinuações que circulavam por ocasião das eleições presidenciais anteriores a respeito de Lula e do risco da implantação de princípios comunistas por parte do governo federal, o que acarretaria a perseguição às manifestações religiosas. Essas insinuações, conforme os referidos comentários, teriam sido desmentidas pela inexistência de ações de intolerância religiosa nos oito anos de governo petista.

Além disso, os avanços sociais produzidos ao longo de dois mandatos também comprovariam os princípios cristãos de Lula e de sua pretensa sucessora. Esse argumento foi utilizado pela própria candidata petista, em sua “Carta Aberta ao Povo de Deus”, voltada ao público evangélico e divulgada ao final do primeiro turno:

Aliás, o sonho e o compromisso do evangelho são, em muitos aspectos, o sonho e o compromisso de um governante sensível e comprometido com o povo e com os menos favorecidos. Exemplo visto e vivenciado pelo nosso querido presidente Lula e seu governo, do qual me orgulho de ter feito parte e dado uma parcela significativa de contribuição. (ROUSSEFF, 2010).

Essa rede interdiscursiva passa a funcionar, portanto, no discurso do sujeito eleitor e na sua justificativa eleitoral, sob o efeito de evidência de uma conspiração diabólica: “Ficam dizendo que disseram as mesmas coisas do governo Lula e acabaram não sendo verdade porque ele fez um ótimo governo!! IGNORANTES!!! tudo tem que ter um alicesse, até mesmo planos diabólicos, Lula fez um bom governo justamente pras pessoas não duvidarem da Dilma, terem o Lula como exemplo... NÃO CAIAM NESSA!!!”. Na constituição do discurso, por força das formações imaginárias, o sujeito do discurso, como em outros comentários analisados, em uma perspectiva assimétrica, própria do discurso religioso, conforme assinala Orlandi (2011), coloca-se em posição superior àqueles cujo discurso busca desconstruir, a quem qualifica como ignorantes. Ao designá-los dessa forma e situá-los no lugar do desconhecimento, do engodo e da ingenuidade, o sujeito coloca-se no lugar de quem tem o conhecimento privilegiado, a visão diferenciada da situação.

Esses efeitos de evidência quanto ao saber superior, coloca-o na posição de profeta, isto é, aquele que, em nome de Deus revela fatos desconhecidos dos demais fieis com a finalidade de alertá-los dos perigos e incitá-los a mudar a sua conduta. Nesse funcionamento discursivo, o não atendimento às recomendações do profeta acarretam geralmente no castigo sobre o povo. A respeito da compreensão teológica judaico-cristã sobre os profetas, afirma Blank (2005, p. 180): “É contra as práticas de mudar os seus projetos e contra as falsas pretensões daqueles que o tentam que Deus reage por seus profetas.”

Essa posição é também assumida por Fisichela (1993, p. 615):

A profecia constitui o sinal de que Deus fala com seu povo e que este o escuta, formando quase uma dialética entre o falar do profeta em nome de lahweh e a escuta de Israel. Da escuta ou da recusa da palavra do profeta depende a sorte ou a desventura do povo.

No discurso em análise, notamos o efeito de sentido de profecia, a partir das condições de produção específicas, não só pelo tema de revelar uma conspiração desconhecida, mas pela expressão “não caiam nessa”. Formulada a partir da modalidade coloquial da língua portuguesa, essa frase funciona como advertência aos eleitores, para que ouçam a voz do profeta, isto é, daquele que tem conhecimento privilegiado das situações, pretensamente por revelação divina, e se afastem das armadilhas malélicas que lhe foram preparadas.

No comentário em pauta, a armadilha consistiria em uma conspiração demoníaca instrumentalizada pelo Partido Trabalhadores, pois os governos do PT seriam ferramentas de um projeto diabólico de se apoderar do Brasil e impor práticas e preceitos contrários aos princípios morais do cristianismo e, por conseguinte, à lei divina: “tudo tem que ter um alicesse, até mesmo planos diabólicos”. Por esse efeito de evidência de conspiração, toda a memória discursiva a respeito do governo Lula e de seus avanços, sobretudo na área social, passa a funcionar sob a perspectiva da premeditação em vista de um golpe futuro. Por essa via discursiva da imagem do profeta, associada à do castigo divino, presente nos relatos bíblicos do antigo testamento e nos discursos do cristianismo medieval, instaura-se o efeito de sentido de medo e ameaça em relação aos demais eleitores, uma vez que, na condição de ignorantes, funcionariam como inocentes úteis aos “planos diabólicos”, cujos alicerces teriam sido lançados por Lula.

Esse funcionamento discursivo é reforçado pela relação com o título da comunidade, em que a candidata petista é apontada como a “a face do demônio”. Nessa conjuntura, por relação parafrástica, o vocábulo face pode ser interpretado não apenas como rosto, em termos físicos, mas como identidade e personalidade. Nessa perspectiva, mais do que ter a aparência do mal, Dilma Rousseff seria identificada como o próprio mal, com a sua personificação, uma vez que, na lógica do discurso do autor do comentário, seria por meio dela, pelo uso do seu poder político que as forças espirituais do mal se apossariam da nação brasileira.

A justificativa para o repúdio à candidatura petista (Na DILMA EU NÃO VOTO) sustensa-se ainda sobre a memória discursiva a respeito do princípio do mal menor, presente nos textos sobre a moral cristã: “O que chamamos de ‘princípio do mal menor’ pode ser expresso, em sentido amplo, da seguinte maneira: diante de males inevitáveis é preciso escolher o menor” (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, 2002). Por força das condições de produção próprias do sistema eleitoral brasileiro, em que o voto é obrigatório e o candidato é eleito com base nos votos válidos, sem que se considerem os votos brancos e

nulos, o sujeito, da posição de eleitor, é interpelado a escolher entre um dos dois candidatos que disputam o segundo turno, mesmo que não sejam os que mais lhe agradem.

No discurso do eleitor em análise, o pré-construído do mal menor se materializa na sequência: “eu não estou fazendo campanha pro Serra, até porque eu tb não gosto dele. VOTEI NA MARINA! mas não há outra saída. Eu não vou contribuir pra essa vergonha.” Observamos nesse trecho do comentário a tensão do sujeito na posição de eleitor em ter que destinar o seu voto a um candidato que anteriormente foi alvo de sua rejeição, isto é, o candidato do PSDB, José Serra (eu também não gosto dele), uma vez que Marina Silva, sua preferida, não classificou-se para o segundo turno (VOTEI NA MARINA). Contudo, Serra, assume, para o sujeito, o efeito de sentido de mal menor, visto que é a via pela qual se pode impedir que se efetivem os planos demoníacos representados pela candidata do PT (não há outra saída).

Nesse processo, a sequência “eu não vou contribuir com essa vergonha” funciona a partir do efeito de sentido de censura em relação aos pretensos eleitores de Dilma, cujo voto possibilitaria o êxito da conspiração diabólica de que o país estaria sendo vítima desde o governo Lula. Podemos associar a vergonha, na lógica desse discurso, aos discursos que referenciam a tradição cristã, sobretudo católica, da nação brasileira, que, apesar disso, estaria prestes a ter no mais alto cargo do Poder Executivo, a própria personificação do mal, a face do demônio. Assim, para quem se coloca, como no caso do sujeito em questão, na posição de cristão legítimo, tal acontecimento seria motivo de extrema desonra. Nessa perspectiva, o voto deixa de ser motivo de convicção para ser imposição em favor da causa religiosa.

Faz-se, assim, presente, de forma constitutiva no discurso do sujeito eleitor o funcionamento do discurso sobre as responsabilidades individuais que o interpelam a escolher o mal menor, mesmo não fazendo campanha para o candidato José Serra, a escolher o mal menor e declarar publicamente seu voto, como sinal de não compactuação com a possibilidade de entrega do poder político a quem representa a face do demônio. Esse gesto sinaliza que, mesmo afetado de forma bastante forte pelos discursos religiosos devotos, isto é, aqueles que caracterizam a forma-sujeito dominante na Idade Média, não há plena desidentificação com os saberes inerentes à forma-sujeito de direito. Trata-se, ainda, de um sujeito individuado pelo Estado, ávido por exercer sua cidadania com responsabilidade, por esmerar-se em cumprir seus deveres, mas que o faz afetado pela FD religiosa cristã.

A estes gestos de descrição-interpretação produzidos a partir das manifestações de eleitores no site de relacionamentos *Orkut*, somam-se as análises de comentários publicados no site da candidata Dilma Rousseff. Entendemos tratar-se espaços complementares de produção de sentidos em que funcionaram a partir do efeito de evidência da livre manifestação dos eleitores. Ambos propiciam o enriquecimento qualitativo da análise na medida que

reúnem, nos ambientes virtuais pessoas de faixas etárias variadas, com diferentes níveis socioculturais e de diversas regiões do país. Nesse movimento, os comentários do *Orkut* até aqui analisados partilham das condições de produção próprias desse espaço mais propenso à participação de jovens e mais intensamente marcado pelas posições contrárias ao projeto petista. Já no site da candidata havia a possibilidade de congregarem de forma mais sólida os chamados eleitores orgânicos, isto é, aqueles que simpatizavam com a candidatura de Dilma e buscaram no site o espaço para o exercício de sua militância. Essa heterogeneidade das condições de produção interessa a essa pesquisa na medida em que possibilita observar os efeitos de sentido que constituem esses discursos apesar da diferença de suas condições de produção/circulação.

### **5.3 Discurso dos eleitores no site de Dilma Rousseff**

A partir do trajeto analítico já referenciado, foram selecionados 16 comentários de eleitores publicados no site da candidata, motivados pelas postagens constantes da tabela 3. Procuramos, assim, como nos comentários do *Orkut*, manter a ordem cronológica ascendente, como forma de apontar o movimento temático ao longo da campanha eleitoral. Ressaltamos que, no que se refere à presença nos elementos religiosos na justificativa das preferências político-partidárias dos eleitores em 2010, recorte temático de nossas análises, observamos, a partir dos critérios citados no início deste capítulo, a regularidade de que no *Orkut*, preponderaram as motivações religiosas contrárias ao voto em Dilma. Em vista disso, a imersão no site permitiu-nos observar também, nas manifestações pró-Dilma, o funcionamento dos pré-construídos do discurso religiosos, considerados como traços do discurso fundador sobre a identidade do brasileiro. O fato de os comentários extraídos do site serem mais numerosos que aqueles extraídos do *Orkut* decorre da regularidade de que, na maioria das comunidades do *Orkut* as manifestações dos eleitores não inscreveram no fio intradiscursivo elementos que apontassem para as motivações de seu voto, foco delimitado para esta análise.

O comentário 8 (C8), primeiro extraído do site da candidata do PT, refere-se à notícia “Cristãos com Dilma na disputa presidencial”, publicada em 20 de agosto de 2010, que relata o apoio dos líderes evangélicos à candidatura petista. A manifestação do eleitor, estabeleceu-se, entre outras, a partir da tensão entre o desenvolvimento e a justiça social.

## COMENTÁRIO 8 (C8)



Celiaap Oliveira 2 dias atrás

Voto, sim, na Dilma, estou convicta que só uma pessoa sensível e firme em suas convicções é capaz de ser produtiva e levar o País a desenvolver-se cada vez mais e seu povo ter condições dignas em todos os segmentos. Eu também luto e sempre lutarei pela ética..e pela justiça social. Afinal o Povo Brasileiro merece cada vez mais. Que Deus Nosso Senhor te dê saúde, longevidade e discernimento para conduzir Nosso Brasil a uma POTÊNCIA DESENVOLVIDA.

8 people liked this.

Gostei

Responder

Em seu comentário, o sujeito do discurso justifica o seu voto na candidata a partir de dois qualificativos que lhe são atribuídos: “pessoa sensível e firme”. Esses adjetivos funcionam a partir do interdiscurso referente à biografia de Dilma Rousseff, inscrito com bastante intensidade nos discursos eleitorais desse pleito. A sensibilidade a ela atribuída pode ser associada a sua condição feminina, ressaltada pelo fato de ser a primeira mulher com chances reais de vencer as eleições presidenciais. Embora pesasse o fato de Dilma a sua associação a um perfil pouco feminino para uma sociedade tributária do patriarcalismo, como o caso do Brasil, isto é, não estivesse vinculada à imagem da esposa e mãe e tivesse sempre ocupado cargos políticos com perfil mais austero, consideramos que a imagem da primeira presidente mulher ainda desencadeie no imaginário do eleitor esse efeito de sentido de sensibilidade. Tal situação se acentua pela relação com os discursos de Lula durante a campanha que, além de insistir nessa possibilidade de se ter uma mulher na Presidência da República, também a designou como “Mãe do PAC”, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Compreendemos que a firmeza atribuída a Dilma Rousseff tem sua sustentação vinculada a dois elementos da biografia da candidata: o seu passado de resistência à ditadura militar o seu perfil técnico. Quanto ao primeiro elemento, funciona a memória discursiva a respeito da militância política da petista em sua juventude, isto é, o seu engajamento na luta, inclusive, armada, contra a ditadura. Devemos considerar que, para os seus opositores, essa ação foi motivo para ser designada como guerrilheira e, a partir disso, foram-lhe associados os sentidos negativos que essa palavra, interdiscursivamente, recupera, sobretudo aqueles vinculados à prática de atos ilícitos como sequestros e assassinatos, acarretando-lhe a imagem de violenta e sanguinária. Para os que se identificam com a formação discursiva de esquerda, porém, os sentidos de coragem e bravura sustentam a imagem de firmeza que se espera de alguém que, na perspectiva democrática, comandará o país.

Nessa perspectiva, a sensibilidade e a força da petista são vinculadas a um projeto de desenvolvimento da nação: “levar o país a se desenvolver cada vez mais e seu povo a ter condições dignas em todos os seus segmentos”. Essa meta evoca os discursos a respeito da necessidade de crescimento e desenvolvimento da nação. Da perspectiva petista, esses fatos seriam as marcas do governo Dilma, visto que o seu antecessor, Lula, havia desenvolvido políticas de inclusão social que haviam diminuído as desigualdades sociais acumuladas ao longo da história nacional, de modo que o caminho seria o crescimento econômico vinculado a mais avanços sociais. Esses sentidos vinculam-se, inclusive, ao slogan da candidata: “Para o Brasil seguir mudando”. Trata-se, portanto, de uma ideia de crescimento que funciona a partir dos saberes referentes a FD de esquerda ou progressista, isto é, da busca da transformação-superação das condições de desigualdade geradas pelo capitalismo.

A identificação do sujeito com essa FD progressista, que caracteriza o discurso político de esquerda, se inscreve no fio intradiscursivo por meio da sequência: “Eu também luto e sempre lutarei pela ética... e pela justiça social”. Tal identificação seria responsável por sustentar os gestos de militância do sujeito eleitor, que não atribui a si apenas o lugar de adepto, no nível das ideias, mas a posição de engajamento, sinalizada pelo verbo “luto”. Em outras palavras, na imagem que instaura de si no discurso, o autor do comentário não apenas concorda, apoia, simpatiza, mas luta, isto é, milita, pela causa da justiça social. Nessa perspectiva, o uso do advérbio também aponta ainda para um efeito de sentido de identificação pessoal do sujeito do discurso com Dilma Rousseff, ou seja, o gesto de atribui a si o lugar de estabelece um traço comum entre eleitor e candidata, o faz semelhante à petista. Essa aproximação confere ainda efeito de autoridade e legitimidade ao sujeito, pois relaciona-se ao efeito de evidência de que alguém que encontra-se engajado nas lutas sociais tem maiores condições de compreender e avaliar quem é da militância, neste caso, Dilma.

O discurso do sujeito eleitor funciona ainda a partir do efeito de coletividade, isto é, de alguém que não busca benefícios apenas para si, mas para todo o grupo, conforme se observa na formulação da sequência: “Afim o povo brasileiro merece cada vez mais”. Nesse movimento, percebemos também o funcionamento da memória discursiva a respeito do povo brasileiro, cujos predicativos se diferenciariam dos demais povos, tais como a cordialidade, a hospitalidade e a alegria, além de sua força de vontade, resiliência e criatividade. Essa relação com o interdiscurso sustentam, portanto, as credenciais para que o povo brasileiro continue a ter cada vez mais. Estabelece-se, portanto, um efeito de sentido de mérito que desloca, por sua vez, o sentido de direito. Nesse processo discursivo, as condições dignas de vida, a que o discurso do sujeito eleitor alude, deixam de funcionar a partir da evidência do direito, para funcionar como recompensa a méritos anteriores, isto é, a vida digna não é para todos, apenas para quem merece. Interdiscursivamente, podemos recuperar os efeitos de sentido da meritocracia, combatida pelas posições políticas de esquerda e defendida pela direita. Assim,

notamos que o sujeito do discurso encontra-se contraditoriamente afetado pelas posições que julga combater.

Na última sequência, observamos a presença do discurso cristão e do discurso capitalista: “Que Deus nosso Senhor te dê saúde, longevidade e discernimento para conduzir nosso Brasil a uma potência desenvolvida.”. Na perspectiva religiosa, evoca-se o domínio da divindade sobre os rumos da nação. No funcionamento do discurso do eleitor, acima da competência do governante situa-se a onipotência divina, sem cujo auxílio não podem ser alcançadas as metas de governo. Ao desejar saúde e longevidade à candidata, evoca-se, por via interdiscursiva, os dizeres a respeito da frágil saúde da presidente e do risco de vir a morrer durante o mandato. Essa memória discursiva envolve ainda os sentidos referentes a uma conspiração diabólica para que Michel Temer, candidato a vice-presidente que teria um filho satanista, assumisse o poder com a morte da titular. Observamos, assim, que o medo do satanismo é elemento constitutivo do comentário do eleitor. Nessa dinâmica, o desejo de que Dilma tenha saúde e não morra, consiste no movimento do sujeito de discurso em garantir que o mal satânico possa ser evitado pela ação divina.

Por seu turno, o desejo de discernimento, isto é, a capacidade espiritual de fazer boas escolhas recupera a memória discursiva a respeito da pouca experiência política da candidata, que, até aquele momento, jamais ocupara um cargo eletivo. Nesse processo, o auxílio divino supriria as eventuais deficiências da futura presidente, como forma de assegurar o bem do povo, isto é, na tomada de decisões que, de fato, propiciassem ao povo brasileiro o que é seu por merecimento. Por assim ser, a partir de sua posição sujeito, o eleitor busca no transcendente os elementos que, segundo os discursos que constituem o seu comentário, faltariam à candidato. Ao situar esse termo no plano religioso, esse pedido assume o efeito de desejar para a candidata a capacidade de reconhecer e escolher entre o bem e o mal. Isso é possibilitado novamente pela relação com o discurso sobre as conspirações diabólicas de que a candidatura petista seria instrumento. Nessa perspectiva, constrói o sentido de uma possibilidade de intervenção divina diretamente sobre as escolas da candidata como forma de refrear os projetos diabólicos.

O discurso capitalista se inscreve no fio intradiscursivo quando se menciona o objetivo da invocação do auxílio divino sobre a candidata do PT: “conduzir nosso Brasil a uma potência desenvolvida.” Nessa conjuntura, o termo “potência” recupera o interdiscurso a respeito das experiências bem sucedidas do capitalismo, cujo nível de desenvolvimento seria almejado pelo sujeito do discurso. Contudo, ao conferir à fórmula capitalista o efeito de sentido de positividade, distancia-se da posição de esquerda defendida nas primeiras sequências de seu comentário em que se almejava a luta pela justiça social. Ocorre que o desenvolvimento capitalista e a militância em favor da justiça social são saberes vinculados a formações discursivas antagônicas. Da mesma forma que para a FD de esquerda ou progressista, o

capitalismo é produtor de injustiças, por alicerçar-se na desigualdade entre as classes sociais, para a FD capitalista, a justiça social almejada pela perspectiva progressista não seria justa, pois tende a conceder benefícios a quem não teria por eles se esforçado, isto é, não os mereceria.

Vemos, assim, o funcionamento do postulado de que toda formação discursiva é constitutivamente heterogênea, isto é, comporta em seu interior saberes diferentes e contraditórios que, nas diversas e singulares condições de produção do(s) discurso(s), afetam de maneiras diferentes o(s) sujeito(s). Desse modo, podemos dizer que o sujeito responsável por C8, é dominado pela forma-sujeito de direito, característica do sistema capitalista, conforme sinaliza a sua preferência pelo modelo de desenvolvimento das grandes potências mundiais. Essa identificação, contudo, não é plena, visto que povoam seu comentário elemento que derivam da FD religiosa cristã e da FD política de esquerda. Temos, assim, processos de contraindificação em que o discurso cristão e o discurso político de esquerda ganham força na constituição-formulação do comentário, mas sem, contudo, causar o rompimento do sujeito com a FD dominante.

Há que se destacar ainda a relação que o sujeito eleitor desenvolve com a candidata em seu comentário. Ao final do texto, há a mudança da pessoa gramatical da terceira para a primeira, isto é, o eleitor deixa de falar de Dilma e passa a falar com Dilma. Trata-se de um efeito de evidência necessário ao funcionamento discursivo da participação dos eleitores na internet. Nessa perspectiva, ao situar-se no site da candidata e ter a possibilidade de ali deixar seu comentário sem os mecanismos tecnológicos e linguísticos de controle, que caracterizam a relação da instância cidadã com a grande imprensa, o eleitor passa a ser afetado pelos efeitos de evidência de proximidade e liberdade. Por meio do efeito de liberdade, o sujeito vê-se pretensamente isento de qualquer censura de modo que se lhe torna possível, como efeito, expressar-se, no conteúdo e na forma, da maneira que considerar mais adequada. Já pela proximidade, o eleitor é movido pela ilusão discursiva de que fala diretamente à candidata e, desse modo, é interpelado a partir de uma certa posição de maior proximidade como aquele que deseja o cargo público.

O comentário 9 (C9) foi postado a partir da notícia “Como enfrentar o problema das drogas no país”, no site da candidata petista, em 25 de agosto de 2010. Embora o título da notícia não faça menção direta às questões religiosas, estas se fazem presentes no comentário do autor, cuja manifestação se singulariza, nesse processo de análise, por assumir a posição de alguém que conhece por dentro a hierarquia católica.

**COMENTÁRIO 9 (C9)**


Miguel BH 4 horas atrás

Sou católico e quase fui padre. Fico muito feliz com nossos irmãos de outras denominações declarem o apoio a Dilma. Voto em Lula desde os meus 16 anos, ou seja, desde 1989. Votar em Dilma é ter a certeza que o trabalho não vai parar e que os brasileiros, principalmente os mais pobres, possam ter oportunidades de uma vida melhor. Até a vitória!

O autor do comentário em análise situa o seu discurso a partir da sua relação com a Igreja Católica. Além de registrar a sua pertença à instituição situa também a sua proximidade com a hierarquia eclesial: “Sou católico e quase fui padre”. Notamos que as condições de produção do processo eleitoral em 2010, o gesto de marcar, no discurso, a filiação religiosa tornou-se bastante recorrente por parte dos eleitores. Essa formulação relaciona-se constitutivamente com os vários discursos em circulação, naquele momento e em outras eleições, de que a adesão à candidatura petista contrariaria a postura desejada de um cristão, sobretudo, por supostos posicionamentos contrários à moral cristã. Dessa forma, o sujeito do discurso é interpelado a inscrever, em seu comentário, esse traço de identificação com o discurso católico, que produz um efeito de contraposição aos discursos que defendem a incompatibilidade entre a prática religiosa e o voto no PT. Nessa perspectiva, a expressão “Sou católico”, inscrita no comentário do eleito, rompe com o efeito de evidência, próprio de posições-sujeito que coloca cristianismo e voto em Dilma como elementos antagônicos. A esse respeito evoca-se a conhecida frase de Michel Pêcheux (1997a, p. 159): “um soldado francês nunca recua”. Por esse mesmo funcionamento ideológico, inscreveu-se no interdiscurso o efeito de sentido de que “um cristão nunca vota em Dilma ou no PT”, conforme observamos nos títulos das comunidades do *Orkut* já mencionadas neste trabalho. É por via desse funcionamento discursivo que se impõe aos eleitores católicos simpatizantes à candidatura do Partido dos Trabalhadores a exigência de declararem a sua opção religiosa, visto não ser esse um lugar semanticamente estabilizado para o efeito de evidência que dominava a conjuntura eleitoral naquele momento. Por assim ser, para o sujeito que se identifica com a formação discursiva cristã católica, guardados os limites da interpelação ideológica do sujeito e de sua individuação pelo Estado, esse gesto torna-se um ato de ousadia.

Por seu turno, a sequência “quase fui padre” produz, entre outros, um duplo movimento de sentidos. Nessa perspectiva, o fato de ter sido “quase padre”, o coloca em posição de proximidade com a hierarquia, isto é, alguém que conhece de perto, por dentro, a instituição e, por isso, teria melhores condições de assumir uma posição mais consistente, inclusive pelos estudos que realizou. Esse efeito de evidência decorre da persistência, para posição-sujeito, da imagem derivada da memória discursiva sobre a estrutura piramidal, hierárquica da Igreja Católica<sup>67</sup>, em que predominava a supremacia do clero. Essa concepção foi formulada durante o período denominado de Cristandade, em que a Igreja detinha não só o poder religioso, mas também o poder político. Codina (2013, p. 465), aponta as características desse modelo de Igreja:

É uma Igreja que separa o sagrado do profano e divide a Igreja em dois setores desiguais: a hierarquia e os leigos. Uma Igreja que é definida como uma sociedade de desiguais: enquanto uns ensinam, santificam e mandam, outros aprendem, recebem e obedecem. Há uma Igreja docente e a outra discente.

Por assim ser, a força dessa memória discursiva atravessa constitutivamente a formulação do eleitor e lhe confere um lugar diferenciado, dada a sua proximidade com a Igreja discente, o que lhe associa a um efeito de sentido de autoridade. Por outro lado, o fato de não ter sido padre desloca esse sentido de proximidade, na medida em que sinaliza para uma adesão que pode não ter sido total aos princípios da instituição. Dessa forma, seu discurso pode também funcionar a partir do efeito de insubordinação à Igreja com a qual poderia ter, em certo grau, rompido, ao desistir das aspirações clericais. Assim, seu discurso funcionaria a partir do lugar da rebeldia, da insubordinação, da contestação, visto não ter o sujeito aderido à hierarquia católica.

De qualquer forma, o gesto de inscrever no fio do discurso a sua catolicidade (eu sou católico) contribui ainda para a manutenção do efeito de sentido de identificação com a Igreja, na medida em que se constitui como que uma manifestação pública de fé. Esse processo mantém o sentido de legitimidade de sua manifestação discursiva, na medida em que, embora não sendo padre, continua a declarar-se publicamente como católico, ou seja, manteve-se católico, não renegou a sua fé e, por isso, tem condições de manifestar sua opinião política da posição-sujeito de eleitor católico.

---

<sup>67</sup> O Concílio Ecumênico Vaticano II, encerrado em 1965, buscou superar essa estrutura a partir de uma concepção de Igreja como Povo de Deus, horizontal. Contudo, a transição ainda não foi total, sendo ainda bastante forte entre os fieis católicos a imagem piramidal (PALÁCIO, 1987).

Quanto à justificativa de sua escolha eleitoral, o autor do comentário assim a formula: “Votar em Dilma é ter a certeza de que o trabalho não vai parar e que os brasileiros, principalmente os mais pobres, possam ter a oportunidade de uma vida melhor”. Sustenta-se, portanto, a partir da memória discursiva a respeito do bom desempenho do governo Lula, do qual Dilma seria a legítima continuadora. A presença dessa relação interdiscursiva silencia outros discursos referentes à pouca experiência político-administrativa da candidata e o fato de nunca ter disputado uma eleição. A ausência de feitos que a enalteçam é substituída, no discurso, pela memória dos feitos de Lula, isto é, que funciona como uma espécie de fiador. Essa perspectiva se materializa no fio intradiscursivo pelo registro que o sujeito faz de seu constante apoio às candidaturas de Lula, desde a primeira eleição presidencial após o restabelecimento da democracia (1989): “Voto em Lula, desde os meus 16 anos, isto é, 1989”. Dessa forma, o apoio de Lula a Dilma se configura, para o sujeito, nessa certeza de que “o trabalho não vai parar”.

No discurso do sujeito é empregado o vocábulo “trabalho” para se referir às ações governamentais. Nesse funcionamento discursivo, o presidente e sua pretensa sucessora são deslocados da função de governantes ou políticos e passam a ocupar o lugar de pessoas que trabalham, isto é, trabalhadores. Isso propicia o efeito de sentido de proximidade de ambos com as multidões de trabalhadores brasileiros aos quais estariam em condições de representar e a cujos interesses o seu governo serviria. Desse modo, a continuidade do trabalho acarretaria também a persistência do exercício do poder pelos trabalhadores. Por via interdiscursiva, presentificam-se os discursos de que o a candidatura tucana, por representar os interesses da elite, dos patrões, ameaçaria as conquistas concedidas aos trabalhadores pelos mandatos petistas, o que reforçaria a necessidade da eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores.

A justificativa desenvolve-se ainda sobre o pré-construído da opção preferencial pelos pobres, que caracteriza a vertente progressista do catolicismo católico: “que os brasileiros, principalmente os mais pobres, possam ter a oportunidade de uma vida melhor.” A ressalva “principalmente os mais pobres” presentifica, assim, os discursos progressistas, da política e da religião, de que as políticas públicas devem estar voltadas para aqueles que mais necessitam da presença da ação estatal. Reforça ainda a memória discursiva a respeito dos avanços sociais proporcionados pelo governo Lula. De igual maneira, aciona também os discursos a respeito da ascensão social de grande número de brasileiros, sobretudo os que se encontravam abaixo da linha da pobreza, em decorrência do trabalho de Lula.

Destacamos que a rede de sentidos em torno de Dilma, no discurso do eleitor, se constrói a partir da memória discursiva a respeito das ações de Lula, produzindo, assim, o efeito de sentido de que o voto do eleitor não se destina pessoalmente a Dilma, mas à continuidade do governo Lula.

Notemos ainda que, apesar da afirmação inicial do sujeito eleitor da pertença ao catolicismo, sua identificação se dá com as tendências de esquerda do cristianismo, aquelas derivadas da Teologia da Libertação, que defendem que as práticas religiosas devem mobilizar os fiéis a lutar pela superação das injustas contradições do sistema capitalista. Contudo, a forma-sujeito que o domina é a do sujeito de direito, individuado pelo Estado, que se expressa por sua militância em favor de políticas governamentais voltadas para as camadas mais necessitadas da população, o que sinaliza a identificação com saberes segundo os quais não é mais o ente divino, mas o Estado, quem governa as realidades temporais.

Conforme indicação no próprio texto, o comentário 10 (C10), foi publicado em 21 de setembro de 2010, no site da candidata Dilma Rousseff, e refere-se também à notícia “Como enfrentar o problema das drogas no país” e veicula o posicionamento de um eleitor que se inscreve a parti do lugar de eleitor evangélico intensamente marcado pelas condições de produção de sua prática religiosa, isto é, alguém que seria praticante e convicto da sua opção religiosa.

Assim como em C9, eleitor a quem é atribuído o comentário em análise principia por marcar a sua posição religiosa: “sou evangélico no ministério da Igreja Assembleia de Deus da missão”. Conforme apontamos as condições de produção do discurso, isto é, as controvérsias a respeito da relação entre a fidelidade aos princípios religiosos e o voto em Dilma Rousseff impunham aos sujeitos do discurso a indicação, no fio intradiscursivo, de sua posição religiosa. É, assim, evocada, por negação a rede discursos que funcionavam a partir do efeito de evidência de que a um cristão, católico ou evangélico, não era possível votar na candidata petista.

A partir dessa posição, o sujeito do discurso associa os contrários à candidatura petista à figura bíblica do apóstolo Judas, a quem se atribui a traição de Cristo por ocasião da prisão que antecedeu a sua morte. Três elementos são, nesse gesto, evocados: a traição, a influência satânica e o fracasso, que pela relação com o interdiscurso cristão a respeito do papel do traidor são deslocados e passam a funcionar a partir das condições de produção do processo eleitoral de 2010.

Dessa forma ao tratar da traição, o comentário do eleitor faz menção a pastores que estariam se posicionando contra a candidatura petista e põe em funcionamento a memória discursiva a respeito da traição pelos amigos íntimos. Esses pastores são, pelo discurso transversal, associados aos apóstolos de Cristo, aqueles que exercem liderança religiosa e gozam da intimidade do Messias, o que constitui, pela via do discurso jurídico, um agravante à traição. No caso dos pastores, o efeito de sentido de agravamento se instaura pelo conhecimento privilegiado que esses teriam em relação à vontade divina, por força da função

que exercem, ou seja, da sua proximidade e intimidade com o ente divino, de modo que, por efeito de evidência, estariam obrigados a apoiar a proposta petista.

**COMENTÁRIO 10 (C10)**


Jvsnegociosimobiliarios
15 horas atrás

Olá o meu nome é João Valério dos Santos.  
 Sou natural do estado da Bahia,estou com 68 anos sou evangélico no ministério da Igreja Assembléia de Deus da Missão,estou muito satisfeito em poder ouvir os testemunhos de vários pastor(aes) de várias Igreja totalizando uma média de 26. mil paastor(aes) e mais outros membros das Igrejas fiquei até emocionado com a oportunidades da queles Irmão(as) isto referente ao apoio a nossa candidata Dilma Rousseff,só que aqui na Cidade de Ariquemes RO está tendo alguns pastores e alguns membros que estão ligados com as mesmas atitudes de Judas,que deixou Satanaz entra na vida do Judas com foi tão grande o peso da consciência que o Judas acabou se enforcando, por que o Judas se aliou com outras pessoas para venderem Jesus Cristo, só que o poder de Deus é tão grande que a situação de Judas foi para o fracasso,isto significa ao sistema da arrogância que só leva os arrogantes ao fracasso, não importa a que denominações pertence, os cristão verdadeiros vota na Dilma por que o projeto de administração para o brasil é para crescimento,está tendo um grupo aproximadamente de 26 mil pastor(aes) que estão apoiando a Dilma Rousseff, eu gostei muito de um exemplo que um irmão colocou que a Dilma disse que a situação de aborto ficaria para o congresso nacional e o senado e os candidatos eleitos que são a favor da vida,é quem vão resolver a situação, muito bem ótimo esta posição, só os evangélicos desviados do evangélio que são contra a Dilma, por que tudo que está ocorrendo referente a denúncia contra a Dilma e o Lula são palavras falaciosas(o)  
 qqquem vai ser responsável pela vitória da Dilma é Deus. por que só caberá a Deus quem ele vai permitir que se elejam outros candidatos arrogantes não tem o poder de dizer coisas ilícitas sem ter certeza de conhecimento verdadeiros,e Deus disse que a mentira tira a pessoa da comunhão com Deus, só chega ao poder só quem Deus permitir no contrário não adianta denunciar criticar que não vai resolver nada, dia 03 de Outubro é que vamos saber quem vai ser eleito(as) eu sou eleitor da Dilma por que quero a continuidade dos projetos do presidente Lula e assim como eu está tendo mais de 51% ao lado da Dilma e do Lula...  
 21/09/2010

6 people liked this.
Gostei
Responder

Nessa dinâmica, ao relacionar a sua atitude à de Judas, o traidor, o sujeito do discurso desloca também o gesto da traição: “Judas se aliou a outras pessoas para vender a Jesus Cristo”. Produzem-se, assim, efeitos de sentido que aproximam a candidata petista ao próprio Cristo. Ao se estabelecer a semelhança entre os pastores que não optam por Dilma e os traidores de Cristo, instaura-se o sentido de que não apoiar a petista é trair a Cristo, ou seja, este estaria novamente sendo vendido por aqueles seus amigos mais próximos que, aliados, estariam desprestigiando a proposta do Partido dos Trabalhadores. Dilma passa a funcionar, nesse discurso, como uma espécie de Messias, na medida em que os sentidos de conspiração atribuídos ao Messias são para si transferidos.

Esse processo de produção de sentidos torna-se possível pela relação interdiscursiva com a missão do Messias judaico-cristão que viria para libertar o povo de seus

sofrimentos e de suas dores. Por assim ser, o governo petista, por suas políticas sociais, seria instrumento dessa obra messiânica, na medida em que teria preocupação diferenciada para com os pobres. Nesse funcionamento discursivo, da mesma forma que o Cristo, que só espalhou o bem, também a petista estaria experimentando a ingratidão e a traição.

Quanto ao aspecto da influência satânica, o discurso do eleitor relaciona-se interdiscursivamente aos textos dos evangelhos bíblicos que relatam a traição do Cristo como fruto da ação demoníaca que teria entrado no coração de Judas Iscariotes (MACKENZIE, 1983). Essa relação se inscreve no fio interdiscursivo na seguinte sequência: “aqui na cidade de Ariquemes RO está tendo alguns pastores e alguns membros que estão ligados com as mesmas atitudes de Judas que deixou Satanaz entrar na vida do Judas”. Nesse funcionamento discursivo, vemos que o sujeito é afetado pelos discursos que se sustentam pela possibilidade de intervenção direta do ente demoníaco nas ações humanas. Conforme se apontou, esses saberes, presentes na formação discursiva que dominava a forma-sujeita medieval, ressurgiram a partir do cristianismo neopentecostal. Tratam-se de efeitos de sentido que supervalorizam o ente maléfico e atenuam a gravidade do ato humano, que teria sido dominado pelas forças do mal.

Há assim uma relação de deslocamento quanto aos discursos que circulavam naquele momento e situavam a candidata petista como personificação do mal. A partir da posição ocupada pelo sujeito desse discurso, a petista passa de artífice para vítima de um conluio diabólico, vistas, por exemplo, nos comentários C4 e C7. A partir do efeito de evidência característico do discurso religioso cristão que preconiza a derrota final do mal, também as posições anti-Dilma são apresentadas como fadadas ao fracasso. Isso se sustenta a partir da relação interdiscursiva com o apóstolo Judas: “foi tão grande o peso na consciência que o Judas acabou se enforcando”. E ainda: o poder de Deus é tão grande que a situação de Judas foi para o fracasso”. São postos em funcionamento nesse discurso dois processos dos quais decorreria o fracasso do traidor: o remorso e a intervenção divina.

O primeiro se estabelece a partir do efeito de evidência da autonomia do sujeito sobre os seus atos, em que o suicídio é decorrência dos conflitos do ser humano e a sua consciência, da qual teria pleno domínio. Contudo, concomitantemente, o segundo se contrapõe a esse efeito ao vincular o fracasso do apóstolo e seu consequente suicídio à intervenção divina: “o poder de Deus é tão grande que a situação de Judas foi para o fracasso”. Por relação parafrástica, essa afirmação deriva para os sentidos de que o ente divino empurrou Judas para o fracasso, ou seja, a divindade causou a suicídio de Judas.

Essa controvérsia a respeito dos processos que teriam causado a morte do traidor aponta para a tensão, na constituição do discurso do eleitor, entre duas formações discursivas: uma que se sustenta a partir da autonomia do sujeito, que é governado por si mesmo, e outra em que a divindade governa o mundo e o sujeito. No primeiro caso, notamos

traços do sujeito de direito, individuado pelo Estado, que tem a ilusão de responder somente à própria consciência. Já no segundo, percebemos a presença da forma-sujeito medieval, totalmente submisso às forças do transcendente. Em vista disso, o sujeito oscila, em relação a várias posições possíveis, a partir das FD que o afetam, materializando a contradição própria de todo discurso.

Destacamos ainda que, ao ser afetado pela forma-sujeito medieval, o discurso do sujeito se sustenta a partir da imagem do ente divino castigador que, conforme apontamos, tem sua origem nas narrativas bíblicas do Antigo Testamento e marcou fortemente o cristianismo medieval. Essa imagem determina os efeitos de sentido de que o suicídio de Judas, ou seja, o seu fracasso, teria sido decorrência do “poder de Deus”. Tal processo estabelece os efeitos de sentido da ameaça e do medo em relação àqueles que ousarem trair, desobedecer ou desafiar a divindade. Para tais rebeldes, neste caso representados por aqueles que não aderissem à candidatura de Dilma Rousseff, restaria a ira divina.

Ressaltemos que os efeitos de sentido da ameaça divina, isto é, do funcionamento, pelo imaginário, do ente divino que castiga e pune, sustentavam também os discursos contrários ao projeto eleitoral do Partido dos Trabalhadores, conforme mostramos em comentários anteriores. Esses processos apontam para o fato de uma mesma formação discursiva poder desenvolver-se em discursos com posições contrárias, isto é, a forma-sujeito medieval, ao afetar o sujeito em sua posição de eleitor e cristão, fornece ao seu discurso o pré-construído da tirania divina, segundo o qual estão destinados ao castigo todos aqueles que não atendem às prescrições do ente divino. A partir desse elemento constitutivo, a identificação do sujeito com tais saberes desenvolve-se em formulações cujos efeitos de evidência são completamente antagônicos, ou seja, no discurso, o mesmo é sempre possível de deslocar-se e originar o diferente.

Ainda sobre os eleitores que não votariam em Dilma, o sujeito do discurso assim os qualifica: “só os evangélicos desviados do evangelho que são contra Dilma, porque tudo o que está acontecendo referente às denúncias contra Dilma e Lula são palavras falaciosas”. A designação “evangélicos desviados do evangelho”, ao ser deslocada, por relação parafrástica para “evangélicos não evangélicos” aponta para o funcionamento do pré-construído a respeito da separação entre a fé professada e a fé praticada. Nessa perspectiva, aqueles que não votam em Dilma não seriam, de fato, evangélicos, na medida em que se desviaram do que seria, por efeito de evidência, o traço essencial desse grupo religioso: a prática dos ensinamentos do evangelho cristão. Observemos que, no discurso religioso cristão, a distância entre o que se professa e o que se pratica configura hipocrisia, falta grave altamente condenada pelo Cristo e atribuído, na narrativa bíblica, ao grupo político religioso dos fariseus, que lhe faziam forte oposição (MACKENZIE, 1983). Desse modo, esses

evangélicos criticados no comentário funcionariam, nesse jogo discursivo, como opositores do enviado divino, na medida em que se desviaram, perderam o caminho do Evangelho.

Vemos, ainda, o emprego da preposição “contra” que assinala, no fio intradiscursivo, o efeito de sentido de oposição e, por via interdiscursiva, os sentidos de disputas. Neste caso, fazem-se presentes não só as oposições eleitorais, mas também as religiosas ou espirituais.

No aspecto político-partidário destacamos que, sobretudo por força do sistema republicano presidencialista, a escolha para os cargos de chefia do Executivo, no Brasil, recai sobre a pessoa do candidato, mais do que sobre o partido, isto é, mais do que a vertente partidária do candidato, o eleitor estabelece com este uma relação pessoal. Somemos a isso a condição do candidato produto, descrito por nós no capítulo 2, em que o eleitor procura naqueles que pleiteiam o cargo eletivo atributos que possam ser consumidos após a eleição. Nessa conjuntura, escolher um candidato entre outros instaura os efeitos de sentido que a escolha eleitoral transforma todos em adversários, de modo que optar por um é ser inimigo de todos os outros. É essa, entre outras, por via interdiscursiva, a carga semântica advinda do emprego da preposição contra.

Na perspectiva religiosa, esse conectivo materializa a disputa maniqueísta entre o bem e o mal. Isso implica na intensificação do efeito de sentido de exclusividade: ou se escolhe o bem ou se escolhe o mal e escolher um significa em colocar-se em posição contrário ao outro. Em vista disso, o jogo eleitoral também é afetado pelo interdiscurso do combate espiritual, de modo que, para a posição sujeito do eleitor Dilma personifica o bem e Serra, o mal. Por assim ser, em vista do dever imposto pela formação discursiva cristã de que os sujeitos que com ela se identificam devem optar sempre pelo bem, a opção pela candidatura de José Serra constitui-se um desvio do Evangelho e, portanto, do bem. Há, assim, um pré-construído a partir do qual existe apenas um lado do bem e tudo o que a ele foge constitui-se necessariamente em mal.

Ainda nessa perspectiva do combate espiritual, evoca-se ainda a questão da mentira atribuída às acusações proferidas contra Dilma e Lula e que justificaria a rejeição de muitos evangélicos à candidatura de Dilma Rousseff: “tudo o que está ocorrendo com relação à denúncia contra a Dilma e o Lula são palavras falaciosas.”. O discurso do sujeito eleitor a respeito desse tema funciona a partir da oposição entre verdade e mentira, própria dos saberes da FD cristã, segundo os quais a verdade prevalece, no final, sobre a mentira: “Deus disse que a mentira tira a pessoa da comunhão com Deus. Só chega ao poder quem Deus permitir no contrário não adianta denunciar criticar que não vai resolver nada, dia 03 de outubro é que vamos saber quem vai ser eleito(as)”.

Observamos que o funcionamento discursivo da disputa entre verdade e mentira é sustentado pela memória a respeito do combate espiritual entre bem e mal: a mentira se levanta, espalha desordem, tenta prevalecer, consolidar-se, mas é vencida pela verdade, por

meio do poder divino. No discurso em análise, a data da votação do primeiro turno, 3 de outubro, é apontada como o dia do confronto final: “dia 03 de outubro é que vamos saber quem vai ser eleito(as)”. Contudo, o discurso já funciona pela certeza do triunfo da verdade, materializado pela referência à inutilidade e ineficácia dos discursos da oposição: “não adianta denunciar criticar que não vai resolver nada”.

Ao se considerar que, conforme apontado acima, no funcionamento deste discurso, a partir da lógica do combate espiritual, Dilma é identificada com o bem e seus opositores, com o mal, aos evangélicos que, afetados por discursos mentirosos é atribuído o lugar de oposição à própria divindade. No fio intradiscursivo esse efeito de sentido é assinalado a partir da afirmação: “Deus disse que a mentira tira a pessoa da comunhão com Deus”. Estabelece-se, assim, por via do interdiscurso jurídico-religioso, um rompimento da relação do fiel com a divindade. Em vista disso, estabelece-se o efeito de sentido de desobrigação divina, em relação àquele que adere à mentira, quanto à destinação das graças espirituais, isto é, aquele que se coloca fora da comunhão, coloca-se também fora da possibilidade de ser destinatário das bênçãos divinas. Instauram-se, assim, efeitos de sentido de ameaça e medo, na medida em que deixar levar por mentiras e posicionar-se contra à candidata que contaria com o apoio divino, ou personificaria vontade da divindade, implica em estar privado dos bens espirituais oriundos do transcendente.

Percebemos, desse modo, a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito medieval, que se constitui a partir do efeito de evidência de que Deus governa o mundo (HARROCHE, 1992). Assim, as escolhas eleitorais dos fieis estaria submetida à apreciação e reação da divindade com quem se busca a comunhão e, em uma relação jurídica, o acesso à bênção. O governo exercido por Deus, na lógica desse discurso, efetiva-se de forma direta e sobrepõe-se à vontade e à liberdade humanas, visto que lhe compete o poder de determinar o fracasso da mentira e definir o resultado das eleições. Isso se materializa no fio intradiscursivo na seguinte sequência: “quem vai ser responsável pela vitória da Dilma é Deus. por que só Deus a Deus quem ele vai permitir que se elejam.” Destaquemos o emprego do verbo permitir, que inscreve, na superfície textual, a onipotência atribuída à divindade em relação aos fatos político-eleitorais, já apontada pela expressão “ser responsável”. Conforme afirmamos, há o silenciamento dos efeitos de sentido associados ao livre arbítrio humano e tudo passa a funcionar a partir da sobreposição da vontade divina.

Contudo, ao formular a justificativa de sua escolha eleitoral, o eleitor sustenta seu discurso a partir da memória discursiva acerca dos avanços sociais do governo Lula, de cuja continuidade, Dilma seria a garantia: “eu sou eleitor de Dilma porque quero a continuidade do projetos do Presidente Lula”. Vemos, desse modo, que o sujeito do discurso é também afetado pelo processo de individuação pelo Estado, de quem espera, na perspectiva progressista da política, a garantia e melhoria de suas condições de vida. Reflete-se, assim, a identificação

também com o sujeito de direito, próprio do capitalismo, na medida em que estabelece o efeito de sentido de reconhecimento da presença do Estado no ordenamento da vida do cidadão, que deixa de ser controlada exclusivamente por Deus.

Nessa conjuntura, podemos postular que a constituição do sujeito se dá na tensão entre o sujeito religioso e o sujeito de direito em um movimento de discursivo que almeja a intervenção divina para que os direitos do cidadão sejam assegurados. É possível assim afirmarmos que o sujeito do discurso contra-identifica-se com a forma-sujeito de direito, visto que, embora individuado pelo Estado e desenvolvendo um efeito de sentido jurídico em relação a este na medida em que espera dele, por meio de políticas públicas, a garantia de suas condições essenciais de existência, é fortemente afetado pela memória discursiva do combate espiritual entre o bem e o mal, entre a verdade e a mentira. Nesse processo, seu discurso se organiza a partir do pré-construído da vitória do bem e da verdade, determinados pela força divina. Assim, identifica-se com saberes segundo os quais a divindade continua a governar o mundo. Seu governo, contudo, não é exercido de forma direta, mas por meio de concessões feitas aos agentes políticos cuja vitória depende da permissão divina. Dessa forma, se na Idade Média, o rei agia em nome do ente divino por quem era escolhido, agora a ação do transcendente se dá sob o resultados das urnas que, na perspectiva da formação discursiva que afeta o sujeito de discurso, sobrepõe-se à vontade e à liberdade do eleitor, que escolhe aquele que previamente personifica a escolha divina.

Se em C10 notamos a presença intensa da militância do eleitor a partir do lugar de evangélico praticante, no comentário 11 (C11), publicado a no site da candidata petista, em 23 de setembro de 2010, referente à postagem intitulada “Internet é usada para difundir mentiras contra Dilma”, percebemos os movimentos do sujeito em busca de racionalidade em suas escolhas, sem prescindir da iluminação do transcendente.

**COMENTÁRIO 11 (C11)**



**Rafaela Santos** 6 dias atrás

Como eleitora consciente, tenho creditado meu voto na candidata Dilma pelo seu trabalho no governo ao lado do presidente Lula, porém tenho visto esses comentários que realmente nos deixam um tanto confusos e fui à pesquisa sobre os fatos, para fazer a coisa certa no dia 03 de Outubro, espero que estas supostas "verdades" não passem de boatos. Continuarei fazendo meu papel como cidadã pesquisando os fatos e averiguando respostas e contra-respostas a todos boatos existentes, espero que os eleitores façam o mesmo e votem com consciência. E que Deus mostre quem é o melhor para governar o Brasil. Ainda aposto na Dilma.

9 people liked this. Gostei Responder

O sujeito eleitor, em C11, atribui a si, no jogo de imagens do discurso o lugar de eleitora consciente. Essa atribuição aponta para a sua identificação com o sujeito de direito, individuado pelo Estado, que ao receber a outorga de escolha de seus dirigentes, deve fazê-lo de forma responsável e coerente. A preocupação do sujeito do discurso em cumprir adequadamente com o seu dever individual inscreve-se no fio intradiscursivo por meio do relato de suas ações em busca da verdade dos fatos negativos atribuídos à candidata petista: “fui à pesquisa dos fatos para fazer a coisa certa no dia 03 de outubro.”

Seu discurso funciona, portanto, a partir do efeito de evidência de que há um certo e um errado a ser feito no dia das eleições e que a escolha adequada seria resultado de um processo racional. Podemos, assim, apontar a presença do interdiscurso da ciência positivista, isto é, do método científico, que surge também após o período feudal, que sustenta o discurso do eleitor a respeito de si. Dessa forma, ao escolher um candidato, o eleitor assemelha-se a um cientista, visto que sua decisão deriva de um processo de pesquisa, em um desejo de busca da verdade, atingida por meio do rigor do método. Essa perspectiva é assinalada pela recorrência do vocábulo pesquisa: “continuarei fazendo meu papel de cidadã pesquisando os fatos e averiguando respostas e contra-respostas a todos os boatos existentes”. Notamos também a presença do interdiscurso da ciência, especificamente do método científico, pela contraposição de provas (“respostas e contra-respostas”), isto é, pela exaustividade da investigação.

Observemos ainda que, além de atribuir a si o lugar de eleitora consciente, o sujeito formula em seu discurso a expectativa de que os demais eleitores imitem a sua atitude: “espero que os eleitores façam o mesmo e votem com consciência”. Notamos nesse apelo, o efeito de evidência, sustentada pela perspectiva sócio-política liberal de que a sociedade se constrói por meio da soma dos esforços individuais, isto é, de que basta que cada sujeito individuado pelo Estado faça a sua parte que o bem comum se estabeleça.

No que tange à sua escolha eleitoral, à sua opção pela candidata petista, o sujeito formula seu discurso a partir da memória discursiva da competência: “tenho creditado meu voto na candidata Dilma por seu trabalho no governo ao lado do Presidente Lula”. Assim, ressalta-se, mais uma vez, a identificação do sujeito com a forma-sujeito de direito, própria do capitalismo, em que o exercício do cargo público se justifica pela competência daquele que o pleiteia. Configura-se, desse modo, o discurso de um bom sujeito, dominado pelos efeitos de evidência que lhe fornece a FD que o domina. Por assim, ser vemos no discurso todo um efeito de coerência e harmonia em torno das formulações do sujeito a respeito do processo eleitoral.

Nessa conjuntura, porém, há algo que rompe esse efeito de homogeneidade e que se inscreve no fio intradiscursivo por meio da sequência: “E que Deus mostre quem é o melhor

para governar o Brasil.” Tal formulação desloca a escolha, tão fortemente assinalada pelo viés científico racionalista, para o campo da revelação divina. Apesar de todo o movimento discursivo do sujeito em imprimir o caráter de objetividade à sua escolha, em sua posição de eleitor, ele se mostra afetado por saberes referentes à forma-sujeito medieval. Dessa forma, apesar de todo o discurso da racionalidade, há ainda identificação com saberes segundo os quais Deus ainda governa, de certa forma, o mundo, uma vez que se espera do transcendente a luz que indicará o eleito da divindade, que deverá tornar-se o eleito dos cidadãos.

Nessa perspectiva, o que poderia ser considerado uma contradição textual, materializa a concorrência entre duas formas-sujeito, o do sujeito de direito, racional, individuado pelo Estado, assinalado pela racionalidade científica e o sujeito religioso, herdeiro da conjuntura medieval e que resiste em tirar da divindade o governo do mundo.

O comentário 12 C(12) foi publicado no site da candidata Dilma Rousseff, em 30 de setembro de 2010, às vésperas, portanto, do primeiro turno do pleito presidencial. Vincula-se ao tópico “Assista aos depoimentos das lideranças religiosas”. A manifestação do eleitor O situa-se a partir do lugar institucional de docente de uma instituição federal de ensino superior, a Universidade Federal de Pernambuco o entremeio entre o lugar da razão e o lugar da fé, o que implica num funcionamento discursivo diferente em torno dos efeitos de sentido acerca da relação entre o sujeito e a divindade, sobretudo quanto à interferência sobrenatural no mundo físico.

**COMENTÁRIO 12 (C12)**


Janssenfelipe 1 semana atrás

Prof. Janssen Felipe da Universidade Federal de Pernambuco  
 Sem medo de ser feliz e com muita fé em DEUS voto em Dilma 13. Digo sim ao aumento do emprego. Digo sim ao aumento das Universidades Públicas. Digo sim pela diminuição da miséria. Digo sim a maior distribuição de renda. Digo sim à Dilma 13.  
 Janssen Felipe

Ao designar-se dessa maneira o sujeito autor de C12 associa às suas formulações o efeito de sentido de autoridade, que caracteriza, no imaginário das pessoas, a figura do professor universitário, sobretudo na conjuntura de um país em que o acesso aos cursos universitários ainda não se universalizou.

Ao formular a sua escolha (“eu voto Dilma”), o sujeito utiliza de duas expressões: “sem medo de ser feliz” e “com muita fé em Deus”, cujo funcionamento discursivo se dá pela relação com o a memória, o interdiscurso. No primeiro caso, há uma relação com o jingle da campanha de Lula em 1989. Contudo, mais do que a mera recitação, a retomada da expressão “sem medo de ser feliz”, uma das frases musicais do jingle, nas condições de produção político-elitorais de 2010, relaciona-se ao discurso do medo que envolveu as várias candidaturas petistas e, de modo específico, a campanha presidencial em análise, em que se havia disseminado o temor em torno da figura de Dilma, sobretudo por sua inexperiência política (nunca havia disputado anteriormente uma eleição) e também pelo obscurantismo religioso atribuído à candidata e que se materializou, conforme apontado nos comentários anteriores, na vinculação de sua imagem à personificação do mal que ameaçaria as práticas religiosas e seus seguidores.

Já a expressão “com muita fé em Deus” relaciona-se constitutivamente aos discursos de que a eleição de Dilma Rousseff faria parte de projetos satânicos e que as ações de seu futuro governo seriam contrárias aos princípios cristãos, sobretudo no que se referia ao aborto e a união cível entre pessoas do mesmo sexo. Nessa conjuntura, o gesto de reafirmação da fé em Deus configura-se a partir de outras posições discursivas para as quais há compatibilidade entre a fé professada na divindade e o voto na candidatura petista, como mostramos anteriormente. A inscrição da manifestação da fé na publicização do voto, portanto, aponta para as coerções decorrentes das condições de produção do discurso do eleitor em que eram dominantes os efeitos de sentido dessa incompatibilidade. Associar fé em Deus e voto em Dilma é uma imposição que se faz ao sujeito do discurso em face dos discursos majoritários naquelas condições sócio-históricas e ideológicas. Votar em Dilma, com fé, desse modo, marca o rompimento, por parte da posição sujeito, desse efeito de estabilidade semântica que dominava o cenário político-eleitoral em 2010.

Há ainda que considerarmos a manifestação da fé materializa o deslocamento da própria posição sujeito que se apresenta como professor universitário. Por ser efeito de sentido logicamente estabilizado a separação entre a ciência e a religião, a manifestação religiosa por parte do sujeito que exerce profissão docente, lugar legitimado pela ciência, materializa a sua identificação com formações discursivas diversas diferentes do discurso da ciência a partir do qual ele se marca.

Ao justificar a sua opção eleitoral o sujeito eleitor o faz a partir dos feitos decorrentes das políticas públicas do governo petista, conduzido por Lula: “aumento do emprego”, “aumento das universidades públicas”, “diminuição da miséria”, “maior de distribuição de renda”. Destaquemos que a inscrição desses elementos no fio intradiscursivo se dá pela repetição da expressão “Eu digo sim”. Tal formulação produz o efeito de sentido de aceitação e aprovação. Trata-se de um gesto de adesão à candidatura petista. Contudo, vincula-se, por

deriva de sentidos, ao correlato parafrástico: “Eu digo não”. A partir dessa relação podemos estabelecer o vínculo interdiscursivo com os discursos contrários ao projeto petista. A partir da posição do autor do comentário, tais discursos passam a funcionar não como recusa da candidata petista, mas das realizações do governo do PT, encabeçado por Lula. Observemos que são evocadas ações vinculadas à promoção da justiça social para a superação da miséria e da desigualdade que historicamente marcam a sociedade brasileira. Estabelece-se, assim, um efeito de sentido de divisão entre aqueles que desejam a continuidades das políticas sociais inclusivas e aqueles que, ao dizer não à candidatura de Dilma, dizem não a tais projetos.

Notamos, ainda, que a formulação do discurso do eleitor assinala os efeitos de sentido de sua relação com a candidata. Ao contrário de outros comentários em que se produzia um efeito de proximidade com a postulante ao cargo, ou se assinalava um efeito de voto na pessoa, em C12 toda a justificativa da escolha eleitoral se dá com base nas realizações do governo petista da qual ela representaria a continuidade. Há, assim, o deslocamento em relação ao candidato produto de que fala Nunes (2002). Embora se valorizem os feitos da administração do PT, elementos que poderiam continuar a ser consumidos após as eleições, não há ênfase na pessoa de Dilma Rousseff, como no discurso de outros eleitores, afetados, conforme já se apontou, pelas condições de produção do sistema presidencialista. Destaquemos que, mesmo quando se faz menção ao nome da candidata, esta é vinculada à sua legenda partidária: “Digo sim à Dilma 13”. Tal afirmação inscreve na superfície textual a força do efeito de sentido de adesão maior ao partido político do que à candidata. Mais do que a figura de Rousseff, ganha força a etiqueta a ela vinculada, neste caso o 13, número que indica a legenda petista. Importa, assim, mais o PT e suas opções em relação às políticas públicas de inclusão social do que a candidata em si, ou seja, no funcionamento particular deste discurso, não interessa quem esteja na posição de candidato, mas as diretrizes do partido, capazes de assegurar a continuidade das ações que lhe interessam.

Esse efeito de sentido de impessoalidade e maior objetividade na relação com a candidata aponta para a identificação os saberes que caracterizam o discurso da ciência. A partir dessa posição é interpelado a realizar uma escolha que se quer distante das paixões do senso comum e pautada por critérios racionais. Nesse funcionamento discursivo, as realizações do governo Lula para os quais o sujeito diz sim funcionariam como as provas que atestariam a correção e exatidão de sua escolha.

O sujeito do discurso, portanto, mostra-se dominado pela forma sujeito de direito, em que a racionalidade e a objetividade da ciência marcam sua individuação pelo Estado. Ciência e Estado são elementos que se coadunam na constituição do eleitor, na medida em que lhe fornecem o efeito ideológico de evidência de que a escolha eleitoral deve pautar-se em

critérios coerentes, isto é, que ao cidadão cabem escolhas responsáveis no momento da destinação de seu voto. No efeito de coerência próprio dessa formação discursiva, são necessários elementos concretos que justifiquem o voto, para além das paixões do senso comum. Isso se dá, conforme mencionado, pelo gesto de dizer sim às políticas de inclusão social do governo petista.

Esse efeito de coerência de critérios na escolha do candidato, contudo, aponta ainda para a identificação do sujeito do discurso com as tendências políticas progressistas. Tais vertentes atribuem ao Estado o papel de mobilizador das transformações sociais necessária à superação das injustiças produzidas pelo sistema capitalista. Essa identificação se materializa pelo gesto de dizer sim às ações já elencadas. Dessa forma, o sujeito de direito tende à esquerda.

Ademais, o mesmo sujeito apresenta-se afetado pela formação discursiva religiosa, uma vez que realiza uma declaração pública de sua fé. A sua constituição, contudo, difere de outros processos de identificação apontados neste trabalho, na medida em que não se materializam, em seu discurso, elementos que apontem para a fé a partir dos pré-construídos da paixão e da emoção. A sua dominação pelo sujeito de direito e a identificação também com os discursos da ciência fazem com que, no discurso, a sua relação com a divindade também seja marcada pela objetividade e racionalidade. O ente divino passa a ser um elemento a ser considerado no processo, isto é, crer em Deus, funciona a partir do efeito de sentido de reconhecer a sua existência, mas não inscreve o efeito de que a divindade domina o mundo, como para a forma-sujeito medieval. O sujeito do discurso reconhece o elemento divino, manifesta sua adesão a Ele, é por ele afetado, mas recusa a posição que lhe impõe a forma sujeito medieval, contra-identifica-se a ela, age a partir da racionalidade trazida pela modernidade, a partir da forma sujeito de direito.

O comentário 13 (C13) foi publicado no site da candidata petista, em 5 de outubro de 2010, três dias, portanto, após a votação do primeiro turno, em que a esperada vitória de Dilma não aconteceu e empurrou a disputa entre ela e o candidato José Serra para o segundo turno. A manifestação do eleitor vincula-se à postagem intitulada “Dutra: “Questão do aborto nunca esteve no programa. O texto postado no site petista, inscreve no fio intradiscursivo a questão da frase atribuída a Roussef de que nem Deus lhe tiraria a vitória eleitoral, elemento não mencionado nos outros comentários presentes nesta seção. Em relação a C12, podemos ainda salientar a diferença dos lugares discursivos apontados pelo sujeito. Em C13 teremos a voz do proletariado a partir do discurso de um operário, diferente do lugar da intelectualidade que caracterizou o comentário anterior.


Jose Morais 2 dias atrás

JOSÉ VIEIRA MORO EM SÃO BERNARDO NO ABC. SOU ELEITOR DA DILMA TENHO MUITO RESPEITO PELO PRESIDENTE LULA,PELO BOM TRABALHO QUE VEM REALIZANDO POR TODOS NÓS BRASILEIROS.LEIO TODOS OS COMENTÁRIOS DO SITE DA DILMA,CONCORDO COM MUITOS DELES,O MOTIVO QUE ATRAPALHOU A VITÓRIA NO PRIMEIRO TURNO FORAM AS MENTIRAS FALSAS E MALDOSAS.TRABALHO NUMA FABRICA DO ABC,MULTIDÕES DE GENTE QUE IA VOTAR NA DILMA E NÃO VOTARAM POR CAUSA DAS MENTIRAS DO SITE,QUE DISSE QUE NEM DEUS TIRAVA SUA VITÓRIA.SUGIRO QUE HAJA RAPIDO UMA DITRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA TODAS AS CENTRAIS SINDICAIS,IGREJAS DE TODO PAIS DESMENTINDO TODOS OS BOATOS FALSOS,E QUE FALE EM TODAS AS EMISSORAS DE RÁDIO E TV.DILMA UM FORTE ABRAÇO,QUE DEUS TE PROTEJA E ATÉ O DIA DA VITÓRIA.

9 people liked this. Gostei Responder

O autor do C13 apresenta-se a partir do lugar de morador da região chamada de ABC Paulista<sup>68</sup>: “moro em São Bernardo no ABC.” Mais do que uma indicação geográfica de residência, a menção a essa região insere no fio intradiscursivo a relação constitutiva com a memória a respeito de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Faz presente os discursos a respeito da origem do então Presidente da República e de seu partido. Foi nessa região, como operário e sindicalista, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que Lula ganhou notoriedade, por meio da liderança das greves desses trabalhadores no final da década de 1970 e início dos anos 80 (MARKUN, 2004).

Dessa forma, o comentário do eleitor passa a funcionar a partir da rede interdiscursiva da militância operária que originou o Partido dos Trabalhadores. Independente do nível de militância do sujeito empírico, os efeitos de sentido de seu discurso passam a ser afetados por essa perspectiva a partir da relação que essa formulação estabelece com a exterioridade constitutiva do discurso. Isso é intensificado pelo fato de o mesmo sujeito do discurso qualificar-se como operário: “trabalho numa fábrica do ABC”. A relação com essa memória discursiva em torno da militância sindical e política inscreve ainda, no discurso do eleitor, a presença da figura de Lula, visto que toda essa rede interdiscursiva está organizada a partir da sua liderança, inclusive por não haver relações histórico-discursivas da candidata Dilma Rousseff com essa região, dado que sua carreira política se desenvolveu basicamente no Rio Grande do Sul e sem envolvimento com o movimento sindical. Por assim ser, são os pré-construídos a respeito de Lula que passam a sustentar o discurso do eleitor sobre sua

<sup>68</sup> O grande ABC Paulista, localizado na região metropolitana de São Paulo, e formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, é considerado o berço da indústria automobilística do país. (AGÊNCIA GABC, 2016).

preferência eleitoral por Dilma, conforme vemos na seguinte formulação: “tenho muito respeito pelo Presidente Lula, pelo bom trabalho que vem realizando por todos nós brasileiros”.

Devemos também destacar que essa relação com a memória discursiva sobre a figura de Lula, assinala a identificação do sujeito eleitor com as posições políticas de esquerda. Essa relação se materializa na evocação do bom trabalho que Lula tem feito por “todos nós brasileiros”. Além de fazer presente o slogan dos dois mandatos do presidente petista, “Brasil: um país de todos”, tal afirmação vincula-se interdiscursivamente com os já-ditos a respeito dos antecessores do petista, que segundo o efeito de evidência que afeta o autor do comentário, teriam governado para alguns grupos, isto é, para a minoria dos brasileiros. Dessa forma, sua afirmação se mostra constitutivamente afetada pelos saberes que determinam a formação discursiva da esquerda política, que preconizam a promoção da equidade entre todas as camadas da população por meio da ação do Estado mediante políticas públicas que promovam a inclusão social.

A temática religiosa se estabelece no discurso do eleitor a partir das relações com a rede de discursos a respeito do obscurantismo e de certa arrogância da candidata do PT em relação ao ente divino: “Multidões de gente que não ia votar na Dilma e não votaram por causa das mentiras do site, que disse que nem Deus tirava a sua vitória”. Essa afirmação recupera, por via interdiscursiva, os dizeres que justificavam a rejeição a candidatura petista por seu obscurantismo religioso e por desafiado a Deus, conforme apontado na análise dos comentários anteriores.

É preciso considerar a força das condições imediatas de produção em relação a essa rede interdiscursiva, uma vez que o comentário foi produzido três após o primeiro turno das eleições presidenciais, votação que contrariou as expectativas iniciais de que a candidata do PT seria eleita já no primeiro momento do pleito. Esse processo se inscreve na superfície intradiscursiva pela seguinte formulação: “O motivo que atrapalhou a vitória no primeiro turno foram as mentiras falsas e maldosas”. Por assim ser, nessa conjuntura, o efeito de sentido de verdade em relação à desaprovação divina da candidatura de Rousseff havia se intensificado nos discursos que se opunham à sua candidatura, isto é, a não consolidação da vitória no primeiro turno seria uma resposta divina ao desafio que a petista teria pronunciado na campanha.

Nesse processo, o discurso do eleitor funciona a partir dos efeitos de sentido do conflito entre verdade e mentira que, conforme apontamos, funciona, na formação discursiva religiosa cristã, de forma semelhante ao confronto entre o bem e o mal. Contudo, se nos saberes dessa FD já está contida a garantia da vitória final do bem sobre o mal e da verdade sobre a mentira, no discurso do sujeito eleitor esses efeitos de sentido aparecem deslocados. As formulações de seu comentário configuram efeitos de sentido de militância em favor da verdade, isto é, o ente divino não seria o provedor do triunfo final da verdade, mas este seria

decorrente das ações humanas. Afetado por esse deslocamento, o sujeito formula em seu discurso estratégias para derrotar as mentiras que prejudicaram Rousseff no primeiro turno: “Que haja rápido uma distribuição de material para todas as centrais sindicais, Igrejas de todo o país desmentindo todos os boatos falsos e que falem em todas as emissoras de rádio e tv.” Nessa formulação, inscrevem-se no fio intradiscursivo os sentidos de agilidade, marcado pelo adjetivo “rápido” e de totalidade, pela reiteração do pronome todo/todas/todos. Tal construção presentifica os discursos próprios dos rituais sindicais, em que se faz necessário alcançar um grande número de pessoas em pouco tempo, sobretudo quando se tem que deflagrar uma greve. Nessa perspectiva, a expressão “distribuição de material” retoma interdiscursivamente a prática de panfletagem que caracteriza os movimentos sociais de esquerda. Assim, conforme apontamos, é pela via da militância que, no funcionamento do discurso do eleitor, a verdade será restabelecida.

Os elementos religiosos inscrevem-se, ainda, no discurso do eleitor a partir da oração optativa endereçada à candidata petista: “Que Deus te projeta”. Esse desejo assinala que o sujeito de discurso apresenta-se, de certa forma, afetado pela formação discursiva religiosa. Apesar de sustentar o seu discurso a partir dos pré-construídos da militância dos movimentos sociais, mais especificamente do sindicalismo, do qual Lula é o principal representante, o sujeito é deslocado dessa posição, tradicionalmente vinculada ao laicismo ou mesmo ao ateísmo, e ocupa uma posição devota, ao colocar a candidata petista como alvo da proteção divina. Dessa forma, o discurso religioso atravessa constitutivamente o discurso político-sindical e estabelece sentidos outros, uma vez que coloca em cena o poder do transcendente nos efeitos de sentidos do jogo de forças que caracteriza o processo eleitoral, ou seja, ao mesmo tempo em que as ações humanas podem restabelecer a verdade e conduzir Dilma à vitória que, para o eleitor, se estabelece a partir do efeito de sentido de certeza (Até a vitória), concorre também para tal êxito o elemento sobrenatural, intervenção divina. No jogo discursivo, o gesto do eleitor, por via interdiscursiva, pode restaurar a arrogância que se atribuída à candidata do PT, isto é, ao invocar a benção divina sobre a candidata, estabeleceu-se o efeito de sentido de humildade, de dependência da vontade divina, até então ocultada pela ênfase na militância. Se no discurso dos opositores Dilma perderia pela arrogância, o eleitor a situa a partir do lugar da humildade, de quem, sendo inferior ao elemento divino, é confiada aos seus cuidados.

O sujeito do discurso formulado em C13, portanto, configura-se a partir da identificação com a forma-sujeito de direito, que contempla o sujeito individuado pelo Estado e que assume a responsabilidade por seus atos. Nesse caso, além das responsabilidades individuais, o processo de individuação instaura o efeito de sentido da responsabilidade pelo bem comum. Para que se dê continuidade às políticas públicas que beneficiam a todos os brasileiros, o sujeito retoma os rituais de militância e, a partir dessa memória discursiva,

formula estratégias para reverter o quadro desfavorável que se construiu a partir das condições de produção decorrentes do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais em 2010. A partir da heterogeneidade própria de toda formação discursiva, ao identificar-se com a forma sujeito de direito, o eleitor o faz a partir dos saberes que caracterizam as tendências políticas de esquerda, daquelas que preconizam o Estado como instrumento de promoção da justiça social, ou seja, mesmo sem poder escapar ao domínio do Estado que o individua, o sujeito se identifica com sentidos que não coadunam com os efeitos de evidência do capitalismo.

Ao mesmo tempo, esse sujeito não deixa de ser afetado pela presença do ente divino. Embora seu discurso não se sustente a partir dos sentidos que colocam a divindade no governo do mundo, a intervenção divina ainda se estabelece, no discurso, como um elemento a ser considerado. Observamos, assim, a presença de elementos na constituição discursiva que impedem que os sentidos relativos ao poder divino sejam apagados.

O comentário 14 (C14), por seu turno, foi publicado no site da candidata petista em 8 de outubro de 2010, como reposta à postagem 13 razões para votar em Dilma no segundo turno. Em sua formulação, o sujeito eleitor inscreve no fio intradiscursivo a memória acerca da unidade nacional. Trata-se de algo ainda não apontado nos comentários anteriores e que se sustenta pela negação constitutiva de discursos do separatismo que veio a ganhar força após as eleições, com crescente hostilização dos nordestinos<sup>69</sup>.

COMENTÁRIO 14 (C14)


Cinthia 11 horas atrás

ESTOU COM DILMA!!!  
SOU EVANGÉLICA, NORDESTINA E QUERO QUE O MEU POVO BRASILEIRO SIGA CRESCENDO, DE NORTE A SUL!! POIS O BRASIL É ISSO - NORTE, SUL, NORDESTE, CENTRO-OESTE, SUDESTE....

3 people liked this. Gostei Responder

O autor de C14 apresenta-se a partir de dois qualificativos: evangélica e nordestina. Tratam-se de dois elementos que recuperam uma vasta rede de relações interdiscursivas determinadas pelas condições de produção específica das eleições presidências de 2010. A afirmação “sou evangélica”, relaciona-se à memória discursiva constituída em torno do PT e

<sup>69</sup> Esta notícia publicada no portal Terra é exemplo dos registros desse movimento já no dia posterior às eleições: <<https://noticias.terra.com.br/eleicoes/nordestinos-sao-hostilizados-apos-vitoria-de-dilma-rousseff,aa13fc86bd059410VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em 20.ago.2016.

de Dilma de que, por opção partidária coletiva, ou por conluio satânico, a candidata e seu partido planejavam implantar medidas contrárias à moral cristã, conforme já se mencionou, de modo que passou a dominar o efeito de evidência de que não seria compatível professar a fé cristã, em sua vertente católica ou evangélica, e votar em Rousseff. Em vista disso, na posição de eleitores, os sujeitos passaram a ser interpelados a declarar, juntamente com seu voto, a sua pertença religiosa. Por assim ser, a declaração de voto em Dilma por alguém que se qualifica como evangélica estabelece o deslocamento desse efeito de sentido de incompatibilidade, visto que estabelece outra rede de filiações em que essa opção passa a ser encarada como possível. Destaquemos que tal possibilidade se instaura a partir dos discursos a respeito da promoção da dignidade humana propiciados pelas políticas públicas desenvolvidas pelo governo petista entre 2003 e 2010.

Faz-se necessário levarmos em conta que os primeiros dias de campanha do segundo turno foram marcados pela expectativa de manifestação de apoio da candidata do Partido Verde, Marina Silva, a um dos projetos eleitorais em disputa naquele momento, representados por Dilma Rousseff e José Serra. O fato de Marina, terceira colocada na votação do primeiro turno, ser declaradamente evangélica constitui-se em elemento reforçador da necessidade inconsciente do sujeito de publicizar sua opção como forma de provocar a adesão à candidatura petista por parte dos demais evangélicos, sobretudo aqueles que haviam votado na candidata do PV.

Já a designação “nordestina” relaciona-se com a memória discursiva a respeito da trajetória do então Presidente Lula e das políticas públicas desenvolvidas por seu governo em favor dessa região brasileira. Assim, ao situar sua origem geográfica, o autor do comentário, por relação parafrástica, inclui-se nos sentidos de pertença à etnia do presidente da república, isto é, ser nordestina passa a significar ser nordestina como o Lula, partilho da mesma origem que o filho ilustre da região que, nascido no sertão, alcançou o cargo eletivo de maior visibilidade da nação. Nessa dinâmica, passa também a funcionar a rede interdiscursiva a respeito da força, da resiliência do povo nordestino, da sua capacidade de, por enfrentar corajosamente a seca, superar as várias dificuldades com que se defrontam. Dessa forma, ao atribuir-se o qualificativo de “nordestina”, a autora de C14 atribui a si o lugar da luta e da resistência, elementos interdiscursivos que retomam a trajetória de Lula e cujos efeitos de sentido tornavam-se primordiais para garantir a adesão dos eleitores à proposta petista no segundo turno que se aproximava.

Ademais, conforme apontamos, a referência à região nordeste do Brasil e à pertença ao seu povo põe também em funcionamento os discursos a respeito dos benefícios concedidos a essa região pelas políticas públicas do governo petista, sobretudo o mais conhecido de seus programas sociais, o Bolsa Família. Nessa perspectiva, é possível afirmarmos que a manifestação pública do voto em Dilma é constitutivamente atravessada

pelos discursos da gratidão a Lula e ao PT pelo tratamento dado a essa região, a partir do efeito de evidência de que teria sido esquecida em gestões anteriores.

Esses discursos são também afetados pelos dizeres sobre a garantia da continuidade das políticas públicas promovidas na gestão petista iniciada em 2003: “quero que o meu povo brasileiro siga crescendo”. Ressaltamos na formulação do sujeito eleitor o desejo do crescimento do povo. Essa afirmação desloca outras paráfrases a respeito do crescimento do país, pois não se trata do crescimento do Brasil, expressão que poderia trazer presente a memória discursiva referente às questões econômicas materializadas pela necessidade de elevar o PIB (Produto Interno Bruto), bastante comuns em debates eleitorais. Trata-se do crescimento do povo brasileiro, elemento que sustenta a partir do interdiscurso do desenvolvimento humano e, portanto, com a transformação social, característica da FD que identifica os movimentos de esquerda, distinto com as preocupações meramente capitalistas.

Outro elemento presente no discurso é a memória acerca da unidade nacional: “O Brasil é isso – Norte, Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste...”. Ao tratar desse tema, Orlandi (2002c, p. 42) o associa à necessária ilusão da unidade do sujeito:

Faz parte do imaginário do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito - o da modernidade e o da contemporaneidade – ter de referir a uma pátria para ter uma “identidade nacional.”

Dessa forma, há um movimento do sujeito eleitor em buscar o seu sentido de pertença à nação brasileira, a partir dos efeitos de sentido de unidade e igualdade: ser parte de um único país e ter a mesma dignidade de cidadão, apesar da diversidade das regiões, “o Brasil é isso”. Esse desejo é também afetado pela memória da discriminação por parte dos habitantes do Centro-Sul sobretudo em relação aos que moram no norte e nordeste. Segundo tais posições, em vez de vítimas das condições naturais e das opções políticas, os nordestinos seriam preguiçosos sustentados pelos laboriosos brasileiros do sul<sup>71</sup>.

Nessa rede interdiscursiva, fazem-se também presentes, por contraposição, os discursos separatistas, que postulam a criação de um país independente, rico e desenvolvido, pelos estados do centro-sul. Em vista disso, a citação das cinco regiões geográficas brasileiras na superfície intradiscursiva manifesta também os efeitos de sentido do desejo da manutenção da unidade territorial, sem qual a identidade nacional e o necessário efeito de unidade do sujeito estariam prejudicados.

O sujeito do discurso constitui-se a partir de sua identificação com a forma sujeito de direito do sistema capitalista, a partir das posições progressistas, aquelas que, embora

---

<sup>71</sup> Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, deve-se ressaltar que essa relação ganhou dimensões exacerbadas, alcançado o ódio, após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, atribuída à sua maciça votação na região nordeste.

individuos pelo Estado, organizam seus discursos a partir do pré-construído da necessária transformação da estrutura social a partir da superação das desigualdades injustas produzidas pelo modelo socioeconômico historicamente em vigência. Contudo, a sua autodesignação como evangélica mostra-a afetada pela formação discursiva religiosa que, por força das condições de produção, interpela o sujeito, na posição de eleitor, a marcar suas preferências religiosas no fio intradiscursivo.

O comentário 15 (C15), também foi publicado logo após o resultado do primeiro turno, em 8 de outubro de 2015, a partir da postagem “13 razões para votar em Dilma no segundo turno”. A formulação do discurso do eleitor neste comentário apresenta um elemento temático novo em relação às formulações já analisadas, visto ser assinalada pelo desejo de coerência com as prescrições morais do cristianismo, a partir do efeito de sentido de que aceitar as supostas calúnias contra a candidata do PT seria mais grave que desobedecer os mandamentos divinos, neste caso, “não levantar falso testemunho”. Isso, conforme apontamos a seguir, produz efeitos de entrelaçamento entre os sentidos consciência cidadã e a consciência religiosa.

**COMENTÁRIO 15 (C15)**


Eleildoalves 1 semana atrás

Sou CATÓLICO e voto 13 pois aprendí na minha religião a não levantar falsos testemunhos e faria pior que isso se acreditasse neles. Sei que todas as acusações contra Dilma são um ato desesperado de derrubar esta mulher íntegra e de história perante a nação brasileira. Seja você também um eleitor e um cristão consciente no dia 31 de outubro vamos fortalecer a corrente vermelha e branca e vamos declarar que queremos DILMA PRESIDENTE !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Gostei
Responder

Assim, como em outros comentários, o autor de C15 inicia suas ponderações inscrevendo no fio intradiscursivo a sua filiação religiosa: “sou CATÓLICO”. Conforme se tem apontado, essa inscrição confessional na superfície textual deriva das coerções impostas pelas condições de produção político-eleitorais do segundo turno do pleito presidencial em que os fatores ligados à moral religiosa teriam impedido a vitória da candidatura petista já no primeiro turno e fortaleciam os projetos de seu oponente naquele momento.

Há ainda que se considerar, nesse e em outros discursos, que o sujeito, na posição de eleitor, é afetado pelo efeito de evidência de que a declaração pública de sua opção religiosa tem a possibilidade de afetar na decisão dos leitores de seu comentário. Na relação

com imaginário, a autodesignação como católico ou como evangélico consistiria em um deslocamento com os discursos dominantes, naquela conjuntura, de que o voto em Dilma Rousseff fosse incompatível com a profissão de fé cristã. Existe, portanto, para o sujeito do discurso, em suas formações imaginárias, o efeito de evidência de que a manifestação da preferência religiosa teria força para confirmar, alterar ou provocar (no caso dos indecisos) a opção eleitoral dos seus interlocutores. Esse aspecto de força se materializa na grafia, em caixa alta, da palavra católico, que, ao destacar-se no layout do texto, aponta para a esse desejo, que foge ao controle do sujeito, de marcar intensamente para o leitor a negação da incompatibilidade entre ser cristão e votar no PT.

Vemos também a justifica eleitoral a partir do efeito de evidência do compromisso cristão com a verdade: “voto 13 pois aprendi na minha religião a não levantar falso testemunho e faria pior que isso se acreditasse neles”. Nessa perspectiva, o voto em Dilma Rousseff (voto 13) se sustentaria a partir do efeito de fidelidade aos princípios religiosos (aprendi da minha religião), de modo que acima de qualquer outro critério, passa a importar os efeitos de sentido de obediência, votar para não descumprir o preceito religioso. Por assim ser, a inscrição do preceito religioso “não levantar falso testemunho”, oitavo mandamento da Lei de Deus, faz-se presente os pré-construídos da memória discursiva a respeito da relação jurídica com a religião e, por conseguinte, com a própria divindade, em que desobedecer ao preceito pode acarretar punição por parte do ente divino, desrespeitado pelo ato de desobediência. Instaure-se, assim, o efeito de sentido de votar para obedecer, para não atrair a ira divina.

Essa perspectiva é reforçada pela afirmação: “faria pior que isso se acreditasse neles”. Tal sentença inscreve na superfície intradiscursiva os efeitos de sentido de gravidade da ofensa ao ente divino em que consistiria a não adesão ao projeto eleitoral petista, uma vez que isso consistiria em ser conivente com os falsos testemunhos, isto é, com a mentira. Na relação com o pré-construído do maniqueísmo do discurso cristão, manifestado na disputa perene entre o bem e o mal, é preciso considerar que um dos títulos dados ao elemento satânico é exatamente o de “pai da mentira”. A partir desse funcionamento, por via das formações imaginárias, aos que não pretendiam votar em Dilma Rousseff é atribuído o lugar da mentira e, portanto, da negação aos preceitos divinos e, por conseguinte, adesão aos propósitos diabólicos.

Em tal conjuntura, ao se dirigir diretamente aos (e)leitores do site, são evocados, no comentário do sujeito, os discursos a respeito da postura consciente na perspectiva política e na perspectiva cristã: “Seja você também um eleitor e um cristão consciente no dia 31 de outubro”. A esse respeito, devemos destacar que o desejo por ser um indivíduo consciente, é um efeito necessário decorrente do processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, isto é, ao sujeito é preciso esquecer-se das determinações, das contradições que o

determinam no processo de ser já sujeito e ser ideologicamente convencido de que pode, pelo domínio da própria consciência, conduzir seu discurso e sua vida.

Esse processo decorrente do efeito ideológico elementar, a partir de um fundamento comum, assumem efeitos de sentido diversos no âmbito da política e da religião, ambos vinculados a relações jurídicas. Na perspectiva política, o sujeito individuado pelo Estado, é afetado pelo dever de escolher criteriosamente os destinatários de seu voto, a partir da ilusão necessária de que, ao fazer a sua parte, honrando suas obrigações individuais, estaria contribuindo para o bem-comum, que seria resultado das ações conscientes de cada indivíduo. Já a partir do lugar da religião, a postura consciente se vincula ao dever imposto ao fiel afetado por essa formação discursiva a escolher o candidato a partir dos critérios emanados da própria divindade, isto é, com fidelidade à vontade divina, à verdade absoluta.

Aos contrários à candidatura petista e disseminadores dos supostos boatos, o autor de C14 atribui o lugar do desespero: “Sei que todas as acusações contra Dilma são um ato desesperado de derrubar essa mulher íntegra e de história perante a nação brasileira”. Essa afirmação relaciona-se interdiscursivamente às posições que, em nome das acusações contra a candidatura petista, justificariam naquela conjuntura o voto no seu opositor ou mesmo ao voto em branco ou nulo. Destacamos a intensidade dos efeitos de sentido do verbo “saber” que, por relação parafrástica, afasta-se de outras formulações possíveis, tais como acredito, creio, acho, penso. Essa seleção lexical, que escapa ao controle do sujeito, manifesta a sua determinação por um desejo de verdade que se manifesta pela ilusão de alcançar o conhecimento pleno, capaz de sustentar suas convicções: eu sei. Em vista do conjunto do comentário, defendemos que esse conhecimento seguro que interpela o sujeito a enunciar “Eu sei” teria origem divina, ou seja, a relação do eleitor com o ente divino seria responsável por lhe sustentar a certeza a respeito dos fatos que contesta.

Conforme já mencionamos, ao contrário de outros comentários, em C15 há o enaltecimento dos predicativos pessoais de Dilma Rousseff: mulher íntegra e de história”. Isso afasta o sujeito eleitor de outras posições recorrentes nos discursos do período eleitoral em que a trajetória pessoal e administrativa de Lula justificariam a escolha da pouco conhecida e inexperiente candidata do PT. Essa formulação pode ser também sinal do desejo de ser consciente que afeta o sujeito em sua constituição: por almejar o efeito de sentido de escolha consciente, não seria permitido ao sujeito ater-se somente à indicação de Lula, é preciso racionalmente buscar as qualidades daquela em que se quer votar.

O discurso em C15 materializa a tensão na constituição do sujeito entre a forma sujeito religioso e a forma sujeito de direito. Dominado por esta o autor dos comentários, na posição de eleitor, é tomado pelos saberes que lhe imputam o dever da escolha consciente, como forma de cumprir os deveres que individualmente o Estado lhe impõe. Contudo, o sujeito é também afetado por resquícios de saberes segundo os quais Deus governa o mundo. Esse

processo se manifesta na necessidade de publicizar a sua escolha religiosa e o efeito de evidência de que a religião pode interferir no resultado da eleição. Ademais, na relação com a divindade também se manifestam os rituais jurídicos do Estado em que a desobediência pode acarretar castigo, por parte dos seres humanos e, mais gravemente, do próprio ente divino, quando se tratam de preceitos dele emanados. Ainda, como efeito desse atravessamento do efeito de evidência de que, de alguma forma, Deus ainda governa o mundo está a certeza manifesta no discurso de que ao destacar sua opção religiosa torna-se possível ao sujeito eleitor influenciar outros eleitores. Existe, portanto, como discurso transversal, de que os elementos religiosos ainda, apesar do estado laico, são relevantes para as escolhas eleitorais.

Os comentários seguintes foram todos publicados na seção “Em nome da verdade”, espaço do site da presidenciável Dilma Rousseff que objetivava, em 2010, desmentir os boatos<sup>72</sup> que amplamente circulavam a respeito de sua candidatura e de ações que seriam desenvolvidas em um futuro governo. Muitas dessas alegações, por força das condições produção a que se tem feito referência neste trabalho, envolviam as convicções religiosas e morais da petista, seu vice e seu partido.

Nessa seção foi publicado, o comentário 16 (C16), referente à postagem “Dilma disse que é contra o aborto”, em 9 de outubro de 2010. No conjunto dos comentários analisados neste trabalho, trata-se do único comentário em que uma liderança religiosa é nominalmente citada como razão de credibilidade para candidata petista, o que o desloca em relação àqueles que consideravam Lula a única personalidade a transferir esses efeitos de sentido para Dilma.

**COMENTÁRIO 16 (C16)**


Binho 2 semanas atrás

sou binho e moro em candeias voto na dilma pois não acretido em nada que estão falando sou cartolico ,e não vou entra nessa onda de mentiras. estou muito triste com a opinião de algumas pessoas da igreja ,e eu quero pois se chalita apoia dilma nos cartolicos termos que apoia tb .e dilma no dia 31 quer DEUS abeçoee

15 people liked this. Gostei Responder

<sup>72</sup> Conforme se tem apontado neste trabalho, tem sido fato recorrente nas candidaturas petistas a publicação de esclarecimentos e desmentidos a respeito de seus projetos de governo. Tal prática acabou se institucionalizando no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, que acontece enquanto esta pesquisa é produzida. Em 17 de dezembro de 2015, o governo federal lançou o site “Fatos e Boatos”, < <http://www.brasil.gov.br/fatos-e-boatos>>, com o slogan “O que falam por aí, o governo esclarece aqui”. A página objetiva esclarecer ou desmentir informações sobre o governo que circulam na internet (CHAGAS, 2015).

Afetado pelas condições de produção daquele momento político-eleitoral, em que eram recorrentes os discursos sobre a incompatibilidade entre a adesão à fé cristã e o apoio à candidatura petista, o autor de C16, assim como outros que mencionamos anteriormente, inscreve na superfície textual a sua opção religiosa: “sou católico”. Essa manifestação pública, conforme temos discutido, aponta que o sujeito encontra-se afetado por saberes da formação discursiva que produzem junto a ele o efeito de convicção de que a manifestação dos fieis cristãos, católicos ou evangélicos poderia alterar a definição dos votos daquele momento. Há um processo interdiscursivo presente na constituição desses sujeitos eleitores que produz o efeito de evidência de que, para os cidadãos brasileiros, a preferência religiosa, professar uma religião, ser cristão é elemento produtor de credibilidade pública, que atribui confiabilidade não só ao candidato, mas aos seus apoiadores. Dessa forma, confessar-se católico pode constituir fator determinante para provocar outros sujeitos a aderirem à candidatura petista, uma vez que, como decorrência do discurso fundador, os efeitos de sentido a respeito da brasilidade foram, desde o descobrimento, conforme apontamos, constitutivamente atravessado pela evidência de ser esta uma terra cristã e de cristãos, a Terra de Santa Cruz.

Assim como no comentário anterior, a temática religiosa é posta em relação com a verdade: “sou católico, e não vou entrar nessa onda de mentira”. O discurso em torno da verdade passa a funcionar a partir dos pré-construídos da moral cristã, em que a mentira é considerada como algo abominável. O emprego do verbo “não vou entrar” instaura o efeito de sentido de exclusão que, neste discurso assume o efeito de sentido de pureza, isto é, excluir-se da onda de mentira é manter-se imune aos seus efeitos pecaminosos. Dessa forma, o sujeito eleitor, no jogo das formações imaginárias, atribui a si a posição de superioridade, na medida em que mantém-se puro, longe da mentira, diferentemente dos demais que entraram na onda da mentira. Esse lugar de superioridade que o sujeito instaura a seu respeito deve-se ao fato de que a pureza, entendida como ausência de pecados, é um estado de alma desejado para os fieis do cristianismo e de diversas religiões. Por assim, ser ao considerarmos que excluir-se da onda da mentira está associada à adesão ao projeto petista, o voto em Dilma, por relação parafrástica, configura-se, ao contrário dos discursos correntes naquela conjuntura, como ato de fidelidade aos preceitos religiosos.

Devemos ainda considerar que, conforme se mencionou em outras análises, a temática da verdade, na formação discursiva religiosa cristã, funciona a partir dos efeitos de sentido do combate entre o bem e o mal. Nessa perspectiva, aos sujeitos caberia a escolha de um dos lados dessa disputa. Na conjuntura político-eleitoral de 2010, as posições contrárias e favoráveis à candidatura petista atribuíam a si os sentidos do bem e ao adversário aqueles vinculados ao mal. Desse modo, da posição assumida pelo eleitor, a rejeição à

candidatura de Dilma, motivada por afirmações mentirosas, implicava na escolha do mal e repúdio do bem. Nesse jogo de paráfrases, os efeitos de sentido se deslocam para, por meio das opções eleitorais, escolher entre aderir ou negar à própria divindade, entendida como representação suprema do bem e da verdade.

Esse efeito de sentido de superioridade que o sujeito do discurso atribui a si, por não se deixar contaminar pela mentira, é, contudo, deslocado pelo pré-construído da organização hierárquica das igrejas cristãs, sobretudo da Igreja Católica: “estou muito triste com a opinião de algumas pessoas da igreja”. Embora a expressão “pessoas da igreja” possa, preliminarmente, significar qualquer fiel ou grupo de fieis, é preciso considerar, nas condições de produção dos discursos político-eleitorais em 2010, a intensa movimentação de lideranças religiosas entre as diferentes candidaturas, em defesa dos princípios cristãos. Nessa perspectiva, “pessoas da igreja” pode vincular-se aos sentidos de pessoas que pertencem à igreja, não por um vínculo comum, mas pela relação hierárquica, isto é, aquelas a quem a igreja possui de maneira diferenciada, por meio de um vínculo institucional-sobrenatural, que lhes permite o reconhecimento público como representantes eclesiásticos. Esses efeitos de sentido são reforçados quando consideramos, conforme já postulado, que no imaginário dos católicos e em seus rituais, embora isso não conste mais dos preceitos e documentos institucionais, persiste a imagem da Igreja piramidal, aquela em que a hierarquia possui primazia em relação aos leigos. É a força dessas relações interdiscursivas que poderia produzir os efeitos de sentido de tristeza a que o sujeito do discurso se refere, uma tristeza que se sustenta pela divergência entre o fiel e algumas lideranças de sua instituição religiosa.

Notamos, assim, no processo de constituição do sujeito, um desejo de completude, um anseio que incomoda por não ser satisfeito. Devido à necessária ilusão de crer-se um ser inteiro, indiviso, coeso e coerente, não parece natural ao sujeito o surgimento de lacunas, vazios, incompletudes em sua percepção existencial. Dessa forma, mesmo atribuindo a si uma posição diferenciada por não entrar na onda de mentira, o fato de não haver unanimidade nas preferências políticas no interior da instituição religiosa a que pertence o afeta negativamente. Isto pode se explicar pelo desejo de verdade, de estar do lado da verdade que a formação discursiva religiosa impõe ao sujeito. É preciso que ele esteja do lado certo, uma vez que, na perspectiva dessa FD, estar do lado errado implica em receber a condenação eterna, pois no maniqueísmo que a sustenta só existem dois lados, mutuamente excludentes, o bem ou mal, a verdade ou a mentira.

Por assim ser, o fato de atribuir a si o lugar da verdade a partir de posições opostas à de algumas lideranças de sua instituição religiosa impõe profundos deslocamentos ao sujeito, uma vez que implica em atribuir a estes o lugar do erro e da mentira. Ao se considerar que o líder religioso atua em nome da divindade, como seu legítimo representante, situá-lo como passível de erro desestabiliza os efeitos de sentido de infalibilidade que sustenta as

práticas religiosas e, no caso do catolicismo, afeta a relação jurídica do sujeito com a divindade, já que é fragilizada a autoridade de seus ministros terrenos, produzindo efeitos de sentido segundo os quais a possibilidade de falha em matéria política seria indício de possíveis equívocos em outros temas. Todos esses efeitos de sentido são intensificados pelas relações com a memória da força hierárquica associada à Igreja Católica.

Em vista disso, inscreve-se na superfície textual essa busca do sujeito eleitor em construir referências que confirmem a adequação de sua escolha, isto é, o sujeito é movido pela necessidade de ter a sua opção referendada por uma liderança religiosa. Esse processo se materializa no intradiscurso pela referência a Gabriel Chalita, professor, político e liderança de grande visibilidade no âmbito da Igreja Católica por sua inserção e protagonismo em programas de redes de televisão católicas: “se Chalita apoia Dilma nós temos que apoiar também.” A partir da menção a Gabriel Chalita, estabelecem-se redes interdiscursivas que entrecruzam política e religião. Na esfera religiosa, conforme já apontamos anteriormente, a sua visibilidade midiática o estabeleceu como proeminente liderança da Igreja Católica em todo o território nacional, por ser alguém que publicamente fala em canais católicos e, portanto, possui legitimidade para pronunciar-se em nome da instituição. Quanto à política, a rede de discursos a respeito de sua trajetória política o situa no lugar da dissidência tucana, visto que tendo sido filiado ao PSDB e exercido o cargo de Secretário de Educação do Estado de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmim, o seu rompimento com essa vertente política o coloca no lugar da liderança religiosa que reconheceu estar do lado errado e mudou de lado. Assim, a conjugação do interdiscurso a respeito dessas duas dimensões constitutivas dos efeitos de sentido em torno de Chalita propicia ao sujeito do discurso a referência de que carecia para confirmar a correção de sua escolha.

Da mesma forma que em outros comentários, o autor de C16 conclui a sua formulação com uma oração optativa que invoca a benção de Deus sobre a candidata petista: “Dilma no dia 31 quer Deus abençoe”. A inscrição desse pedido de benção no fio intradiscurso assinala, mais uma vez, a relação do sujeito com a formação discursiva religiosa, visto que situa a autoridade divina como elemento decisivo no resultado da eleição. Desse modo, ao clamar pela proteção divina sobre a presidenciável no dia da eleição, atribui-se ao elemento divino a supremacia sobre os desdobramentos do pleito.

O comentário analisado aponta para a identificação do sujeito do discurso com a forma sujeito religioso, característico do modo de produção feudal, que prevaleceu durante a Idade Média, isto é, dominado pelos saberes segundo os quais o ente divino governa o mundo. Na submissão a esse governo divino, o sujeito do discurso é movido pelo desejo de agradá-lo pela via da fidelidade à verdade, ou seja, para agradar o elemento divino, é preciso rejeitar a mentira e escolher a verdade, da qual a própria divindade, nesse pré-construído, seria a fonte. Por assim ser, na conjuntura política eleitoral, esse processo de identificação

impõe ao sujeito o dever de não se deixar levar pelas mentiras e fazer sua opção a partir da verdade. Contudo, não se pode deixar de considerar que essa forma-sujeito é afetada pela forma-sujeito de direito, própria do sistema capitalista. Isso se manifesta no desapontamento com as lideranças religiosas, fato que assinala que não há adesão total e irrestrita aos posicionamentos e discursos dos prepostos da divindade, aos seus ministros. A identificação com o sujeito religioso determinaria o efeito de convicção plena de que a vontade do ente divino se manifesta nos postulados formulados por seus representantes terrenos. A não adesão total a esses efeitos de sentido é indicativo de que algo não tem funcionado bem no processo de identificação.

O comentário 17 (C17) foi também publicado na seção “Em nome da verdade”, no site da candidata Dilma Rousseff e vincula-se igualmente à postagem “Dilma disse que é contra o aborto”. Esse comentário, em relação aos demais analisados, apresenta uma gradação quanto ao posicionamento a respeito das acusações contra Dilma e tem como ponto de culminância, o pré-construído derivado do senso comum, segundo o qual não política e religião não deveria ser tratados conjuntamente.

**COMENTÁRIO 17 (C17)**



**Aldo** 2 semanas atrás

Em primeiro lugar sou cristão convicto ,sou presbiteriano e na igreja que frequento ouvi muitas bobagens sobre à Dilma principalmente vinda do pastor local que é meu amigo e vota no serra ,ele não faz campanhas claras ,mãe deixa tudo no subentendido,eu nunca me deixei levar por manipulações nem da igreja, nem da mídia ,porque eu sei que no governo Lula muita coisa mudou pra melhor ,e é por isso que meu voto é 13 é Dilma ,não misturo religião com política!!!

13 people liked this.

Gostei
Responder

O autor de C17, assim como os sujeitos de outros comentários, inscreve na superfície textual a sua preferência religiosa: “em primeiro lugar sou cristão convicto, sou presbiteriano”. Apontamos intensamente em análises anteriores os efeitos de sentido decorrentes da declaração pública da opção confessional, nas condições de produção do discurso político-eleitoral em 2010, sobretudo o efeito de evidência que afeta o sujeito de eleitor de que essa publicização seria fator de convencimento e encorajamento de outros eleitores a aderirem à candidatura de Dilma Rousseff.

Notemos que, neste caso, ao formular sua preferência, o autor do comentário inicia a sentença por “Em primeiro lugar”. Essa expressão insere os efeitos de sentido de escala de

valores, de uma ordem de importância própria à posição da qual o sujeito se pronuncia. Estabelece, assim, os sentidos de uma hierarquia em relação ao que será formulado e aponta para o movimento do sujeito em salvaguardar, no gesto de manifestação de opinião, algo que lhe parece fundamental. No comentário em análise, é a sua condição de “cristão convicto” que o sujeito almeja por à salvo das opiniões e debates eleitorais. Trata-se, assim, de um processo de preservação dos elementos religiosos que constituem o sujeito. Ao se considerar a memória discursiva acerca da pureza, do desejo de não profanar o que é sagrado, de não contaminá-lo com as impurezas do mundo, há condições de apontarmos para a necessidade do autor do comentário em não macular a sua fé por meio dos debates político-eleitorais.

Outro elemento presente no discurso do eleitor é o uso do adjetivo “convicto”. Nesse gesto, observamos o movimento do sujeito do discurso em negar os possíveis efeitos de sentido de uma crise ou fraqueza na fé, da qual a sua opção política seria indício. Tal processo se estabelece pela relação com a memória dos discursos em circulação daquele tempo que, conforme mostramos, negavam a compatibilidade entre a fé cristã e o voto na candidatura petista. Dessa forma, sob o efeito de evidência de ser senhor de si, de deter o controle das intenções de seus atos e de seus discursos, o sujeito busca marcar a força de suas convicções religiosas e evitar a desqualificação de suas justificativas ou afastar a adesão de outros fieis ao voto em Dilma, sob o pretexto de que se tratavam de palavras de alguém fraco na fé. Nessa conjuntura, ao designar-se como “cristão convicto”, o sujeito eleitor move-se na construção de efeitos de sentido de credibilidade dos seus posicionamentos, aspecto fundamental para se alcançar outros adeptos para o projeto petista.

O discurso em análise contém ainda apreciação por parte do sujeito a respeito das acusações que circulavam a respeito das convicções religiosas e morais de Dilma Rousseff e de seu partido: “na igreja que frequento ouvi muitas bobagens sobre a Dilma principalmente vinda do pastor local que é meu amigo” Embora não deixe de ser afetado pelo interdiscurso a respeito do conflito entre a verdade e a mentira que permeia a formação discursiva religiosa cristã, há em C17 um deslocamento em relação a esses discursos, materializada pela designação bobagens. Enquanto nos discursos analisados anteriormente observávamos a maior preocupação do sujeito em contradizer ou desmentir tais afirmações, o autor de C17 sequer as chama de mentira. Nesse processo, se a mentira é algo que precisa ser combatido, elucidado, a bobagem constitui-se algo com que não se deve ocupar, com que é inútil empreender qualquer debate, elementos desprovidos de lógica, razão ou credibilidade. Por conseguinte, vão se produzindo acerca do sujeito do discurso efeitos de superioridade em relação aos demais eleitores, tanto aqueles que se manifestam, em nome da fé, contrários à candidatura petista, quanto os que empreendem debates mais acirrados para desconstruir os argumentos divergentes.

Ao (des)qualificar como bobagens os dizeres a respeito do obscurantismo religioso e moral da candidata petista, o discurso do eleitor desloca também a sua relação com a instituição e as lideranças religiosas. Se em discursos anteriormente analisados o posicionamento de eclesiásticos contra Dilma Rousseff eram inscritos a partir de efeitos de sentido de incômodo ou desapontamento por parte dos fieis que militavam pela causa petista, em C17 atribui-se à igreja e ao pastor, respectivamente o espaço de circulação e a autoria das bobagens. Dessa forma, o templo e o líder são destituídos dos efeitos de sentido de sacralidade e realocados a partir dos sentidos do descrédito, na medida em que, em vez de local de manifestação e porta-voz da divindade, constituem-se o lugar e a autoria das bobagens. Destacamos que os efeitos de sentido da relação do fiel com o dirigente religioso é também deslocada, não mais reverenciado como representante divino, é designado no discurso do eleitor como “meu amigo”.

Dominado pelo efeito ideológico elementar que o convence da possibilidade de total domínio da consciência pelo sujeito, que controla suas vontades, intenções e opiniões, o autor de C17 atribui-se o lugar de isenção de todo processo de manipulação: “eu nunca me deixei levar por manipulações nem da igreja e nem da mídia”. Nesse movimento, manifesta a sua identificação com as posições político-ideológicas de esquerda, sobretudo aquelas derivadas do marxismo, que consideram essas instituições como Aparelhos Ideológicos do Estado responsáveis pela manutenção, pelo viés do convencimento, das relações de dominação e opressão do sistema capitalista (ALTHUSSER, 1980). Institui-se assim uma separação, no discurso do eleitor, entre fé e Igreja, entre a divindade e os seus representantes, uma vez que a cristianismo convicto a que o sujeito atribui a si, não é extensivo, no funcionamento do discurso, à instituição religiosa e aos seus dirigentes.

Essa separação se instaura também, no fio intradiscursivo, na última afirmação do sujeito eleitor: “não misturo religião com política”. Essa formulação remete à rede de discursos a respeito da separação entre a Igreja e o Estado na constituição do chamado estado laico. Nesse funcionamento discursivo, o governo passa a ser exercido independente das convicções religiosas. Dessa forma, deixam de exercer o domínio os saberes segundo os quais Deus domina o mundo e prevalecem os sentidos da autonomia do Estado, próprios do sujeito de direito.

A identificação com as posturas de esquerda se inscreve ainda no discurso na justificativa do eleitor em relação à sua preferência por Dilma Rousseff: “eu sei que no governo Lula muita coisa mudou para melhor e é por isso que meu voto é 13, é Dilma”. Nesse funcionamento discursivo, o sujeito distancia-se dos discursos devotos que restringem a religião à relação com transcendente e situa-se a partir das posições progressistas, isto é, aquelas preocupadas com a superação das injustiças sociais produzidas pelo capitalismo. Por assim ser, a memória discursiva do combate espiritual entre o bem e o mal é silenciada e

passam a funcionar os pré-construídos a respeito da vida plena para todos, da transformação das condições de vida das pessoas.

O sujeito eleitor em C17, portanto, configura-se a partir da identificação com a forma-sujeito de direito própria do capitalismo. Dessa forma, distancia-se dos efeitos de sentido que postulam a dominação do mundo pelo elemento divino. O sujeito passa, assim, a funcionar a partir do efeito de evidência de sua plena autonomia. Esse aspecto lhe propicia a ilusória liberdade para relacionar-se com a religião, seja com a instituição, seja com seus líderes, ambos desprovidos de sacralidade e reduzidos às fragilidades humanas. Podemos, nesse movimento, apontar as reminiscências da identificação com a forma sujeito religioso no desejo, sem sucesso, de salvaguardar as convicções religiosas. Apesar de inscrito no fio intradiscursivo, essa adesão é enfraquecida na continuidade do comentário que materializa a identificação do eleitor com o sujeito livre, individuado pelo Estado.

O comentário 18 (C18), assim como o anterior, integrou a seção em “Em nome da verdade”, no site da candidata Dilma Rousseff, e também foi motivado pela postagem “Dilma disse que é contra o aborto”, em 9 de outubro de 2010. Inicialmente, singulariza-se no conjunto dos comentários analisados por derivar de um sujeito que se individua a partir do lugar de professora e ex-eleitora da candidata do PV, Marina Silva.

**COMENTÁRIO 18 (C18)**



**Domencianos** 2 semanas atrás

VOTEI EM MARINA SILVA SOU PROFESSORA SP EVANGÉLICA E TAMBEM DEFENSORA DO MEIO AMBIENTE NO SEGUNDO TURNO IRIA ANULAR O MEU VOTO ....MAS ESTOU PERCEBENDO QUE O OPOSITOR DE DILMA ESTÁ USANDO DE MENTIRAS PARA GANHAR ELEIÇÃO E COMO SOU TEMENTE A DEUS E SEI QUE O PAI DA MENTIRA É O DIABO AGORA MEU VOTO É DE DILMA ACABEI DE REBER DOIS E MAILS DA TURMA DO PINÓQUIO DENEGRINDO IMAGEM DE DILMA....QUE DEUS TENHA MISERICÓRDIA DESTE POVOOO DILMA PARA PRESIDENTAAAAA....

QUE DEUS A ABENÇOEEEEEEEEE

6 people liked this. Gostei Responder

Em seu comentário, além de declarar seu voto, no primeiro turno, em Marina Silva (“votoi em Marina Silva”), o sujeito se define como “professora SP evangélica e também defensora do meio ambiente”. Percebemos que essa qualificação prévia do sujeito remete à sua necessária ilusão de individualidade, isto é, este precisa de traços que o distingam dos demais, que produzam o efeito de sua unicidade. Na relação com os outros, no jogo das

formações imaginárias, a apresentação de referências pessoais propicia o efeito de sentido de credibilidade quando às suas formulações. Em se tratando de discursos com temática político-eleitoral esse processo de autodesignação aponta estar o sujeito eleitor afetado pelo efeito de evidência de ser possível, pela força imaginária de sua qualificação pessoal, angariar novos apoios para a candidata de sua preferência ou consolidar a adesão daqueles que já tendiam para essa escolha.

Nessa perspectiva, a designação como professora remete à memória discursiva a respeito do conhecimento e cultura diferenciados associados ao imaginário da profissão docente, sobretudo quando se considera as condições de produção do sistema educacional brasileiro, em que ainda o acesso aos níveis mais altos de escolaridade é bastante restrito. Por assim ser, os sentidos de credibilidade se constroem a partir do efeito de evidência do respaldo intelectual decorrente do exercício do magistério, isto é, trata-se de, no jogo das formações imaginárias, de alguém que, por sua atividade intelectual, por seu acesso à informação, ao conhecimento, teria melhores condições de avaliar e escolher o melhor candidato à Presidência da República.

Já a designação como evangélica, conforme se tem discutido a partir das análises anteriores, presentifica também toda a rede de discursos a respeito do comportamento imposto aos cristãos em geral e a esse segmento em particular quanto às suas escolhas eleitorais, ou seja, como votar em coerência com os preceitos religiosos e os princípios divinos. Dito de outro modo, tratava-se de um desejo dos sujeitos afetados pela formação discursiva religiosa cristã de votar de forma a agradar ao ente divino ou, ao menos, não ofendê-lo com o voto. Nessa perspectiva, atravessam constitutivamente essa formulação os dizeres a respeito das convicções religiosas de Dilma Rousseff, ou ausência delas, que determinariam a adoção (ou não) de políticas públicas contrárias à moral cristã. O discurso do eleitor, desse modo, remete a essa memória, estabelecendo o efeito de sentido de contraponto aos sentidos em circulação, naquelas condições de produção, de que a candidatura petista seria instrumentalizada pelo mal, pelas forças contrárias aos projetos divinos.

Por seu turno, a qualificação como “defensora do meio ambiente” situa o sujeito no lugar da militância ecológica, como alguém que não apenas simpatiza com a causa, mas que se engaja efetivamente em sua defesa. Assim, os três atributos em análise colocam em funcionamento a memória discursiva a respeito de Marina Silva e dos efeitos de sentido que deslocam a preferência do sujeito da candidata do PV para a postulante do PT.

A candidata do Partido Verde, conforme mencionamos, era publicamente reconhecida por sua confissão religiosa evangélica (ex-católica) e professora por formação (Licenciada em História). Sobretudo, sua trajetória política esteve sempre vinculada às questões ecológicas. Nessa perspectiva, devemos considerar as condições de produção da

primeira semana de campanha presidencial para o primeiro turno, em que se aguardava e disputava a manifestação de apoio da candidata do PV que, no primeiro turno, alcançara 19.636.359 de votos, equivalente à preferência de 19,33% do eleitorado. Esses eleitores passaram, por conseguinte, a ser alvo da disputa dos candidatos do PT e PSDB na disputa final pelo cargo de Presidente da República, 2010. Por assim ser, o discurso do sujeito em C18 configura-se afetado por esse movimento de (in)definição dos eleitores e da candidata do PV, num movimento assinalado pelo desejo de coerência, no segundo turno, em relação à escolha feita na etapa anterior do pleito.

Outro efeito da memória discursiva na formulação de C18 refere-se à desavença que teria existido, embora negada, no interior do governo Lula, entre as então ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Dilma Rousseff (Minas e Energia). Rumores da época insinuavam que a saída de Marina do governo se deveria a disputas ambientais em que Marina fora derrotada pela posição desenvolvimentista de Dilma. Esses dizeres afetam constitutivamente a formulação do discurso dos eleitores de Marina, sobretudo por serem afetados pelo desejo de coerência, desestabilizado a partir da conjuntura mencionada. Se a opção política pela esquerda os aproximava da candidatura petista, a questão ambiental os faziam refutar tal posição. Contudo, o PSDB também não era visto como uma opção adequada na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Isso se intensificava também na perspectiva religiosa, uma vez que, se no primeiro turno ter uma candidata evangélica com chances de ser eleita provocava um efeito de maior segurança e conforto para a ilusória consciência individual dos eleitores, o segundo turno lhes apresentava um católico declarado, porém associado à direita neoliberal e uma candidata cujas convicções religiosas e morais eram tidas como obscuras.

A esse respeito, analisam Peixoto e Renó (2011, p. 323):

Eleitores evangélicos apresentaram um padrão de voto bastante consistente no primeiro e segundo turnos das eleições, tendo uma probabilidade grande de votar em oposição à Dilma Rousseff. No primeiro turno, esse voto foi galvanizado por Marina Silva; no segundo turno, esses mesmos eleitores parecem ter se distribuído pela escolha por José Serra, e os evangélicos pentecostais tendo optado por um voto em branco ou não comparecer.

Em C18 essa perspectiva é assim inscrita na formulação do discurso do eleitor: “no segundo turno iria anular meu voto”. Essa pretensão de anular o voto materializa o efeito de desejo de coerência por parte do sujeito do discurso que, na ausência de Marina Silva no segundo turno, não encontrou candidatos que correspondessem aos elementos que determinaram a sua escolha no primeiro turno. Ademais, ressaltamos que essa foi posição posteriormente manifestada pela própria candidata do Partido Verde que, em 17 de outubro, declarou ter optado por uma opção de independência, na fase final do pleito presidencial.

No entanto, a religião configura-se como elemento mobilizador de uma tomada de posição por parte do autor de C18: “mas estou percebendo que o opositor de Dilma está usando de mentiras para ganhar a eleição e como sou temente a Deus sei que o Pai da mentira é o diabo agora meu voto é de Dilma”. Observamos, assim, que o interdiscurso a respeito do combate espiritual sustenta a justificativa eleitoral do sujeito eleitor. Nessa perspectiva, o ato de votar é deslocado para os efeitos sentidos de uma tarefa sobrenatural, parte da disputa entre o bem e o mal, entre a verdade e a mentira, conforme mostramos em análises anteriores. O voto passa a ser considerado como instrumento de batalha entre elementos espirituais que trazem consequências para o mundo material.

Devemos observar que, ao justificar a sua preferência por Dilma, o sujeito eleitor mostra-se afetado pelo efeito da evidente necessidade de engajar-se no movimento petista por força dos elementos espirituais e suas implicações morais. Em sua formulação “mas estou percebendo que o opositor de Dilma está usando de mentiras para ganhar a eleição”, notamos, inclusive pelo uso do operador argumentativo “mas”, a tensão entre ser coerente com princípios que conduziram ao voto em Marina Silva e o dever cristão de defender a verdade. Por assim ser, é necessário ao sujeito um elemento que materialize o efeito de evidência de que não se está desviando do projeto divino ao apoiar uma proposta que rejeitou no primeiro turno e militar em favor de uma candidatura rejeitada por grande parte dos que se denominam cristãos. A necessidade de fazer prevalecer a verdade fornece essa ilusória evidência.

Nesse jogo, ao atribuir ao tucano a posição do mal, o sujeito eleitor, a partir do maniqueísmo que sustenta o discurso religioso cristão, reserva à petista o lugar do bem. Trata-se, conforme já dissemos, de um efeito de evidência necessária para que o autor do comentário sintá-se confortável em suas opções eleitorais.

Ainda com relação à designação de José Serra, é preciso considerar, no processo, os efeitos de sentido da ocultação do seu nome próprio, a partir do funcionamento do nome no discurso religioso cristão. Para tanto, Mackenzie (1983, p. 658) recorda a herança das culturas pagãs a respeito do nome na tradição judaico-cristã: “em ritos mágicos o nome é extremamente importante: o conhecimento do nome outorga controle e a pronúncia do nome e a pronúncia do nome é eficaz sobre o seu portador ou exprime o poder da pessoa cujo nome é pronunciado”. Por assim ser, a partir da posição do sujeito, afetado pela FD religiosa, evocar o nome do candidato do PSDB consistiria em processo de empoderamento dele, bem como evocá-lo poderia ser uma forma de atrair os males a ele associados. Isso faz da ausência do nome próprio mais que uma questão meramente referencial, mas relaciona-se aos elementos relacionados à constituição do sujeito e dos sentidos.

Contudo, observamos que, embora interdite o nome de José Serra, o sujeito do discurso inscreve no fio do discurso o nome do adversário divino, o Diabo, Pai da Mentira. A

partir do funcionamento do discursivo do nome a que se fez referência acima, podemos afirmar que essa formulação provoca efeitos de sentido de que o candidato tucano representaria um mal maior que o próprio ente satânico, cuja pronúncia do nome poderia causar males menores que o grande opositor a Dilma e ao projeto divino.

Inscrevem-se ainda em C18 duas orações optativas com teor religioso. A primeira delas refere-se àqueles que espalham mentiras a respeito da candidata petista: “Que Deus tenha misericórdia deste povo”. Na formação discursiva cristã a misericórdia se refere à vontade salvífica divina que se antepõe a qualquer iniciativa humana (MACKENZIE, 1983). Trata-se, assim, de uma iniciativa do ente divino que se propõe a estender seus benefícios ao ser humano, mesmo quando ele não pede ou não deseja tal ação. Nessa perspectiva, a invocação da misericórdia divina pelo sujeito sobre aqueles que divergem de seu posicionamento político manifesta sua adesão aos saberes que dominam a FD religiosa cristã segundo os quais as ofensas e os erros devem ser perdoados e a revanche, a partir das inovações legais trazidas pelo Cristo<sup>73</sup>, é algo de que se deve abdicar. Contudo, ao atribuir aos outros a posição de destinatários da misericórdia, o sujeito do discurso não escapa de colocar-se em posição de superioridade, visto que os põe na posição daqueles que, por rebeldia ou ignorância, colocam-se a serviço dos projetos satânicos, ao colaborarem com o seu representante: o candidato José Serra. Por conseguinte, a si cabe o lugar da consciência, do conhecimento pleno da verdade e da maior proximidade com o ente divino, em outras palavras, o lugar privilegiado em que não se precisa de misericórdia. Essa poderia ser entendida, inclusive, como a revanche simbólica do autor do comentário, poder colocar os ofensores, seus ou de seu candidato, na condição de necessitados da misericórdia, de miseráveis. Pela contradição própria de toda formação discursiva, portanto, coexistem no discurso do eleitor a humildade e a soberba, o perdão e a revanche, mesmo quando se busca negá-los.

A segunda oração optativa invoca a benção divina sobre a candidata petista: “Que Deus a abençoe!” e sucede a expressão “Dilma pra presidenta”. Por meio dela, instauram-se os efeitos de sentido da necessidade da intervenção divina em relação aos projetos eleitorais da presidenta. Para além das forças políticas e da preferência dos eleitores, o sujeito do discurso, afetado pela FD religiosa cristã, remete à força divina a possibilidade de vitória divina. Essa invocação materializa também o efeito de proximidade que a internet possibilita à instância cidadã. Esses sujeitos, por estarem no site da candidata, são afetados pela ilusão de participarem, de alguma forma, de sua intimidade e, assim, por terem a impressão de a

---

<sup>73</sup> Na tradição judaica prevalecia a Lei do Talião, descrita no capítulo 21 do livro bíblico do Êxodo, considerada altamente justa, pois, a partir do conhecido princípio do “olho por olho, dente por dente”, limitava a revanche à exata medida da ofensa (MEISTER, 2007). No Evangelho de Mateus (capítulos 5 a 7), no Sermão de Montanha, o Cristo, com o intuito de aperfeiçoar a lei judaica, reformula esse princípio, ao determinar a reação pacífica e generosa às ofensas recebidas.

falarem diretamente com ela, vislumbram a possibilidade de invocar sobre ela a bênção divina como se abençoa alguém com quem se tem certa familiaridade.

O sujeito de C18 constitui-se, assim, na tensão entre a forma-sujeito de direito e a forma sujeito-religiosa. Dominado pela primeira, organiza seu discurso a partir de um desejo de coerência que lhe são impostos pelo lugar de professora: o lugar da racionalidade, da objetividade. Esses saberes afetam os seus gestos de ambientalista a que o efeito de coerência almejado determina o voto em Marina Silva e deveria provocar o repúdio à Dilma Rousseff, pelas supostas divergências entre elas exatamente nas questões ambientais. Essa estabilidade almejada pelo sujeito de direito é, contudo, deslocada pelas condições de produção do segundo turno das eleições presidenciais, em que Marina não está mais no cenário e o opositor de Dilma também não satisfaz aos anseios dos ambientalistas. Nessa conjuntura, diante da pretensa neutralidade de Marina, o desejo de coerência apontava para o voto em branco, porém a forma-sujeito de direito, cuja formação discursiva impõe ao sujeito do discurso o dever de ser um cidadão que tenha efetiva participação na vida política da nação, o que não coaduna com o voto em branco. A partir dessa conjugação de fatores, ganham força na constituição do sujeito os saberes da FD religiosa cristã, que estabelecem a relação maniqueísta verdade-mentira como parâmetro para o discernimento do sujeito do discurso a respeito do seu voto. Assim, os elementos religiosos fornecem a coerência necessária para validar a escolha eleitoral do sujeito do discurso, que passa a ter uma razão plausível para votar em Dilma. Mesmo que esse motivo se sustente por outra FD, trata-se de um efeito necessário ao efeito de equilíbrio da relação do sujeito do discurso em sua relação com o Estado que o domina.

O comentário 19 (C 19) foi também veiculado em 9 de outubro de 2010, no site da candidata Dilma Rousseff e refere-se igualmente à postagem “Dilma disse que é contra o aborto”. Em vista disso, inscrevem-se em seu discurso os elementos que retomam os dizeres a respeito dessa polêmica ao longo da campanha. Esse comentário tem como especificidade, entre outros elementos, a tensão estabelecida entre ser cristão e considerar o aborto como questão de saúde pública, posicionamento preliminarmente interdito pela FD religiosa cristã.

## COMENTÁRIO 19 (C19)



Cassiageo12 2 semanas atrás

Acredito em Deus e em Jesus Cristo, sou contra o aborto, mas acho que ele é sim uma questão de saúde pública, precisa ser discutido. A sociedade brasileira precisa mexer nas feridas sociais e deixar de camuflar o que é fato.

Abortar ou não! Não é virar as costas para a discussão, e sim discutir e educar de forma a conscientizar cada brasileira e brasileiro para as consequências do aborto.

Voto na Dilma porque acredito nessa proposta de país dos últimos 8 anos. Vamos seguir apenas corrigindo os erros, mas avançando socialmente.

5 people liked this.

Gostei

Responder

O sujeito inicia seu comentário por uma declaração a respeito de suas convicções religiosas e morais, sendo a fé o primeiro elemento a ser marcado em seu discurso: “Acredito em Deus e em Jesus Cristo”. Tal afirmação relaciona-se parafrasticamente à profissão de fé apostólica recitada em diversas celebrações da Igreja Católica, sobretudo as missas dominicais: “Creio em Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra e em Jesus Cristo, seu único filho, nosso Senhor”. Essa SD, portanto, funciona como uma profissão pública de fé por parte do autor de C19, por meio da qual são evocados os sentidos de convicção religiosa em um esforço do sujeito do discurso em atribuir a si o lugar da fé consolidada, isto é, o efeito de sentido perseguido é de que o sujeito possui segurança a respeito de sua fé e, a partir disso, tem condições de manifestar-se a respeito das polêmicas que se instauravam, naquele momento, em torno da escolha do chefe do Poder Executivo Nacional e, sobretudo, em relação à questão do aborto, tematizada em C19.

No movimento discursivo em análise, após a profissão de fé pública, o sujeito formula o seu discurso a partir dos saberes próprios das tendências progressistas da política e da organização social. Essa alteração é inscrita no fio intradiscursivo a partir do operador argumentativo “mas”: “mas acho sim que ele é uma questão de saúde pública precisa ser discutida”. O gesto de considerar o aborto questão de saúde pública presentifica, por via interdiscursiva, o cerne dos debates a respeito do tema ao longo da campanha presidencial de 2010, isto é, a tensão entre tratar o aborto a partir dos princípios da moral cristã ou da perspectiva dos movimentos sociais, com base nos acordos a respeito dos direitos humanos, sobretudo os direitos das mulheres.

Nessa rede de discursos, confrontavam-se, conforme já apontamos, os partidários e opositores de Dilma e Serra, e, em certo momento da campanha, os próprios candidatos, como no debate da TV Bandeirantes em 10 de outubro de 2010. Ressaltemos que C19 situa-

se, no site da candidata petista, na postagem “Dilma disse que é contra o aborto”, o que materializa a forma como a candidata foi afetada por essas discussões, visto que nos discursos de seu partido e do Plano Nacional de Direitos Humanos, elaborado pelo governo do qual pretendia ser a continuidade, o aborto era considerado como questão de saúde pública, o que alarmava as lideranças religiosas e seus adeptos das diversas igrejas. Assim, o sujeito do discurso, ao assumir a perspectiva da saúde pública, mostra-se mais afetado pela FD progressista, própria dos movimentos sociais de esquerda, do que pela FD religiosa, apesar de sua profissão de fé inicial.

A partir de sua identificação com a FD progressista e de sua individuação pelo Estado o sujeito, formula seu posicionamento tomando como princípio a evidente existência dos fatos e da consciência individual: “A sociedade brasileira precisa mexer nas feridas sociais e deixar de camuflar o que é fato. Abortar ou não! Não é virar as costas para a discussão e sim discutir e educar de forma a conscientizar cada brasileiro e brasileira para as consequências do aborto”. Essa SD aponta para a contraidentificação do sujeito com a FD religiosa, pois seu discurso deixa de considerar o aborto a partir dos preceitos da moral cristã e evoca a discussão a respeito da ocorrência de sua prática na sociedade brasileira, independente dos posicionamentos religiosos. Isso somente se torna possível no fio intradiscursivo pelo fato de os saberes da FD religiosa não mais dominarem o sujeito do discurso.

No processo discursivo em análise, a formulação do apelo à educação e à consciência materializa a constituição de um sujeito dominado pelo Estado, mais do que por Deus, visto que é da consciência individual e não do ensinamento divino que passa a reger a liberdade humana. Ao se considerar, conforme formula a autora, que o aborto é um fato que acontece na sociedade brasileira, os efeitos de sentido produzidos apontam para uma certa impotência do ente divino cujos preceitos são desconsiderados, isto é, com ou sem a aprovação da divindade o aborto acontece, a ferida existe e, a partir da posição assumida pelo sujeito, precisa ser discutida à luz da razão, com vistas à educação da consciência. Esse processo discursivo materializa o funcionamento de um mundo governado não mais pelo ente divino, mas pelo Estado, de quem procedem as garantias e liberdades individuais e em que a razão se sobrepõe à fé.

A identificação do sujeito com as tendências progressistas se manifesta também na sua justificativa pela preferência pelo projeto petista: “Voto na Dilma porque acredito nessa proposta do país dos últimos 8 anos. Vamos seguir apenas corrigindo os erros, mas avançando socialmente”. Sua motivação sustenta-se, portanto, a partir da memória discursiva constituída em torno dos avanços sociais ocorridos ao longo dos dois mandatos de Lula. Nesse aspecto, notamos a aproximação também com o discurso religioso progressista, discutido em análises anteriores, materializada pela chamada “opção preferencial pelos pobres”, que pautou as ações da Igreja Católica na América Latina, a partir do final dos anos

70 do século XX. Nesse aspecto, conforme já dissemos, o discurso religioso se aproxima do discurso dos movimentos sociais em vista da busca da superação da desigualdade gerada pelo sistema capitalista, em detrimento da divergência nos aspectos morais que, nessa perspectiva, são minorados em vista da busca de condições de vida plena para o povo sofrido.

A justificativa do sujeito em C9 presentifica, por meio da expressão “corrigindo os erros”, os discursos que circulavam no período eleitoral acerca dos escândalos de corrupção que teriam acontecido durante os dois mandatos petistas na presidência da República, entre eles o já mencionado tráfico de influências na Casa Civil, protagonizado por Erenice Guerra, sucessora de Dilma na pasta. Por força de sua identificação com a FD progressista, contudo, o discurso do eleitor, embora pela via da razão, própria do sujeito de direito, não possa ignorar tais fatos, sob a pena de ser considerado incoerente e passional, atribue aos avanços sociais a razão mais forte para a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, mediante a correção desses erros. Notemos ainda que por relação parafrástica o vocábulo erros poderia ser deslocado não só para equívocos, enganos, mas também como crimes, o que exigiria punição. Ao contrário, a designação de tais atos como erros silencia a possibilidade punição e os situa na perspectiva da simples correção.

O sujeito autor de C9 constitui-se, portanto, a partir da identificação com o sujeito de direito, dominado pelo Estado e, por conseguinte, estabelecido a partir do lugar da razão e da objetividade. Em vista disso, embora a profissão de fé no início do comentário materialize traços de sua identificação com a formação discursiva religiosa, o sujeito não se apresenta dominado por tais saberes. Aliás, podemos afirmar que a necessidade de marcar esse traço no início do comentário materializa a tensão que afeta o sujeito do discurso entre os princípios religiosos que o atravessam e a sua dominação pelo sujeito de direito. A busca pelo bem comum, pela transformação social pode ser entendida, nesse aspecto, como ponto de convergência entre a fé e prática social, já que ao ser dominado pela forma capitalista, o sujeito identifica-se com aqueles saberes que preconizam a sua transformação, elementos característicos do discurso dos movimentos sociais e das alas mais progressistas do capitalismo.

Já o comentário 20 (C20) foi publicado em 15 de outubro de 2010, no site da candidata petista, e refere-se ao post “Michel Temer é católico e respeita religiões”. Trata-se de um comentário que, distanciando-se dos efeitos de sentido acerca do risco de conspirações demoníacas que estariam tramando contra os valores morais, sustenta-se a partir dos efeitos de sentido acerca das liberdades individuais e no papel da família, e não de Deus ou do Estado, como formadores de opiniões dos mais jovens.

## COMENTÁRIO 20 (C20)



Angela\_marri 2 semanas atrás

olá ,sou católica, e credito muito em Deus. e quero dizer que eu acredito na Dilma sei que ela é uma pessoa séria e capaz de fazer o bem para as pessoas mais necessitadas. é preciso abrirmos os olhos que uma conversa com os filhos alertando o que é certo ou errado tem mais importancia que uma lei. Por isso quero pedir que as pessoas se preocupem também não só com o aborto mais com as pessoas carentes com tantas craianças largadas em abrigos em busca de uma família. esei que só a Dilma vai ter total condições de olhar por todos os brasileiros. Votar no serra hoje é dizer ao Presidente lula que não acreditamos nos seus 8 anos de trabalho pelo brasil. É trair toda confiança que depositamos em lula. vamos dar um voto de confiança pra Dima votando 13 no dia 31 de Outubro!!

6 people liked this.

Gostei

Responder

Como podemos ver, tomando os comentários anteriores, é recorrente que o eleitor principie seu comentário demarcando suas convicções religiosas: “sou católica, credito muito em Deus”. Conforme já mostramos, necessidade da autodenominação de pertença a uma agremiação religiosa decorre das condições de produção dos discursos político-eleitorais em 2010, isto é, a partir do momento em que os elementos religiosos passam a ser critério preponderante na escolha dos eleitores e o voto no Partido dos Trabalhadores passa a ser considerado como ofensa aos princípios religiosos, os eleitores de Dilma Rousseff são instados a publicizar a sua pertença religiosa. Nesse movimento de sentidos, temos, no comentário em análise, os elementos que produziram o incômodo que move esta pesquisa: o deslocamento de critérios eleitorais da instância civil para a instância religiosa. Além disso, essa profissão publica de fé, conforme destacado em C19, confere ao sujeito o efeito de sentido de convicção religiosa em face das posições, nem sempre ortodoxas, à moral cristã veiculadas em seus comentários.

No caso do autor do comentário em análise, notamos uma dupla marcação: a pertença religiosa e a profissão de fé. Ao atribuir a si o lugar da religiosidade o sujeito marca não só a sua filiação à Igreja Católica, mas também a sua fé em Deus. Trata-se, assim, mais do que simples redundância, mas da distinção da relação com a instituição eclesiástica e com a pessoa da divindade. Essa separação potencializa os efeitos de sentido religiosidade e devoção do sujeito do comentário, uma vez que atribui a si não apenas o dado censitário de pertencimento à Igreja Católica, mas também se qualifica como alguém que acredita muito em Deus, ou seja, não se trata de qualquer católico, mas de alguém que se coloca para além da instituição que a designa e estabelece relação direta com a divindade. Esse gesto se sustenta a partir da memória discursiva acerca do catolicismo como religião oficial do Brasil

até o fim do Império e da forma coercitiva com que todos os brasileiros deveriam ser necessariamente católicos, como vimos no capítulo três, quando traçamos as vias de instauração do . Essa rede discursiva permite a possibilidade de efeitos de sentido de catolicismo vinculados mais a uma tradição do que necessária à fé no ente divino, sentidos que o autor do comentário rejeita em relação a si mesmo.

O comentário prossegue, após relatar acreditar em Deus, com o posicionamento do sujeito com relação à candidata petista: “acredito na Dilma.” Por meio de relações parafrásticas o verbo acreditar pode assumir, entre outros sentidos, aqueles vinculados à fé e à verdade. Ao ser posta em relação à fé, a SD aproxima a candidata petista da divindade, visto que o sujeito do discurso acredita tanto em um quanto no outro. Nessa perspectiva o advérbio de intensidade “muito” seria, no eixo da formulação, o traço de distinção entre a candidata e a divindade, visto quem enquanto no ente divino se acredita muito, em Dilma apenas se acredita. Esse gesto pode representar a presença da memória discursiva a respeito do poder divino dos governantes, especificamente dos reis, conforme se tinha como evidente na Idade Média. A partir desse efeito de sentido, Dilma é alguém em quem se acredita por derivação de sua escolha divina, ou seja, acredita-se não apenas na candidata, sujeito empírico, mas na predileção divina a ela vinculada.

Quando se coloca o verbo acreditar em relação à verdade, o par acreditar/não acreditar passa a funcionar a partir da rede interdiscursiva a respeito do suposto obscurantismo religioso de Dilma e das acusações de oscilar em suas posições em relação ao aborto e outros aspectos morais do cristianismo. Nessa perspectiva, acreditar em Dilma, assume efeitos de sentido de confiar em sua palavra, especificamente em suas declarações mais recentes naquele momento, segunda metade da campanha eleitoral do segundo turno. Ao mesmo tempo, a formulação “acredito em Dilma”, por derivação parafrástica, relaciona-se constitutivamente ao não acreditar naquilo que dizem seus opositores: acredito em Dilma, não acredito que ela seja favorável ao aborto, não acredito que ela seja parte de uma conspiração satânica, não acredito que ela tenha desafiado a divindade e toda uma rede interdiscursiva de afirmações a respeito da petista que geraram, inclusive, muitas das postagens a que se vinculam os comentários analisados neste trabalho.

No prosseguimento do fio intradiscursivo, o autor de C20 apresenta as justificativas para a sua preferência por sua candidata petista. Tal escolha se sustenta, no discurso, assim como em comentários anteriores, pelas relações interdiscursivas a respeito da transformação social a ser continuada em seu governo. Inicialmente, o discurso é assim formulado: “sei que ela é uma pessoa séria capaz de fazer o bem para as pessoas mais necessitadas”. Essa afirmação retoma a memória discursiva relacionada às perspectivas progressistas da política, da sociedade e da religião, segundo as quais os mais necessitados devem ser alvo prioritário das políticas públicas como forma de lhes assegurar igualdade de condições para inserirem-

se nas práticas da sociedade capitalista e transformá-las. No aspecto religioso, presentificam-se os dizeres a respeito da opção preferencial pelos pobres, já aludida em outras análises. Notemos que, no caso de C20, marcam-se fortemente as ações de justiça social como realizações da pessoa da candidata, gesto que se inscreve na formulação do discurso pela expressão “capaz de”. Esse lugar atribuído por meio das formações imaginárias à pretensa presidente decorre das condições de produção do sistema presidencialista, em que se concentram no mesmo sujeito empírico as atribuições de Chefe de Governo e Chefe de Estado. Desse modo, as ações do poder público passam a ser associadas exclusivamente ao Poder Executivo, em cujas mãos repousaria, como nas mãos dos reis medievais ou dos senhores feudais, o poder de conceder os benefícios esperados pela população.

Esse imaginário decorrente do presidencialismo republicano materializa-se ainda, no final do comentário, na seguinte SD: “sei que só Dilma vai ter condições de olhar por todos os brasileiros”. Nessa fórmula, a marca linguística “só” (advérbio) potencializa os efeitos de sentido a respeito da capacidade de realizar esperada do Presidente da República. Reforça também os efeitos de que o compromisso com a transformação social é exclusividade da candidata petista. Somamos ainda o emprego do verbo olhar, cujos efeitos de sentido, no fio intradiscursivo, aponta para atitude de zelo paternalista de quem cuida de seus filhos, como um pai ou, nesse caso, como uma mãe. Por assim ser, a expressão “todos os brasileiros” presentifica os discursos a respeito da atenção do governo petista para o conjunto dos diversos grupos da sociedade, atitude que não caracterizaria aqueles que governaram antes de Lula, representados por José Serra, e que teriam olhado para poucos ou para alguns e não para todos. Ressaltemos que o slogan dos governos petistas de Lula, do qual Dilma seria a continuidade, era “Brasil: um país de todos”. Estabelecem-se, assim, os efeitos sentidos da inclusão, da valorização das diversidades e da atenção aos mais pobres. Esses benefícios, porém, não significam como direitos assegurados à população, mas como resultados do olhar benevolente de alguém que detém o poder, como no período medieval: o rei, o senhor feudal e, em última instância, o próprio ente divino.

Ao se retomar a discussão a respeito dos sentidos do verbo acreditar no início desta análise, podemos afirmar que essa tensão permanece ao longo de todo o comentário, no entanto a sua aproximação com a divindade ganha força na medida em que o sujeito do discurso atribuí, não só a si, mas a todo o povo brasileiro, sobretudo às populações mais pobres, a posição de dependência de um poder superior que lhes permita satisfazer suas necessidades essenciais. Notemos, porém, que, ao contrário do elemento divino que se bastaria por si mesma, a candidata petista, para ser alvo do gesto de acreditar do sujeito do discurso, é associada a duas garantias: as obras de inclusão e transformação social (ou a capacidade de realizá-las) e Lula (seu grande fiador), como se lê na SD: “Votar no Serra é

hoje dizer ao Presidente Lula que não acreditamos nos seus 8 anos de trabalho pelo Brasil”<sup>74</sup>. Salientemos a presença do verbo acreditar, nessa SD, com referência a Lula. O então presidente torna-se, assim, o fiador de sua sucessora, cuja garantia seriam as ações realizadas ao longo dos seus mandatos. Dessa forma, entre a candidata e a divindade, coloca-se um terceiro ente, que dispõe não apenas de expectativas, mas de elementos palpáveis, as ações de seu governo, que teriam atendido ao clamor das camadas mais pobres da população por melhores condições de vida. Esses feitos, portanto, funcionam no discurso do eleitor como provas de que se deve acreditar em Dilma, não por si mesma, mas por Lula.

A identificação com saberes relacionados a uma FD própria das práticas paternalistas se inscreve no discurso a partir das discussões em torno do aborto, em que se busca sustentação na pretensa ascendência dos pais sobre os filhos: “uma conversa com os filhos alertando o que é certo ou errado tem mais importância que uma lei”. Ao defender o diálogo doméstico como elemento preponderante na formação moral a despeito de qualquer dispositivo legal, C20 realaciona-se interdiscursivamente, por contraposição, aos discursos a respeito da ameaça da aprovação de uma lei que permitisse indiscriminadamente o aborto no Brasil, caso a candidatura petista viesse a ser vitoriosa. Nesse movimento, a defesa da conversa familiar a respeito do tema não deixa de ser sustentada pelos pré-construídos de que a prática do aborto seria uma questão de foro íntimo. Trata-se, assim, de um processo decorrente da contradição inerente a todo o discurso. No caso em discussão, a postura que se refuta, a liberalidade com relação ao aborto, acaba por sustentar o discurso que também se vale do conservadorismo patriarcal ao evocar a ascendência dos pais sobre os filhos.

No processo discursivo em análise, ao ser afetado pela FD progressista, o sujeito formula seu posicionamento sobre o aborto como problema social entre outros: “quero pedir que as pessoas se preocupem não só com o aborto, mas com as pessoas carentes, com tantas crianças largadas em abrigos em busca de uma família”. Esse gesto de relativização do aborto, diferente da forma absoluta como foi tratado pela maioria dos sujeitos que declaravam como adeptos de alguma agremiação religiosa, aponta para o distanciamento do sujeito em relação à FD religiosa, uma vez que se estabelece uma visão ampliada dos problemas sociais que assolam a sociedade. Nesse movimento, a pobreza e o abandono de crianças passam a ter a mesma gravidade que o aborto, conforme assinala no fio intradiscursivo o operador argumentativo “não só... mas também”.

---

<sup>74</sup> A esse respeito conferir os trabalhos de Marques (2013) e Santos (2014b)

Em C20, portanto, a constituição do sujeito se dá na tensão entre a forma sujeito de direito e a forma sujeito medieval<sup>75</sup>. Dominado pela forma sujeito de direito, o autor do comentário em análise coloca-se na posição de quem goza das prerrogativas das liberdades individuais asseguradas por sua relação com o Estado. Apesar de uma profissão de fé inicial, é das realidades humanas, a garantia de direitos que vão se ocupar suas formulações. Também são tematizadas em seus discursos as preocupações com a justiça social, o atendimento às necessidades sociais, elementos relacionados a uma FD progressista que só se tornam possíveis em um cenário em que o sujeito não é mais regido pela divindade. Contudo, vemos que esse sujeito apresenta-se afetado pelos saberes segundo os quais os direitos a serem buscados não resultam diretamente dos direitos que o Estado lhe outorga em seu aparato legal, mas da ação direta de alguém, seja ele humano ou divino. Isso se materializa na busca de um candidato que seja capaz de atender às suas necessidades, alguém em quem se acredite, em que se possa confiar. Desloca-se, assim, para os governantes, aquilo que se buscava no ente divino, ou em seus representantes diretos na terra (reis ou senhores feudais), como na Idade Média. Nessa perspectiva, o gesto de marcar, no início do comentário, a pertença religiosa e a fé em Deus, dilui-se e não se sustenta como traço de identificação do sujeito com os saberes da FD religiosa, como se podemos observar em suas posições a respeito do aborto.

A hostilização de fieis no interior das igrejas, motivada por divergências político-partidárias assinala os efeitos de sentido detonadores do comentário 21 (C 21), publicado no site da candidata petista em 19 de outubro de 2010, a partir da postagem “CNBB lamenta uso indevido do nome da Igreja nas eleições”.

**COMENTÁRIO 21 (C21)**



**Bastos144** 2 semanas atrás

É realmente lamentável o uso do tema RELIGIÃO como tema p política. Os cristãos estão divididos, está havendo dentro das igreja divisões, discuções até mesmo hostilização de membros que declaradamente se posicionam a favor da Dilma. Este é o meu caso. Mas não me intimido, sou Dilma. Para o Basil seguir mudando!!!

6 people liked this. Gostei Responder

<sup>75</sup> Será deslocada a designação forma sujeito religioso (HAROCHE, 1992), visto que não se tratam de saberes relativos à religião, mas às práticas político-sociais que afetam o sujeito do comentário em análise.

O autor de C21 formula seu comentário aludindo ao título da postagem: “É realmente lamentável o uso do tema religião com o tema política.” Essa SD relaciona-se com a rede de discurso segundo os quais religião e política são assuntos que não se misturam. Tratam-se de discursos conservadores que atribuem à dimensão religiosa a preocupação exclusiva com as realidades espirituais sem a possibilidade de qualquer envolvimento com os fatos temporais. Em seu contraponto situam-se as vertentes progressistas que vinculam a prática religiosa à transformação das injustas condições de existência do povo, assinaladas pela já mencionada “opção preferencial pelos pobres”. Manifesta-se a permanência da tensão entre duas linhas de atuação das igrejas cristãs, entre dedicar-se exclusivamente ao que é do céu ou interferir nas questões da vida terrena. Esses elementos delineiam a distinção entre as perspectivas tradicional e progressista do cristianismo.

Mencionamos também que a distinção entre religião e política remete à rede interdiscursiva acerca da separação entre Igreja e Estado que se deu a parti do fim da Idade Média. Dessa forma, o sujeito de direito, resultante do surgimento do capitalismo, é constituído a partir dessa delimitação, de modo que lhe parece evidente que tais temas não sejam postos em contato.

O sujeito do discurso aponta, em sua formulação, a divisão como sendo o principal mal resultante da mistura entre religião e política: “os cristãos estão divididos, está havendo dentro das igrejas divisões, discussões, até mesmo hostilização de membros que abertamente se posicionam a favor de Dilma”. Essa SD materializa o desejo do sujeito por unidade, tranquilidade, paz, harmonia no interior das instituições religiosas, visto que a FD religiosa comporta saberes que preconizam que se evitem os conflitos, as dissensões e divergências. Além disso, o vocábulo divisão evoca os discursos a respeito da ação diabólica no interior das agremiações religiosas, visto que a partir da etimologia grega de sua designação, o adversário da divindade, o diabo, seria “aquele que divide”. Produzem-se, assim, efeitos de sentido segundo os quais os conflitos decorrentes da mistura entre religião e política seriam obras demoníacas. Nessa perspectiva são silenciadas as ações humanas que poderiam concorrer para tal divisão e, conforme se discutiu na análise de outros comentários, tudo passa a funcionar a partir da ação do mal sobrenatural.

O autor de C20 situa também como resultado do acirramento dessas divisões, as perseguições aos eleitores da candidata petista: “hostilização de membros que abertamente se posicionam a favor da Dilma.” A ocorrência dessas situações sinaliza o distanciamento dos sujeitos mencionados da relação com os saberes que determinam a FD religiosa cristã, tais como a tolerância e o amor recíproco. Simultaneamente, aproxima-os, por via interdiscursiva, do discurso acerca da intolerância dos cristãos, praticada, no passado, contra os não cristãos,

como no tempo das cruzadas. Dessa forma, desloca-se a caça dos que tinham fé diferente para os que possuem posicionamento políticos diferentes. Em ambos os casos, contudo, permanece o traço da intolerância como traço que sustentam tais discursos e práticas.

A reação a tais práticas é descrita ao final do comentário: “não me intimido. Sou Dilma. Para o Brasil seguir mudando”. Essa formulação sinaliza estar o sujeito afetado pelos saberes que caracterizam a FD progressista na medida em que, no discurso do eleitor, as mudanças promovidas pelo governo petista se sobrepõem às questões de pertencimento religioso. Por relação interdiscursiva, o gesto de aceitar a perseguição sem grandes reações, presentifica o discurso do Cristo a respeito da felicidade, da bem-aventurança destinada àqueles que sofrem perseguições por causa da justiça, conforme se relata no já mencionado Sermão da Montanha.

Além disso, devemos considerar que tais hostilizações são resultado das divisões políticas no interior das instituições eclesial que, conforme apontado, seriam, pela lógica dos saberes próprios da formação discursiva cristã, resultado da ação diabólica. Nesse funcionamento discursivo, os eleitores de Dilma tornam-se não vítimas dos seus pares, mas do próprio demônio. Isso propicia o estabelecimento de efeitos de sentido de maior resignação por parte do sujeito eleitor, uma vez que são vítimas, não de ações humana, mas de forças sobrenaturais do mal.

Já a retomada do slogan da campanha presidencial petista (Para o Brasil seguir mudando) aponta para a relação constitutiva da escolha da candidata com os discursos acerca da eleição de Dilma como garantia da continuidade dos avanços sociais instituídos por Lula. Por conseguinte, reitera a escolha eleitoral do sujeito por meio da identificação com as perspectivas progressistas da política e da religião, em que os efeitos de sentido de justiça social se sobrepõem aos de fidelidade aos preceitos religiosos mais ortodoxos.

Em C21, portanto, o sujeito constitui-se pela identificação com os saberes que determinam a forma-sujeito de direito. Dessa forma, assume a perspectiva da separação entre Igreja e Estado e evoca, para si, o direito individual de fazer suas escolhas políticas para além dos limites de suas convicções religiosas. A partir da forma-sujeito que o domina, identifica-se com as tendências políticas de esquerda, que assumem a possibilidade de superação das mazelas sociais produzidas pelo capitalismo. Nessa perspectiva, a continuidade do governo petista, por meio da eleição de Dilma Rousseff, configura-se no instrumento necessário ao alcance dessa meta. Esse sujeito constitui-se ainda afetado pela formação discursiva religiosa, são os saberes relativos a essa forma-sujeito que determinam um certo gesto de resignação diante das perseguições sofridas no interior da instituição religiosa em vista da produção de efeito de sentido de bem-aventurança.

Os discurso acerca dos conflitos causados no interior das igrejas por conta das preferências eleitorais de seus membros, já apontado em C21, é construído no comentário 22

(C22), a partir dos efeitos de sentido de hipocrisia religiosa. Esse comentário foi publicado também a partir do post “CNBB lamenta uso indevido do nome da Igreja nas eleições”, em 19 de outubro de 2010.

A formulação de C22 principia pelo relato da indignação do sujeito eleitor com fieis e líderes religiosos: “estou indignado com os boatos e a prepotência de alguns que se dizem praticantes e líderes religiosos nesse período de eleição”. A crítica do sujeito eleitor se sustenta a partir da memória discursiva a respeito da oposição entre o ser e o parecer, entre o falar e o fazer, inscrita na cadeia intradiscursiva por meio da expressão “se dizem”. Ao ser aplicada aos membros e dirigentes das entidades religiosas, essa expressão provoca efeito de sentido de suspeição a respeito das declarações das pessoas engajadas nas instituições religiosas, que não seriam condizentes com a sua prática. Por derivação parafrástica, a expressão “se dizem”, pode ser deslocada para “dizem, não fazem”, “dizem, mas não praticam” e, dessa forma, associados ao efeito de sentido de hipocrisia, que consiste exatamente na divergência entre o fazer e o dizer.

**COMENTÁRIO 22 (C22)**



**Joaquim Cordeiro Filho** 2 semanas atrás

Estou indignado com os boatos e a prepotência de alguns que se dizem praticantes e líderes religiosos nesse período de eleição. É muito fácil ser cristão, católico ou evangélico, “amando o próximo e fazendo o bem” apenas de forma assistencialista e humilhante sem reconhecer nesses “assistidos” os direitos fundamentais de todo ser humano em participar dignamente da sociedade que constroem com o suor de seu trabalho e dedicação. Alguns cidadãos, que se acham moralmente protegidos pelo ritualismo superficial de suas religiões, estão assustados e apavorados ao perceberem que os espaços públicos podem e devem ser compartilhados com todos e que a cara desses novos brasileiros não é tão linda e perfumada, seus discursos não são academicamente corretos e seus gostos e preferências podem até ser duvidosos, mas ninguém tem o direito de tratá-los como menores em suas existências e lhes privarem de seus direitos. Por esses motivos acredito que votando em DILMA tenho a chance de se ver meu país avançar no campo da justiça social que tantos homens e mulheres íntegros e honestos vem sonhando e lutando há décadas. Se há distorções e mau uso dos recursos públicos nesse governo, não será apenas mudando as “raposas” e que os “ovos” ficarão protegidos. Políticos canalhas talvez sejam aqueles verdadeiros “pobres (de espírito)” que sempre os terei convosco” como já dizia Cristo naquela sociedade injusta e fundamentalista que o condenou. Cabe a nós usarmos os mesmos espaços públicos e o poder do voto e acompanhar de perto nossos eleitos pra corrigirmos essas deformações. E para isso, para fazer a diferença, basta querer participar, com coragem e firmeza, das oportunidades que esse governo do PT promove, através da formação e atuação nos Conselhos Municipais e nas Conferências populares, onde se discutem as políticas públicas e os rumos dos investimentos nos mais variados segmentos.

Joaquim Cordeiro Filho - Congonhas/MG

3 people liked this. Gostei Responder

A partir desse gesto, estabelece-se, por via das formações imaginárias, o efeito de desqualificação daqueles que são alvo de sua indignação, visto que a ausência da prática desabonaria o teor de seu dizer. O sujeito do discurso atribui, assim, a esses religiosos o lugar do descrédito e, ao mesmo tempo, destina a si posição de superioridade, na medida em que reconhece a hipocrisia alheia e com ela se indigna. Esse processo discursivo torna-se possível ao se sustentar pelo interdiscurso cristão que condena a hipocrisia, porque o sujeito do discurso não se reconhece na posição de hipócrita. No que tange ainda à memória discursiva, constituem esses dizeres os contundentes discursos de Cristo dirigidos aos hipócritas, geralmente por ele apontados entre as autoridades religiosas do seu tempo, sendo recorrente nos Evangelhos a repreensão: “Ai de vós mestres da lei, escribas e fariseus hipócritas...”. Mackenzie (1983) destaca a crítica feita aos fariseus na parábola relatada no capítulo dezoito do Evangelho de Lucas, em que um fariseu e um publicano (cobrador de impostos, pecador público) se colocam no templo em oração. Este é elogiado pela sua humildade e aquele, censurado pela sua arrogância. Acrescenta a respeito de narrativas dos Evangelhos de Mateus e Lucas:

O termo repetido é “hipócritas”; os fariseus eludem obrigações mais sagradas da lei [divina] e insistem nas meras formalidades externas, não observam nem eles mesmos as obrigações que impõem aos outros e são “sepulcros caiados”, preocupados em parecer devotos, embora com o coração cheio de vícios. (MACKENZIE, 1983, p. 340).

Por assim ser, ao situar no mesmo nível dos fariseus, por meio das relações interdiscursivas, aqueles que são alvo de sua indignação, o sujeito atribui a eles o lugar de adversários da divindade, uma vez que a distância entre o dizer e o fazer os assemelha aos grupos combatidos pelo Cristo. Essa memória, associada às condições de produção dos discursos político-eleitorais em 2010, intensifica a desqualificação dos pronunciamentos contrários ao posicionamento do autor do comentário. Este, como se verá adiante, será favorável à candidatura petista. Desse modo, são colocados na posição de hipócritas aqueles que se utilizam dos elementos religiosos para combater o voto dos fieis das diversas igrejas cristãs em Dilma Rousseff.

A formulação de C22, ao prosseguir na oposição entre os discursos e as práticas religiosas, relaciona-os às questões da promoção da dignidade humana: “É muito fácil ser cristão católico ou evangélico, ‘amando o próximo e fazendo o bem’ apenas de forma assistencialista e humilhante sem reconhecer nesses ‘assistidos’ os direitos fundamentais de todo ser humano de participar dignamente da sociedade que constroem com o suor do seu trabalho e dedicação”. Inscrevem-se, assim, no comentário do eleitor, a oposição entre a assistência e o direito. Por via da memória discursiva, o auxílio aos necessitados presentifica

os dizeres a respeito do dever cristão de dar esmolas e os desloca ao associá-los ao assistencialismo, à ausência de compromisso com o desenvolvimento daquele que é assistido.

Embora no discurso cristão a esmola esteja associada à noção de caridade, os qualificativos “assistencialista” e “humilhante” afastam esses efeitos de sentido. Mackenzie (1983) afirma que a revolução cristã da caridade reside no fato de o amor à divindade e ao próximo sejam postos no mesmo plano. Assim, ao caracterizar como humilhante a assistência prestada por católicos e evangélicos aos necessitados, o autor do comentário os exclui da prática da caridade pela ausência do amor, do compromisso com os assistidos. Essa distinção, por via interdiscursiva, relaciona-se com a parábola bíblica do rico e do pobre Lázaro<sup>76</sup>, contada pelo Cristo. Nessa narrativa, o pobre que comia as migalhas que caíam da mesa do rico, ao morrer, recebe a recompensa divina. Já o opulento, que também passou pela morte no mesmo dia, recebeu a condenação. A crítica sustenta-se, assim, pela atribuição dos assistidos ao lugar da preferência divina e aos que lhes assistem amá-los efetivamente, sem comprometer-se com a sua condição de pobreza, o lugar da destinação da ira da divindade.

No entanto, observamos que da parte dos oponentes à candidatura petista, essa mesma memória discursiva sustentava as críticas aos programas sociais implantados por Lula, igualmente designados como assistencialistas. Exemplo disso foi a designação “bolsa esmola” atribuída ao Programa Bolsa Família. Tratam-se de sentidos que são silenciados no comentário do eleitor, mas que constituem os sentidos de seu dizer, como se pode notar a partir das sequências que sucedem.

Ao postular para os assistidos aquilo que considera como “direto de todos os seres humanos”, o autor do comentário mostra-se afetado pela formação discursiva progressista da política e da religião, isto é, com aqueles saberes que preconizam a superação das desigualdades do sistema capitalista, considerado gerador de miséria e exclusão. Nas esferas política e social, percebemos a relação com a memória discursiva acerca da oposição entre capital e trabalho, na medida em que o comentário denuncia que os assistidos são alijados de “participar dignamente da sociedade que constroem com o suor do seu trabalho”. Tal afirmação constitui-se a partir da noção marxista de trabalho alienado, segundo a qual o trabalhador é usurpado do resultado do seu trabalho.

No discurso do eleitor, essa usurpação não se refere apenas às questões financeiras, mas também ao gozo dos direitos fundamentais. A esse respeito a presença, na cadeia intradiscursiva, do advérbio dignamente, assinala os efeitos de sentido de recusa a uma

---

<sup>76</sup> A parábola é relatada no evangelho bíblico atribuído a Lucas, em seu capítulo 16, versículos de 19 a 31.

participação precária, a qualquer participação, e postula uma participação digna. Em termos de constituição, notamos a relação com a memória discursiva às migalhas destinadas aos que são alvo da assistência cristã.

Ao mesmo tempo, na esfera religiosa, percebemos que o sujeito do discurso, sob a dominação do sujeito pelos saberes das formações discursivas progressistas, relaciona o seu comentário aos discursos a respeito da opção preferencial pelos pobres e vinculados à Teologia da Libertação, a respeito da qual já se discorreu nestas análises. Assim, o sujeito assume a posição daqueles que reconhecem também na religião instrumento de transformação das condições materiais de existência dos cidadãos, isto é, instrumento de desenvolvimento humano.

O discurso a respeito da busca pela superação da desigualdade continua a ser formulado a partir da seguinte sequência discursiva: “Alguns cidadãos, que se acham moralmente protegidos pelo ritualismo superficial de suas religiões, estão assustados e apavorados ao perceberem que os espaços públicos podem e devem ser compartilhados com todos”. Notemos que o autor deixa de referir-se diretamente aos cristãos e altera a designação para cidadãos. Nesse gesto é observamos o deslocamento da questão da esfera religiosa, para a esfera social. A partir da base teórica em que se busca sustentar este trabalho, podemos afirmar que o problema deixa de ser da divindade (alguns cristãos praticantes e líderes religiosos) para ser uma questão do Estado (cidadãos), o que caracteriza a tensão de forças entre o forma sujeito religioso e a forma sujeito de direito. A designação cidadãos, nesse gesto, estabelece, no jogo discursivo, o lugar daqueles a quem se atribuem direitos e deveres em relação ao Estado, que por meio do processo de individuação, são singularmente reconhecidos.

Nessa dinâmica, o sujeito do discurso mostra-se afetado pelas tendências políticas de esquerda cujos saberes preconizam a inclusão social. Isso se materializa no fio intradiscursivo pelo emprego do vocábulo “todos”, que estabelece efeitos de sentido de universalização do acesso àquilo que o Estado oferece aos cidadãos com os quais se relaciona. Assim, por meio da menção à ocupação dos espaços públicos, provoca-se, no discurso, a ampliação do conceito de cidadania, que deixa de ser privilégio de “alguns cidadãos” para ser predicado de “todos”. Ressaltamos a relação interdiscursiva desse vocábulo com o slogan dos governos de Lula, que estavam chegando ao fim: “Brasil: um país de todos!”. Trata-se, desse modo, da sustentação do discurso do eleitor por meio da evidência de que o slogan realmente se materializara na vida dos brasileiros.

Por força desse efeito de evidência, salienta-se, no discurso, o incômodo que esse processo inclusivo teria causado nos adeptos das várias religiões, de quem se diz estarem “assustados” e “apavorados.”. Nesse gesto qualificativo, por via das formações imaginárias, o sujeito do discurso situa em posição diversa da sua os cidadãos a que se refere, em função

da divergência dos efeitos de sentido da cidadania. Ao defender a presença de “todos” nos espaços públicos, conforme já apontamos, o autor do comentário estabelece efeito de sentido de inclusão irrestrita de todos os brasileiros aos espaços públicos. Isso se estabelece pela relação com discursos que exaltavam a presença das camadas mais populares em espaços antes considerados exclusividade das classes mais abastadas, tais como *shopping centers* e, sobretudo, os aeroportos.

Ao mesmo tempo, o autor de C22 atribui aos que designa como “alguns cidadãos” a posição contrária a tais efeitos de sentido, visto que o fato mencionado estaria lhes deixando assustados e apavorados. Na relação com o interdiscurso o adjetivo assustado relaciona-se à reação daquele que se depara com algo novo, inusitado, não necessariamente ruim, nesse caso a presença inesperada de representantes de outros estratos sociais em espaços comumente frequentados pelas camadas mais abastadas da população. Pode-se apontar também, a relação interdiscursiva com a frase intensamente repetida por Lula ao longo dos seus mandatos: “Nunca antes na história deste país...”. Instauram-se, desse modo, os sentidos de que há algo novo no país e esse elemento inédito assusta a alguns. Já a qualificação “apavorados”, assume mais intensamente os efeitos de sentido negativos quando a esse fato, visto que aquilo que só causa pavor ao sujeito aquilo que, para si, funciona semanticamente como algo ruim, que se deseja fugir ou evitar. Em outras palavras, atrela-se ao adjetivo apavorado o efeito de sentido de rejeição, por parte de “alguns cidadãos” das novas cenas decorrentes das políticas inclusivas da administração petista. Trata-se, portanto, de um movimento discursivo em que, dominado pela FD progressista, o sujeito do discurso atribui a si o lugar da inclusão e àqueles a quem se refere o lugar da exclusão, do conservadorismo.

Note-se que ao designar aqueles a quem atribui a posição conservadora e excludente como “alguns cidadãos”, além de inserir-se, conforme já apontado, no funcionamento discursivo do sujeito de direito, titular de uma cidadania, o sujeito do discurso estabelece também efeitos de sentido de distinção e oposição entre a prática civil e a prática religiosa, entre ser cristão e ser cidadão. A designação “cidadão” funciona, nesse jogo discursivo, a partir da negação dos efeitos de sentido de cristãos, ou seja, designa-se como cidadão por faltarem, a partir da posição-sujeito de C22 os elementos que permitiram designá-los como “alguns cristãos”, “alguns católicos”, “alguns evangélicos”. Na relação com o discurso religioso, pode-se afirmar que esses “cidadãos” não seriam dignos dessas qualificações em vista de do susto e pavor derivados de seus posicionamentos excludentes, destoantes do discurso de vida plena para todos atribuído ao Cristo e sobre o qual já se mencionou nestas análises e que sustenta os discursos religiosos de vertente progressista.

Os efeitos de sentido de depreciação desses “alguns cidadãos” se inscrevem ainda no frio intradiscursivo por meio da expressão “que se acham moralmente protegidos pelo

ritualismo superficial de suas religiões”. Nesse movimento discursivo, o autor de C22 amplia os efeitos de sentido de distinção entre ser cidadão e ser cristão, na medida em que qualifica as práticas religiosas de seus oponentes como “ritualismo superficial. Esse gesto designação estabelece os sentidos de negação da autenticidade da fé ou, ao menos, da religiosidade desses cidadãos, na medida em que a religião se configuraria, para eles, espaço de proteção por meio de ritualismos superficiais. Em vez de atos de fé, o seu engajamento religioso se daria apenas no nível do rito superficial. Por via interdiscursiva, recuperam-se, conforme já mencionados neste trabalho, as críticas que o Cristo fazia aos fariseus, seus principais oponentes, a quem se atribuía o excesso dos ritos e a ausência da fé e do amor ao próximo.

Por assim ser, tais cidadãos passam a ser associados aos efeitos de sentido de hipocrisia, na medida em que os valores de sua religião não se efetivam em suas vida. Nessa dinâmica da formulação-constituição do discurso, a hipocrisia se manifesta no incômodo que a presença das pessoas das classes populares em certos espaços públicos lhes estariam causando. Assim, de forma análoga aos fariseus para quem o conhecimento da lei era motivo de distinção social, por via interdiscursiva, o autor de C22 situa os cidadão a que se refere como aqueles para quem a pertença religiosa, assinalada por rituais superficiais, far-lhes-ia membros de uma elite a quem a presença de pessoas com outros padrões de consumo mais reduzidos seria motivo de escândalo. Nesse processo, eles vão cada vez mais se aproximando dos efeitos de sentido de cidadãos, inviduados pelo Estado, com que mantêm uma relação de direitos e deveres e se distanciando da gratuidade, generosidade, partilha e acolhida associados ao cristianismo.

O sentidos de discriminação e exclusão se intensificam na continuidade da formulação anterior: “e que a cara desses novos brasileiros não é tão linda e perfumada e que seus discursos não são academicamente corretos e que seus gostos podem até ser duvidosos, mas ninguém tem o direito de trata-los como menores em sua existência e lhes privarem dos seus direitos”. O sujeito do discurso presentifica, na relação com a memória discursiva, os discursos que passaram a circular dos programas sociais implantados pelo governo Lula, de que haveria um descontentamento das camadas com maior nível socioeconômico e financeiro quanto ao empoderamento das classes populares, materializado, conforme já apontado, em lugares que antes lhe eram social e financeiramente interditados.

Notemos, a esse respeito, a designação “novos brasileiros”, que estabelece efeitos de sentido de exclusão/inclusão na medida em que define que há pessoas que não eram brasileiros, mas que passaram a ser a partir do governo petista. Por relação parafrástica, podemos considerar a deriva de “novos brasileiros” para “novos cidadãos” e, assim, passa a funcionar a noção de cidadania não apenas como algo outorgado automaticamente pelo Estado ou como direito natural (nasce-se cidadão), mas como resultado de processos

históricos de luta, passando a cidadania a funcionar como conquista. Isso afeta os efeitos de sentido do que seria a identidade nacional, na medida em que se desloca a noção de nacionalidade, local de nascimento, e passa-se a assumi-la como resultado de processos históricos construídos no simbólico (ORLANDI, 2002b). Nessa perspectiva, não são os elementos geográficos, mas os aspectos históricos, sobrepujados pelos econômicos, que determinam quem pode e deve ser brasileiro. Por assim ser, motivo de “alguns cidadãos” estarem assustados e apavorados seria exatamente uma aparente fissura no funcionamento desses mecanismos que conferiam a alguns a cidadania e a outros a interditava.

Esse efeito de sentido de segregação se inscreve no discurso do eleitor em C22 a partir de três elementos: a aparência, a língua e as preferências. Quanto à aparência “a cara desses novos brasileiros não é tão linda e perfumada”, estabelece-se relação com os discursos acerca dos padrões estéticos determinados pela sociedade capitalista, disseminados pela mídia e suas condições de produção. Devemos considerar que feio e bonito são construções históricas determinadas pela ideologia e pelas relações de produção e consumo, de modo que o ter uma cara linda e perfumada decorre do acesso a bens de consumo e não a potencialidades naturais. Dessa forma, os efeitos de sentido de exclusão se estendem para os padrões estéticos determinados pela chamada “Ditadura da Beleza”, a partir das determinações financeiras, que interferem na presença ou ausência dos sujeitos nos espaços públicos, situam que estaria sendo revertida pelo governo petista. Somam-se a esses sentidos o adjetivo “cheirosos”, que, por via interdiscursiva, remete à oposição entre o cheiro da burguesia (elite) e o cheiro do povo. Este estaria associado a odores corporais desagradáveis decorrentes das condições precárias de saneamento básico dos locais em que habitam (tanto os antigos cortiços, quanto as atuais favelas), da transpiração causada pelo trabalho braçal e também pela restrição ao acesso aos cosméticos que o poderiam neutralizar. O ser cheiroso, dessa forma, intensifica os sentidos de higienização dos espaços públicos motivado pelas condições financeiras e os interdita aos que, seriam, por deriva parafrástica, feios e mal cheirosos.

Situação análoga se desenvolve em relação às preferências desses “novos brasileiros”, designadas como gostos duvidosos: “seus gostos podem até ser duvidosos”. Essa afirmação relaciona-se, por via interdiscursiva, à distinção histórico-ideológico entre as preferências culturais das classes abastadas e aquelas desprivilegiadas economicamente, que determina o que é considerado de bom ou de mal gosto, em termos culturais e de costumes, tais como música, programas de televisão, filmes e também o modo de vestir-se, comportar-se e alimentar-se. Na sociedade capitalista, esses padrões assim como outros elencados anteriormente são determinados pelo padrão de consumo, por quanto se consegue gastar com esses bens. Dessa forma, o gosto não é neutro, mas decorrente de forças que

determinam quem está autorizado a dizer o que é aceitável ou não e o quanto deve custar o que é considerado de bom gosto.

No que tange à língua, terceiro elemento inscrito na formulação de C22, também é associada aos efeitos de distinção e segregação quanto ao registro utilizado pelas diferentes classes sociais, entre aqueles que não possuem um “discurso academicamente correto” e os que, por utilizarem a norma padrão culta, o possuem. Essa distinção reforça os efeitos de sentido de cidadania vinculada ao nível socioeconômico que sustenta as considerações do sujeito eleitor acerca dos novos brasileiros. Contudo, devemos considerar que, simbolicamente, a interdição pelo uso da língua pode ser considerada não apenas como fator de segregação social, mas também política, visto que o uso da variedade não culta se configura como fator de desconsideração do conteúdo do discurso desses sujeitos, inclusive quando pleiteiam seus direitos de cidadãos brasileiros. Dessa forma, aqueles que fogem aos discursos “academicamente corretos” estariam alijados da participação na instância cidadã, na medida em que, por questões de uso da língua, não seriam merecedores de atenção e crédito.

Tal efeito de sentido de segregação sustenta-se a partir dos pré-construídos a respeito da existência de uma língua nacional marcada pela unicidade, de tal forma que o desvio ao padrão considerado culto passa a ser entendido como desvio do que seria a genuína identidade nacional. Destacamos que essa construção histórico-ideológica deriva do processo de colonização em que o padrão literário da língua portuguesa de Portugal foi imposta no Brasil, como já mencionamos no capítulo três deste trabalho. Dessa forma, essa variedade da língua portuguesa, língua da metrópole e, portanto, língua do poder, foi se definindo como a única forma possível de acesso e diálogo com as legítimas instâncias do poder. Por assim ser, a relação do sujeito com o Estado, no processo de individuação, é também uma relação linguística, na medida em que o exercício da cidadania, no funcionamento da forma-sujeito de direito, passa pelo uso do padrão linguístico admitido como legítimo pelo Estado.

Essa distinção reflete a própria organização da sociedade brasileira, a partir do período colonial, simbolizadas por duas edificações típicas desse período, a casa grande e a senzala, cuja análise sociológica deu origem a obra homônima de Gilberto Freyre. A partir dela, afirma Horta Nunes (2003, p. 53): “A divisão da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo, do erudito e do popular se reflete na língua, que aparece como uma língua de classes, onde os antagonismos convivem em equilíbrio”. Dessa forma, a língua da senzala, isto é, das classes trabalhadoras, embora vivendo em suposto equilíbrio com a língua da casa grande, foi historicamente alijada dos processos decisórios.

A respeito desse processo de legitimação-interdição do sujeito pelo uso da língua, na sua relação com o Estado e a sociedade civil, faz-se presente, no discurso do eleitor, por via

da memória discursiva, os dizeres a respeito da forma peculiar com que Lula utilizava a língua, inclusive ao tomar palavra em atos oficiais, que também não era “academicamente correta”. Por essa razão, foram construídos e disseminados efeitos de sentido que associavam o não uso da norma culta por Lula como sinônimo de despreparo para o cargo. Indurski (2003, p. 105-106) destaca a circulação já nas ocasiões em que o petista pleiteou a Presidência da República:

É o que ocorreu sistematicamente toda vez que Luiz Inácio Lula da Silva candidatou-se à presidência do Brasil. A cada vez, fizeram-se ouvir formulações do tipo:  
*A eleição de Lula para a presidência do Brasil é inconcebível.*  
*É um absurdo imaginar um operário na presidência do Brasil*  
*Lula é torneiro mecânico e nunca deveria ter deixado a fábrica, que é seu lugar*  
*Lula deve voltar ao sindicato, que é o que sabe fazer*  
*Há um analfabeto querendo ser presidente do Brasil*  
*Lula é despreparado para representar o Brasil no exterior*  
*Lula não fala inglês.*  
*Como vai comunicar-se com mandatários de países importantes?*

Esses efeitos de sentido de segregação pelo uso de variedades linguísticas padrões e não-padrões, portanto, derivadas do processo de colonização, alcança não só os eleitores, mas deriva de uma rejeição prévia aos candidatos. Assim, no funcionamento do discurso do eleitor em pauta, podemos apontar a o fato de Lula fugir a algumas convenções da norma culta como parte do processo de empoderamento dos “novos” brasileiros. O governante petista passa a funcionar então como símbolo do rompimento dessa separação entre os que utilizam a norma culta e não a utilizam e seu acesso aos espaços públicos e às instâncias reivindicatórias e decisórias de direitos. A partir dos efeitos de sentido de inclusão, é dado a esses sujeitos reconhecerem como detentores dos direitos outorgados pelo funcionamento do sistema capitalista.

Além do estabelecimento dos efeitos de sentido de distinção valorativa entre os cidadãos brasileiros em vista do uso de variedades linguísticas consideradas cultas ou não, considerarmos o uso que o autor de C22 faz da língua. Diferentemente de outros comentários analisados neste trabalho, vemos que a formulação do discurso do eleitor se dá por meio da variedade padrão culta da língua portuguesa. O uso dessa variedade legitimada por processos histórico-ideológicos como sendo aquela a ser utilizada nos discursos oficiais e em todos os rituais de linguagem considerados sérios, produz, por via das formações imaginárias, efeitos de sentido de credibilidade em relação ao autor do comentário. Por não se valer de variedades populares e nem mesmo de abreviações características de mensagens informais, estabelece-se para o autor dos comentários o efeito de sentido de distanciamento do

estereótipo dos eleitores do PT que, assim como Lula, conforme apontamos acima, seriam analfabetos e desprovidos de cultura.

Dessa forma, o uso da variedade padrão do idioma pátrio estabelece um funcionamento diferenciado desse discurso junto aos leitores, pois presentifica, a partir de sua estrutura, a memória discurso a respeito da valoração social dessa variedade, ou seja, o fato de estarem formuladas no padrão de prestígio faz com que não sejam quaisquer palavras ou palavras de qualquer um. Por assim ser, na conjuntura político-eleitoral, possibilitam atingir eleitores de outros estratos sociais, que identificados com os discursos vinculados ao ideal da unicidade da língua social a partir da norma culta, não dariam atenção a discursos formulados de maneira menos cuidadosa do ponto de vista gramatical.

Apontamos também que esse processo discursivo de distinção de atribuição de lugares pelo sujeito na formulação de discursos a partir de efeitos de sentido de segregação que estariam sendo rompidos pelo governo petista de Lula sustenta-se a partir dos pré-construídos da teoria marxista, sobretudo a partir da noção de lutas de classes. São esses discursos a respeito da existência de classes antagônicas que o sociólogo alemão designou como burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (aqueles que vendem sua força de trabalho aos donos dos meios de produção). Os traços dessa divisão de classes que disputam o poder político e econômico em um sistema baseado na exploração dos padrões sobre os empregados atravessam constitutivamente o discurso a respeito da ascensão desses novos brasileiros que desestabilizam e ameaçam aqueles que já ocupavam, com exclusividade, os espaços públicos e gozavam dos direitos seletivamente outorgados pelo Estado. A defesa da manutenção do governo petista funcionaria, assim, como parte da luta para assegurar aos proletariados (novos brasileiros) o rompimento com os sistemas de exploração a que foram submetidos ao longo da história e que os alijava da presença em certos espaços e do gozo de direitos.

Os efeitos de sentido de desejo da igualdade de direitos se materializam ao final da sentença: “mas ninguém tem o direito de trata-los como menores em sua existência e lhes privarem dos seus direitos”. A formulação “ninguém em o direito de trata-los como menores em sua existência” intensifica os efeitos de sentido de segregação socioeconômica estabelecidos, no comentário em análise, entre os novos brasileiros e aqueles que, por derivação parafrástica, poderiam ser designados como antigos brasileiros, que já são brasileiros, ou sempre foram brasileiros, no que tange ao exercício de suas prerrogativas de cidadãos. Esse funcionamento discursivo se dá a partir de efeitos de sentido que considerariam os membros das classes populares como brasileiros/cidadãos de segunda classe ou não brasileiros/cidadãos destinados somente à exploração pelas classes abastadas e alijados de seus direitos. Dessa forma, os elementos como a aparência, a língua e as

preferências funcionariam como critérios para definir a grandeza ou a pequenez dos cidadãos brasileiros e o seu acesso aos direitos que lhe pertencem.

Notemos que a expressão “lhes privarem de seus direitos” coloca em funcionamento os efeitos de sentido referentes à relação posse-privação. O emprego do possessivo “seu”, nesse processo, remete à efeito de evidência de posse, isto é, os cidadãos, por efeito de evidência de seu processo de individuação pelo Estado, são detentores de direitos. Contudo, o uso do verbo “privar” aponta para o processo de alijamento desses direitos que, embora pertencendo a todos os cidadãos, historicamente não estariam acessíveis a uma parte deles. Desse modo, a partir dos pré-construídos acerca da luta de classes, estabelecem-se efeitos de sentido a respeito de somente ser possível a igualdade de direitos pretendida pelo sujeito a partir da retomada/reconquista desses benefícios. Por assim ser, o voto no projeto petista configura-se como instrumento dessa luta ao propiciar a recuperação dos direitos e a emergência de novos brasileiros. Há ainda que se destacar que, na perspectiva religiosa, a própria divindade é quem se levanta em defesa dos pequenos cujos direitos são usurpados e executa vingança em seu favor (MACKENZIE, 1983). Vemos, assim, a relação constitutiva das formulações em C22 com a rede interdiscursiva acerca dos pressupostos da Teologia da Libertação e os saberes que caracterizam uma vertente progressista da FD crista, segundo os quais a reconstrução do paraíso terrestre envolveria a superação das injustiças decorrentes da produção de classes sociais desiguais pelo sistema capitalista.

Precisamos discutir ainda os efeitos de sentido decorrentes do uso da terceira pessoa pelo sujeito do discurso em C22 na formulação de suas considerações. A partir do efeito de evidência de neutralidade e objetividade conferida pelo uso da terceira pessoa, a chamada impessoalidade conferida pelo emprego acaba por se deslocar para um efeito de sentido de distanciamento e descomprometimento com o conteúdo em discussão. No caso do discurso em análise, o uso da terceira pessoa acaba por provocar efeitos de sentido de exclusão por parte do autor do comentário, na medida em que ele não se incluiu no grupo de que fala. Os novos brasileiros funcionam em seu comentário como uma instância exterior a ele que, apesar de simpatizar e defender, não se coloca como seu membro.

Nesse funcionamento discursivo de exclusão, embora suas formulações preconizem a inclusão e combatam a segregação, o autor do comentário, na distribuição de papéis produzido pelas formações imaginária não se reconhece como parte desses cidadãos que transpuseram, por meio dos programas sociais petistas, as barreiras da segregação. Considerando que seu discurso se sustenta pelos pré-construídos derivados da noção de luta de classes produzidos pela teoria marxista, o gesto do sujeito do discurso ao não lhe incluir na categoria dos oprimidos desloca-o para o lado dos opressores. Dessa forma, podemos dizer que ao combater a segregação o sujeito não tem como dela fugir na medida em que não há como produzir formulações sobre os processos de inclusão e exclusão social sem deixar-

se afetar pela exclusão de que se fala e se combate, visto que não há como falar de um processo de forma objetiva e efetivamente distante. Assim, ao desvincular-se, na movência dos sentidos, da classe trabalhadora, o sujeito do discurso acaba por situar-se entre as classes mais abastadas.

Ocorre que, no processo de constituição-formulação do discurso, é impossível ao sujeito repetir os dizeres de outros ou dizeres outros sem ser por eles afetado. Dessa forma, ao retomar os efeitos de sentido em circulação a respeito dos novos brasileiros, motivo de susto e terror para outro grupo de brasileiros, ou seja, ao estabelecer a distinção entre estes e aqueles, a partir de efeitos de sentido de segregação, o sujeito do discurso passa a fazer parte das ideias que, por vezes, retoma para desqualificar. Dessa forma, no discurso em análise, ao formular suas considerações a respeito da inclusão social de camadas da população, a partir da memória discursiva da luta de classes, a referência de uma classe a partir da terceira pessoa gramatical o desloca para a classe oponente.

Esse deslizamento do sujeito do discurso se marca no fio intradiscursivo também pelo uso do adjetivo “duvidosos”, empregado para qualificar os gostos dos novos brasileiros. Como preconizam as teorias que sustentam esta análise, a escolha do adjetivo é marcada por processos ideológicos e inconscientes anteriores que impõem ao sujeito a seleção lexical sob o efeito de evidente neutralidade. Por assim ser, ao qualificar como duvidosos os gostos das camadas da população que estariam sendo alvo dos processos inclusivos do governo federal naquele momento, o autor de C22 o faz identificado com os saberes de uma formação discursiva conservadora para a qual a cultura advinda das periferias possui gosto duvidoso. Assim, conforme se apontou acima, não utilizar os termos das posições contrárias à inclusão, o sujeito do discurso não deixa de ser afetado por eles, pois mesmo que “duvidoso” seja atribuído aos discursos que procura combater por uma questão de preferência partidária, o sujeito materializa nessa (des)qualificação posições com as quais também se identifica.

Após essas considerações a respeito dos praticantes e líderes religiosos, o autor de C22 reafirma os motivos de sua preferência por Dilma Rousseff, a partir da defesa da justiça social: “acredito que votando na DILMA tenho a chance de se ver meu país avançar no campo da justiça social que tantos homens e mulheres íntegros e honestos vem sonhando e lutando há décadas”. Ao utilizar o conceito de justiça social para justificar seu voto na proposta petista, o sujeito eleitor o faz a partir dos saberes que dominam a formação discursiva de esquerda, conforme se materializa no binômico luta e sonho. A forma verbal “lutando” (gerúndio), por via da memória discursiva, presentifica os processos históricos protagonizados pelos movimentos sociais que visam à superação das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, conforme preconizam as teorias marxistas. Esses efeitos de sentidos se contrapõem à noção de justiça social como resultado de outorga pacífica pelo Estado e o situam no campo da disputa de poder entre classes antagônicas.

Na mesma sequência, intrincam-se os saberes da formação discursiva religiosa e a formação discursiva correspondente à forma sujeito de direito, ao se postular os avanços no campo da justiça social ao sonho de luta de “homens e mulheres de bem”. Na perspectiva da forma-sujeito de direito derivada do capitalismo, a justiça social, embora resultado da luta, é associada aos chamados cidadãos de bem. Embora o emprego da expressão “homens e mulheres” assinale a presença da formação discursiva de esquerda, a partir da memória discursiva acerca da igualdade de gênero, a locução “de bem” assinala os efeitos de sentido vinculados aos discursos da chamada direita política, em que a cidadania está vinculada ao cumprimento da lei e da ordem emanadas dos aparelhos de Estado, vinculados, portanto mais à passividade e ao conformismo que à luta.

Já na formação discursiva religiosa cristã, instauram-se os sentidos acerca da recompensa destinada aos bons. A partir da memória discursiva a respeito do prêmio dos bons e o castigo dos maus, afastam-se os efeitos de sentidos da perspectiva progressistas e passam a dominar aqueles relativos aos méritos, isto é, os homens e mulheres de bem que lutaram pela justiça social, cumpridores de seu dever pelo estado, habilitam-se também aos olhos da divindade para serem com ela recompensados. Por assim ser, mais do que luta, a partir dos pré-construídos do discurso religioso, a justiça social é fruto do bom comportamento. É preciso ainda considerarmos que a expressão homens e mulheres de bem, vinculada a formação discursivas conservadoras, interdita a possibilidade da luta, na medida em que, nesse funcionamento discursivo, às pessoas de bem cabe o recato cristão e o respeito às normas emanadas do Estado. Trata-se, portanto, nesse processo de designação, da inscrição, no fio intradiscursivo, de saberes característicos de formações discursivas em que, no efeito de evidência de si mesmo, o sujeito procuraria combater.

A formulação de C22 é constitutivamente atravessada pelos dizeres a respeito da corrupção na política brasileira, especificamente no governo Lula, que vinha sendo utilizada como justificativa para não votar em Rousseff: “Se há distorções e mau uso dos recursos públicos nesse governo não será apenas mudando as ‘raposas’ que os ‘ovos’ ficaram protegidos. Políticos canalhas talvez sejam aqueles verdadeiros ‘pobres (de espírito) que sempre tereis convosco’ como já dizia Cristo naquela sociedade injusta e fundamentalista que o condenou”. A esse respeito, o emprego da conjunção condicional “se” instaura o efeito da dúvida quanto aos efeitos de sentido da dúvida acerca dos discursos que circulavam naquele momento a respeito do elevado índice de corrupção relacionado ao governo Lula. Dessa forma, os atos de corrupção são deslocados da condição de fato para a de hipóteses ou mesmo de boatos e rumores, já que a estrutura sintática da sentença possibilita o enfraquecimento dos efeitos de sentido de verdade.

A partir disso, a defesa do voto em Dilma Rousseff passa a se estabelecer pelos pré-construídos de que a corrupção seria algo endêmico no país, independentemente de quem

ou qual grupo ou partido venha a ocupar o poder político. Para tanto, os governantes e candidatos ao exercício do governo são comparados a raposas que cuidam de ovos. Ao afirmar que as funções eletivas no Brasil são exercidas por raposas, tanto as que estão governando quanto as que almejam governar, C22 presentifica a memória discursiva a respeito do senso comum de que todos os políticos são iguais, todos são ladrões. Nesse movimento discursivo, fazem-se também presentes os dizeres de que a opção pelo PT, devido aos avanços sociais, funcionaria como um mal menor, ou seja, mesmo corrupto o governo petista deveria ter continuidade como forma de assegurar a inclusão social das camadas menos favorecidas da população, tema já abordado nesta análise. Os efeitos de sentido sustentam-se, nesse percurso, pelos já-ditos de que “os fins justificam os meios”, elemento contrário à doutrina cristã. Dessa forma, percebemos que ao constituir-se dominado pelos saberes da formação discursiva progressista, o sujeito eleitor, deixa de considerar na formulação de seu discurso alguns saberes da formação discursiva religiosa, que embora caros a essa FD, são tidos como secundários a partir das evidências fornecidas pela FD que o domina.

No movimento de justificativa de sua escolha eleitoral, o sujeito autor de C22 insere em sua formulação elementos religiosos que poderiam explicar a existência de políticos corruptos: “Políticos canalhas talvez sejam aqueles verdadeiros ‘pobres (de espírito) que sempre tereis convosco’ como já dizia Cristo naquela sociedade injusta e fundamentalista que o condenou”. Essa sequência alude ao episódio narrado no evangelho bíblico de João, capítulo 12, versículos de 1 a 6 e retoma uma resposta do Cristo a Judas Iscariotes, o apóstolo que o traiu. Na cena, Maria, irmã de Lázaro, dono da casa em que se encontravam, ungiu os pés do Cristo com meio litro de nardo, perfume de alto valor à época. Judas, por sua vez, critica a ação da mulher, argumentando que o dinheiro gasto com o perfume poderia ser doado aos pobres e recebe como resposta do unguido: “Os pobres, sempre os tendes convosco. A mim, no entanto, nem sempre tereis” (versículo 8), como prenúncio da sua morte, da qual a unção com perfume seria o sinal. O autor da narrativa relata ainda que Judas não estaria realmente preocupado com os pobres, mas em desviar o dinheiro, visto que era ladrão e roubava o dinheiro guardado na bolsa do grupo.

Ao inscrever no fio intradiscursivo a retomada do diálogo entre o Cristo e Judas, são reforçados, por meio do interdiscurso sobre o cristianismo, o pré-construído de que a corrupção é algo antigo e inevitável, visto que até o enviado divino teria sido vítima dela por meio de seus colaboradores próximos. Nesse movimento dos sentidos, a formulação “sempre tereis convosco”, na linearidade do intradiscursivo, estabelece os efeitos de sentido da persistência da corrupção ao longo da história, em todas as instâncias, inclusive no pequeno grupo de onde se originou o cristianismo. Ressaltamos, contudo, que, quanto à formulação, o sujeito eleitor altera, ao citar a frase do Cristo, deslocando os efeitos de sentido de pobreza

material para a pobreza espiritual: “pobres (de espírito)”. Esse gesto desqualifica os agentes políticos a quem o autor de C22 caracteriza como “canalhas”, a partir do pré-construído de que “nenhuma pobreza é maior que a pobreza de espírito”. Instauram-se, assim, os efeitos de sentido de que os maus políticos embora possuidores de bens materiais, fruto da corrupção, continuam pobres, uma vez que carecem das riquezas espirituais. Em vista disso, embora canalhas, podem ser associados aos sentidos de pena, por serem possuidores da pior das pobreza e suas ações passam a funcionar como menores em face da necessidade de promover a superação das injustas desigualdades do sistema capitalista.

Nesse movimento semântico, de que o mau uso dos recursos públicos é algo de que não é possível se livrar totalmente, reforçam-se os efeitos de sentido de que a prioridade seja eleger um governo que, mesmo assolado pela corrupção, estivesse comprometido com a justiça social. Por meio desse gesto, os efeitos de sentido de relativização da presença negativa da corrupção na administração pública silenciam os discursos a respeito do voto consciente como instrumento contra o mau uso das funções e recursos públicos e, ao mesmo tempo, fortalecem os efeitos de sentido de que o voto constitui-se em ferramenta para o enfrentamento das desigualdades sociais injustas. Observemos que, para tanto, são feitos acréscimos e deslocamentos à sentença pronunciada pelo Cristo. Essa ocorrência só se torna possível porque há a desidentificação do sujeito do discurso com a forma sujeito religioso, típica da Idade Média, a quem estava interdita qualquer alteração na forma e no conteúdo da palavra divina, visto tratar-se de palavras sagradas. O acréscimo, entre parênteses, do sentido pretendido pelo sujeito do discurso para a pobreza de que fala o Mestre, constituir-se-ia, assim, em um gesto de interpretação do autor do comentário a partir dos saberes da formação discursiva que o domina: a FD progressista. No campo religioso, ela determina os efeitos de sentido que priorizam a promoção da vida digna para todos, sobretudo os que se encontram à margem do sistema social, político e econômico. A partir dos efeitos de evidência que ela fornece, o sujeito é dotado de liberdade para, em nome da promoção da justiça social, deslocar e agregar novos efeitos de sentido à citação do discurso do Cristo.

Essa sequência discursiva extraída de C22 faz presente também, por via interdiscursiva, as condições de produção em que o Cristo foi morto: “naquela sociedade fundamentalista e injusta que o condenou”. Tal formulação estabelece os efeitos de sentido referentes à condenação política que teria causado a morte do Cristo e, por conseguinte, silencia as motivações relativas aos desígnios divinos. Nessa perspectiva, são silenciados os efeitos de sentido relativos ao necessário ato redentor relacionado à crucificação do Messias e sua paixão e morte passam a funcionar a partir dos efeitos de evidência da perseguição política. Devemos considerar que, na sociedade aludida pelo autor de C22, o poder político estava atrelado ao poder religioso, de modo que concorreram para a condenação do Cristo não apenas as autoridades da esfera civil, mas também os líderes religiosos do seu tempo

(sumos sacerdotes), tendo ele, inclusive, passado por um apressado julgamento religioso pelo Sinédrio, a magistratura do templo de Jerusalém. Por assim ser, o Cristo passa a ser entendido a partir dos efeitos de sentido que o caracterizam como perseguido político e religioso, de modo que os adjetivos “fundamentalista e injusta” atingem também o poder religioso daquele tempo.

Os dizeres presentificados pela memória discursiva acerca das condições de produção da condenação do Cristo e as críticas formuladas no início do texto ao falseamento da religião por adeptos e fieis estabelecem efeitos de proximidade entre o que se fez com o enviado divino e o que se estava fazendo com a candidata petista. Isso se torna possível a partir do interdiscurso a respeito das posições do Cristo em favor dos pobres e marginalizados, que seriam equivalentes às preferências do governo petista materializadas em suas políticas sociais. A partir desses efeitos de sentido, aqueles que se sentem assustados e apavorados com a emergência dos novos brasileiros tenderiam a perseguir aqueles que, mesmo corruptos, estariam promovendo a sua inclusão social, da mesma maneira que foram hostis e levaram à morte o galileu que defendeu a vida plena para todos.

As formulações de C22, ao relativizar o mau uso dos recursos públicos como critério para escolhas e rejeições eleitoras, atribui à população, por meio do controle social a tarefa de erradicá-los: “Cabe a nós usarmos os mesmos espaços públicos e o poder do voto e acompanhar de perto nossos eleitos para corrigirmos essas deformações. E, para isso, para fazer a diferença, basta querer participar, com coragem e firmeza, das oportunidades que o governo do PT promove, através da formação e atuação nos Conselhos Municipais e nas Conferências populares, onde se discutem as políticas públicas e os rumos dos investimentos nos mais variados segmentos”. Por meio dessas proposições notamos que o sujeito do discurso encontra-se dominado pelos saberes da formação discursiva que constitui a forma-sujeito de direito, a partir da qual o conceito de cidadania funciona pelo efeito de evidência da necessidade da efetiva participação da instância cidadã nos processos decisórios. Nesse processo, o sujeito individuado pelo Estado, ao buscar para si os efeitos de sentido de bom cidadão, cumpridor dos seus deveres, comprometido com o bem-comum, cabe fazer-se presente e engajar-se nas instâncias de participação outorgadas pelo Estado.

Ao postular que o controle social, ao lado do voto, configura-se como importante ferramenta no combate ao mau uso dos recursos públicos, o sujeito constitutivamente atribui à população, pela ausência da participação, parte da parcela de sua má gestão. Isso se dá pela presentificação, por via interdiscursiva, de dizeres que interditam à reclamação e à crítica aqueles que, tendo sido chamados a participar das decisões, não o fizeram. Assim, a identificação com a formação discursiva mencionada determina que, em sua relação com o Estado, sujeito almeje ser reconhecido como cidadão que cumpre com os seus deveres, a fim de evitar os efeitos de sentido de omissão, que lhe cerceariam o direito de reclamar. Ademais,

para esse bom sujeito identificado com a forma-sujeito de direito, todos esses processos decisórios a que é chamado a participar constituem-se em outorga do Estado: “basta querer participar, com coragem e firmeza, das oportunidades que o governo do PT promove”. A esse respeito, silenciam-se os efeitos de sentido das tensões decorrentes das relações de poder entre o Estado e a instância cidadã inerentes às próprias contradições da organização da sociedade de classes e sobressaem-se os efeitos de sentido de uma “boa vontade” por parte do governo que concederia aos cidadãos a possibilidade participação. Notemos que o emprego da locução “do PT” estabelece o efeito não só de singularização, mas também de diferenciação das práticas do governo federal. Ao demarcar o partido que responde pelo governo e faria tais concessões, a locução inscreve no fio intradiscursivo a memória acerca da postura de abertura democrática por parte dos governos de esquerda a partir da busca dos sentidos de participação popular que sustenta os seus discursos. Em vista disso, a formulação é atravessada pelos dizeres a respeito de outros governos com tendência conservadora em que essa oportunidade não seria concedida.

Devemos ainda observar que, nesse aspecto, a expressão “basta querer” presentifica os discursos liberais que se fundamentam na prevalência das liberdades e iniciativas individuais e silenciam os condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais, que determinam as ações individuais. Nesse sentido, notamos que o sujeito do discurso, dominado pela forma-sujeito de direito, individuado pelo Estado, é afetado pelo efeito de evidência produzido por saberes de tendência liberal que existem no interior da FD correspondente a essa forma-sujeito, isto é, o controle social postulado pelo eleitor como forma de combate ao mau uso dos recursos públicos tem como pré-construídos os discursos liberais que o afeta em sua busca por um discurso progressista que tematiza a inclusão e a justiça social como motivações para a escolha de seu candidato à Presidência da República.

A partir dos aspectos analisados, podemos afirmar que em C22 o sujeito identifica-se com a forma-sujeito de direito dominado pelo Estado. Na heterogeneidade própria dos saberes que dominam a forma sujeito, notamos que o sujeito eleitor identifica-se primeiramente, de forma mais intensa, com a formação discursiva progressista, característica dos partidos e movimentos de esquerda, segundo a qual o Estado tem papel fundamental na superação das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Ao inscrever em seu comentário a temática religiosa, por forças das condições de produção já descritas em que esse critério tornou-se preponderante para a escolha do futuro Presidente da República, também os princípios religiosos são formulados a partir do que pode e deve ser dito na perspectiva da FD progressista, de modo que são constituídos pela memória discursiva a respeito da defesa da vida plena para todos e da opção preferencial pelos pobres, característicos dos textos da doutrina social da Igreja Católica e associados ao movimento de Teologia da Libertação que marca os movimentos sociais ligados ao catolicismo.

Ainda quanto aos elementos religiosos, observa-se que o sujeito os aborda a partir de um desejo de verdade, isto é, que caracteriza a formação discursiva religiosa. Por ela afetado, o sujeito move-se a partir de efeitos de sentido de uma verdadeira religião que seria negligenciada pelo fundamentalismo e pela hipocrisia que estariam fornecendo elementos para a desqualificação da candidatura petista. A partir das evidências fornecidas pela FD progressista, a verdadeira religião, diferente daquela materializada na prática de líderes religiosos e fieis, em que a inclusão social é motivo de desconforto, é aquela em que privilegia a luta por melhores condições de vida para aqueles que são postos à margem da sociedade pelas injustiças produzidas pelo sistema capitalista. Esse processo de inclusão seria materializado na lógica de sua formulação pela presença de “novos brasileiros” nos espaços públicos.

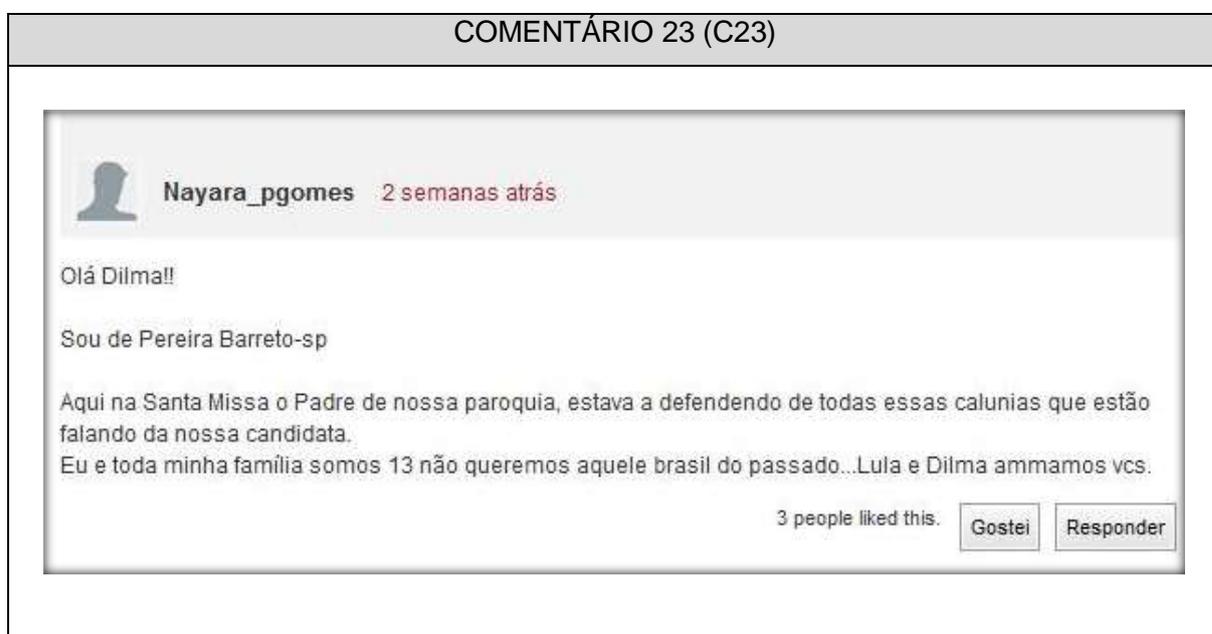
O processo de identificação do sujeito, embora dominado pela FD progressista, não é pleno, visto que seu discurso constitui-se afetado por saberes advindos de outras formações discursivas. Ao ser afetado pela FD religiosa, o discurso do eleitor apresenta em seu funcionamento as noções de recompensa e castigo, materializado na realização dos sonhos e lutas dos “homens e mulheres de bem”, restringindo assim o exercício dos direitos de cidadão, em princípio, prerrogativa de todos os cidadãos brasileiros, que passam a ser regulados pelo merecimento, contrariando o discurso da inclusão e da vida plena para todos. O mesmo sujeito constitui-se também afetado por saberes advindos da FD liberal, característica das tendências políticas conservadoras que sustentam a ideia de mérito há pouco mencionada, e também uma visão elitizada de cultura e comportamento a partir da qual determina o que é aceitável e o que configura-se como de “gosto duvidoso”.

A respeito dessa complexa teia de discursos que atravessam constitutivamente o sujeito e suas formulações, as considerações a respeito da variedade linguística utilizada pelo autor do comentário fornecem elementos para situá-lo em um nível sociocultural diferenciado de outros comentários analisados neste trabalho, isto é, trata-se de um sujeito empírico que teve acesso a escolaridade e bens culturais considerados mais elevados que a maioria dos brasileiros. Conforme preconizam as teorias que embasam nossa pesquisa, o sujeito é determinado pelas condições sócio-históricas de produção de seus discursos e de si mesmo. Dessa forma, o acesso a esses elementos próprios das classes mais abastadas impõe ao sujeito os processos ideológicos de sua produção e circulação que passam a afetar os seus discursos. Por assim ser, mesmo dominado pela FD progressista, não há como o sujeito escapar os saberes de outras FDs que lhe são estranhas e divergentes, mas que afetam as suas formulações e ocasionam em certos aspectos, o seu distanciamento ou exclusão das situações que pretende defender.

A constituição do sujeito eleitor se dá, portanto, na tensão de forças que determinam os efeitos de sentido de sua produção de modo que a dominação pelos saberes de uma

formação discursiva não interdita plenamente a possibilidade de o sujeito vir a ser afetado por saberes estranhos a ela. Ao sujeito, conforme mostramos nas análises, fica a evidência de estar coerentemente firmado nas tendências de esquerda, contudo suas formulações vão se constituindo na heterogeneidade própria de toda formação discursiva.

Na continuidade do trajeto de sentidos produzidos pelos comentários dos eleitores nos ambientes virtuais, o comentário 23 (C23), assim como o anterior, foi publicado na seção em “Em nome da verdade”, a partir do post “CNBB lamenta o uso indevido do nome da Igreja nas eleições”. Distingue-se do anterior, por, a partir da construção da proximidade imaginária do eleitor com os sujeitos políticos, relata a defesa pública de Dilma Rousseff por parte de uma autoridade eclesiástica, o padre da paróquia de Pereira Barreto (SP).



Afetado pelo efeito de proximidade com os candidatos propiciado pelas redes sociais, o autor do comentário inicia sua formulação com o vocativo “Olá, Dilma”. O candidato, nessa perspectiva passa a funcionar como alguém com quem se tem familiaridade, com quem se pode falar diretamente. A partir desse efeito, todo o comentário funciona como uma espécie de recado público à candidata petista a respeito do que se tem dito a respeito de sua candidatura: “Aqui na Santa Missa o Padre de nossa paróquia, estava a defendendo de todas estas calúnias que estão falando da nossa candidata”. Ressaltamos que, embora o vocativo enderece o texto à candidata Dilma Rousseff, no relato, a expressão “nossa candidata”, em lugar de você ou da senhora ou expressão semelhante, desloca a petista da segunda para a terceira pessoa do discurso, isto é, não se fala mais com ela, mas dela.

A partir desse movimento, podemos afirmar que nas formações imaginárias desse discurso, funcionam como seus destinatários não apenas a candidata citada no vocativo, mas

também os leitores-navegadores do site. Por assim ser, o relato da atitude de um clérigo católico que tenha se manifestado publicamente, durante a ação litúrgica, com o propósito de defender Dilma, produz efeitos de sentido de persuasão junto aos frequentadores do site, uma vez que, por via interdiscursiva, o relato do desmentido presentifica e desconstrói os dizeres a respeito da incompatibilidade entre as opções religiosas cristãs e o voto na candidatura petista. Entre esses discursos situam-se aqueles que atribuíam ao conjunto da Igreja Católica do Brasil uma posição oficial contrária à candidata do PT. A esse respeito, destacamos que o comentário do eleitor se refere a uma postagem denominada “CNBB lamenta uso indevido do nome da Igreja nas eleições”, o que atesta a intensa circulação de discurso a respeito das posições eclesiais no pleito presidencial de 2010.

Outro aspecto a ser considerado no relato do eleitor são as condições de produção em que se deu o pronunciamento do clérigo, isto é, durante um ato litúrgico, a “Santa Missa”. A esse respeito cabe destacar que, de acordo com a doutrina católica, o sacerdote age na pessoa do Cristo: “[Cristo] Presente está no sacrifício da missa, tanto na pessoa do ministro, ‘pois aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora se ofereceu na Cruz’, quanto sobretudo sob as espécies eucarísticas” (CONCÍLIO VATICANO II, 2000, p. 263). Isso afeta o imaginário dos eleitores cristãos na medida em que confere efeitos de ritualidade e solenidade à fala do líder religioso, pois fala não na condição de cidadão, isto é, na esfera civil, mas revestido da autoridade divina. Por assim ser, estabelecem-se efeitos de legitimidade e credibilidade à fala do representante eclesial, de modo que a defesa contra as calúnias passa a funcionar como ato emanado da própria divindade.

Consideramos também que, em relação à candidata petista, destinatária do comentário, o relato desse apoio eclesial estabelece efeitos de afetividade. Por via das formações imaginárias, ao se atribuir a Dilma Rousseff o lugar de caluniada, sobretudo quanto às suas convicções religiosas, conforme se apontou reiteradamente nestas análises, atribui-se também, a partir da memória discursiva da esfera jurídica, o direito à reparação da honra. Nessa perspectiva, o gesto de levar ao conhecimento da candidata que um clérigo saiu em sua defesa estabelece em relação a ela não só efeitos de sentido de reparação na perspectiva jurídica, mas também de um consolo afetivo, uma vez que o uso da rede social possibilita o funcionamento desses efeitos de intimidade e proximidade entre o candidato e a esfera cidadã.

Notemos que os aspectos afetivos se materializam na cadeia intradiscursiva por meio da última frase do comentário “Lula e Dilma amamos vcs”. Nessa sentença, o uso do verbo amar extrapola os limites da relação político-eleitoral e intensifica os efeitos de sentido de proximidade e intimidade propiciado pela possibilidade de publicação de comentários no site do candidato. Tal relação é assinalada também pela forma abreviada. A partir dessa formulação, os sentidos de intimidade se estendem também às preferências eleitorais que

passam a funcionar não como fruto da desejada objetividade e reveste-se de personalidade e afetividade, ou seja, mais do que suas propostas ou suas realizações, os sujeitos políticos amados passam a ser considerados pelo que representam ser no jogo das formações imaginárias.

A preferência pela proposta eleitoral do PT é inscrita na formulação do discurso a partir da sequência: “Eu e minha família somos 13 não queremos aquele Brasil do passado...”. A justificativa do eleitor, a exemplo de outras analisadas neste trabalho, sustenta-se pela memória discursiva a respeito dos processos de inclusão social propiciados pelas políticas públicas desenvolvidas durante o governo petista. Nessa perspectiva, a expressão “Brasil do passado” designa o período anterior ao governo de Lula e seus programas em favor das camadas mais pobres da população que, segundo os efeitos de evidência desse discurso, nunca receberam tamanha assistência.

Em vista dos elementos analisados, podemos afirmar que, por meio do movimento discursivo de justificar sua preferência com base nas políticas inclusivas do governo petista, assinala a identificação do sujeito com a formação discursiva progressista, isto é, aquela que circunscreve saberes acerca da superação das desigualdades geradas pelo sistema capitalista e impõe ao sujeito do discurso o engajamento nesse processo. Trata-se, assim, da forma sujeito de direito dominada pelo Estado, mas que, identificado com a FD progressista, move-se no sentido de fazer das políticas públicas instrumentos para a implementação da justiça social. Esse sujeito, contudo, é afetado também pela FD religiosa cristã, conforme se nota a partir dos efeitos de legitimidade e credibilidade que se estabelecem em seu discurso em torno da autoridade clerical. Nesse aspecto notamos, por assim dizer, resquícios da forma-sujeito medieval, quando o mundo era governado pela divindade e autoridade eclesiástica era exercida também na esfera política. Esse processo se intensifica a partir das condições de produção específicas desse discurso, mais especificamente pelo fato de se tratar de um eleitor de uma cidade anterior, onde, por questões de distância dos centros difusores da cultura e do conhecimento científico, a influência temporal das instituições religiosas costuma ser maior.

Em síntese, o sujeito do discurso, dominado pela forma-sujeito de direito, embora afetado pela religião e por efeitos de afetividade propiciados pelas condições de produção da rede social sustenta seus posicionamentos a partir de uma relação jurídica com o Estado de quem espera o desenvolvimento de políticas públicas que superem as contradições do sistema capitalista, intensificando os sentidos de que é o Estado e não Deus quem governa o mundo

O último comentário (C24) abordado nesta análise foi também publicado no site da candidata Dilma Rousseff, em 19 de outubro de 2010, na seção “Em nome da verdade” e, conforme o anterior, deriva da postagem “CNBB lamenta uso indevido do nome da Igreja em

eleições.” Trata-se de um comentário que se organiza a partir dos efeitos de sentido de diferenciação entre o amor à instituição igreja e a decepção com a hierarquia eclesiástica

**COMENTÁRIO 24 (C24)**


**Márcio** 2 semanas atrás

É lamentavel que a Igreja Católica a qual AMO, tenha deixado alguns padres e bispo se pronunciarem contra aqueles que têm trabalhados sem medir esforços para dar dignidade a povo brasileiro.  
O Brasil precisa continuar mudando e meu voto é DILMA 13!

Att: Márcio Araújo ( Ubá-MG)

2 people liked this.
Gostei
Responder

O autor formula seu comentário a partir de um lamento a respeito da atitude da Igreja Católica no processo eleitoral em 2010: “É lamentável que a Igreja Católica a qual AMO tenha deixado alguns padres e bispos se pronunciarem contra aqueles que têm trabalhado sem medir esforços para dar dignidade ao povo brasileiro”. Dessa forma, a causa do lamento é situada no posicionamento de líderes religiosos contrários à candidatura petista. A exemplo de outros comentários já analisados, o discurso do eleitor se sustenta a partir da memória discursiva acerca dos processos de inclusão social desencadeados pelas ações do governo Lula. Esses fatos são inscritos no fio intradiscursivo pela expressão “aqueles que tem trabalhado sem medir esforços para dar dignidade ao povo brasileiro”.

Nesse percurso de sentidos, a expressão “dar dignidade ao povo brasileiro” associa-se, por via da memória discursiva, aos discursos cristãos a respeito da vida plena para todos e acerca da opção preferencial pelos pobres definida nas conferências do episcopado latino-americano e do caribenho. Em vista disso, da perspectiva do eleitor, as ações governamentais funcionam não apenas como políticas públicas, mas também como atitudes cristãs, na medida em que a inclusão social, a promoção da dignidade seriam formas de cumprir a vontade do Cristo que veio para que todos tivessem vida em abundância. O gesto de padres e bispos que de se posicionarem contrariamente ao projeto eleitoral petista assumiria, assim, efeitos de sentido de rejeição aos processos de inclusão social consoantes ao projeto cristão, ou seja, tais pronunciamentos consistiriam, nesse movimento, na rejeição à vontade divina. Instauram-se ainda os efeitos de sentido de injustiça na medida em que os clérigos estariam hostilizando pessoas que praticaram boas obras em favor do povo e, por conseguinte, deveriam ter reconhecidos os seus esforços desmedidos.

Vemos que ao expressar seu lamento em relação à suposta permissão da Igreja para que seus líderes se manifestassem contra a candidatura petista reafirma o seu amor à instituição: “a qual eu amo”. Essa sequência materializa no fio intradiscursivo o movimento do sujeito de evitar os efeitos de sentido de desobediência ou negação da pertença à instituição motivada pelo lamento que formula. Apontamos nesse gesto de reafirmação do amor à instituição que o sujeito do discurso é afetado por saberes referentes à forma-sujeito religiosa medieval, dominado pela Igreja que, em nome de Deus, governava o mundo. Para essa forma-sujeito funcionavam os efeitos de sentido de pavor de, ao contrariar a Igreja, ser dela excluído, visto que isso implicaria no efeito de evidência de exclusão do reino dos céus, sustentado pelo pré-construído de que “fora da Igreja não há salvação”.

A formulação de C24, de maneira semelhante a outros analisados neste trabalho, atribui às mudanças promovidas pelo governo Lula a justificativa para o voto em Dilma: “O Brasil precisa continuar mudando e meu voto é Dilma 13”. Notemos que a expressão “precisa continuar mudando” estabelece os efeitos de sentido da necessária continuidade das ações iniciadas por Lula, o que sustentaria o imperativo da eleição de Dilma como garantia da manutenção e ampliação das ações que vinham promovendo.

Dessa forma, o sujeito autor de C24, ao atribuir ao Estado o papel de promotor da justiça social, mostra-se identificado com a forma-sujeito de direito do capitalismo. Contudo, sua relação com essa forma-sujeito é afetada por saberes advindos da formação discursiva religiosa em duas vertentes. Pela via dos saberes que caracterizavam a forma-sujeito medieval, o sujeito do discurso, mesmo não mais dominado pela Igreja, deseja ainda manter com a instituição um vínculo de pertença que não pode ser enfraquecido em vista dos lamentos que faz acerca da postura de alguns de seus membros. Simultaneamente funcionam os saberes referentes a um cristianismo progressista em que a luta pela inclusão social representa o cumprimento da vontade divina quanto à vida plena para todos e a atenção especial aos mais pobres.

Dessa forma, a dominação pela forma-sujeito de direito é permeada por saberes de outras formações discursivas que, em relação de tensão, constituem os processos de significação dos sujeitos e dos discursos em uma conjuntura político-eleitoral em que os elementos religiosos passaram a sustentar os processos de escolha dos eleitores.

#### **5.4 Considerações sobre a análise**

Os gestos de descrição-interpretação desenvolvidos neste trabalho apontam que os sujeitos eleitores responsáveis pela autoria dos comentários são dominados pela forma-sujeito de direito de que fala Haroche (1992), isto é, a forma-sujeito dominada pelo Estado, que veio substituir a Deus na transição do modo de produção feudal para o modo de produção

de capitalista. Esse sujeito é marcado por sua individuação diante do Estado, a ele é fornecida pela Ideologia a evidência de sua singularidade para oferecer respostas individuais ao aparelho estatal no cumprimento das leis dele emanadas, bem como para exigir aquilo que lhe é devido pela instituição em vista da sua cidadania. Há, assim, identificação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito histórica. Contudo, emergem desses mesmos gestos de análise, elementos que assinalam que tal identificação não se dá de maneira completa, pois o sujeito de direito não funciona integralmente nesses discursos, há elementos que atravessam esse processo cuja origem está em formações discursivas estranhas aos saberes correspondentes a essa forma-sujeito.

Por assim ser, em cada um dos comentários analisados, observamos processos distintos de constituição do sujeito em relação com a forma-sujeito histórica na produção de seus efeitos de sentido. Tratam-se de falhas no processo de individuação do sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2012), que se tornam permeáveis a elementos estranhos à formação discursiva que lhe é correspondente, nesse caso, saberes característicos da forma-sujeito religiosa dominada não pelo Estado, mas pelo elemento divino.

Há uma conjunção de fatores que propiciam esses atravessamentos do sujeito de direito pelo sujeito religioso, que provoca diferentes nuances na constituição dos sujeitos do discurso, resultado dos vários processos de identificação.

Nosso movimento de análise dos comentários permite que apontemos algumas regularidades que caracterizam o discurso dos eleitores em seus comentários. Dentre elas apontamos o efeito de sentido do desejo de cumprir a vontade divina. Os sujeitos reconhecem-se a partir de uma posição em que a defesa de determinado candidato e o constitutivo ataque ao oponente teriam como fim único e último o cumprimento de deliberações celestiais, das quais poderia, inclusive, decorrer o castigo pela desobediência. Em C1 isso se manifesta pela negação, isto é, pela acusação de que Dilma é anti-cristã, contrária à vontade divina. Já em C4, essa relação se inscreve a partir da retomada de dizeres acerca do fato de Dilma ter desafiado Jesus Cristo e os perigos desse suposto ato. Por sua vez, em C5 notamos a preocupação em eleger alguém que fosse “contra aquilo que Deus ensinou.” Nesse mesmo movimento, C7 assinala a existência de um conluio diabólico arquitetado desde o governo Lula e a personificação do mal por Dilma Rousseff.

Associada à obediência aos desígnios da divindade está a ameaça da presença demoníaca e conseqüente combate espiritual entre o bem e o mal. Relaciona-se aos discursos que inscrevem os efeitos de sentido de uma conspiração demoníaca que pretenderia tomar conta do território brasileiro, bem como aqueles que descrevem atitudes diabólicas nas ações do candidato e que fazem disso a razão para rejeitá-los. Em C5, isso se materializa na lembrança do suposto fato de Dilma ter desafiado Jesus Cristo, o que estabelece o efeito de sentido de rivalidade entre a candidata e a divindade. Já em C6 os efeitos de sentido

estabelecidos remetem aos efeitos de sentido de escárnio da divindade, com quem a candidata petista estaria brincando. Nesse movimento, em C10 atribui-se aos adversários de Dilma atitudes de motivação demoníaca semelhantes a Judas, o apóstolo traidor do Cristo. No mesmo comentário, os efeitos de sentido da luta entre o bem e o mal são deslocados para o processo eleitoral de modo que a vitória nas urnas se configuraria como vitória da divindade e sinal de predileção divina do candidato.

Como motivação e finalidade desse conflito entre a vontade celestial e as conspirações infernais situam-se as questões morais, sobretudo aquelas acerca da legalização do aborto e a união civil homoafetiva, entendidos como ataques infernais à vida e à família decorrentes da oposição satânica aos projetos divinos. Conforme apontado na análise, em C1 isso se materializa a partir da expressão “vidas arrancadas”, relacionadas aos efeitos de sentido de violência associadas ao aborto. Já em C2, em que esse tema é tratado com maior intensidade, essa ameaça decorrente de uma conspiração satânica se insere no fio intradiscursivo como projeto da candidata petista. No mesmo comentário, a própria candidata é apresentada como vítima de um futuro ataque satânico decorrente das relações do candidato a vice-presidente, Michel Temer, com as obras infernais, com o intuito de entregar a nação aos poderes satânicos. O mesmo ocorre em C3, em que as leis que poderiam ser aprovadas desqualificam a candidatura petista.

Em vista disso, o voto é deslocado de sua função civil na sociedade democrática e se torna arma no combate espiritual. Uma vez que, a partir dos efeitos de sentido decorrentes da abordagem neopentecostal do demônio sua ação é deslocada para os elementos de ordem temporal, o voto passa a funcionar no discurso dos eleitores como instrumento civil para o combate espiritual. Esse funcionamento é constituído também a partir dos efeitos de sentido do voto consciente imposto ao cidadão de bem individuado pelo Estado. Em C2, esses efeitos de sentido se inscrevem no fio intradiscursivo a partir da sequência: “com seu voto, não jogue [o Brasil] nas mãos de um instrumento do nosso adversário”. Já em C3, o efeito de sentido do voto consciente se materializa na busca do candidato “mais preparado”. Por seu turno C4 presentifica esses efeitos de sentido pela insistência pela escolha de um candidato evangélico. Em C5, é por meio do estabelecimento das propostas como critério de escolha do candidato que o sujeito atribui a si o lugar de eleitor consciente, posição com que também se autodesigna o eleitor em C11. Nesse movimento, em C6 o voto é caracterizado como arma para defesa da própria divindade. Já em C15, o adjetivo consciente estabelece efeitos de aproximação entre as atitudes esperadas do eleitor e do cristão.

Notamos ainda como traço constitutivo dos comentários analisados o desejo de verdade, sobretudo em uma campanha permeada de boatos e insinuações, cujo alvo principal foi a candidata petista e suas supostas posturas em relação à moral e à religião. Os sujeitos eleitores são afetados pelo pré-construído de que toda a forma de mentira é ofensa ao ente

divino e formulam seus comentários a partir da defesa da verdade e daqueles que a propagam, bem como pela rejeição àqueles que estariam se valendo de mentiras. Vemos que essa busca pelo que fosse essencialmente verdadeiro deriva da evidência do sentido por parte do sujeito. Essa ilusão de univocidade de sentidos determina a ilusão de que seja possível interpretar os fatos e discursos e neles localizar a verdade em seu estado puro. Em C10, esse desejo se inscreve na superfície textual pela condenação sumária aos que mentem a respeito da candidata petista e que, por isso, tornar-se-iam alvo da fúria divina. Já em C11, o autor atribui a si o lugar da pesquisa e da investigação que possam assegurar a sua opção pela verdade. Por seu turno, o sujeito autor de C13, tomado pelo efeito de evidente autonomia, propõe estratégias para que se desmintam os boatos espalhados a respeito de Rousseff, de modo que a verdade venha a ser restabelecida. Em C15, esse desejo se inscreve na materialidade textual pela recusa do sujeito eleitor em aceitar os falsos testemunhos levantados contra a candidata do PT. Nesse escopo, para o sujeito autor de C16, o efeito de necessidade de estar com a verdade é formulado a partir da recusa à “onda de mentiras” a respeito de Dilma Rousseff. Por seu turno, o sujeito autor de C17, intensifica os efeitos de sentido desse desejo ao inscrever no fio intradiscursivo a sua ilusória certeza de não se deixar manipular nem mesmo pela Igreja. Já em C18, reiteram-se os efeitos de sentido da ação demoníaca quanto aos boatos espalhados sobre a candidata petista e o funcionamento do desejo de verdade é determinante para que o sujeito eleitor relate a mudança de sua intenção de voto. Em C 22, esse efeito de evidência da necessária busca ou restabelecimento da verdade é deslocado para a coerência entre os discursos e as práticas religiosas e o combate ao falseamento da religião.

Observamos também o funcionamento do sujeito a partir do estabelecimento de relações jurídicas, resultado de sua dominação pela forma-sujeito de direito para quem o mundo se ordena a partir de relações individuais pautadas em direitos e deveres. A identificação com essa forma-sujeito histórica no interior da FD dominante determina que também com a divindade se estabeleçam relações jurídicas. Conforme apontam as análises, em C2, esses efeitos se instauram a partir dos sentidos de pecado/crime e castigo/punição a que estariam submetidos aqueles que, contrariando a vontade divina, colaborassem com os projetos satânicos subjacentes à candidatura de Dilma Rousseff. Já em C4, essa perspectiva é presentificada pela referência à palavras do Cristo, segundo as quais seriam por eles negados todos aqueles que o negassem. Por sua vez, em C5 são enfatizadas implicações jurídico-espirituais de se votar na candidata petista e colocar-se fora das bênçãos celestiais. Nesse bojo, em C6 essa relação se estabelece pela crítica à possibilidade de uso de recursos da saúde pública para a prática do aborto, a partir dos efeitos de sentidos de se estar ferindo os direitos de outros cidadãos. Em C10, esse efeito jurídico se acentua pelo fato de o sujeito, ministro evangélico defender que o tema do aborto seja submetido ao Congresso Nacional.

Em C23 essa relação jurídica é posta em relação aos sentidos de mediação entre o sacerdote e a divindade. Dessa forma, por gesto de deslocamento, a narrativa de que o padre, durante Santa Missa, fez a defesa da candidata petista, produz os efeitos de sentido de ter em sua defesa a própria divindade cuja presença seria materializada por seu ministro.

Destacamos também a busca do bem comum, o desejo de que todos tenham vida em abundância conforme preconizam os pré-construídos do discurso cristão. Em conformidade com as análises desenvolvidas, em C1 esse desejo é assinalado pelos atributos negativos de egoísmo e individualismo atribuídos à candidata petista (“pessoa que só se preocupa com a própria vida). Já em C3, isso se dá pela inscrição no fio intradiscursivo da preocupação de que a pessoa que venha a sentar na cadeira presidencial pense no “lado fraco do povo”. Por sua vez, C8 circula esses efeitos de sentido na competência presumida da candidata do PT em promover o desenvolvimento da nação com condições dignas para todos os segmentos da população. Em C9, a continuidade do trabalho pelos mais pobres é estabelecida como razão para o voto em Dilma, movimento semelhante ao que se dá em C10, C17, pela evocação das políticas públicas desenvolvidas por Lula. Em C12 esse efeito de sentido se inscreve a partir do gesto do sujeito autor em dizer sim às políticas de inclusão do governo Lula, como também se dá em C24. Já em C14, a partir de sua origem nordestina, o sujeito autor formula suas considerações a partir do desejo de crescimento para todas as regiões do Brasil, indistintamente. Em C19, os benefícios sociais promovidos por Lula justificam a permanência do projeto de poder petista, com a diferenciação do reconhecimento da necessidade de ajustes. Já em C20, essa preocupação com o bem comum, sobretudo dos mais pobres, suplanta as questões relativas ao aborto, estabelecendo o efeito de sentido de que deixar os mais pobres desassistidos é tão grave quanto o aborto. Por seu turno, o sujeito de C21, em sua formulação, situa as mudanças do governo petista acima das coerções impostas pelas religiões (“não me intimido”). Em C22, essa busca é inscrita no fio intradiscursivo a partir do efeito de sentido de equivalência entre o empenho pela justiça social e a prática da verdadeira religião. Em C24, tal aspiração é materializada pelo contraponto ao “Brasil do passado”, isto é, o Brasil anterior a Lula, ao qual não se quer retornar.

Apontamos também o desejo de legitimidade que permeia os discursos, na imensa maioria das vezes, já no início de seu comentário. Por ser parte da instância cidadã, cujos posicionamentos não podem ser formulados na grande mídia, o eleitor, inclusive como decorrência do processo de individuação pelo Estado, necessita singularizar-se, assumir o efeito de individualidade em relação ao conjunto de eleitores. Nesse movimento, na amplitude da rede, além da singularização, esse sujeito, no jogo das formações imaginárias, atribui a si atributos que o distingam, que o situem na posição de quem mereça atenção que, de alguma forma, o autorize a formular seu comentário.

A religião configura-se, nos discursos analisados, como o principal lugar desse efeito de sentido de legitimação, seja pela pertença a uma instituição religiosa, seja pela profissão pública de fé. Um traço relevante dessa legitimação é que ela se dá a partir da base, da posição de fiel e não da hierarquia. Porém, constitui-se a partir de efeitos de sentido de eleição, visto que, singularizado, o sujeito atribui a si um lugar diferenciado, o que o faz funcionar como um eleito, alguém que exerce uma missão sobrenatural. Isso se manifesta pelo dogmatismo constitutivo de suas afirmações, mesmo quando não tematizam especificamente a religião.

Em C2 esse efeito de sentido de eleição se materializa na distinção entre os “filhos de Deus” com conhecimento e sabedoria que não votam no projeto petista e os que, por aderirem a essa candidatura são excluídos dessa condição. Por seu turno C3 manifesta esse imaginário a partir do sentido superioridade espiritual de quem tem o domínio da verdade e, com ela, pode iluminar os demais. Já em C5 o efeito de legitimidade se instaura pela ênfase do sujeito do discurso em sua pretensa neutralidade em relação aos debates políticos, que lhe asseguraria certa isenção e pureza e faria sua opinião superior à dos eleitores militantes, sobretudo por atribuir a si o lugar do cidadão consciente derivado da relação jurídica com o Estado. Quanto a C7, vemos esse efeito de superioridade na designação de “ignorantes” atribuída pelo autor do comentário àqueles que acreditam nas boas intenções do governo Lula, que estaria dissimulando a conspiração satânica para tomada do poder.

Os efeitos de sentido de legitimação, conforme apontados na análise, se inscrevem em C9 pela menção aos traços autobiográficos do sujeito eleitor: católico e quase padre. No mesmo esteio, o autor de C10 apresenta-se como ministro evangélico. Já em C15, há apenas a indicação de pertença confessional do sujeito-eleitor: “Sou CATÓLICO”, gesto que assinala, no jogo das formações imaginárias, a força que esse qualificativo confere aos seus posicionamentos. O mesmo gesto é desenvolvido em C20, porém com o acréscimo “e acredito muito em Deus”, produzindo o efeito de sentido de distinção entre pertencer a uma agremiação religiosa e ter fé. Observamos, em C16, a busca do efeito de sentido de legitimidade que se inscreve pela designação como católico e pela referência a uma liderança política associada à Igreja Católica, o que produz, para o eleitor, o efeito de evidência de estar fazendo a opção correta. Quanto a C17, o discurso do sujeito eleitor é legitimado pela sua declaração de “cristão convicto” e membro de uma confissão evangélica tradicional. Já em C24, o efeito de sentido de legitimação do discurso não se estabelece pela pertença a determinada entidade religiosa, mas por via do amor por ela nutrido: “a Igreja Católica a qual amo”, o que propicia o deslocamento de sentidos da relação jurídica para a afetiva, isto é, o sujeito, pelo efeito de sentido do amor, recebe a evidência de poder estabelecer a crítica sem pretensamente causar a ofensa.

Todavia, em C12, embora também haja a manifestação pública da fé, a legitimação se dá pela profissão e pelos efeitos de sentido de intelectualidade que provoca a diferenciação quanto à escolaridade média da população brasileira e também contrasta com o imaginário disseminado acerca da baixa escolarização dos eleitores de Lula. Esse mesmo gesto é estabelecido em C18. Já em C13 o lugar da militância operária é que credencia o sujeito do discurso para posicionar-se a respeito de sua preferência eleitoral, sobretudo pelos efeitos de proximidade que a sua condição estabelece em relação à biografia do Presidente Lula. Nesse esteio, o sujeito eleitor em C14 estabelece sua legitimidade a partir a partir de sua confissão religiosa, mas também pela sua origem geográfica, isto é, ser nordestina, elemento que a associa à imagem de sofrimento da população dessa região e intensifica os efeitos de sentido de inclusão social vinculados ao governo petista. Em C19, diferentemente dos demais comentários analisados, a profissão pública de fé produz o efeito de credenciamento para assumir uma postura progressista sobre o aborto, cujos efeitos de sentido deslocam-se do campo da moral para o da saúde pública.

Devemos registrar acerca desse processo discursivo de legitimação que, embora a internet possibilite ao sujeito o efeito de evidência de livre manifestação, de poder dizer o que quiser, ainda assim o sujeito eleitor resiste e, no uso dessa pretensa liberdade, é impelido a cercar-se da segurança de elementos que o legitimem.

Por meio da retomada das análises realizadas e das regularidades assinaladas nesses discursos, notamos que a identidade do sujeito eleitor brasileiro nas condições de produção das eleições presidenciais de 2010 se deram na tensão entre a forma-sujeito de direito e da forma-sujeito religiosa. Os discursos analisados assinalam a dominação dos sujeitos responsáveis por sua autoria pela forma-sujeito histórico do capitalismo. Por força do funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado, esses sujeitos assumem como evidência inescapável todo o ordenamento jurídico do estado burguês, cuja emergência se deu na transição do modo de produção feudal para o capitalismo. O ordenamento jurídico do Estado, determinado pelas forças do modo de produção capitalista, assume para os sujeitos da contemporaneidade o universo logicamente estabilizado a partir do qual lhes são fornecidas, pela Ideologia, as evidências dos sentidos e do sujeito.

Esse sujeito que se quer individual, resultado do processo de individuação pelo Estado, constitui-se pela necessidade de uma identidade algo que o defina como sendo ele mesmo, traços, características, posições que o distingam dos demais e ao mesmo tempo lhe faça ser reconhecido como parte das estruturas sociais de que é parte. Essa evidência de identidade, determinada pela Ideologia, é fornecida aos sujeitos pelas formações discursivas com as quais estabelece relações de identificação/desidentificação. Constituem-se, assim, os efeitos de unidade e individualidade pelos quais o sujeito sente-se livre para produzir os seus discursos.

Em se tratando dos comentários analisados, a dominação pela forma-sujeito de direito se materializa a partir da inserção dos sujeitos nos debates a respeito da campanha presidencial. Trata-se de aceitar o funcionamento dos efeitos de evidência da necessária participação do cidadão nos processos decisórios do Estado por meio do voto. São esses efeitos que impõem ao sujeito a necessidade e o dever de manifestar sua opinião a partir das condições de produção dos espaços da internet. Isso se dá pela ilusão necessária do sujeito que, dominado pelo Estado, tudo pode, inclusive manifestar-se, visto ser cumprido dos seus deveres perante essa instituição. Dessa forma, a internet fornece o aparato necessário para que o direito outorgado ao cidadão da livre manifestação do pensamento seja exercido, aparentemente, sem coerções.

Se não fosse a dominação por saberes fornecidos pela FD corresponde à forma-sujeito histórica do capitalismo, dos quais derivam a evidência de que os regimes democráticos se fazem pela participação popular e de que o voto é instrumento de transformação da sociedade, os eleitores cujos comentários foram analisados não iriam à internet debater, discordar, apoiar ou desapreciar preferidos e oponentes. É necessário que se forneça essa evidência de um sujeito liberal, autônomo, senhor de si, responsável por seus atos e corresponsável pelos rumos da nação. Faz-se ainda igualmente relevante que esse sujeito individuado pelo Estado sinta-se parte de um povo, membro de uma nação a quem cabe honrar, defender e comprometer-se com o progresso. Se lhe falta a evidência do ser brasileiro, são lhe também subtraídos os motivos que essa evidência fornece a respeito das razões do engajamento nas questões sucessórias do poder executivo federal.

Nesse movimento, o aparato tecnológico da internet vem corroborar os efeitos de evidência de liberdade e autonomia do sujeito eleitor, pois, conforme mostramos, são dissimulados os efeitos de sentido de coerção ou interdição das manifestações de opinião próprios das mídias convencionais, já que se impõe o efeito de sentido de que, na internet, não existiriam filtros de conteúdos, edições e manifestações intensificando para o sujeito a necessária ilusão de ser ele mesmo, senhor de suas ideias e responsável por suas autênticas opiniões.

Toda essa conjuntura acerca da produção discursiva dos sujeitos e dos sentidos, conforme já destacamos, deriva de uma transição na economia, da mudança nos modos de produção do feudalismo para o capitalismo e emergência de uma nova forma-sujeito histórica correspondente a nova forma de organização econômica: o sujeito de direito. Esta, ao contrário da forma que lhe sucedeu, cujas evidências de si e dos sentidos derivavam da relação com a divindade, constitui-se a partir da relação com o Estado que a domina. Entre as evidências fornecidas por essa nova dominação estaria o efeito de sentido de laicidade das situações da vida pública, isto é, a sua desvinculação dos padrões, critérios e normas

emanados da religião, visto que, nas palavras de Haroche (1992), Deus deixara de governar o mundo.

Todavia, os gestos de descrição-interpretação dos comentários desenvolvidos neste capítulo, assinalaram que algo não funcionou conforme o previsto, pois a divindade continua presente nos efeitos de sentido das manifestações dos eleitores a respeito de suas preferências eleitorais. O efeito de evidência de que o governo do mundo foi transferido do elemento divino para o Estado foi, conforme mostramos, por vias diferentes, atravessado por pré-construídos fornecidos pelo interdiscurso correspondente à formação discursiva religiosa cristã com a que se identificava o sujeito medieval.

Tal processo se explica, com base nos estudos de Michel Pêcheux, a partir da heterogeneidade constitutiva de toda formação discursiva, na qual se inscrevem saberes heterogêneos que determinam a coexistência de diferentes posições-sujeito circunscritas à mesma FD. Por assim ser, como é próprio dos rituais languageiros, a transição da forma-sujeito religioso para a forma-sujeito de direito se deu na abertura à falha, à ruptura e à resistência. Em vista disso, alguns traços dos efeitos de evidência de um mundo semanticamente normal governado pela divindade permaneceram coexistindo junto aos saberes da FD capitalista corresponde ao sujeito de direito. Em vista disso, tornou-se possível que o sujeito do discurso pudesse relacionar-se com esses saberes aparentemente estranhos a FD correspondente à forma-sujeito histórica do capitalismo, de tal forma que nos processos de formulação-constituição dos discursos, os pré-construídos do interdiscurso que caracterizavam as FDs do período medieval acabam fornecendo evidências aos sujeitos e sentidos derivados da nova forma-sujeito histórica. Por assim ser, o surgimento da forma-sujeito de direito não determina a extinção completa dos saberes da FD corresponde àquela que lhe antecedeu. Alguns de seus traços passam a ser inscrito e a se relacionar com as posições da nova FD dominante.

Por se considerar que é pela FD que se impõe ao sujeito as evidências a respeito daquilo que ele é, a heterogeneidade desta determina a complexa tessitura da constituição histórica da identidade imaginária do sujeito. Assim, entram em jogo, no processo de produção e circulação dos efeitos de sentido esses efeitos de evidência do sujeito a respeito de si, marcada pela heterogeneidade, da qual derivam as suas relações imaginárias com os possíveis interlocutores do seu discurso, do referente e das coisas do mundo em geral. Nessa dinâmica, a divindade funciona como o estranhamente familiar de que fala Pêcheux (1997a), aquele que soa estranho por estar ali, mas que, ao mesmo tempo, é alvo da identificação do sujeito.

A heterogeneidade constitutiva de toda FD é que possibilita ao sujeito do discurso mover-se entre as várias evidências por ela fornecida. A partir das condições de produção constitutivas do discurso, o bom sujeito da FD dominante oscila por outras posições indesejáveis para os efeitos de evidência próprios dessa FD. Em sua relação com o Estado

que o indivíduo, o sujeito toma posições não previstas pelo funcionamento da forma-sujeito histórica, como manifestação da resistência a esse processo, de modo que a resposta ao aparelho estatal deixa de ser plena e cega, derivando para sentidos outros, decorrentes de sua tomada de posição em relação ao sujeito da FD. A essa tomada de posição que não rompe com a os saberes circunscritos à FD, Pêcheux chamou, conforme apontado, de *contraidentificação*.

Nos comentários analisados, vemos que a *contraidentificação* não assumirá sempre os traços de rompimento brusco com a forma-sujeito que a caracteriza. Podemos apontar, assim, a sutileza desse processo, em que o sujeito do discurso move-se entre as várias posições comportadas pela FD de tal modo que algumas evidências que pareciam interditas ou postas à margem da FD dominante passam a constituir novos sentidos inesperados e até mesmo indesejados por ela. Assim, *contraidentificar-se* não implica necessariamente em rebelar-se, mas em ser afetado por outros saberes menos comuns, isto é, estranhos ao universo semanticamente estabilizado pretendido e produzido pela FD como efeito necessário. Conforme se observou em cada um dos comentários analisados, o sujeito desliza na movência das evidências a respeito de si e do sentido que a FD lhes fornece e passa a ser afetado por esses saberes estranhamente familiares, que ao mesmo tempo em que não poderiam estar ali, não teriam como deixar de estar. É nesse jogo discursivo, determinado pelas relações com a Ideologia e o inconsciente que o elemento divino, que se queria banido pelo Estado, continua a produzir sentidos nos e pelos sujeitos de direito.

Em vista do exposto, devemos perguntar pelas condições que determinam essa permanência do interdiscurso inerente a FD cristã medieval no interior daquela que a deveria ter suplantado. No caso específico da constituição dos sujeitos autores dos comentários analisados, podemos pensar e explicar essa permanência do elemento divino por cuja autoridade esses sujeitos são afetados a partir do conceito de discurso fundador. Conforme assinalamos, as relações de identificação do sujeito com determinada FD determina, historicamente, a sua identidade, na medida em que da FD emanam as evidências de quem ele seja. Por meio de ampliação desse processo, afirmamos que o que comumente se chama de identidade nacional, resulta da evidência que é fornecida ao sujeito acerca do que é ser brasileiro. Dessa maneira, o ser brasileiro e as características que lhe são inerentes são fornecidos como efeito de evidência ao sujeito com condição para a produção de seus discursos, de modo que ao iniciar cada comentário, já se encontra funcionando para o sujeito o efeito de sentido de que é óbvio que ele é brasileiro.

Por força do efeito de unicidade atribuída ao sujeito do discurso, a sua relação com o Estado será pautada por esses sentidos que se instauram antes acerca do que é ser um brasileiro. Assim, ao ser provocado a exercer as suas prerrogativas de cidadão em relação ao Estado, o sujeito o faz a partir do reconhecimento da pertença à categoria de cidadão

brasileira a quem o Estado individua, impõe deveres e outorga direitos. Para assim se constituir, ele deve identificar-se com os saberes da formação discursiva que determina o que e pode um brasileiro. Por assim ser, é preciso que a memória discursiva circunscrita a FD dominante contenha os elementos que possam produzir os efeitos de sentido acerca dos traços que caracterizam, como efeito de evidência, a identidade do brasileiro. Ao produzir seus discursos, o sujeito estabelecerá relações de identificação, contraidentificação ou desidentificação.

Em se tratando dos comentários dos eleitores aqui analisados, é preciso reconhecer que sua formulação só se torna possível ao sujeito porque a FD dominante contém em seu interior elementos referentes à forma-sujeito religiosa medieval que possibilitam a tomada de posição do sujeito do discurso que passa a ser afetado por eles. Nem sempre, conforme afirmamos, trata-se de uma rebeldia contundente, mas, conforme apontaram as análises já retomadas, por um deslizamento mais ou menos sutil que possibilita ao sujeito do discurso escapar da radicalidade da forma-sujeito histórica e relacionar-se com saberes que, embora sendo parte da mesma FD, aparecem-lhe como menos evidentes.

Por assim ser, vemos que nas evidências fornecidas ao sujeito eleitor brasileiro pela FD capitalista, correspondente à forma-sujeito de direito, nas condições de produção de das eleições presidenciais de 2010, estão saberes que lhe impõe a fé cristã, com seus ritos, preceitos e valores como parte dos efeitos de sentido de brasilidade. Dessa forma, o interdiscurso a respeito do ser brasileiro mantém no interior da FD mencionada os traços do sujeito medieval que determinam o que pode e deve ser dito pelo eleitor acerca de suas preferências eleitorais. Essas reminiscências do sujeito religioso que se inscrevem na constituição e formulação dos comentários desses sujeitos na internet e no site da candidata, mesmo quando estes se constituem pela dominação pelo sujeito de direito, são decorrentes das condições de produção da nação brasileira a partir daquilo que Orlandi (2003) designou como discurso fundador.

É o discurso fundador que, na constituição da identidade do brasileiro, decorrente de processos de identificação com a FD dominante, perturba o mundo semanticamente estabilizado do sujeito de direito e abre a possibilidade de retorno do sujeito do discurso aos saberes da forma-sujeito medieval, que nas condições de produção próprias da conjuntura sócio-histórica brasileira lhe parece como evidente, isto é, é evidente que o Brasil é um país cristão e que os sujeitos que se identificam como pertencentes a essa nação, mesmo que não se constituam como devotos, necessitam levar em conta esse traço da brasilidade. Tem-se, nesse jogo, o funcionamento do imaginário da tradição de que fala Charraudeau (2011), pois a relação com elementos religiosos afeta imaginariamente o sujeito por meio da evidência de estar sendo fiel aos mais primários e genuínos sentidos de pertença à nação. Trata-se da

produção de efeitos de evidência estabilizados, que se tornam referência da história de um país.

Por assim ser, a cruz de Cristo ostentada nas velas das naus portuguesas e elevada na celebração da primeira missa, quatro dias após o desembarque de Pedro Álvares Cabral em terras tupiniquins estabeleceu sítios de significância (Orlandi, 2003) que foram sendo ditos, reformulados e deslocados ao longo de mais de cinco séculos e que construíram, conforme se tem insistido, a partir de uma relação de dominação e apagamento de perspectivas religiosas não cristãs, o efeito de evidência de que ser brasileiro é estabelecer relações com o discurso religioso cristão. Por meio desse processo, o Brasil que, em termos historiográficos, não teve Idade Média, recebeu de Portugal os saberes referentes à forma-sujeito religiosa, que desembarcou das caravelas de Cabral materializado em todos os rituais de posse e dominação que se desenvolveram desde 22 de abril de 1500 e passou a constituir os saberes que determinam o que é ser brasileiro, quais são os atributos que identificam esta nação, hoje pretensamente laica, cujo primeiro nome foi Terra de Santa Cruz.

Conforme define Orlandi (2003), são nas falhas constitutivas do ritual da linguagem que o discurso fundador se instala. A partir de retalhos, das reminiscências do ritual já existente é que o novo se instala. Em vistas desses retalhos, estabelece-se o efeito de familiaridade e evidência. É por essa via que, na conjuntura eleitoral de 2010, pareceu natural que os elementos religiosos pudessem justificar as escolhas eleitorais, pois a cristianismo funciona, para a identidade do brasileiro, como esse já lá impossível de ser outro, sem o qual ele não pode definir-se como integrante da nação. Nesse movimento, ao individuar o sujeito, o Estado, embora o domine, não tem condições de apagar os vestígios do sujeito medieval cujas evidências foram impostas no processo de colonização e passaram a constituir o imaginário acerca dos efeitos de evidência do ser brasileiro.

Em vista disso, há condições para afirmarmos que na conjuntura eleitoral, sobretudo em 2010, quando não havia a possibilidade de reeleição e a possibilidade, por efeito de evidência, da emergência do novo, quer fosse o candidato que já havia disputado outras eleições, a nova candidata do mesmo partido, ou a candidata dissidente do partido dominante, o sujeito da enunciação encontrou na FD correspondente à forma-sujeito histórica os saberes que impuseram os atributos religiosos como necessários ao candidato produto a ser destinado o seu voto. Não considerar as posturas do candidato em relação à religião seria negar um traço importante do imaginário a respeito da identidade nacional.

Nesse movimento, as condições de produção do discurso de cada eleitor vão determinar a forma como ele se relaciona com esse aspecto relevante acerca dos efeitos de sentido do ser brasileiro, de modo que os efeitos de sentidos decorrentes da contraidentificação do sujeito com os saberes da formação discursiva sejam lhes apresentados como novos e naturalmente inevitáveis. Assim, em cada discurso, no nível do

pré-consciente, o sujeito eleitor seleciona com aparente liberdade os elementos da FD que constituirão o seu comentário.

É por conta desse movimento de sentidos que os elementos religiosos, retalhos da forma-sujeito medieval que constituem o discurso fundador acerca da nação brasileira, não retornam de forma idêntica ao daquele período, mas o faz funcionar a partir de deslocamento dos efeitos de sentido estabilizados. Nessa perspectiva, há que se considerar que se tratam de comentários produzidos sob as condições sócio-políticas, econômicas e religiosas do sistema capitalista, cuja forma-sujeito domina o sujeito da enunciação. Por assim ser, prevalecem as evidências fornecidas pela Ideologia dominante acerca do sujeito e dos sentidos, de modo que a evocação de figuras, elementos ou conceitos religiosos se dá já a partir das evidências do sistema capitalista, uma vez que o relacionamento primordial se dá com o Estado. Basicamente, os retalhos do sujeito medieval inscreveram suas formulações a partir de duas posições: a conservadora ou devota e a progressista.

A posição sujeito devoto da FD religiosa se manifesta principalmente nas relações interdiscursivas acerca da ação do demônio do combate espiritual derivado do imaginário da Idade Média que preconizava um mundo dividido entre o bem e mal, assinalado pela disputa entre o divino e o demoníaco. A reminiscência desses saberes na FD dominante corresponde à forma-sujeito histórica do capitalismo com que o sujeito eleitor se identifica inscreve-se no fio intradiscursivo pela ameaça diabólica que rondava o pleito presidencial, sobretudo quando às questões morais, como se nota em C1 (Dilma como anti-cristã e a imposição ao eleitor, pelo imaginário, do cumprimento dos deveres religiosos na instância civil), C2 (conspiração satanista para tomada do território e do Estado Brasileiro), C3 (Dilma como vaca satanista, ofensiva ao povo cristão), C4 (Dilma desafiou Jesus Cristo), C5 (conservação da tradição católica do país), C7 (futuro governo de Dilma como concretização de um plano diabólico iniciado na gestão de Lula), C10 (opositores de Dilma comparados a Judas, influenciados pelo ente demoníaco), C11 (eleitora que se denomina consciente, mas que espera de Deus a indicação do melhor candidato), C15 (voto determinado pelo mandamento de não levantar falso testemunho), C16 (voto em Dilma apesar da mentira e da posição de lideranças religiosas).

Esses discursos, conforme apontamos nas análises, constituem-se não pela mera recitação dos elementos advindos da memória discursiva do cristianismo medieval, assinalado pela luta entre o bem e o mal, mas, afetados pelas condições de produção, abrem aos deslocamentos e à emergência do novo. Desse modo, as reminiscências do discurso medieval, que constituem o imaginário sobre a identidade do povo brasileiro como discurso fundador, são afetados pelas práticas religiosas do Brasil contemporâneo, sobretudo pelos movimentos neopentecostais evangélicos e católicos que trouxeram de volta às igrejas as pregações e rituais sobre o elemento demoníaco e o inseriram nos canais de televisão. Nesse

processo, conforme destaca Mariano (2003), o ente diabólico funciona a partir de sua possibilidade de ação direta no mundo, de modo que os processos eleitorais, os acessos a cargos eletivos na esfera política tornam-se vias pelas quais seus projetos anticristãos podem se estabelecer.

Em vista disso, além de, conforme já insistimos, o voto tornar-se instrumento sobrenatural, todo o funcionamento do aparelho estatal torna-se instância de combate contra o mal. Fato esse que deve ser considerado a partir do domínio do sujeito do discurso pela forma-sujeito de direito, por quem são fornecidos os efeitos de evidência a respeito do ordenamento jurídico que determina a presença do sujeito no mundo, por efeito da Ideologia, de tal modo que, sendo-lhe evidente o funcionamento do Estado burguês, esses retalhos do discurso medieval, que o afetam pela via do discurso fundador, fundem-se a esse mundo semanticamente estabilizado e assumem novo funcionamento. Uma das marcas disso no fio intradiscursivo é o apagamento das formas tradicionais de combate eleitoral. Apaga-se para esses sujeitos o funcionamento das formas tradicionais de combate ao mal, tais como a oração, o jejum e os exorcismos, de modo que as ações dos eleitores, pela militância e pelo voto, passam a ocupar esses lugares.

Ademais, devemos ainda considerar que a midiatização das práticas religiosas neopentecostais, que colocaram o combate às forças do mal para a tela da televisão, acarretam a sua espetacularização, uma vez que é próprio da instância midiática, na sociedade capitalista, transformar em espetáculo tudo o que capta, conforme preconiza Rubim (2004). O mesmo autor recorda também que na relação entre política e religião está a origem do espetáculo, anterior à mídia. Em vista desses elementos, podemos afirmar que as cenas televisivas de pretensos exorcismos e os discursos que os acompanham elevam ao nível do espetáculo os rituais desenvolvidos no interior dos templos e afetam constitutivamente o imaginário dos eleitores, fieis ou não, a respeito da presença e ação do mal no mundo de tal forma que esse mesmo processo de espetacularização do ente diabólico se materialize na formulação dos comentários dos eleitores, ou seja, podem transferir-se e deslocar-se os efeitos de sentido que circulam na mídia para discussão acerca das preferências eleitorais. Dessa forma, ao produzir seus comentários acerca dos embustes demoníacos em torno das eleições presidenciais de que trata este trabalho, o sujeito eleitor o faz a partir dos pré-construídos do terror decorrentes desses espetáculos. Ademais, o fato de estar produzindo discursos na internet faz com que esse espetáculo seja intensificado, uma vez que o desejo/necessidade de visibilidade é elemento constitutivo dessa instância imposto aos sujeitos-autores. Como decorrência desse processo, a posição devota com que se relaciona o sujeito do discurso, no interior da FD dominante, impõe ao eleitor os efeitos de sentido de medo e ameaça em relação ao sobrenatural como critério para a definição do seu voto no processo de escolha do Presidente da República, em 2010.

Já a posição progressista, antagônica em relação ao devocionismo do sujeito medieval, tem em comum com esta o imaginário de que Deus governa o mundo. Contudo, esse governo se dá pela intervenção humana junto às esferas governamentais e se efetiva por meio de políticas públicas voltadas para os empobrecidos. Esses efeitos de sentidos encontram-se marcados em C3 (desejo de um candidato cristã que pense nos pobres), C6 (uso dos escassos recursos públicos para financiar ações contrárias à moral cristã), C8 (Sensibilidade e firmeza de Dilma como garantia de justiça social), C9 (vida melhor para os mais pobres), C13 (voto motivado pelo bom trabalho realizado por Lula), C14 (desejo cristã de crescimento para todo o território nacional), C17 (preponderância das mudanças promovidas por Lula em relação às mentiras e bobagens ditas por líderes religiosos), C18 (reação às mentiras cuja origem é o elemento satânico), C19 (manter a convicção religiosa sem se fechar ao debate acerca dos temas interditados pela moral, defesa do projeto de país desenvolvido por Lula), C20 (ênfase nas questões sociais para além daquelas que envolvem os problemas morais), C21 (opção pelas mudanças, apenas da divisão causada entre os fieis das várias igrejas), C22 (justiça social como condição para a prática da verdadeira religião, livre de hipocrisias e fundamentalismos), C23 (referendo da autoridade religiosa e recusa ao Brasil do passado), C24 (incoerência da hierarquia católica em relação a governantes que promovem a vida plena para todos).

Vemos, a partir das análises desenvolvidas, que o pré-construído de que Deus governa o mundo, ainda presente pela via do discurso fundador na formação discursiva correspondente à forma-sujeito de direito, funciona de modo diverso para a posição-sujeito progressista. Os efeitos de sentido desse governo divino são atenuados pelos pré-construídos relacionados à chamada Teologia da Libertação, expressão religiosa já referida neste trabalho com grande penetração no Brasil nos anos 70 e 80 e ao posicionamento da hierarquia da Igreja Católica, sobretudo na América Latina e Caribe, acerca da opção preferencial pelos pobres, bem como de uma leitura progressista, com ênfase no conceito de justiça social, de que o Cristo seria paradigma, tanto em âmbito católico como, com menor intensidade, nas igrejas evangélicas. Por funcionarem a partir do efeito de evidência de que a ação divina no mundo se dá por meio do trabalho humano, do engajamento dos fieis na superação das injustiças geradas pelo capitalismo, suas formulações sustentam-se a partir do pré-construído de que a fidelidade aos propósitos divinos, a submissão à sua vontade se materializa na promoção da justiça social, identificada com a noção de vida plena para todos constante dos textos dos evangelhos bíblicos.

Tal pré-construído, abarcado na heterogeneidade constitutiva da FD capitalista, associa-se ao efeito de evidência de autonomia do sujeito de direito. Coexiste assim, na constituição do sujeito do discurso, a tensão entre as duas evidências: Deus não deixou de governar o mundo, de modo ser necessário submeter-se a ele, porém o Estado lhe confere

autonomia, mediante o cumprimento dos deveres que o processo de individuação lhe impõe. Nesse movimento de sentidos, o sujeito reconhece o governo da divindade, mas nem sempre considera as instituições eclesíásticas que para ele deixam de funcionar, pelo menos quanto à política, sob o efeito de sentido de incontestável infalibilidade. Embora suas formulações materializem no fio intradiscursivo a fé na divindade e, em certos casos, o amor às instituições eclesíásticas, como decorrência dos traços identitários decorrentes do discurso fundador, o efeito de evidência de autonomia conferida pela forma-sujeito de direito, desloca essa relação e autoriza-lhe a contrapor-se aos líderes religiosos cujos discursos contrapõem-se àquilo que seria a vontade divina.

Tanto em se tratando da posição-sujeito devota, quanto da posição-sujeito progressista, devemos ter em vista quem ambas se relacionam à forma-sujeito de histórica do capitalismo – o sujeito de direito – e são determinados pelas evidências fornecidas pela Ideologia e pelas ideologias que constituem os aparelhos dessa forma de organização da sociedade a partir da economia. Por assim ser, mesmo com movimento de contraidentificação, em que o sujeito é afetado por saberes familiarmente estranhos à FD que o domina, o sujeito do discurso funciona a partir das evidências do liberalismo que lhe fornece o Estado burguês, a partir dos efeitos de sentido de individualismo que impõem a cada cidadão individuado pelo Estado o domínio, o controle e a responsabilidade de si e, ao mesmo tempo, concede-lhe a ilusão de autonomia, isto é, o cumprimento dos deveres faz dele um sujeito todo poderoso, dotado de autonomia, já que o domínio pelo Estado lhe é apagado como evidência primeira.

Esse processo no nível da constituição, por via do discurso fundador acerca da identidade cristã do povo brasileiro, que lhes impõe o efeito de evidência de que o Brasil é um país de povo cristão, temente a Deus, estabelece para os sujeitos eleitores a tensão entre a onipotência divina medieval e onipotência do sujeito de direito. Pela análise dos comentários selecionados, em que se observou que a identificação com a formação discursiva capitalista não se rompe, isto é, os eleitores analisados configuram-se como bons sujeitos da FD dominante, podemos afirmar que, não sem incômodo inconsciente, tanto para a posição devota, quanto para posição progressista, o sujeito onipotente sobrepõe-se à divindade. Este, embora não negado, torna-se fonte dos efeitos de evidência dos argumentos que justificam ações humanas, que são determinadas pelo funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado, dentre eles a religião.

Em vista disso, afirmamos que as reminiscências do domínio divino que permeiam a FD capitalista não apenas a compõem em sua heterogeneidade, mas também foram por ela cooptados e deslocados, de modo que passaram a funcionar em seu interior a partir da lógica capitalista. Uma vez que, para Pêcheux (1997a), o discurso contém em seu interior, de forma constitutivamente contraditória as condições de sua reprodução e transformação, e que as

formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas, a posição que o sujeito assume em relação à luta de classes, posições já determinadas e possibilitadas pelas formações sociais correspondentes, determina a maneira como o ente divino e os elementos religiosos dele derivados sejam instrumentalizados em favor da conservação ou transformação das relações de classe. Por assim ser, os efeitos de evidência necessários a assunção de posições conversadoras ou progressistas, no caso dos eleitores brasileiros, por força do discurso fundador, advêm também dessa apropriação do ente divino a quem se atribuiu castigo, ameaça, punição ou a benevolência de quem deseja vida em abundância para suas criaturas.

Nessa dinâmica, as lutas espirituais, a ameaça demoníaca, a defesa da moral derivada da lei divina, a defesa da verdade, da fé e da justiça a partir dos critérios cristãos são evidências fornecidas ao sujeito, decorrentes de posições possíveis a partir das relações de classe que lhe são apagadas. Podemos, por conseguinte, afirmar que o efeito de evidência da força divina na condução do mundo, herdada da forma-sujeito medieval, produz o efeito de sentido de que a conservação-transformação da sociedade capitalista, em função da identidade cristã do povo brasileiro, será resultado ou, ao menos, terá a confirmação do elemento divino, cujo funcionamento, contrariando o efeito de evidente onipotência, decorre da sensação de autonomia do sujeito que se serve desses saberes para cumprir o já-lá do seu assujeitamento.

Nessa conjuntura, precisamos ainda considerar que a recorrência aos elementos religiosos para a definição do voto dos eleitores em 2010 decorre do imaginário negativo anteriormente constituído acerca dos partidos de esquerda construído no Brasil, conforme aponta Mariani (1996, p. 231):

Se no início do século, o lugar do outro como inimigo é ocupado indiferentemente por anarquistas e/ou comunistas, se entre a década de 30 e os anos 60, o comunismo é o único representante desse “posto”, se nos anos 70, só há espaço para terroristas e subversivos, a partir dos anos 80, com a volta do pluripartidarismo, essas imagens começam a migrar e a se generalizar para as “esquerdas”.

O Partido dos Trabalhadores é inserido, assim, no bojo das esquerdas que devem ser temidas. Conforme mostramos no levantamento das condições de produção, esse imaginário sobre o comunismo, simbolizado, entre outros elementos, pela bandeira vermelha foi um dos fatores que concorreram para a rejeição de Lula em suas tentativas de eleger-se Presidente da República antes de 2002. Em função disso, mesmo após o primeiro mandato de Lula foram se construindo, cristalizando e deslocando sentidos que faziam menção aos perigos da assunção do poder pelo PT ou por sua possível manutenção no poder. A esse respeito, devemos considerar que em 2010 ocorria a primeira eleição sem Lula na disputa e,

por ser considerada uma desconhecida, não deter o mesmo carisma do antecessor, a derrota de Dilma consistiria na derrota do inimigo que ronda e ameaça. Nesse movimento de sentidos, como em pleitos anteriores, fazia-se necessária a emergência de efeitos de sentido acerca dos partidos de esquerda que justifiquem a sua rejeição. Em 2010, conforme se tem assinalado, a religião serviu, de modo mais intenso, a esses fins.

Mariani (1996), a partir de análise de jornais brasileiros, desde a fundação do Partido Comunista, em março de 1922, até a realização das primeiras eleições diretas para Presidente da República após o período ditatorial instaurado com o golpe de 1964, em 1989, relaciona o anticomunismo como elemento constitutivo da identidade nacional, isto é, ser comunista tornou-se um efeito de sentido interdito para os sujeitos que se queiram ser reconhecidos como brasileiros:

Ao mesmo tempo, o comunismo foi o sentido necessariamente negado para que mais se pudesse afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus diferentes mitos invocados pela imprensa: a cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família etc. A imprensa, desta forma, contribui na construção de uma “verdade local” (os mitos da brasilidade) invocando um inimigo universal, nomeado comunismo (em conjunto com todas as demais denominações que levantamos em nosso corpus). Definir o outro-comunista (quer genérico, quer localizado “concretamente” nos russos, quer “infiltrado” no Brasil) através da posição do “eu mesmo brasileiro” possibilita, então, a reafirmação da identidade nacional. (MARIANI, 1996, p. 242)

Vemos, pelas conclusões da pesquisadora, que na chamada identidade nacional o mito da religiosidade e da moral e dos bons costumes constituem-se como traços inescapáveis para os efeitos de sentido de brasilidade. Em face disso, podemos dizer que a produção, em 2010, dos comentários analisados, é constitutivamente atravessada por esse duplo efeito de evidência acerca da brasilidade: a religiosidade (com sua moral) e o anticomunismo. Em vista disso, para o sujeito do discurso, passa a funcionar o pré-construído de que o comunismo, cujos efeitos de sentido foram transferidos para o PT e demais partidos de esquerda, contraria o que imaginariamente se tem como ser brasileiro e, além disso, desagrade a Deus, o que fere o efeito de evidência acerca da religiosidade dos brasileiros. A partir desse duplo efeito é irã se inscrever no fio intradiscursivo, as ameaças e temores associados à representante da esquerda que pleiteava o mais alto cargo do Poder Executivo nacional. Dessa forma, o combate espiritual contra as forças espirituais do mal cujos efeitos de sentido permeiam os comentários analisados e os transfere para o mundo da política, decorre também do combate contra a ameaça comunista, agora deslocada para o PT, o mal que rondava o imaginário cristão do ser brasileiro.

A partir dos gestos de descrição-interpretação empreendidos neste capítulo e das considerações, discussões e generalizações deles decorrentes, podemos afirmar,

sinteticamente, como resposta à pergunta que norteou estas análises que os efeitos de sentido do discurso dos eleitores a respeito de suas escolhas eleitorais, nas postagens em comunidades do *Orkut* e no site da candidata Dilma Roussef, no pleito presidencial de 2010, estabelecem-se a partir da tensão entre a forma-sujeito histórica do capitalismo – o sujeito de direito – e os efeitos de evidência por ele imposta e as reminiscências da forma-sujeito religiosa medieval.

Nesse movimento, o sujeito do discurso identifica-se com a formação discursiva correspondente à forma-sujeito de direito e dos saberes a ela circunscritos, advindos do interdiscurso, recebe os efeitos de evidência a respeito de si e do sentido, bem como a respeito do funcionamento das instituições e do ordenamento jurídico do Estado burguês. Contudo, o mundo semanticamente normal derivado dessas evidências é perturbado pelos retalhos do sujeito religioso que presentificam os retalhos dos efeitos de sentido acerca de um mundo governado por Deus. Nessa dinâmica, ocorre um processo de contraidentificação, isto é, afetado pelos saberes estranhamente familiares à FD dominante, o sujeito do discurso distancia-se das evidências da forma-sujeito de direito e é afetado pelas evidências remanescentes do sujeito medieval que são parte pela mesma FD. Essa contraidentificação não se caracteriza por movimentos bruscos, por uma tomada de posição rebelde, mas por movimentos sutis de afastamento em que algumas evidências fornecidas pelo sujeito de direito deixam de determinar o sujeito do discurso que passa a relacionar-se com os saberes. Por não haver rompimento total, mas movimentos de identificação no interior da mesma FD, não se pode falar em desidentificação, mas apenas contraidentificação.

Os procedimentos de análise discursiva realizados sobre o material selecionado apontam que o discurso fundador acerca do cristianismo como traço fundante da identidade nacional do brasileiro permeia a formação discursiva de modo que os retalhos do sujeito medieval cuja religiosidade foi fornecida pelos discursos e rituais dos colonizadores são nelas inscritos por meio do interdiscurso. Dessa forma, a FD passa a fornecer ao sujeito do discurso as evidências decorrentes do imaginário de que o ser cristão é parte indissociável do gesto de reconhecer-se como brasileiro a partir do efeito de evidente naturalidade, pela ignorância das causas que o determinam. Por assim ser, nos momentos de definições importantes do futuro da nação, a tradição cristã e a observância de seus prefeitos, como decorrência da relação com o discurso fundador que instaura previamente esses sentidos, parece ao sujeito como o evidente inevitável acerca das características do país que se almeja, isto é, um Brasil que permaneça cristão. Esse efeito de evidência é que determinará as tomadas de posição do sujeito do discurso, no nível pré-consciente, de modo que os elementos religiosos venham a permear as suas formulações.

No processo de constituição-formulação dos comentários de eleitores analisados, a instância midiática, especificamente a internet, onde esses discursos circularam, acentua o

efeito de autonomia que a forma-sujeito de direito fornece ao sujeito do discurso. As plataformas eletrônicas virtuais funcionam para o sujeito como espaços da liberdade ilimitada, desprovido de qualquer coerção, o que lhe possibilita o efeito de evidência de poder dizer o que quer, fato que não seria possível nas mídias tradicionais reconhecidas pelos efeitos de sentido de seletividade na concessão da palavra e nos conteúdos publicados. Em vista disso, o sujeito do discurso ao formular suas postagens o faz revestido desse efeito de onipotência, tanto quanto à forma quanto ao conteúdo, de modo que buscam o efeito de contundência de suas formulações, geralmente de cunho radical, extremista ou fundamentalista e, geralmente, sem manifestar preocupação com o atendimento à norma-padrão da língua portuguesa. Ademais, como característica constitutiva das práticas midiáticas, esses comentários são também afetados pelo funcionamento espetacularizado, uma vez que na vastidão dos comentários em circulação no período analisado, impõe-se ao sujeito a necessidade de singularizar-se e ser visto.

## 6 CONCLUSÃO

A presença exacerbada dos elementos religiosos no pleito presidencial de 2010 situa-se no cerne do incômodo que originou esta pesquisa. Ainda durante o desenrolar da campanha eleitoral, a presença intensa da temática nas conversas sobre política, visibilidade conferida pela mídia tradicional e pela internet, bem como as diversas mensagens eletrônicas recebidas ao longo do processo, impuseram a necessidade de se desenvolver um olhar mais aprofundado e sistematizado a respeito da intensificação, naquele momento, de uma mistura já cristalizada no funcionamento da sociedade brasileira: a relação entre mídia e política. Assim, este trabalho é resultado desse itinerário de busca de possíveis (in)compreensões a respeito do que emergia como aparentemente novo e inédito até então.

Em vista disso, buscamos conhecer os discursos daqueles que, por efeito de evidência, teriam o poder de decidir o pleito: os eleitores. Fazia-se, assim, necessário coletar as suas versões a respeito do tema, as manifestações verbais que se ocupassem dos motivos de adesão ou rejeição aos candidatos, sobretudo aqueles em que a justificativa presentificasse os elementos religiosos. A internet foi considerada o espaço adequado para se mergulhar nessa rede de formulações, principalmente pelo efeito de evidência de livre acesso que produz para a instância cidadã, isto é, os novos espaços da rede permitiriam o pronunciamento dos ditos cidadãos comuns a quem a mídia tradicional interditaría. Dessa forma, entre os vários espaços virtuais, as incursões da pesquisa ativeram-se ao site de relacionamentos *Orkut* e o site da candidata Dilma Rousseff (PT), devido à grande presença de eleitores nesses espaços. Embora, no decorrer da pesquisa, o primeiro espaço tenha cessado suas atividades, situação que precisou ser assimilada pelo percurso da pesquisa, não se pode contestar que, no momento eleitoral era esse espaço virtual que congregava os eleitores de diversas tendências que se propunham a manifestar seus posicionamentos políticos.

Em vista disso, por considerar o político como constitutivo dos rituais da linguagem, a Análise de Discurso de linha francesa forneceu as balizas teóricas para o itinerário percorrido de (in)compreensão dos fatos relacionados ao incômodo já mencionado. Foi com base nas ousadas proposições de Michel Pêcheux e seus seguidores brasileiros que estabeleceu o instrumental com que se abordou o material selecionado para análise. Mesmo quando se recorreu complementarmente a estudos com outras bases epistemológicas, foram os conceitos pecheuxianos que embasaram a sua presença no trabalho.

Ao se cotejar o alcance dos objetivos propostos no início do trabalho, podemos afirmar que o objetivo geral de analisar, a partir dos processos de identificação, o

funcionamento do discurso religioso cristão na formação e circulação dos discursos dos eleitores brasileiros a respeito da escolha de seus candidatos, na internet, nas eleições de 2010, foi plenamente alcançado, uma vez que foram descritos-interpretados vinte e quatro comentários de eleitores acerca de suas preferências no pleito mencionado e se observou que os elementos religiosos funcionam a partir da sua relação imaginária com os traços identitários do cidadão brasileiro, que impõem ao eleitor, conforme afirmamos, o dever de considerá-los em tudo o que se refere aos rumos da nação. Esses traços imaginários vinculam-se a saberes conferidos pelo interdiscurso à formação discursiva capitalista com que o sujeito eleitor se identifica e provocam a sua contraidentificação com o sujeito de direito e o seu retorno aos efeitos de sentido derivadas da forma-sujeito medieval.

No que tange ao objetivo específico de descrever-interpretar o percurso epistemológico da constituição da Análise de discurso e de suas formulações basilares, como forma de compreender o conceito discursivo de identidade com referência aos processos sócio-históricos e ideológicos de constituição dos sujeitos e dos sentidos e em relação com a categoria de discurso fundador, de modo a estabelecer referenciais consistentes para a análise proposta, o seu alcance se materializa na sistematização dos elementos teóricos que balizam a pesquisa e que apontaram para premissas acerca de um sujeito constituído a partir da interpelação ideológica que lhe fornece evidências a respeito de si e do sentido e que determinam o funcionamento, para si, de um mundo semanticamente estabilizado em que as coisas ilusoriamente não poderiam ser de outra forma. O relacionamento do sujeito com essas evidências fornecidas pela formação discursiva corresponde à determinada forma-sujeito histórica se dá por meio de processos de identificação, contraidentificação e desidentificação. Tratam-se de relações constitutivamente contraditórias e heterogêneas que abarcam saberes advindos do interdiscurso e que determinaram a construção da identidade do sujeito por meio da história e do imaginário, que dirão ao sujeito, como evidência primeira, quem ele é e como deve ler o mundo que o cerca, ou seja, os traços de sua identidade.

Quanto à pretensão de caracterizar-analisar o funcionamento das instâncias política e midiática, no âmbito da chamada política midiaticizada, dos seus primórdios ao advento do uso da internet em campanhas eleitorais, bem como discutir as vias destinadas à manifestação do eleitor, sobretudo as redes sociais e sites de relacionamento, particularmente o *Orkut*, como locais de estabelecimento de relações de sentido entre os sujeitos eleitores brasileiros e o processo de escolha do(a) Presidente da República, seu alcance se configura pelas considerações de que o entrelaçamento entre mídia e política interfere no funcionamento de ambos os campos na medida em que, sob o domínio do poder econômico, torna visíveis e susceptíveis ao espetáculo os atos que envolvem a disputa pelos espaços governamentais de exercício do poder. Podemos também aferir teoricamente que, para além de oferecer dispositivos técnicos, a mídia impõe novos sentidos ao fazer político. Dessa forma,

a determinação do econômico sobre o político, implica, para o candidato, a sua transformação em produto a ser consumido, o que lhe impõe o dever assumir a aparência de ser dotado dos predicativos esperados pelo eleitor-consumidor. Observamos também que, nessa condição, o sujeito político deve buscar efeitos de sentido de individualização e de singularização a partir de evidências que lhe digam ser ele o candidato (e não outro) e o façam parecer igualmente singularizado aos olhos do eleitor. Reciprocamente, o eleitor, pelo paradigma da individualização, quer ser reconhecido em sua singularidade, distinto da grande massa de cidadãos. Este, sob o efeito de evidência do paradigma individualista e, sobretudo, da autonomia conferida pela sua individuação pelo Estado, a sua presença na internet, funciona a partir dos efeitos de sentido de tudo poder dizer, inclusive aquilo que os padrões de convivência social lhe interditam. Esse trabalho com os efeitos de evidência pelos quais a mídia se reconhece postos em relação com a esfera política contribuiu, assim, para a definição do quadro das condições de produção que envolvem os discursos analisados no trabalho, visto que, por via do imaginário, esses efeitos atravessam a formulação das manifestações verbais dos eleitores nas condições de produção da campanha.

Entendemos que tais considerações decorrentes do percurso teórico relacionado ao objetivo proposto contribuíram para o aprofundamento dos estudos discursivos sobre os debates político-eleitorais disseminados nos espaços virtuais, uma vez que apresenta os efeitos de evidência de como essa área se compreende internamente, bem como as coerções imperceptíveis ao sujeito quanto ao que pode e deve ser dito nessa esfera. Esses elementos tornam-se, assim, ponto de deriva e deslocamento para o aprofundamento teórico-metodológico a respeito da produção e circulação de discursos nessa esfera.

Quanto à busca de se apresentar o percurso discursivo da constituição das relações entre religião e política no Brasil, bem como seus principais desdobramentos na conjuntura eleitoral brasileira, nas eleições presidenciais de 2010, a fim de delinear as relações entre essas condições de produção e a delimitação de um discurso fundador da identidade do cidadão-eleitor brasileiro, o percurso para alcançá-lo envolveu a descrição-interpretação da historicidade da relação entre religião e política na especificidade da constituição da nação brasileira. Os levantamentos apontaram que, desde a chegada do colonizador português sob as bênçãos da cruz de Cristo, passando pelo levantamento do altar da primeira missa, percorrendo os momentos decisivos da chamada história oficial, sendo ou não a religião oficial, foi possível notar o atravessamento dos elementos religiosos no dizer e no fazer da política nacional. Esse percurso possibilitou falar da presença do discurso fundador cristão como um fio que alinhava todo o conjunto dos discursos que atinge o imaginário dos cidadãos brasileiros que queiram ser identificados como tais, independente de professarem ou não a fé ou a pertença a alguma instituição eclesiástica. Assinalou que mesmo lhe sendo contrários

ou indiferentes em termos dos efeitos de evidência de suas convicções pessoais, os sujeitos individuados pelo Estado não se encontram imunes a esse traço constitutivo do ser brasileiro.

No que se refere à ambição de analisar o funcionamento dos elementos religiosos nos discursos que tematizam os critérios de escolha dos candidatos à Presidência da República nos fóruns das comunidades do *Orkut* e nas seções de comentários dos sites dos candidatos, com vistas ao estabelecimento de relações entre esses discursos e a sua constitutividade com os elementos que caracterizam a identidade nacional do povo brasileiro, a partir da noção de discurso fundador, o seu alcance se afere pela análise de vinte e quatro comentários com ancoragem nos elementos teóricos mencionados, a qual sinalizou que a força dos elementos religiosos na definição das preferências eleitorais dos sujeitos-eleitores se dá pela sua identificação com a forma-histórica do sujeito capitalista. Contudo, essa identificação não é total, pois a FD que lhe é correspondente fornece elementos remanescentes da forma-sujeito medieval que envolvem os efeitos de evidência de que o mundo é governado pela divindade. Tratam-se de elementos instaurados pelo discurso fundador que, conforme apontado, constituem o imaginário acerca da identidade nacional. Dessa forma, ao atribuir a si a posição de brasileiro e ao identificar-se com o dever de, por meio do voto, construir o futuro do país, o sujeito do discurso é movido a posicionar-se quanto à religiosidade que caracteriza a nação.

Em vista desses elementos ao se oferecer uma resposta à pergunta que norteou a presente pesquisa, podemos afirmar, com base no percurso teórico-metodológico e nos gestos de descrição-interpretação empreendidos neste trabalho que o fato de os elementos religiosos determinarem a formulação dos discursos e práticas políticas eleitorais em um país pretensamente laico e em uma conjuntura em que cresce o número de pessoas que se declaram sem religião se explica pelo funcionamento da religiosidade como traço da chamada identidade nacional, isto é, ser cidadão de um país cristão é uma evidência associada ao imaginário de brasilidade. Esses efeitos de sentido de pertença ao cristianismo são decorrentes do processo histórico de construção da nação brasileira em que a cruz do Cristo chegou a estas terras junto com o colonizador, cujo primeiro empreendimento foi erigir um altar para a celebração do rito eucarístico católico. Dessa forma, assim como a língua, a religião foi sendo imposta aos habitantes da primeiramente chamada Terra de Santa Cruz e se incrustou nos movimentos políticos da nação, inclusive naqueles que contestavam a ordem estabelecida, de modo que todo ato envolvendo a decisão dos rumos da nação acaba por perpassar os efeitos de sentido de religiosidade cristã associadas à brasilidade.

Em termos discursivos, esse efeito de evidência de que a divindade governa o mundo configura-se como reminiscência do sujeito medieval em sua transição para a forma-sujeito de direito própria do capitalismo que, por via do interdiscurso, permaneceu inscrita na FD dominante. Desse modo, mesmo ao se identificar com o sujeito de direito, o sujeito do discurso

encontra nessa FD os elementos que lhe permitem dizer e dizer-se a partir do imaginário de cristandade que o identifica como brasileiro. Conforme mostraram as análises, não se trata, contudo, da recitação dos discursos medievais nem na permanência dos discursos dos colonizadores, mas de retalhos desses dizeres que o discurso fundador conserva e que, inscritos na FD, fornecem evidências ao sujeito para o retorno à religiosidade de que parecia ter se livrado na transição do modo de produção feudal para o capitalismo. Esse retorno, conforme mostramos, sofre as coerções impostas pelas condições de produção do discurso, para as quais concorrem as formações imaginárias, de modo que, no caso do pleito analisado, foram afetadas pelos rituais dos movimentos neopentecostais, bem como pelas tendências progressistas, que deslocam os efeitos de sentido a respeito da vontade divina acerca das eleições conforme as posições que essas vertentes instauram no interior do discurso.

Desse modo, em 2010, as incertezas a respeito da sucessão de Lula, associadas a uma memória negativa a respeito dos partidos de esquerda que, conforme aponta Mariani (1996), desde a restauração da democracia após o período ditatorial decorrente do golpe de 1964 passou a funcionar a partir de efeitos de sentido de um mal a ser combatido que foram acentuadas pelas polêmicas em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, provocaram o retorno do sujeito ao elemento que, por sua onipotência, poderia conferir-lhes a evidência da certeza da melhor escolha: o ente divino. Este não corresponde, já insistimos, ao elemento sobrenatural e inacessível relativo aos efeitos de evidência do discurso religioso, mas a uma imagem imposta ao sujeito pela Ideologia dominante a partir da sua própria constituição. Esse sujeito, dotado de autonomia em relação ao Estado que o domina, pode, inclusive, sob certos sentidos, manipular a divindade a partir das determinações ideológicas que o afetam, de modo que a vontade divina se configure como vontade ideológica definida a partir da evidência do sujeito e do sentido.

Em vista disso, a laicidade do Estado burguês, na conjuntura brasileira, é suplantada pelo atravessamento do cristianismo como discurso fundador, de modo que, a despeito dos elementos jurídicos, há algo que fala pela via do imaginário e do inconsciente junto aos cidadãos brasileiros e fornece-lhes a evidência de que os elementos religiosos cristãos não podem ser desmerecidos na definição dos rumos da nação. A constituição do sujeito de direito no Brasil, portanto, deu-se na permeabilidade do religioso naquilo que se pretendia laico, impedindo qualquer forma de blindagem. Esse processo afeta inclusive os que não têm religião, visto que o definir-se como brasileiro constitui-se a partir de traços imaginários de religiosidade e de cristandade. Assim como no âmbito jurídico, também na questão moral o imaginário cristão determina as evidências fornecidas ao sujeito, sobretudo pelos efeitos de sentido da tirania divina, ou seja, o discurso fundador, ao recuperar a imagem da tirania divina, produz os efeitos de sentido de que, mesmo que se busque a liberalidade da moral, há pontos inegociáveis em torno de cujos sentidos ganham força os traços do sujeito medieval, submisso

à divindade, como são os casos do aborto e da união civil homoafetiva. Trata-se de efeito de necessária evidência de que a tradição cristã do país precisa ser preservada. Portanto, a autonomia é um efeito de evidência que se fornece ao sujeito necessário à sua constituição no discurso, contudo, mesmo em se tratando das preferências eleitorais, as suas escolhas são já dadas pelas evidências que preexistem a ele e com as quais ele se relaciona em nível pré-consciente pela ilusão de estar escolhendo.

Em vista do necessário encerramento deste trabalho, pela necessidade de se buscar a sua ilusória completude, podemos postular que o percurso ora iniciado pode conduzir a novas jornadas teórico-metodológicas acerca dessa relação entre religião e política, que não se encerrou na campanha eleitoral de 2010. Ao contrário, quando se retomam as cenas recentes da história política brasileira, dentre as quais a votação da admissibilidade do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, cuja primeira disputa eleitoral foi aqui analisada, notamos que após o pleito ora referenciado, para muitos sujeitos, a partir das evidências fornecidas pela ideologia que os domina, a identificação com os retalhos do sujeito medieval conservados por meio do discurso fundador parece estar se tornando cada vez mais intensa, o que reforça o postulado de que ao sujeito é dada a evidência de submissão à divindade que a Ideologia produz. Investigações futuras poderão desbravar e descrever-interpretar esses percursos de sentido posteriores a 2010.

Por fim, para o pesquisador, o desenvolvimento do trabalho propiciou e exigiu o deslocamento do olhar a respeito das posições empíricas que geraram o incômodo inicial e forneceram os primeiros efeitos de evidência sobre as causas da determinação do político pelo religioso em 2010. Foram assim necessários muitos processos de contraidentificação e desidentificação em torno dos saberes que o dominavam para a construção de novos e ilusórios efeitos de evidência que conduziram a um novo olhar sobre o funcionamento dos elementos religiosos nos discurso analisados. Poeticamente, podemos repetir e derivar, a partir de Pêcheux, a frase do escritor português José Saramago: “É necessário sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não nos saímos de nós.”

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA GABC. Por dentro do Grande ABC. **Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC**. Disponível em: < <http://www.agenciagabc.com.br/grandeabc0709br/grande-abc/index.php?id=14>>. Acesso em: 4.jan.2016.
- AGGIO, C. O. **Campanhas políticas e sites para redes sociais**: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010. 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2014.
- ALMEIDA, J. O marketing político-eleitoral. In: RUBIM, A.A.C. (org.) **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Eufba, 2004.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.
- ALVES, M. M. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio\\_alves\\_a\\_igreja\\_politica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_a_igreja_politica_no_brasil.pdf)>. Acesso em 1.jun.2013.
- ARCINE, R. F. **Ethos e Antiethos no discurso político eleitoral de José Serra (PSDB) no HGPE/TV da eleição presidencial de 2010 no Brasil**.. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**. 2004. vol.18, n.52, pp. 109-120. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>>. Acesso em 31.mai.2013.
- BARROS FILHO, C.; COUTINHO, M.; SAFLATE, V. O uso das novas mídias na campanha presidencial de 2006. In: LIMA, V. A. L. (org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- BERGONZINI, L. G. **Dai a César o que é de César**. 2010. Disponível em <<http://www.domluizbergonzini.com.br/2011/01/dai-cesar-o-que-e-de-cesar-e-deus-o-que.html>>. Acesso em 25.set.2015.
- BÍBLIA SAGRADA. **Carta aos Filipenses**. 2015. Disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/filipenses/>>. Acesso em 22.set.2015.
- BLANK, R. **Deus na história**: centros temáticos da revelação. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BRAGA, S. O uso da internet em campanhas eleitorais: o balanço do debate e algumas evidência sobre o Brasil. **Revista USP**, n. 90, p. 58-73, ago. 2011. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34012>>. Acesso em 5.jul.2015.
- BRAMOS, R. A sexualidade de Dilma Rouseff. **Veja.com**. 2010. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/eleicoes-2010/a-sexualidade-de-dilma/>>. Acesso em 19.ago.2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/)>

constituicaocompilado.htm>. Acesso em 30.out.2013.

BRITO, M. E. S. **Cognição e significatividade no discurso político**, 2015. 191 f. Tese, (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2015.

BRITO, J. A. T. O sertão das religiões: o caso de Canudos. **Paralellus**, Recife, v. 2, n. 4, p. 157-166, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs///index.php/paralellus/article/view/195>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CASAMASSO, M. A. L. Estado, igreja e liberdade religiosa na "constituição política do império do Brasil", de 1824. **Anais do X Encontro Nacional do Conpedi**. Fortaleza, 2010. P.6167-6176. Disponível em < <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3619.pdf>>. Acesso em 31.mai.2013.

CANTALAMESSA, R. (org.) **O Pai: fonte de amor e misericórdia**. Trad. Clemente Raphael Mahl. 2ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

CAPISTRANO, Janaina Tomaz. **O jogo das identidades como fator de mobilização político-eleitoral nas campanhas de Dilma Rousseff e Rosalba Ciarlini em 2010**. 2014. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CARVALHO, G. P. **Mídia e eleições: o meio ambiente na campanha presidencial de 2010**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2013.

CAZARIN, E. A. Posição sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKI, F. (org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando fronteiras, confrontando limites**. São Paulo: Claraluz, 2007.

CELAM. Conferência Episcopal Latino-Americana. **Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina**. 14ed. São Paulo: Paulinas: 2009. \_\_\_\_\_. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CERVELINI, S.; GIANI, M.; PAVANELLI. Economia, religião e voto no Brasil: a questão do aborto na eleição presidencial de 2010. **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor - World Association of Public Opinion Research**. Belo Horizonte: 2011. Disponível em <[http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Silvia\\_Penteado\\_Cervellini.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Silvia_Penteado_Cervellini.pdf)>. Acesso em: 10.set.2011.

CHAGAS, P. V. Governo cria site para desmentir boatos divulgados pela internet. **EBC Agência Brasil**. 17.dez.2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/governo-cria-site-para-desmentir-boatos-divulgados-pela-internet>>. Acesso em: 8.jan.2016.

CHAIA, V. Quando a mídia toma partido. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 20-23, set.2009. Disponível em: [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/SETEMBRO\\_1.pdf#page=22](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/SETEMBRO_1.pdf#page=22)>. Acesso em 9.set.2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Uma Igreja que acredita: evangelho segundo João**. São Paulo: Paulinas, 2000.

CODATO, A.N; OLIVEIRA, M.R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo , v. 24,

n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25.jun.2016.

CODINA, V. *Eclesiologia do Vaticano II. Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 45, n. 127, p. 461-472, 2013. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos2/index.php/perspectiva/article/view/2791/2965>>. Acesso em: 3.dez.2015.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição “Sacrossanctum Concilium” sobre a Sagrada Liturgia. In: VIER, F. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 259-306.

CORDEIRO, A. V. O imaginário religioso na Guerra do Contestado. *Litteris*, Blumenau, n. 11, mar.2013. p. 252-265. Disponível em: <[http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/RL\\_110\\_IMAGINARIO\\_RELIGIOSO\\_NA\\_GUERRA\\_DO\\_CONTESTADO.pdf](http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/RL_110_IMAGINARIO_RELIGIOSO_NA_GUERRA_DO_CONTESTADO.pdf)>. Acesso em 25.jun.2016.

COSTA, R. **A política religiosa evangélica: lideranças protestantes e seu engajamento no processo político eleitoral de 2010**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

COUTINHO, A. N. L. **A construção da militância editorial: disputas por hegemonia em editoriais da mídia impressa nas eleições presidenciais de 2010**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

COURTINE, J.J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 23-34.  
\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

CRUZ, L. Padre Toledo, um líder inconfidente. *Revista de História*, 13.dez.2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/padre-toledo-um-lider-inconfidente>>. Acesso em: 25.jun.2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EFÉSIOS. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução da CNBB. São Paulo: Ave Maria, Loyola, Salesiana, Paulus, Paulinas; Aparecida: Santuário; Petrópolis: Vozes, 2001.

FAUSTO NETO, A. Discurso político e mídia. In: RUBIM, A.A.C. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

FISICHELA, R. Profetismo. In: PAIXÃO NETTO, J.; MACHADO, A.A. (Trad.) **Lexicon: dicionário teológico enciclopédico**. São Paulo: Loyola, 1993. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=swvCVm-0OWcC&lpg=PA782&ots=EQQy-50x67&dq=lexicon%20vaticano&hl=pt-BR&pg=PR3#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 24.nov.2015.

FRANCISCHINI, E. L. A. **Recursos linguístico-enunciativos em colunas de opinião de Diogo Mainard**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.  
G1. É o fim do Orkut. **Tecnologia e games**. 2014. Disponível em:<<http://g1.globo.com/tecnologia/fim-do-orkut/index.html>>. Acesso em 20.ago.2015.

GOMES, M. B. A imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras (1989/2002). **Biblioteca online de ciências da comunicação**. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-lula.pdf>>. Acesso em 1.jun.2013.

GOMES, W.; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. Politics 2.0: a campanha on-line de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia Política**, [S.l.], v. 17, n. 34, out. 2012.. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/29344>>. Acesso em: 10 set. 2015.

GOUVEIA, N. J. C. **As novas tecnologias nas eleições primárias de 2008 nos Estados Unidos**. 2009. 174 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2009.

GRIGOLETTO, E. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 61-67, junho/2005. \_\_\_\_\_; NARDI, F.. Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais. **Gragoatá**, Niterói, 18, Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagracoata/ojs/index.php/gragoata/article/view/59>>. Acesso em: 03 Out. 2015..

HAUSSEN, D.F. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: BARBOSA FILHO, A.; PIOVESAN NETO, A. P.; BENETON, R. **Rádio: sintonia de futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 51-62.

HARROCHE, C. **Faze r dizer, querer dizer**. Trad. Eni Orlandi, Freda Induski, Marise Manoel. São Paulo: HUCITEC, 1992.

HENRY, P. Sentido, sujeito, origem. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. P. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.

HISTÓRIA POR IMAGEM. **A primeira missa no Brasil: o primeiro ato de imposição cultural portuguesa**. Disponível em < <http://historiaporimagem.blogspot.com.br/2011/05/primeira-missa-no-brasil-um-show-de.html>>. Acesso em 31.mai.2013.

HORTA NUNES, J. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In: ORLANDI, E.P. (org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 43-57.

INDURSKI, F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In:BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história na noção-conceito de formação discursiva**. 2 ed. São Paulo: Pedro & João, 2011a.

\_\_\_\_\_. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. Lula lá: estrutura ou acontecimento. **Organon**. Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003, p. 101-121. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020/18616>>. Acesso em 11.mai.2016.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011b. p. 67-89.

INGLEZ, K. G. **Conectores de causa e condição em fóruns de discussões na internet**. 2007. 379 f. (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo,

JOÃO. Português. In: **Bíblia**. Tradução ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LEITE, S. **Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia, 1965.

LESSA, A. R. **Memória e política: o discurso religioso e as eleições presidenciais brasileiras de 2010**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Memória: linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. 2014.

LEMOS, L. C. **Não é pela vida das mulheres: o aborto nas eleições de 2010**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

LIMA, V. A. **Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, N. F. A. Política na Rede: Papel das redes sociais da internet na campanha eleitoral para a Presidência da República no Brasil em 2010. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR. 4, 2011, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte, 2011. Disponível em: [http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Nayla\\_Fernanda\\_Andrade\\_Lopes.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Nayla_Fernanda_Andrade_Lopes.pdf). Acesso em: 23.nov.2015.

MACEDO, Ary; BURGOS Marcelo; CHAIA, Vera. **Os sites dos partidos políticos nas eleições de 2006**. São Paulo, 2009, 28p. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/4582/3175>>. Acesso em: 9.set.2015.

MACKENZIE, J. L. **Dicionário bíblico**. 2ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

MANTOVANI, D. **Quem agenda a mídia: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010**. 2014. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARANHÃO, R. Caneca, nosso primeiro padre guerrilheiro. **História viva**, n. 3, jan. 2004. Disponível em < [http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/caneca\\_nosso\\_primeiro\\_guerrilheiro\\_3.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/caneca_nosso_primeiro_guerrilheiro_3.html)>. Acesso em 25.jun.2016.

MARCHI, E. Religião e evangelização: presenças na Carta de Pero Vaz de Caminha. In: NUPER. Núcleo Paraense de Pesquisa em Religião. **Artigos**. Curitiba: 2013. Disponível em: < <http://www.nupper.com.br/home2/wp-content/uploads/13.pdf>>. Acesso em: 25.fev.2014.

MARECO, R. T. M. **Do debate televisivo ao jornal impresso: aforizações na mídia nacional 2013**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)**. 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>>. Acesso em: 19.jun.2016.

MARIANO, R. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. **Debates do Ner**, Porto Alegre, n. 4, p. 21-34, jul. 2003.

MARKUN, P. **O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARQUES, L. M. **Efeitos de legitimidade e de credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

MARX, K. **Luta de classes e luta política**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>>. Acesso em: 8.set.2015.

MEISTER, M. F. Olho por olho: a lei do Talião no contexto bíblico. **Fides Reformata**, v. XII, n. 1. Rio de Janeiro, 2007. p.57-71.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em 1.jun.2013.

NOGUEIRA, C. R. F. **O demônio no imaginário cristão**. 2 ed. Bauru: Edusc, 2002.

NUNES, M. V. Mídia e eleição. In: RUBIM, A.A.C. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

\_\_\_\_\_. “Mídia e eleições: o Rádio como Arma Política”. In: **Revista Comunicação & Política**, Volume IX, n.1, nova série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, janeiro-abril 2002.

ORKUT. **Sobre o orkut**. 2012a Disponível online em <<http://www.orkut.com/About>>. Acesso em 21.jun.2012.

\_\_\_\_\_. **Dados demográficos**. 2012b. Disponível online em <<http://www.orkut.com/MembersAll>>. Acesso em 21.jun.2012.

ORLANDI, E. P. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002a.

\_\_\_\_\_. E vão surgindo os sentidos. In: ORLANDI, E.P. (org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Por uma tetoria discursiva da resistência do sujeito. In: \_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002b.

ORKUT. **Sobre o orkut**. 2012a Disponível online em <<http://www.orkut.com/About>>. Acesso em 21.jun.2012.

\_\_\_\_\_. **Dados demográficos**. 2012b. Disponível online em <<http://www.orkut.com/MembersAll>>. Acesso em 21.jun.2012.

PALACIO, C. P. Da autoridade na Igreja: formas históricas e teologias subjacentes.

**Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, n. 19, p. 151-179, 1987. Disponível em: <<http://www.edu.br/periodicos2/index.php/perspectiva/article/view/2791/2965>>. Acesso em 3.dez.2015.

PATRIOTA, K. R. M. P. Sociedade do Espetáculo, Mídia e Religião: relação social

mediatizada por imagens. In: Intercom Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007. Santos. **Anais...**São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0592-3.pdf>>. Acesso em 19.jul.2016.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. **Cadernos de Estudo Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, ju./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997a.

\_\_\_\_\_. A análise e discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T.; **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betania Mariani et al. 3 ed. Campinas, Unicamp, 1997b.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, F.; HAK, T.; **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betania Mariani et al. 3 ed. Campinas, Unicamp, 1997c.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3 ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PELEGRINI, M. Facebook supera orkut em número de usuários e lidera mercado brasileiro. **Carta Capital**. 17.jan.2012. Disponível online em <<http://www.cartacapital.com.br/tecnologia/facebook-supera-o-orkut-em-visitantes-unicos-e-lidera-mercado-de-redes-sociais-no-pais-2/>>. Acesso em 20.mar,2012.

PEIXOTO, V.; RENÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, p.304-332, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a02v17n2.pdf>>. Acesso em: 14.jan.2016.

PENTEADO, C. L. C. Internet e eleições 2008. **Aurora**, v. 3. n.8, 2008. p. 8-9. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/6367/4669>>. Acesso em 5.jul.2015.

\_\_\_\_\_. Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades. **Revista USP**, n. 90, p. 6-23, ago. 2011. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/34009/36743>>. Acesso em 12.set.2015.

\_\_\_\_\_. Facebook e a campanha eleitoral digital. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.4, n.4, p.41-53, jul. 2012.

PEREIRA, N. B. **Sob o piado do twitter: o novo tom das campanhas eleitorais com a difusão da internet no Brasil**. 2013. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Lexicon: Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas**. Roma: 2002. Disponível em: < <http://votocatolicobr.blogspot.com.br/2012/03/o-principio-do-mal-menor.html>>. Acesso em 24.nov.2015.

RAMOS, M. C. Brasil, mídia, futuro e o futuro da política. In: MATOS, H. (org.) **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Página aberta, 1994.

RENÓ, D. P.; ESPERIDIÃO, M. C. Tecnologia, internet e eleições americanas: Obama no front do ciberespaço. **Razón y Palabra**, n. 13, jul.-ago., 2013. Disponível em : <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520798031>>. Acesso em 1.ago.2015.

RIBEIRO, P. B. **Eleições no rádio: campanha presidencial 2010 – Rádio CBN 90,5 MHz**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo. 2013.

ROCHA, M. C. **Determinantes do voto em Dilma nas eleições de 2010**, 2013. 165 f. Dissertação, (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ROMEIRO, P. **Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

ROUSSEFF, D. Carta aberta ao povo de Deus. **Informativo ao Povo de Deus**. Brasília, set.2010. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/00037727840666779aaad>>. Acesso em 23.nov.2015.

RUBIM, A. A. C. Comunicação e política: enigma contemporâneo. **Comunicação e política**, São Paulo, Cbela, n. 11, 1990.

\_\_\_\_\_. Espetacularização e midiaticização da política. In: RUBIM, A.A.C. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_.; COLLING, L. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 22, n.3, p. 169-189, 2004.

\_\_\_\_\_. Cobertura política e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 10, p. 173-193, abr. 2007.

SALDANHA, A.P. S.; RIBEIRO, J. W.; ROCHA, A. C.; LIMA, S. C. A. Fluxo de informação digital: internet no jogo político – Barack Obama ao Brasil. **14.º Encontro Latinoamericano de Faculdades de Comunicação Social**. Disponível em: <http://catalogo.ulima.edu.pe/conferencias/felafacs2012/eje1/11.pdf>. Acesso em: 11.jul.2015.

SALVADOR, V. **História do Brasil**. 1627. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>>. Acesso em 25.jun.2016.

SANCHIS, P. Desponta novo ator no campo religioso brasileiro? O Padre Cícero Romão Batista. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 11-29, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25.jun. 2016.

SANTOS, C. D. **Interação midiática : uma análise do embate na imprensa escrita nas eleições 2010**. 2014. 142 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014a.

SANTOS, A. T. **O tema do aborto na agenda das eleições presidenciais de 2010**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, E. M. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: < <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/emsantos>>. Acesso em: 6.jul.2016.

\_\_\_\_\_. **O efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político-midiático: uma leitura das eleições presidenciais de 2010**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014b.

SILVA, A. F. O diabo entre os neopentecostais: o caso da IURD no RN. **Revista Contexto**, v. 4, n. 1-2, p. 93-109, Natal, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/view/1023>>. Acesso em: 14.jan.2016.

SILVA, V. Os poderes do mal e as máscaras do diabo. **Pistis Praxis**, v. 3, n. 1, p. 121-135, Curitiba, jan./jun. 2011

SILVEIRA, J. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter**: 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: < <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/jsilveira.pdf>>. Acesso em: 6.jul.2016.

SOLIMEO, G.A.; SOLIMEO, L.S. **Anjos e demônios**: a luta contra o poder das trevas. São Paulo: Artpress, 1994.

SOUZA, C. **O tema do aborto na agenda das eleições presidenciais de 2010**. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, E. B. **A projeção da imagem política no discurso jornalístico**: um estudo comparativo de revistas semanais de Brasil e Alemanha. 2014. 244 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Alemã) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZAMPAR, D. **Mídia e eleições presidenciais de 1994 a 2010**: o funcionamento do imaginário no jornal *Folha de São Paulo* acerca da corrupção no PT. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: < <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/dzampar.PDF>>. Acesso em: 6.jul.2016.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Objetos paradoxais e Ideologia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 41-59, junho, 2005.

WALTER, A. V. N. P. **Religião e participação política no Brasil** : o papel das tradições e instituições religiosas no comportamento político dos brasileiros. 184 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

WEBER, M. H. Imagem Pública. . In: RUBIM, A.A.C. (org.) **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

WYLLYS, J. Material pró-Marina chama Dilma e LGBTs de “anticristo”. **Carta Capital**, 14.set.2010. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/material-pro-marina-chama-dilma-e-lgbts-de-anticristo-7393.html>>. Acesso em 10.nov.2015.